



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA- MEC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - UFSB**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE**

**ADRIANA VILAS BÔAS BORGES**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INCLUSÃO**  
**SOCIOPRODUTIVA: um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede**  
**Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia**

**PORTO SEGURO – BAHIA**

**2019**



**ADRIANA VILAS-BÔAS BORGES**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INCLUSÃO  
SOCIOPRODUTIVA: um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede  
Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Sul da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estado e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Governança

Orientadora: Sandra Adriana Neves Nunes

**PORTO SEGURO - BAHIA**

**2019**

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)  
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

B732p Borges, Adriana Vilas-Boas  
Política pública de assistência técnica e inclusão sócioprodutiva:  
um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede Mata  
Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia. / Adriana Vilas-Boas  
Borges. – Porto Seguro, 2019.  
200 p.

Orientadora: Sandra Adriana Neves Nunes  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.  
Programa de Pós-Graduação em estado e Sociedade.

1. Economia Solidária. 2. Política Pública. 3. Inclusão  
Sócioprodutiva. 4. Empreendimentos Solidários. I. Nunes, Sandra  
Adriana Neves. II. Título.

CDD: 334.098161

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INCLUSÃO  
SOCIOPRODUTIVA: um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede  
Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Sul da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estado e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Governança

Porto Seguro –Ba, 23 de janeiro de 2019



Sandra Adriana Neves Nunes  
UFSB/CF-TCI/PPGES  
(Orientadora)



Álamo Pimentel Gonçalves  
UFSB/CFCHS/PPGES



Medson Janer da Silva  
UNEB-DCHT/FAI-Coord.do Curso Agronomia

Para João Vitor, Luz que ilumina a minha vida, a melhor parte de mim... que eu possa agora recompensar os tantos momentos de ausência durante este processo, contudo, o meu amor nunca foi pequeno por nenhum instante...

Para Carlos Henrique, meu companheiro de vida, principal incentivador deste momento, essa conquista faz parte de mim e de você, tão presente em todos os momentos desde o princípio. Que possamos continuar caminhando juntos, sempre de mãos dadas...

## AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ter me proporcionado todas as condições desde o ingresso no programa de mestrado, como também para concluir este trabalho.

À **Universidade Federal Sul da Bahia** e ao **Programa de Mestrado em Estado e Sociedade** que através de suas propostas inovadoras oportunizam a formação de nós profissionais, de forma integrada, em especial com as realidades da região Sul da Bahia, levando em consideração aspectos ligados às comunidades locais, sua história, cultura, diversidade e saberes, contribuindo para uma atuação profissional que leva em conta concepções plurais e multidisciplinares.

À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB**, pela concessão da Bolsa de Estudos, tão necessária durante o período da pesquisa.

À minha querida **orientadora Sandra Adriana Neves Nunes**, pelo apoio constante em todo o processo, por toda sua dedicação em toda a construção do trabalho, pelos conselhos e intervenções que tornaram o trabalho muito mais rico, mas, em especial pelo carinho, compreensão de todas as horas, principalmente as mais difíceis.

A **todos os professores do Programa**, pelos conhecimentos e experiências compartilhadas que tanto enriqueceram e contribuíram para este trabalho, como também para o meu enriquecimento como pessoa e como profissional.

Ao querido professor **Álamo Pimentel Gonçalves**, meu supervisor de estágio e membro de minha banca de qualificação e defesa, por todo carinho, pelo profissionalismo, pela dedicação à minha pessoa sempre que solicitado, por todas as contribuições concedidas no sentido de enriquecer esta pesquisa como também por sua postura de educador exímio, sempre disposto a facilitar o processo de ensino e aprendizagem, meu muito obrigado!

Ao também querido professor **Medson Janer da Silva**, membro da banca de qualificação e defesa, por toda sua experiência e por todas as suas contribuições com a temática do trabalho, o que muito ajudou a tornar enriquecedora essa minha caminhada.

À professora **May Waddington**, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Estado e Sociedade, pelo acolhimento, sua dedicação e por todas as orientações ao longo de todo o percurso do mestrado.

Aos **amados e queridos colegas**, nossa primeira turma, por todos os momentos compartilhados: de alegrias e inquietudes, de experiências e trocas enriquecedoras, de risos e choros, de comemorações e despedidas... não se pode esquecer aqueles que nos

marcam tão profunda e positivamente, esse tempo que estivemos juntos estão sempre registrados em meu coração.

**À querida colega e amiga Nara Eloy**, pela parceria de sempre, como mãe, como colaboradora nos momentos de dificuldade e que tão docemente dispunha de seu tempo para me ajudar, como amiga e ombro amigo, como aquela a quem se tornou parte da minha família e dos almoços de finais de semana, meu muito obrigado, pela amizade sincera, pelo carinho e amor sempre demonstrados; **E aos queridos, Eva Dayane e Likem Edson**, que tornaram-se parceiros de todas as horas, de trocas de dificuldades, alegrias, brincadeiras e risos, apoiando-nos mutuamente para vencer as horas mais difíceis e comemorar as mais prazerosas.

**A toda minha família**, que mesmo longe esteve sempre presente através das mensagens incentivadoras, das preocupações e cuidados, sempre demonstrando muito amor...

Um agradecimento especial a meu irmão **Lucas Guerrieri**, grande incentivador da temática desta pesquisa, amante do trabalho ligado a economia solidária...Por todo seu carinho e paciência em sempre estar disponível a me prestar as informações sobre esta área no Estado da Bahia, aquele que fez com que eu também me apaixonasse pela economia solidária e passasse a enxergar com um outro olhar grupos e atores solidários, suas conquistas e dificuldades, suas lutas e vitórias...

**À Wilson Souza Nunes**, ex-técnico do CESOL, por toda sua colaboração ao prestar as informações sobre a Rede, os empreendimentos e grupos, ao prestar informações sobre todo o trabalho desenvolvido pelo CESOL, por articular meus encontros com líderes e atores sociais da Rede Mata Atlântica no Território de Identidade Baixo Sul, meus sinceros agradecimentos por esse apoio tão necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

**Aos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mata Atlântica:** Dandara dos Palmares, Barroso, Zumbi dos Palmares, COOPROCAM, no município de Camamu; AACAF, COOAFI, no município de Igrapiúna; Brejo Grande, ABPAGI, Mãos Que Fazem Arte, no município de Ituberá; Jatimane, Associação dos Apicultores de Nilo Peçanha, Central Mata Atlântica, no município de Nilo Peçanha; Associação dos Aquicultores de Jordão – AJA, Nova esperança, CAMPO, no município de Taperoá; Derradeira, Sarué, APROBATEC, Gereba, Nova Esperança, Baixa do Jequiriça, Gervasio, Km 2, Formiga, Riachão da Serra, Camisão do Orobó, Dois Riachos Orobó, Aldeia de São Fidelis, Uma Mirim, no município de Valença; Corte de Pedra, Doceiras de Moenda, Agricultores de Moenda, Riacho do Caboclo, no município de Presidente

Tancredo Neves, que me receberam tão receptivamente e através de alguns de seus atores participaram da pesquisa.

Enfim, meus agradecimentos a todos que contribuíram de forma direta e indireta para a concretização deste trabalho e por mais essa etapa cumprida; A todos aqueles que vibraram, torceram e emanaram vibrações positivas, a minha gratidão.



**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INCLUSÃO  
SOCIOPRODUTIVA: um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede  
Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia**

**RESUMO**

As atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores em que os mesmos se associem e pratiquem uma autogestão de seus empreendimentos e negócios abarcam o conceito de economia solidária. Dentre as Políticas Públicas de incentivo à Economia Solidária no Brasil, em especial a Bahia, merece destaque a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva por ser essa uma política inovadora e que oferece um suporte através dos centros públicos que visam promover, dinamizar e fortalecer os empreendimentos solidários na Bahia. Esse estudo, de natureza exploratória e descritiva, teve como objetivo investigar se o empreendedores solidários cadastrados na Rede Mata Atlântica do Território perceberiam como efetiva a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, assim como o trabalho de assistência técnica prestada pelo centro público para o desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade de seus empreendimentos. Especificamente, pretendeu-se mapear os tipos de empreendimentos solidários do território e investigar se os municípios que compõem esse território difeririam entre si no que diz respeito à percepção da efetividade da política pública em questão e da assistência técnica prestada. Finalmente, buscou-se verificar se haveria efeitos do tipo de empreendimento, da zona de atuação, do tipo de atividade, do destino do produto sobre essas percepções de efetividade. Para isso, a metodologia utilizada foi de natureza quantitativa, uma vez que fez uso de levantamento de dados secundários e lançou mão de uso de instrumento padronizado para a coleta dos dados primários junto a 80 empreendedores solidários. Os dados foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva e inferencial, com o uso do programa estatístico SPSS. Os resultados indicaram que de maneira geral, os atores sociais envolvidos com as atividades solidárias apontam índices de satisfação em relação a efetividade das ações do Governo do Estado em relação à política executada, bem como em relação ao trabalho desenvolvido pela CESOL, principalmente as ações que dizem respeito à comercialização, através dos incentivos voltados a implementação do Espaço Solidário, Feiras e Eventos e as feiras semanais. Contudo, as percepções da efetividade da política e do trabalho do centro público apresentaram diferenças entre os municípios e os grupos pesquisados que fazem parte dos empreendimentos da rede, o que reflete que, apesar dos municípios e grupos fazerem parte de um único Território de Identidade as realidades locais e dos grupos de atividades devem ser levadas em consideração quando da aplicação das ações, incentivos e fomento por parte do Governo do Estado em relação à política pública estudada. O estudo possibilitou a identificação de possíveis potencialidades e desafios que precisam ser reconhecidos pelos centros públicos, contribuindo para a discussão acerca avaliação da própria Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva na Rede de empreendimentos da região, contribuindo com o debate em torno da temática da economia solidária e oferecendo respostas que possam subsidiar ações de intervenções públicas para o fortalecimento dos empreendimentos solidários da região do Baixo Sul Baiano.

**Palavras Chave:** Economia Solidária; Política Pública; Inclusão socioprodutiva; Empreendimentos Solidários.

**PUBLIC POLICY OF TECHNICAL ASSISTANCE AND SOCIO-PRODUCTIVE  
INCLUSION: a view of entrepreneurs of the solidarity economy of the Atlantic  
Rainforest Network in the Southern Bahia Territory**

**ABSTRACT**

The economic activities organized collectively by the workers in which they associate and practice a self-management of their enterprises and businesses embrace the concept of solidarity economy. Among the Public Policies to encourage the Solidarity Economy in Brazil, especially in Bahia, it is worth mentioning the Public Policy of Technical Assistance and Socio-productive Inclusion because this is an innovative policy and offers support through public centers that aim to promote, stimulate and strengthen the solidarity enterprises in Bahia. The purpose of this exploratory and descriptive study was to investigate whether the solidary entrepreneurs registered in the Atlantic Rainforest Network of the territory would perceive as effective the Public Policy of Technical Assistance and Socio-productive Inclusion, as well as the technical assistance work provided by the public center for the development, growth and sustainability of their enterprises. Specifically, it was intended to map out the types of solidarity enterprises in the territory and to investigate whether the municipalities that make up that territory differed with respect to the perception of the effectiveness of the public policy in question and the technical assistance provided. Finally, it was tried to verify if there would be effects of the type of enterprise, the zone of action, the type of activity, the destiny of the product on these perceptions of effectiveness. For this, the methodology used was of a quantitative nature, since it made use of secondary data collection and used the use of a standardized instrument to collect the primary data with 80 solidary entrepreneurs. Data were tabulated and analyzed using descriptive and inferential statistics, using the SPSS statistical program. The results indicated that, in general, the social actors involved in solidarity activities indicate satisfaction indexes in relation to the effectiveness of the actions of the State Government in relation to the policy implemented, as well as in relation to the work developed by CESOL, mainly the actions that are related to the commercialization, through the incentives aimed at the implementation of the Solidarity Space, Fairs and Events and the weekly fairs. However, perceptions of the effectiveness of the public center's policy and work showed differences between the municipalities and the groups surveyed that are part of the network's projects, which reflects that, although municipalities and groups form part of a single Identity Territory local realities and groups of activities should be taken into account when implementing the actions, incentives and encouragement by the State Government in relation to the public policy studied. The study made it possible to identify the potentialities and challenges that need to be recognized by the public centers, contributing to the discussion about the evaluation of the Technical Assistance and Socio-productive Inclusion Policy in the Entrepreneurship Network of the region, contributing to the debate around the economy theme solidarity and offering answers that can subsidize actions of public interventions for the strengthening of the solidarity enterprises of the Southern Bahia territory.

**Key Words:** Solidarity Economy; Public Policy; socio-productive Inclusion; Solidarity Enterprises

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, definição de cada dimensão e seus indicadores .....	33
Quadro 2 - Características da Economia Solidária.....	62
Quadro 3- Descrição Serviços/Atividades do CESOL.....	93
Quadro 4 - Serviços e atividades desenvolvidos pelo CESOL.....	95
Quadro 4 - Serviços e atividades desenvolvidos pelo CESOL.....	96
Quadro 5- Principais abordagens e Escolas da Administração .....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia .....	39
Figura 2- Mapa que apresenta os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do Território Baixo Sul da Estado da Bahia, 2010. ....	40
Figura 3- Atlas da Economia Solidária no Brasil .....	65
Figura 4 - Campo dos Empreendimentos Solidários no Brasil .....	69
Figura 5- Investimentos por região no país .....	85
Figura 6 - Investimentos em ações de Economia Solidária.....	86
Figura 7 - Resumo Ações da Economia Solidária no Estado da Bahia.....	90
Figura 8 - Etapas de Desenvolvimento do Trabalho do CESOL.....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, definição de cada dimensão, itens e valores de $\alpha$ (alfa de Cronbach).....	34
Tabela 2 - Dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, definição de cada dimensão, itens e valores de $\alpha$ (alfa de Cronbach).....	35
Tabela 3 - Valores de assimetria e curtose por variável .....	45
Tabela 4- Caracterização Sociodemografica dos Empreendedores da Economia Solidária ..	119
Tabela 5- Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia .....	121
Tabela 6- Valores mínimos e máximos, Média e desvio-padrão das dimensões de efetividade da Política de Assistência Técnica para a Gestão e Profissionalização dos empreendimentos.....	123
Tabela 7- Distribuição dos percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das ações do Governo do Estado em Relação à Política de Assistência Técnica para Gestão e Profissionalização dos EES. ....	124
Tabela 8- Valores mínimos e máximos, Média e desvio-padrão das dimensões de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL.....	127
Tabela 9- Distribuição dos Percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das dos serviços prestados pelo CESOL para o desenvolvimento dos empreendimentos na avaliação dos atores. ....	128
Tabela 10- Correlações entre as dimensões relativas percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e as dimensões relativas à percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL e Renda e escolaridade do empreendimento. ....	130
Tabela 11- Análise comparativa da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em função do Tipo de Empreendimento/Forma de Organização. ....	131
Tabela 12- Análise comparativa da percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL em função do Tipo do Empreendimento/Forma de Organização .....	132
Tabela 13 - Análise comparativa da percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL em função da Zona de Atuação do Empreendimento .....	133

Tabela 20 - Número de casos, Média, Desvio Padrão e valores mínimos e máximos para cada dimensão de percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, por cidade.....	146
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
APAEB	Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmas
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ANOVA	<i>Analysis of variance</i> (Análise de Variância)
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CREDISOL	Crédito Solidário
CREDIBAHIA	Programa de Microcrédito do Estado da Bahia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Brasileiro Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ES	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EVE	Estudo de Viabilidade Econômica
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
INE	Índice do Nível de Educação
IRMCF	Índice da Renda Média dos Chefes de Família
ISB	Índice da Oferta de Serviços Básicos

INS	Índice do Nível de Saúde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEPS	Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco
MANOVA	<i>Multivariate analysis of variance</i> (Análise Multivariada de Variância)
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
OS	Organizações Sociais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAPPS	Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários
PPA	Plano Plurianual
PACS	Projetos Alternativos Solidários
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONIC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório Desenvolvimento Humano
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Bahia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIES	Sistema de Informação em Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESOL	Superintendência de Economia Solidária
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAF	Superintendência de Agricultura Familiar
TCLE	Termo Consentimento Livre Esclarecido
TGA	Teoria Geral da Administração



TI	Território Identidade
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1</b>	<b>Tipo de pesquisa.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>População em estudo e amostra .....</b>	<b>30</b>
<b>2.3</b>	<b>Coleta dos dados.....</b>	<b>30</b>
<b>2.4</b>	<b>Local/Área de Estudo e Caracterização do Território .....</b>	<b>38</b>
<b>2.5</b>	<b>Procedimento de coleta de dados.....</b>	<b>42</b>
<b>2.6</b>	<b>Procedimentos de Análise dos dados.....</b>	<b>43</b>
<b>2.7</b>	<b>Garantias éticas aos participantes da pesquisa .....</b>	<b>49</b>
<b>3</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: alternativa ao modo de produção capitalista? .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1</b>	<b>O Emprego e o Trabalho na Sociedade Capitalista.....</b>	<b>50</b>
<b>3.2</b>	<b>Uma outra via: Economia Solidária.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Economia Solidária: Múltiplas abordagens.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Economia Solidária: Princípios Fundamentais e Características Centrais.....</b>	<b>60</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Origens: Contexto Mundial, Brasileiro e Baiano .....</b>	<b>62</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.....</b>	<b>66</b>
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E O FORTALECIMENTO DOS EMPREENDEMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....</b>	<b>71</b>
<b>4.1</b>	<b>O Estado e as Políticas Públicas de enfrentamento a pobreza .....</b>	<b>72</b>
<b>4.2</b>	<b>Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil.....</b>	<b>82</b>
<b>4.3</b>	<b>Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado da Bahia.....</b>	<b>87</b>
<b>4.4</b>	<b>Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva .....</b>	<b>91</b>
<b>4.5</b>	<b>.... Conceitos e Significados do Termo “Efetividade” no contexto do objeto desse estudo .....</b>	<b>99</b>
<b>4.6</b>	<b>Estudos sobre a Efetividade das Políticas Públicas de Economia Solidária.....</b>	<b>100</b>
<b>5</b>	<b>GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS EMPREENDEMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....</b>	<b>105</b>
<b>5.1</b>	<b>Peculiaridades da Economia Solidária: autogestão e solidariedade .....</b>	<b>105</b>
<b>5.2</b>	<b>Definição, contexto e formas de gestão na área de administração .....</b>	<b>109</b>
<b>5.3</b>	<b>Potencialidades e Limitações do uso de Ferramentas de Gestão para Empreendimentos Solidários .....</b>	<b>114</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>119</b>
<b>7</b>	<b>DISCUSSÕES .....</b>	<b>148</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>186</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>196</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo de investigação concernente à Economia Solidária é vasto, complexo e tem sido objeto de crescente interesse por parte de pesquisadores. De modo geral, como pano de fundo de qualquer discussão em torno do tema está a noção de que o modo de produção de uma sociedade determina sua organização em classes e que a organização em classes determina como se darão as relações sociais entre as pessoas e entre essas classes, condicionando, portanto, as práticas culturais e as formas de subjetividade numa dada sociedade. Dessa forma, o tema economia solidária, a partir de uma perspectiva mais sociológica, envolve pensar formas alternativas de produção econômica, que potencialmente geram novas formas de se relacionar, de produzir culturas e modos de subjetivação na sociedade.

O ponto inicial que suscita discussão, seguindo essa lógica de pensamento, assenta-se na distinção entre os princípios da economia de mercado e da economia solidária. Sabe-se que uma empresa com fins lucrativos tem por premissa básica o lucro, a acumulação de capital e a competitividade, enquanto que nos empreendimentos solidários são levados em consideração princípios como a valorização social do trabalho humano, a cooperação, a solidariedade e a autogestão. Com relação a esses princípios Veiga (2001) diz que todos os que trabalham em um empreendimento solidário participam de sua gestão e todos os que participam da gestão trabalham no empreendimento solidário, não havendo, portanto, exploração do trabalho. Há em comum a igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades para todos os participantes, o que para Singer (2004) implica em participação democrática com exercício do poder igual para todos nas decisões (autogestão), apontando para a superação das tensões entre capital e trabalho.

Como é possível notar, os objetivos e princípios que movem os empreendimentos solidários se distanciam completamente daqueles que orientam os empreendimentos capitalistas. De fato, a economia solidária se expressa ideologicamente como uma proposta alternativa ao mercado tradicional de produção e comércio de bens e serviços, apresentando a solidariedade com alternativa à competição (MONTEIRO, 2009).

Por outro lado, de um ponto de vista mais economicista, a economia solidária se apresenta como uma alternativa de geração de renda e uma saída ao desemprego estrutural produzido pela economia neoliberal e pela globalização. Sabe-se que o sistema capitalista segue um modelo de produção-distribuição-consumo que, invariavelmente, reproduz-se a partir da concentração e da centralização do capital e, conseqüentemente, da desigual distribuição de renda e da riqueza. O processo de globalização e a estratégia neoliberal de minimização do Estado e maximização do mercado provocaram conseqüências sociais, econômicas e políticas em todo mundo, com efeitos mais deletérios aos países periféricos. Os efeitos resultantes desse processo tiveram impactos importantes tanto para as formas de produção, em sua força reprodutiva, quanto para os trabalhadores em sua substância humana.

De fato, esses processos criaram a necessidade de reforma do Estado e de reestruturação produtiva, caracterizada pela flexibilização da produção e incorporação de altos níveis de inovação tecnológica e organizacional no processo de trabalho (HARVEY, 1996), penalizando as classes trabalhadoras, uma vez que geraram desemprego, subemprego, perda de direitos trabalhistas e enfraquecimento dos sindicatos (CATTANI, 2000). Monteiro (2009) lembra também que a afetação do trabalhador foi dupla, indo além da sua empregabilidade e da sobrevivência econômica. Ela também incidiu sobre a subjetividade do trabalhador, uma vez que se criou a perversa noção de que seria do próprio trabalhador a responsabilidade pela inserção no mercado de trabalho, e que bastaria a ele qualificar-se para não sucumbir ao desemprego.

Assim, dito de forma muito sintética, com a hegemonia do neoliberalismo e com a globalização da economia estabeleceu-se uma dupla crise no mundo; a crise do mercado formal (ANTUNES, 1996), enquanto crise econômica e social, marcada pelo elevado número de excluídos do mercado de trabalho, e a crise paradigmática dos valores preceituados pelo capital, como o individualismo, a meritocracia, o consumismo, o pragmatismo e o funcionalismo nas relações interpessoais e de trabalho. É nesse contexto de crise que emerge a necessidade de se pensar em formas alternativas de produção e distribuição de bens e serviços, que promovam a emancipação do indivíduo e a inclusão social da massa marginal produzida pela economia capitalista globalizada. A Economia Solidária surge como possibilidade de promover uma sociedade mais justa e igualitária, que seja capaz de alterar a relação entre capital, trabalho e renda, de modo que o homem passe ao centro do processo, no lugar da exacerbação e maximização de lucros que privilegiam uma minoria.

Por outro lado, a partir desse ponto de vista que vê a economia solidária como possibilidade de reinserção do trabalhador no mercado de trabalho surge o paradoxo da

coexistência da lógica de mercado e da lógica da solidariedade num mesmo empreendimento (COSTA, 2003). Assim, de um ponto de vista mais pragmático, é necessário considerar que ambos os tipos de empreendimentos, a empresa tradicional e o empreendimento solidário, convivem e concorrem num mesmo sistema. Daí se deduz que os empreendimentos solidários precisam enfrentar esse paradoxo, na garantia de sua sustentabilidade<sup>1</sup>, ou seja, precisam manter seus valores e princípios, enquanto se adéquam e buscam sobreviver em um mercado cada vez mais exigente.

É nesse cenário que desponta a discussão sobre a gestão dos empreendimentos solidários. Como é possível imaginar, ainda são muitas as dificuldades a serem enfrentadas para que tais empreendimentos cresçam, na sociedade capitalista, ancorados em seus princípios ideológicos de cooperação, solidariedade e autogestão. Primeiro, o Estado, subjugado ao poder econômico, não tem interesse em estimular uma economia baseada na solidariedade e na não competitividade, pois está voltado, prioritariamente, para atender aos interesses dos grupos financeiramente poderosos. Alguns aspectos como apoio à cadeia produtiva e aos acordos de comercialização, acesso às informações comerciais, apoio e assessoria técnica e organização de políticas públicas de incentivo são também outros desafios a serem vencidos para que os empreendimentos solidários possam crescer e sobreviver no sistema capitalista.

Como não bastasse todos esses desafios, os empreendimentos solidários enfrentam, ainda, as questões sérias relacionadas a sua gestão e profissionalização, que consiste no foco central do presente estudo. Aqui, parte-se da premissa de que os princípios de solidariedade, autogestão, cooperação e participação de forma democrática são ancoradores da Economia Solidária, mas, por si só, não substituem as ferramentas de gestão fundamentais à sustentabilidade econômica, social e das relações dos empreendimentos (CARRION, 2000).

De um ponto de vista administrativo, para que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se tornem mais competitivos<sup>2</sup> no mercado é necessário que seja dada a devida atenção a instrumentos e ferramentas que possam ser aplicados no gerenciamento das atividades tanto de produção, quanto administrativas adotadas em todos os tipos de organizações, com as devidas adequações às peculiaridades dos EES. A esse respeito, Singer (1998, p.123) enfatiza: “É preciso aceitar, crítica, mas positivamente [...] sem desistir de metas solidárias”, reforçando

---

<sup>1</sup> Importante ressaltar o entendimento da palavra sustentabilidade no contexto do estudo que diz respeito à “qualidade ou condição do que é sustentável”, ou seja, um modelo de sistema que tem condições para se manter: aquilo que se pode sustentar, que tem condições para se manter ou conservar.

<sup>2</sup>Aqui se entende que um EES será mais competitivo no mercado se obtiver um melhor posicionamento e uma maior visibilidade no mercado, se tornar-se autossuficiente e se promover a melhoria de vida de seus membros.

a importância da melhoria da qualidade, dos baixos custos, do planejamento, da organização de procedimentos e rotinas, dentro dos princípios solidários, mas sem perder o equilíbrio econômico-financeiro. Nesse sentido, os empreendimentos solidários não podem se furtar da necessidade de profissionalização e qualificação dos trabalhadores envolvidos, nem de um modelo de gestão que articule eficiência técnica e legitimidade social.

Corroborando com essa linha de pensamento, Riciardi e Lemos (2000) reafirmam a questão da adoção de instrumentos e ferramentas de gestão aos EES ao descreverem que os empreendimentos solidários, assim como qualquer outra empresa, devem estar atentos aos cenários externo e interno, concorrência, fidelização e conquista de clientes, diferenciação de produtos, qualidade e preços competitivos. Para os autores, os empreendimentos precisam estar organizados em bases solidárias, pois essas bases são seus pilares ideológicos, no entanto, não devem relegar a importância de se profissionalizarem para se tornarem mais preparados para atenderem a um mercado que é tanto competitivo quanto exigente. Outros pesquisadores também se debruçaram sobre a questão da gestão dos empreendimentos solidários e concluíram que é necessário repensar conceitos e ferramentas administrativas que atendam às demandas específicas desses empreendimentos na busca por garantir sua sustentabilidade (MOURA & MEIRA, 2002; ANDION, 2005; COSTA, 2003; SILVA JUNIOR, 2005).

No estado da Bahia, o fomento à economia solidária tem se desenvolvido, desde 2007, através Superintendência de Economia Solidária – SESOL, órgão da administração direta vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, através do Programa Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda. Esse programa constitui o primeiro passo para a consolidação de uma política pública de economia solidária no Estado, por meio de ações voltadas para fortalecer os cerca de 2.028 empreendimentos já existentes no Estado e para estimular a criação de outros (SETRE, 2018).

Já a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva tem como principal dispositivos<sup>3</sup> os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), que são espaços permanentes e multifuncionais que oferecem aos empreendimentos coletivos e solidários uma assistência técnica multidisciplinar em diversas áreas importantes para a sustentabilidade dos

---

<sup>3</sup> O termo dispositivo possui diversas acepções nos mais variados ramos do conhecimento. No estudo sobre “o que é um dispositivo” de Giorgio Agamben (2005), o conceito descreve o conjunto de elementos técnicos e ideológicos operados estrategicamente pelo poder, principalmente para definir as estratégias do pensamento de Foucault, em que as teorizações acerca dos dispositivos são feitas com base em como estes atuam nas relações, nos mecanismos e nos “jogos de poder”.

Em políticas públicas, os dispositivos são tratados como aparatos ou arranjos que operacionalizam as ações de uma política pública. No contexto desse estudo, os Centros Públicos de Economia – CESOL são considerados dispositivos por que são esses centros que operacionalizam a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva.

grupos. Em linhas gerais, os CESOLs fornecem assessoria técnica de cunho administrativo, comercial, produtivo, contábil e jurídico. Além disso, eles oferecem atividades de formação e comercialização, espaço para eventos, atividades culturais, reuniões de fóruns e redes de economia solidária, como também promovem a articulação de ações de desenvolvimento local e territorial (REIS; ALMEIDA FILHO, 2016). Especificamente, a assistência técnica oferecida por esses centros, visa à melhoria da gestão e a profissionalização dos Empreendimentos Solidários, na medida em que fomentam a adoção e utilização de ferramentas e processos que contribuem para uma gestão eficiente, eficaz e efetiva na rotina diária do empreendimento e, também, buscam capacitar seus trabalhadores no sentido de melhor atender aos clientes e ao mercado com níveis de qualidade. Dessa forma, a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva desenvolve papel na promoção de ações de apoio a grupos produtivos, empreendimentos e redes de economia solidária. Esses grupos, empreendimentos e redes representam uma real alternativa de geração de emprego, renda e trabalho para cidadãos que foram excluídas pelo sistema capitalista.

Atendendo às diretrizes dessa Política, na região do Baixo Sul da Bahia, há, por parte do governo do Estado, uma Rede Solidária de Empreendimentos chamada de Mata Atlântica, que vem trabalhando com Assistência Técnica por meio do Centro Público (CESOL), que por sua vez, e de acordo as iniciativas dos Centros Públicos, abrangem ações de capacitação administrativa, comercial, produtiva, contábil e jurídica dos empreendimentos solidários, como já foi mencionado. Deduz-se, então, que a assistência técnica promovida pelos Centros Públicos, ao contribuir para a gestão e profissionalização dos Empreendimentos solidários, tem o potencial de tornar esses empreendimentos mais competitivos, e conseqüentemente, de promover maior distribuição de renda, mais democratização da economia e desenvolvimento econômico e social, com mais justiça, na região. Por isso, entende-se como fundamental investigar de que forma essa Política está funcionando, na perspectiva dos próprios empreendedores sociais, e se seus dispositivos estão alcançando os objetivos desejados.

A busca pelo entendimento acerca da efetividade das políticas públicas de apoio a empreendimentos solidários no cenário nacional tem sido tema de diversas pesquisas e relatos de experiências de estados, municípios e comunidades, no país. Esses estudos, em linhas gerais, abordam a relação entre Economia Solidária, Estado, meio ambiente e sociedade, e muitos têm como objeto as incubadoras universitárias (BORINELLI, et.al 2010). Esses autores afirmam que, no Brasil, as políticas de economia solidária atuam sobre a debilidade da base associativa e da baixa capacidade de gestão, sendo necessária a presença de instituições de apoio e fomento

à ES como as incubadoras de EES, os programas e os centros públicos, entre outras, para que se tornem efetivas.

Nesta perspectiva, todos esses elementos já citados, servem de base pra justificar esta pesquisa, no sentido de investigar a efetividade da Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva do Estado da Bahia, a partir do ponto de vista dos empreendedores, no que diz respeito ao apoio à cadeia produtiva, aos serviços institucionais, aos instrumentos de gestão pública e à infraestrutura Institucional, bem como esses empreendedores percebem a resolutividade das ações de assistência técnica do CESOL, em termos de organização, controles, sustentabilidade econômico-financeira, processos e procedimentos de trabalho, otimização de tempo, recursos materiais, financeiros, custos, qualidade (indicadores de gestão), na Rede Mata Atlântica, visando assim, contribuir com as discussões no campo científico e social.

Por ser tratar de uma Política potencialmente relevante para a gestão e profissionalização do Empreendimento Solidários na Bahia e por não existirem, dentro do nosso conhecimento, estudos que tenham investigado o modo como os próprios empreendedores solidários baianos a avaliam, estabeleceu-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a percepção dos atores envolvidos com a Economia Solidária quanto às ações da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para a gestão e profissionalização dos empreendimentos solidários na Rede Mata Atlântica, no Território Baixo Sul da Bahia?**

Para guiar a pesquisa estabeleceu-se o seguintes o seguinte **objetivo geral**: Investigar se o empreendedores solidários cadastrados da Rede Mata Atlântica do Território Baixo Sul da Bahia avaliam como efetiva a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para a gestão e profissionalização de seus empreendimentos.

E como **específicos**:

- a) Caracterizar sociodemograficamente os atores sociais ligados aos empreendimentos solidários do Território de Identidade Baixo Sul Rede Mata Atlântica;
- b) Mapear os tipos de empreendimentos solidários no território Baixo Sul da Bahia Rede Mata atlântica, caracterizando-os quanto à localização, área de atuação, forma de organização, destino dos produtos;
- c) Identificar, no contexto da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócio Produtiva do Estado da Bahia, as ações de incentivo e apoio técnico à produção, comercialização e consumo de produtos gerados por empreendimentos solidários;
- d) Avaliar, na percepção dos atores envolvidos nos empreendimentos solidários da rede Mata Atlântica, a efetividade da Política de Assistência Técnica para a gestão e profissionalização



- dos empreendimentos, no que diz respeito ao apoio à cadeia produtiva, aos serviços institucionais, a orientações sociopolítica e ambiental e à infraestrutura Institucional;
- e) Avaliar, na percepção dos atores, a efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL para o desenvolvimento de seus empreendimentos em termos de organização, controles, sustentabilidade econômico-financeira, processos e procedimentos de trabalho, otimização de tempo, recursos materiais, financeiros, custos, qualidade (indicadores de gestão);
  - f) Verificar se há relações entre a percepção da efetividade e renda, escolaridade do empreendedor;
  - g) Investigar se há efeitos da zona de atuação, tipo de organização dos empreendimentos, tipo de atividade desenvolvida e destino dos seus produtos sobre a percepção de efetividade da política pública e da assistência prestada pelo Centro Público;
  - h) Investigar se os sete municípios que compõem a rede Mata Atlântica desse Território diferem significativamente quanto a percepção da efetividade da política pública e assistência técnica, por parte de seus empreendedores solidários.

Espera-se que este estudo traga reflexões e contribuições importantes, e, de certa maneira, inéditas, sobre as potencialidades e os desafios dos empreendimentos solidários no que diz respeito a sua gestão, profissionalização, ao seu desenvolvimento, crescimento e sua sustentabilidade. Para entender a percepção dos atores sociais acerca das ações da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão socioprodutiva, adotou-se a aplicação de questionários aos empreendedores solidários nos empreendimentos que fazem parte da Rede Mata Atlântica do Território Baixo Sul da Bahia, onde buscou-se avaliar como tais atores percebem a efetividade dessa política pública, principalmente no que tange aos incentivos oferecidos pelo Governo do Estado, bem como em relação à assistência técnica prestada pelo centro público (CESOL), visando ao crescimento e desenvolvimento, à sustentabilidade e à sobrevivência dos empreendimentos solidários da região.

O referencial teórico abordou conceitos sobre Economia Solidária, Políticas Públicas para o fortalecimento da Economia Solidária e Gestão e Profissionalização dos Empreendimentos Solidários. A dissertação, portanto, está estruturada em oito capítulos conforme descritos a seguir:

No primeiro capítulo está estruturada a introdução em que consta a contextualização do assunto, o problema e os objetivos da pesquisa. Já o segundo capítulo traz a metodologia do trabalho de forma bastante detalhada, incluindo informações sobre o tipo de pesquisa, os participantes, tipo de amostragem, métodos, procedimentos e instrumentos de coletas de dados empregados, tipo de análises estatísticas que foram adotadas, e cuidados éticos envolvidos.

O terceiro capítulo discutiu a Economia Solidária como alternativa ao modo de produção capitalista, procurando contextualizar seu papel e lugar frente a dois fenômenos contemporâneos: a globalização e a economia neoliberal. Uma vez feita a abordagem contextual da Economia Solidária, apresentou-se seus principais conceitos, suas características e seus princípios fundamentais. Na sequência, fez-se um resgate histórico de suas origens no mundo, no Brasil e no Estado da Bahia. O capítulo se encerra com a apresentação dos conceitos de empreendimentos econômicos solidários, suas principais características, além de situá-lo historicamente no contexto brasileiro. Ao longo desse terceiro capítulo os principais autores abordados foram Paul Singer (2000; 2002), Karl Polanyi (2012), Boaventura de Souza Santos (2002), França Filho e Laville (2004), Luís Inácio Gaiger (2004), Euclides Mance (2000), que trouxeram contribuições e discussões voltadas à organização das atividades produtivas no contexto da economia solidária e sobre as múltiplas abordagens da economia solidária.

O quarto capítulo tem seu foco nas discussões sobre o Estado e as Políticas Públicas de enfrentamento a pobreza, as políticas públicas para o fortalecimento da Economia Solidária, traçando uma perspectiva de seu desenvolvimento no Brasil. Na sequência, abordou-se as Políticas de Economia Solidária no Estado da Bahia e nos Territórios de Identidade do Estado, com base em estudos realizados pelo IPEA, Leis de criação de Políticas de Economia Solidária, experiências de programas de fomento em economia solidária e um estudo sobre a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva no Estado da Bahia. Neste capítulo foi apresentado, também, um tópico dedicado a estabelecer o significado e conceitos acerca do que vem a ser “efetividade” no contexto deste estudo a partir da contribuição de diferentes autores (AZEVEDO, 2003; DIAS E MATOS, 2012; FAGNANI, 1997; THOENING, 2000; RUA, 2009; SINGER, 2004; FRANÇA FILHO, 2006).

No quinto capítulo foi feita uma análise das potencialidades e limitações do uso de ferramentas de gestão para empreendimentos econômicos solidários, levando em consideração as peculiaridades de tais empreendimentos e, também, procurando demonstrar a necessidade da adoção de ferramentas de gestão da administração que podem ser adaptadas a empreendimentos solidários como fonte de melhoria, desenvolvimento, crescimento, sustentabilidade e sobrevivência de negócios no mercado, trazendo autores como Idalberto Chiavenato (2003), Antônio Cesar Amaru Maximiano (2002), Luís Inácio Gaiger (2004; 2011).

O sexto capítulo traz detalhadamente os resultados do estudo em correspondência com cada objetivo específico traçado. Por tratar-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, seguiu-se a tradição que orienta que os resultados sejam descritos em capítulo separado das discussões. Assim, nesse capítulo são apresentadas apenas as tabelas com resultados descritivos e

inferenciais, sendo essas últimas aquelas que trazem os resultados de todos os testes estatísticos empregados (teste de correlação entre variáveis, ANOVA, que compara as médias entre grupos distintos e a MANOVA, que permite investigar os efeitos de variáveis independentes sobre as variáveis Dependentes. Na sequência de cada tabela apresentada, há uma breve explicação de seus principais elementos, sem que ainda se constitua como uma discussão dos resultados em si. Também nesse capítulo foram apresentados os resultados da análise de dados secundários do estudo, como é o caso das ações propostas pela Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva.

Na sequência, o sétimo capítulo, que é o capítulo das Discussões dos Resultados, é o que concentra os esforços analíticos e sintéticos da dissertação, e exigiu grande reflexão e boa dose de criatividade, uma vez que existem poucos estudos com objetivos semelhantes a esse no Brasil. Nele foram discutidos, um a um, cada um dos resultados obtidos e descritos no capítulo anterior, que por sua vez estão em correspondência com cada um dos objetivos específicos, como já foi dito.

Por fim, o oitavo capítulo traz as considerações finais, onde estão sintetizadas todas as discussões que permearam toda a dissertação, através de uma visão geral e conclusiva do estudo, apontando as percepções dos atores sociais em relação às ações empreendidas pelo Governo do Estado para incentivar e fomentar as políticas públicas de economia solidária, por meio da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, bem como dos serviços prestados pelo CESOL, ressaltando os principais desafios de empreendedores e empreendimentos solidários quanto a sua sustentabilidade.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 Tipo de pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, na medida em que fez uso de instrumento padronizado para a coleta dos dados primários, que foram tabulados, analisados e interpretados por meio de métodos estatísticos (GODOY, 1995; GIL, 2002).

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, com corte transversal. A pesquisa exploratória (GIL, 2002) tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Por outro lado e de forma complementar, os estudos descritivos, segundo Lakatos e Marconi (1991), têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como ele se constitui, as características e processos que dele fazem parte e estabelecer relações entre as variáveis estudadas.

Optou-se, nesse estudo, pela metodologia quantitativa por dois principais motivos: a) porque se pretendeu entrevistar um número relativamente grande de empreendedores solidários para fins de generalização para o Território Baixo Sul, de tal modo que se tivesse um panorama representativo do olhar desses atores sociais acerca do objeto em estudo e b) porque se buscou capturar a variabilidade da percepção da efetividade dos empreendedores em relação a dimensões específicas da Política de Assistência Técnica, incluindo a avaliação da efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL. Isso significa que não apenas se buscou identificar e descrever o que esses empreendedores pensavam sobre essa política (objetivo que também poderia ser plenamente atendido com o uso de metodologia qualitativa), mas também se objetivou mensurar seu grau de satisfação em relação às ações, incentivos dessa política ou o quanto eles viam que os serviços e produtos da assistência técnica oferecida pelo CESOL contribuíram ou não para a profissionalização da gestão de seus empreendimentos. Pretendeu-se, ainda, identificar quais fatores relacionados à estrutura e a dinâmica dos EES afetariam a percepção desses empreendedores, além de comparar se haveria diferenças significativas entre

os municípios que compõem o território no que diz respeito à percepção da efetividade. Portanto, essa pesquisa tem objetivos não apenas exploratórios, mas também descritivos, uma vez que parte da premissa de que seja possível identificar relações e efeitos entre variáveis específicas e diferenças grupais significativas.

Para que fosse possível estabelecer o grau de variabilidade da percepção desses empreendedores, investigar relações e efeitos entre variáveis e comparar municípios distintos fez-se necessário usar recursos técnicos de pesquisa para medir com mais precisão a percepção de efetividade (o que é possível com o uso de escalas) e procedimentos metodológicos que permitissem verificar se existem relações, efeitos e diferenças significativas do ponto de vista estatístico (o que é possível com o emprego de testes estatísticos que testem hipóteses dentro de um nível de significância aceito pela comunidade científica). Portanto, a metodologia quantitativa se fez necessária para atender aos objetivos geral e específicos propostos pelo presente estudo.

Finalmente, faz-se também necessária alguma consideração teórico-metodológica sobre o uso do constructo psicológico **percepção** nesse estudo. Percepção, a rigor, é um fenômeno e, ao mesmo tempo, um processo psicológico básico que permite aos indivíduos organizarem e interpretarem suas impressões sensoriais com a finalidade de dar sentido ao seu ambiente. Ainda que a percepção tenha uma definição psicofisiológica que a vincula à capacidade dos órgãos dos sentidos, pesquisadores estendem o uso do termo aos estudos de fenômenos sociais, uma vez que também podem ser entendidos como objetos da realidade que circunda o sujeito. Nesse sentido, a percepção também pode ser entendida como um processo complexo e ativo que requer um trabalho de análise, abstração e síntese de fenômenos físicos e sociais (LURIA, 1991). Assim, a percepção permite uma interpretação subjetiva da realidade por parte dos sujeitos que pode ser acessada por outras pessoas, por meio de distintos recursos (entrevistas, aplicação de escalas, por exemplo).

A “captura” da percepção da efetividade de uma política pública por parte de um pesquisador, como já foi falado, pode se dar por meio de método qualitativo ou quantitativo, a depender do quanto estruturalmente organizado estará seu inquérito. O nível de estruturação do inquérito depende, por sua vez, dos objetivos do estudo.

No método qualitativo, a percepção é sinônimo de ponto de vista ou perspectiva mais ampla, e pode ser vista com o estudo de um modo de apreender específico, “tendo como objeto os fenômenos em suas qualidades para sua identificação e compreensão por parte do pesquisador” (TURATO, 2005, p.512). Normalmente, a forma de acessar a percepção de algum fenômeno ou objeto na pesquisa qualitativa se dá por meio de entrevistas semiestruturadas, que

permitem apreender de forma menos estruturada e mais profunda os pensamentos, crenças e conhecimentos do participante acerca do objeto. Nesse sentido, estudos que buscam apreender a percepção dos participantes são, por natureza, exploratórios na pesquisa qualitativa.

Maturana e Varela (1995) questionam, a partir de uma perspectiva fenomenológica, se seria possível o homem se deslocar de si mesmo e descrever sua própria consciência acerca dos fenômenos a sua volta, fornecendo observações objetivas de modo alheio a si próprio, sem se autoidentificar como parte integrante do processo. Nessa perspectiva, qualquer tentativa de descrever uma percepção, de se definir algo ou de se fixar um sentido da realidade em si, feita por um observador, dependerá sempre do filtro cognitivo e emocional desse observador. Assim a percepção é vista como uma construção individual, sendo, pois, relativa ao entendimento de quem observa, como também uma construção social, devido às experiências vivenciadas coletivamente. Tal ponderação serve tanto à pesquisa qualitativa, quanto quantitativa.

Na pesquisa quantitativa, a percepção de si ou de algo é vista como um constructo psicológico, portanto, algo latente, não observável objetivamente, mas que pode ser mensurado de modo mais ou menos confiável e válido. A percepção de si ou de algo, como uma política pública ou um Centro de Assistência Técnica, que é o caso dessa pesquisa, costuma ser acessada por meio de questionários padronizadas, cujas respostas podem ser medidas por meio de escalas psicométricas - como a Escala de Intervalos Aparentemente Iguais de Thurstone, de 1928; as Escalas de Likert, de 1932; ou a Escala de Diferencial Semântico de Osgood, de 1957, por exemplo (BRANDALISE; BERTOLINI, 2013). A vantagem do uso de escalas psicométricas é que elas permitem estabelecer a variabilidade individual e grupal de um determinado atributo ou constructo psicológico numa amostra. Assim, é possível observar o grau de concordância ou o grau de satisfação de um indivíduo com relação a distintos aspectos da política em questão, comparar grupos de indivíduos de acordo com critérios específicos, e investigar que variáveis podem estar relacionadas com a variabilidade dessa concordância ou grau de satisfação.

Uma escala psicométrica deve incorporar todas as dimensões (ou fatores) de um constructo e cada uma das dimensões é composta por itens. Essas escalas dispõem de procedimentos para que sejam averiguadas sua validade (propriedade de medir aquilo que se pretende medir) e sua confiabilidade (capacidade em reproduzir um resultado de forma consistente no tempo e no espaço) (SOUZA, ALEXANDRE; GUIRARDELLO, 2017).

Outro procedimento necessário a ser feito quando de acessar um constructo por meio de escala é a sua operacionalização. Nesse estudo, operacionalizou-se a “efetividade da política pública” em termos de apoio à cadeia produtiva, aos serviços institucionais, às orientações sociopolítica e ambiental e à infraestrutura institucional. De modo semelhante, operacionalizou-

se a “efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL” em termos de organização, controles, sustentabilidade econômico-financeira, processos e procedimentos de trabalho, otimização de tempo, recursos materiais, financeiros, custos, qualidade (indicadores de gestão).

## 2.2 População em estudo e amostra

Participaram da etapa de campo da pesquisa uma amostra de 80 atores (58 mulheres e 22 homens) vinculados a 33 Empreendimentos de Economia Solidária cadastrados no CESOL da Rede Mata Atlântica no Território de Identidade Baixo Sul da Bahia. A Rede Mata Atlântica é composta por 33 empreendimentos solidários classificados em associações, cooperativas e grupos informais, nos sete municípios que estão cadastrados. Em cada empreendimento participam uma média de 10 a 20 pessoas. Foram selecionados em cada empreendimento de dois a cinco associados, sendo necessariamente de uma a duas do núcleo gestor e as demais, pessoas ligadas ao empreendimento, mas que não faziam parte do núcleo gestor. A escolha dessas pessoas que não participam do núcleo gestor foi feita de forma não probabilística, ou seja, por conveniência, mediante a facilidade de acesso pelo pesquisador e aceitação do pesquisado em participar do estudo. O único critério de exclusão foi a idade. Só participaram do estudo maiores de 18 anos. Uma vez que a caracterização sociodemográfica dos atores sociais vinculados aos empreendimentos solidários da rede era um dos objetivos específicos da pesquisa, essa informação será apresentada na seção dos resultados.

## 2.3 Coleta dos dados

Essa pesquisa teve como estratégia principal a pesquisa de campo, mas ela não se resumiu a isso. Quanto aos procedimentos técnicos específicos, a obtenção dos dados e informações deu-se também, por meio de pesquisa documental e de pesquisa à base de dados secundário, que serão descritos a seguir. Os procedimentos de coleta foram organizados em etapas sucessivas de modo a garantir a organização lógica do processo de pesquisa.

**Pesquisa Documental:** Para investigar as ações de incentivo e apoio à produção, comercialização e consumo de produtos gerados por empreendimentos solidários no Baixo Sul, foi feito levantamento documental junto à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia no sentido de identificar as ações e recursos destinados aos

empreendimentos do Baixo Sul. Foram pesquisados os seguintes documentos: a) Legislação que regulamenta a Política de Economia Solidária no Estado da Bahia; b) Site da SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego Renda e Esporte) com os dados oficiais que apresentam as políticas e programas desenvolvidos pelo Estado da Bahia para incentivo e fomento ao desenvolvimento dos EES;

**Pesquisa a base de dados secundários:** Essa etapa tinha por finalidade realizar o mapeamento e aprofundar a caracterização dos EES localizados no Território Baixo Sul da Bahia. Seriam coletadas informações no banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), disponibilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) onde seriam colhidos os dados referentes aos Indicadores da Economia Solidária disponibilizados no mapa digital, que apresentam informações como localização dos empreendimentos, formas de atuação, serviços, produção, comercialização, finanças, consumo dentre outros. Com base nos indicadores fornecidos pelo SIES/SENAES foi estruturado o questionário, instrumento de pesquisa para avaliação da política pública estudada, mais especificamente ao que está relacionado à estrutura socioprodutiva, por parte do EES do território de identidade. Também seriam colhidas informações no Centro Público de Economia Solidária (CESOL), para se obter um mapeamento sobre o trabalho que o Centro Público realiza no Território de Identidade pesquisado, especificamente no que tange a Assistência Técnica prestada aos EES.

No entanto, ao longo da pesquisa tomou-se conhecimento de que esses dados e informações que eram disponibilizadas no banco de dados SIES (Sistema de Informações de Economia Solidária), organizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), desde o ano 2013, não eram alimentados regularmente, encontrando-se, portanto, totalmente defasados. Além disso, com a extinção das atividades da SENAES, no governo Temer, as informações sobre o panorama nacional, bem como dos Estados e dos Territórios, praticamente deixaram de existir por falta de atualizações.

Diante dessa impossibilidade, buscou-se, também, obter dados e informações através da SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte) do Estado da Bahia, por meio da plataforma CadCidadão, na tentativa de se montar o panorama dos EES no Baixo Sul Baiano. No entanto foi disponibilizada a informação pela secretaria de que a plataforma não dispunha de estrutura de dados que pudessem atender as informações solicitadas, e que, tratava-se de uma plataforma ainda rudimentar, precisando ser repensada, não podendo ser filtrados os dados de quantidade de EES, áreas de atuação, tipo de atividades desenvolvidas, número de participantes,



o que comercializam e onde comercializam, dentre outros, que pudessem trazer um retrato de como está caminhando e sendo desenvolvido as atividades solidárias no território estudado. De igual forma, o Centro Público de Economia Solidária do Território (CESOL), não dispunha de informações que pudessem contribuir com a pesquisa, uma vez que durante o período da coleta o CESOL do Território não existia de direito, uma vez que o contrato do governo com a Organização Social havia expirado. Dessa forma, frente à inviabilidade de coleta de informações por meio de fonte secundárias, como era previsto, optou-se por levantar esses dados na etapa de campo da pesquisa, por meio de questionário.

**Pesquisa de Campo:** Durante essa etapa de pesquisa de campo foram aplicados quatro instrumentos:

Questionário Sociodemográfico e motivação do empreendedor: Esse instrumento contemplou questões relacionadas ao gênero, escolaridade, estado civil e renda do empreendedor. Ao final trazia uma questão sobre qual a motivação para fazer parte de um empreendimento de economia solidária. Foi composto de cinco questões fechadas com alternativa de respostas dicotômicas ou de escolha múltipla (Apêndice A).

Questionário de informações sobre o perfil empreendimento. O instrumento incorporou questões relativas ao tipo de empreendimento, onde estava localizado, qual a zona de atuação, qual atividade desenvolvia e qual o destino dos produtos, se o respondente é membro da direção. Foi composto de cinco questões de múltipla escolha (Apêndice A).

Escala de percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva (Apêndice A). A escala mediu quatro dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva de fomento e apoio aos EES para melhoria da gestão e, conseqüentemente, a profissionalização dos mesmos. O Quadro 1 apresenta a definição de cada uma das dimensões, bem como seus indicadores.

Quadro 1- Dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, definição de cada dimensão e seus indicadores

<b>Dimensões</b>	<b>Definição</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Apoio à cadeia produtiva</b>	Relaciona-se a ações e projetos do poder público voltados a apoiar a o desenvolvimento de produtos dos EES.	Investimentos do poder público nas cadeias produtivas; Acordos de comercialização da produção; acesso a linhas de crédito; compras governamentais
<b>Serviços Institucionais</b>	Relacionam-se aos serviços prestados pelas organizações nos territórios, tais como: assistências técnicas, apoio tecnológico, informações sobre preços.	Informações comerciais; Acesso às informações comerciais; Prestação de serviços tecnológicos; Assessoria técnica.
<b>Infraestrutura Institucional</b>	Refere-se à existência de infraestrutura pública para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas, nos territórios;	Espaços culturais e recreativos; Secretarias municipais de apoio ao desenvolvimento de negócios de base solidária; espaços coletivos para comercialização.
<b>Sociopolítica e Ambiental</b>	Relaciona-se a: composição e especificação dos produtos, oferta de produtos orgânicos, práticas de menores preços e preocupação ambiental no processo produtivo	Orientações para uma produção baseada na preocupação e cuidado com o meio ambiente e conservação de recursos; oferta de produtos orgânicos e com preço justo e de ordem social; cuidado nas informações sobre composição e especificação dos produtos

Fonte: SIES, Almeida (2010) com alterações propostas pela autora.

Cada dimensão possuiu cinco itens do tipo Likert de 5 pontos, com as respostas variando de “muito Insatisfeito” (1) até “Muito satisfeito” (5), compondo 20 itens no total. Foram calculados os valores de consistência interna, ou seja, a confiabilidade, de todas as subescalas que mediram as quatro dimensões, através do alfa de *Cronbach* ( $\alpha$ ). A Tabela 1 apresenta as dimensões que foram investigadas, sua definição, seus respectivos itens, e os valores de  $\alpha$ , sendo considerado aceitáveis os valores superiores as 0,70. Como é possível constatar, todos os valores de alfa foram superiores ao ponto de corte ( $\alpha \geq 0,70$ ), o que indica que todas as subescalas empregadas são confiáveis para medir o que se propuseram a medir.

Tabela 1 - Dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, definição de cada dimensão, itens e valores de  $\alpha$  (alfa de Cronbach)

(Continua)

Dimensões /Alfa de Cronbach	Itens
Apoio à cadeia produtiva ( $\alpha = 0,80$ )	Investimentos, incentivos e apoio a fabricação dos produtos dos empreendimentos solidários da Rede;
	Investimentos, incentivos e apoio na comercialização dos produtos dos empreendimentos da Rede;
	Investimentos, incentivos e apoio ao fortalecimento dos empreendimentos da Rede para comercialização dos produtos para o consumidor final, permitindo maiores ganhos;
	Investimentos, incentivos e apoio no acesso à informação e acesso dos empreendimentos às linhas de crédito;
	Investimentos, incentivos e apoio fornecidos aos empreendimentos para participação em compras governamentais;
Serviços Institucionais ( $\alpha = 0,82$ )	Investimentos, incentivos e apoio ao acesso a informações comerciais como por exemplo, fornecedores e potenciais clientes;
	Investimentos, incentivos e apoio ao acesso a informações comerciais como por exemplo, preço de matéria-prima e insumos de produção;
	Investimentos, incentivos e apoio a compras comerciais para os empreendimentos da Rede de forma coletiva, garantindo melhor preço, uma vez que comprando em maior escala a negociação torna-se mais vantajosa;
	Investimentos, incentivos e apoio voltadas a assessoria de marketing e divulgação para comercialização de produtos e serviços;
Infraestrutura Institucional ( $\alpha = 0,71$ )	Investimentos, incentivos e apoio para implantação e fornecimento de novas tecnologias pra empreendimentos solidários (aquisição de máquinas, equipamentos, computadores e novas formas de manejo para produção)
	Investimentos, incentivos e apoio para incremento, desenvolvimento e planejamento de Políticas de Economia Solidária;
	Investimentos, incentivos e apoio para organização e implementação de espaços coletivos para comercialização;
	Investimentos, incentivos e apoio para organização e implementação de espaços culturais e recreativos para desenvolvimento de atividades das famílias ligadas aos empreendimentos solidários da Rede;
	Investimentos, incentivos e apoio na promoção de feiras solidárias com a participação dos empreendimentos da Rede;
Investimentos, incentivos e apoio ao desenvolvimento de negócios de base solidária.	

Tabela 1 - Dimensões da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, definição de cada dimensão, itens e valores de  $\alpha$  (alfa de Cronbach)

(Conclusão)

Dimensões /Alfa de Cronbach	Itens
Sócio-política e Ambiental  ( $\alpha = 0,94$ ).	Investimentos, incentivos e apoio na assistência prestada e orientação para que os produtos obtenham informações sobre sua composição e especificação;
	Investimentos, incentivos e apoio em relação à assistência prestada na informação e garantia fornecida de ser o produto ou serviço de origem social;
	Investimentos, incentivos e apoio na conscientização dos empreendimentos solidários quanto a preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços;
	Investimentos, incentivos e apoio em relação ao cuidado na oferta de produtos orgânicos e livre de agrotóxicos;
	Investimentos, incentivos e apoio em relação à conscientização da prática de menores preços ou menores custos por parte dos empreendimentos solidários em relação ao mercado.

Fonte: SIES, Almeida (2010) com alterações propostas pela autora.

Escala de percepção da efetividade da assistência técnica prestada pela CESOL (Apêndice A):Essa escala também foi composta de 20 itens que mediram três dimensões da efetividade da Assistência Técnica prestada pela CESOL. As opções de resposta também foram do tipo *Likert* de 5 pontos variando de “Não contribuiu em nada” (1) à “Contribuiu muito” (5). A finalidade dessa escala foi de avaliar, na percepção dos atores, questões relacionadas ao crescimento e melhor desempenho de seus empreendimentos após ações de assistência técnica desenvolvidas pelo CESOL, até o ano de 2016. Também foram calculados os valores de consistência interna, ou seja, a confiabilidade de todas as subescalas que mediram as três dimensões, através do alfa de *Cronbach* ( $\alpha$ ). A Tabela 2 apresenta as dimensões que foram investigadas, sua definição, seus respectivos itens, e os valores de  $\alpha$ , sendo considerado aceitáveis os valores superiores as 0,70. Novamente, foi possível constatar que todos os valores de alfa foram superiores ao ponto de corte ( $\alpha \geq 0,70$ ), o que indica que todas as subescalas empregadas são confiáveis para medir o que se propuseram a medir.

Tabela 2 - Dimensões da efetividade da Assistência Técnica prestada pela CESOL, definição de cada dimensão, itens e valores de  $\alpha$  (alfa de Cronbach)

(Continua)

Dimensões /Alfa de Cronbach	Itens
Organização e Planejamento ( $\alpha = 0,97$ )	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a divisão das tarefas e organização das rotinas das pessoas que trabalham no empreendimento;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a determinação de atividades e responsabilidades (quem faz o quê, quando, como e onde);
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a organização e a otimização de espaços e dos processos de produção;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a melhoria ocorrida em relação ao nível de compromisso e entendimento com as atividades desenvolvidas no dia-a-dia de trabalho por parte das pessoas que trabalham no empreendimento;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação ao processo de planejamento do seu negócio.

Tabela 2 - Dimensões da efetividade da Assistência Técnica prestada pela CESOL, definição de cada dimensão, itens e valores de  $\alpha$  (alfa de Cronbach)

(Continuação)

Dimensões /Alfa de Cronbach	Itens
Qualidade e Controles  ( $\alpha = 0,99$ )	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a qualidade do trabalho na produção;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a economia de tempo, materiais e insumos;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a organização interna das atividades;
	Avaliação de maneira geral depois das atividades desenvolvidas e da assistência técnica prestada pelo CESOL;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a organização da documentação do empreendimento;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação aos controles no seu negócio como por exemplo, verificar se o que foi planejado está sendo executado;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação ao controle de falhas, correção e prevenção das mesmas;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação aos controles básicos de entrada e saída de insumos, materiais e produtos para a produção;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação ao acompanhamento da comercialização dos produtos;
Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a qualidade dos produtos e serviços	

Tabela 2 - Dimensões da efetividade da Assistência Técnica prestada pela CESOL, definição de cada dimensão, itens e valores de  $\alpha$  (alfa de Cronbach)

Dimensões /Alfa de Cronbach	Itens
Sustentabilidade Econômico-Financeira  ( $\alpha = 0,97$ )	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a organização do controle de custos, receitas e despesas (fluxo de caixa);
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a orientações acerca das relações com negociação e compras com fornecedores;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação ao aumento das vendas do empreendimento;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a redução dos custos do empreendimento;
	Contribuições acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a distribuição dos resultados financeiros com os associados e cooperados.

Fonte: SIES, Almeida (2010) com alterações propostas pela autora.

## 2.4 Local/Área de Estudo e Caracterização do Território

Segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia, os Territórios de Identidade da Bahia foram reconhecidos como divisão territorial oficial de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia em 2010. O conceito de Território de Identidade advém do processo iniciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com toda a discussão para composição dos territórios rurais em 2003. Na Bahia, após diversos encontros e discussões entre atores sociais e gestores públicos, formaram-se 26 territórios rurais que, posteriormente, vieram a compor os 26 Territórios de Identidade da Bahia (SEPLAN, 2018).

O Território de Identidade Baixo Sul ocupa uma área de 7.695 km<sup>2</sup> e população estimada em 359.109 habitantes com predominância dos habitantes residindo na zona urbana (53,2%), (IBGE, 2014), sendo 181.819 do sexo masculino e 177.290 do sexo feminino, o que corresponde a aproximadamente 1,4% do território estadual (SEI, 2016) A figura 1 mostra sua localização no Estado.



Figura 1- Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, 2016  
 Fonte: SEPLAN, 2016

É composto administrativamente pelos municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (BAHIA, SEI, 2016). O maior município do território é o de Valença com população estimada em 98.053 habitantes (IBGE, 2016) que se constituiu em um núcleo de desenvolvimento regional.



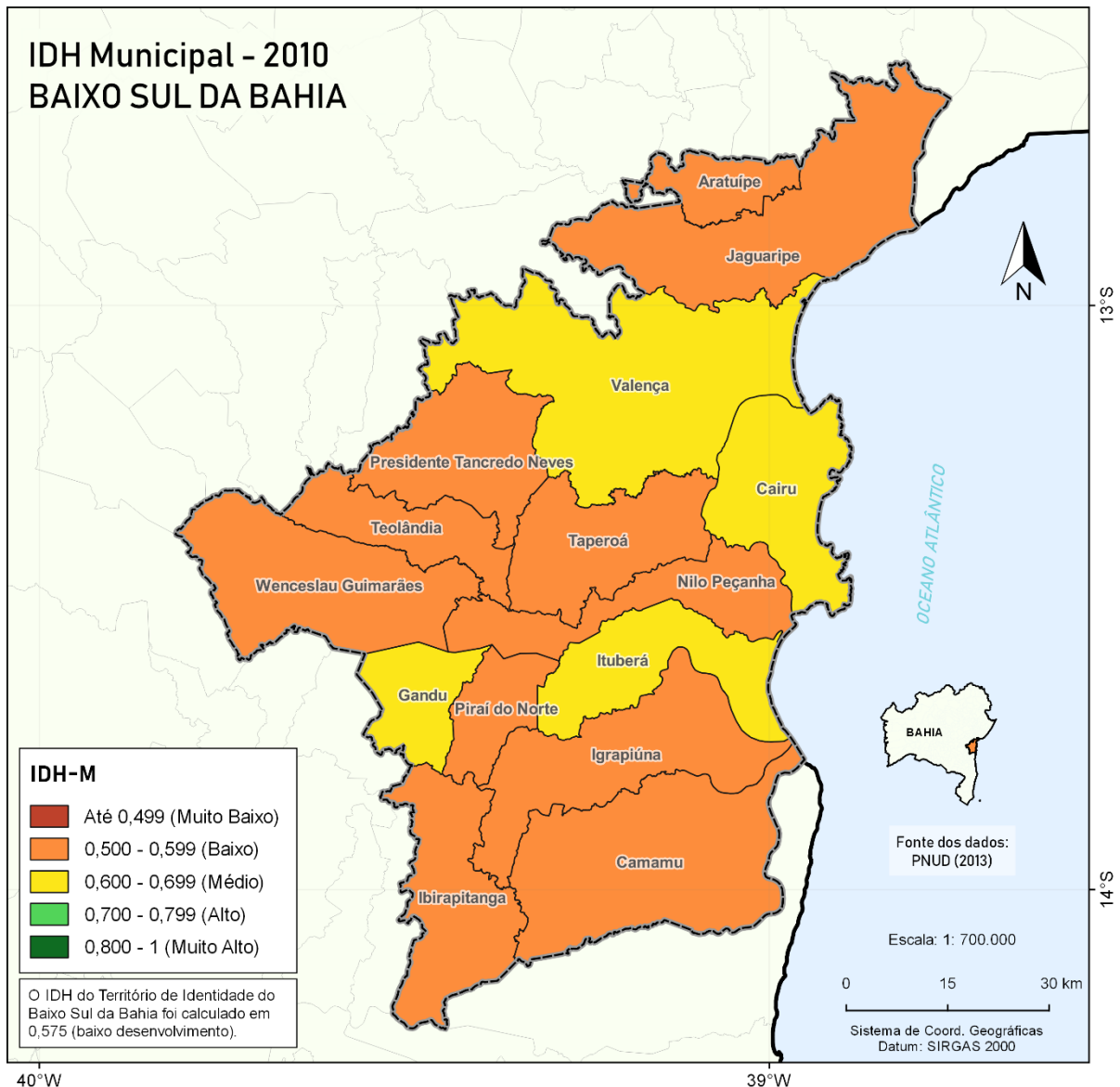


Figura 2- Mapa que apresenta os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do Território Baixo Sul do Estado da Bahia, 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010

A Figura 2 apresenta os índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, de cada município que compõe o Território Baixo Sul da Bahia. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pela ONU e é uma medida sintética do progresso a longo prazo considerada em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O índice se apresenta como alternativa Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. De acordo com os últimos dados divulgados para o IDHM e espacializados na Figura 2, o Baixo Sul da Bahia encontrava-se classificado no ano de 2010 como um território que apresentava baixo desenvolvimento humano, com um índice igual a 0,575. Para efeitos de comparação, no mesmo período o Brasil apresentou um IDH de 0,727 (alto) e para o Estado da Bahia o índice apresentou um valor de

0,660 (médio). Dentre os municípios do Baixo Sul apenas quatro deles apresentaram índices categorizados como médio desenvolvimento humano: Gandu (0,632), Cairu (0,627), Valença (0,623), Ituberá (0,606).

Outro indicador que contribui para se ter um retrato das condições sociais do território é o Índice de Desenvolvimento Social – IDS. O IDS foi criado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de um determinado território em comparação com outros semelhantes. O IDS combina Índice do Nível de Saúde (INS), o Índice do Nível de Educação (INE), o Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e o Índice da Renda Média dos Chefes de Família (IRMCF). O índice permite estabelecer um *ranking* entre todos os municípios da Bahia e assim identificar aqueles que apresentam as melhores e as piores condições sociais no Estado. De acordo com os últimos dados divulgados, para o ano de 2006, os municípios que obtiveram os mais altos índices de desenvolvimento social e que melhor estavam posicionados no ranking foram Cairu (26°), Valença (34°), Gandu (41°). Já aqueles que apresentaram as piores pontuações, inclusive dentre todos os 417 municípios do Estado, foram Igrapiúna (390°), Wenceslau Guimarães (389°) e Jaguaripe (337°).

Quando se trata da concentração de renda, apesar da tendência nacional motivada pelo aumento do salário mínimo, pela adoção de programas sociais de combate à pobreza e pelo crescimento do emprego formal, o GINI do Território de Identidade de acordo com o IBGE, no ano 2000 era de 0,599, em 2010 ficou reduzido em 0,552, o que demonstrou uma queda em relação ao apresentado pelo Estado, onde o índice variou de 0,664 para 0,631 (SEI, 2016) O Índice Gini mede a concentração de renda de um determinado território e vai de 0 a 1, portanto quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda.

Entre os municípios do TI Baixo Sul, dez apresentaram queda de concentração de renda, com destaque para Aratuípe (-0,086) e Teolândia (-0,078). O município que apresentou a menor queda de concentração de renda entre os municípios do território foi o de Wenceslau Guimarães (0,455), no entanto, tal resultado pode não refletir uma melhoria, visto que de nada adianta uma desigualdade insignificante em ambientes de extrema pobreza (SEI, 2016).

Entre os municípios do Baixo Sul, a proporção de extremamente pobres apresentava comportamentos diferenciados. Três municípios possuíam proporções abaixo de 15,0%: (Gandu, 12,5%), Ituberá (12,1%) e Valença (13,5%). Outros seis possuíam proporções entre 15,0% e 20,0%. E os seis restantes tinham proporções acima de 20,0% (SEI, 2016).

Os dados da amostra do Censo 2010 indicam que o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas com rendimento no TI era de R\$ 543,41, muito abaixo do

rendimento médio do Estado (R\$ 901,85). Os maiores rendimentos médios no TI foram encontrados nos municípios de Gandu (R\$ 697,82) e Cairu (R\$ 640,14). Por sua vez, os menores rendimentos médios foram observados em Jaguaripe (R\$ 384,01) e Nilo Peçanha (R\$ 405,04). No TI de acordo com o Censo, existem 13.620 pessoas sem ocupação, representando 1,9% do Estado (SEI, 2016).

Em relação às taxas e índices de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais do TI, de acordo com a SEI (2016), no período compreendido entre 2000 e 2010 (IBGE), as taxas mostraram-se decrescentes para todos os municípios. Em 2010 a taxa de analfabetismo do território foi de 23,6% permanecendo acima do nível de analfabetismo do Estado (16,3%), e apenas três municípios apresentaram taxas inferiores a 20%: Cairu (15%), Ituberá (17,9%) e Valença (18,3%). Os maiores contingentes de analfabetos foram encontrados em Ibirapitanga (34,4%), Teolândia (30,4%) e Jaguaripe (28,4%).

Historicamente, os municípios do Baixo Sul estiveram ligados ao extrativismo do pau-brasil e da cana-de-açúcar, primeiras tentativas de plantio de mandioca e determinadas fruteiras e também à cultura cacauzeira. Entre as principais atividades agrícolas desenvolvidas no Baixo Sul hoje, encontram-se o dendê, o cacau, a borracha, a mandioca e o gado bovino, segundo indica o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. O território também se destaca pela presença de 95 comunidades pesqueiras artesanais, distribuindo-se por quase todos os municípios do Baixo Sul. Foi registrada também a presença de 38 aglomerados de comunidades remanescentes de quilombos, sobretudo em Camamu, Valença e Cairu (SDR, 2015).

Atualmente, o turismo é um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico do Baixo Sul, sendo esta região denominada pelo Mapa do Turismo Brasileiro como Costa do Dendê. O litoral compreende 115 km de praias e a região abriga ilhas, rios cachoeiras, restingas, manguezais, recifes de corais, que propiciam desde o ecoturismo até aventuras e esportes radicais (PRODETUR – BRASIL, 2009).

## **2.5 Procedimento de coleta de dados**

Inicialmente foi feito o contato junto ao responsável pelo CESOL, para apresentar em linhas gerais a pesquisa, destacar os aspectos éticos envolvidos, esclarecer dúvidas e formalizar o convite à participação e solicitar a autorização do acesso aos empreendedores Solidários cadastrados por meio de carta de anuência. Uma vez obtida a assinatura da carta de anuência

(Apêndice B), foram realizadas visitas aos 33 empreendimentos solidários, respeitando todas as etapas do Processo de Consentimento Livre e Esclarecido de acordo com a Resolução 466/2012. Assim, inicialmente, foi solicitado que o Diretor do CESOL, que indicasse o momento, condição e local mais adequados para que a apresentação da pesquisa fosse realizada. A cada visita, foi feito o esclarecimento ao convidado a participar da pesquisa, em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos convidados a participar da pesquisa. Além disso, foi concedido o tempo necessário para que o convidado a participar da pesquisa pudesse refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que pudessem ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida. Uma vez finalizada essa etapa inicial de esclarecimento, o pesquisador responsável apresentou, ao convidado para participar da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) para que fosse lido e compreendido, antes da concessão do seu consentimento livre e esclarecido. Após a assinatura dos Termos, procedeu-se com a aplicação dos demais instrumentos de pesquisa. Os instrumentos foram preenchidos na presença do pesquisador, visando esclarecer dúvidas do participante quando necessário, além de garantir o seu preenchimento adequado e completo. A duração da sessão de aplicação de instrumentos foi em torno de 30 minutos sendo realizada em um único encontro. Os resultados da pesquisa serão apresentados, após a sua conclusão, a todos os participantes, após convite realizado através do CESOL.

## **2.6 Procedimentos de Análise dos dados**

A pesquisa quantitativa diz respeito ao processo que envolve a coleta, tabulação, preparação, apresentação, análise descritiva e/ou inferencial e discussão dos dados. Assim, antes de se proceder com a análise de dados propriamente dita, faz-se necessário preparar os dados. A etapa de preparação dos dados envolve: 1) a limpeza do banco de dados, 2) a identificação e manuseio dos dados faltantes (*missing data*) e de casos extremos (*outliers*) e 3) a verificação dos pré-requisitos como a normalidade, a homogeneidade das variâncias e a matriz de homogeneidade de variância-covariância (TABACHNICK; FIDELL, 2001), como no caso desse estudo que envolveu procedimentos de investigação de relações entre variáveis, de efeitos de variáveis independentes sobre variáveis dependentes e de comparação de grupos.

O procedimento inicial de limpeza na base de dados foi a verificação de erros de digitação. Para isso, foi feita uma análise descritiva de cada uma das variáveis em estudo,

identificação de valores mínimos e máximos, com a finalidade de detectar valores inferiores ou superiores aos limites impostos por cada escala. Posteriormente, foi realizada uma seleção aleatória de casos do banco de dados para a conferência nas respostas dadas nos instrumento para correção de qualquer erro de digitação. Na sequência, e ainda como parte do procedimento inicial de limpeza no banco de dados, foi feita a inspeção de duplicação de casos. Nessa etapa, os dados faltantes foram codificados com o valor -99.

No que diz respeito à inspeção de *outliers* (valores extremos), deve-se levar em conta que a presença desse fenômeno tende a afetar a normalidade, o desvio padrão e a variância da amostra, especialmente se eles representarem mais de três desvios-padrão (ou se estão acima ou abaixo do mínimo e máximo da amostra na caixa de bigodes). Assim, a princípio, a presença de *outliers* pode apresentar-se como uma violação dos pré-requisitos para as análises multivariadas, como as que se pretende empregar nesse estudo (ANOVA e MANOVA). No entanto, também se deve considerar que em escalas ordinais, tomada como intervalares, com é o caso da escala tipo *Likert* usada no presente estudo, os valores extremos podem conter informações importantes acerca dos participantes da pesquisa. Assim, é importante não apenas identificar os *outliers*, mas também realizar as análises apropriadas para a tomada de decisão entre mantê-los ou retirá-los.

Tendo isso em mente, primeiramente os escores de cada uma das dimensões medidas foram padronizados (transformados em *Z*-escores) e foi feita a inspeção da distribuição de frequências dos valores *Z*. As variáveis que apresentaram valores maiores que + 3,29 (TABACHNIK; FIDELL, 2001) foram identificadas e a análise de sua influência na distribuição normal dos dados foi feita através da análise dos índices de curtose e assimetria. Adicionalmente, foi realizada a inspeção gráfica por meio da caixa de bigodes (*Box-plot*) como medida de localização dos *outliers*. Em nenhuma das variáveis em estudo a presença de *outliers* afetou a normalidade da distribuição.

Para verificar a normalidade das variáveis foram utilizados os coeficientes assimetria (*skewness*) e achatamento (*kurtosis*), sendo considerados valores aceitáveis para os verificados no intervalo entre -1.96 e +1.96. Como é possível observar na Tabela 3, todas as variáveis em estudo (Apoio a Cadeia Produtiva, Serviços Institucionais, Infraestrutura Institucional, Sócio-política e Ambiental, Organização e Planejamento, Qualidade e Controles e Sustentabilidade Econômico-Financeira) foram consideradas normais de acordo com esse critério.

Tabela 3 - Valores de assimetria e curtose por variável

	Assimetria		Curtose	
	Estatística	Erro padrão	Estatística	Erro padrão
Apoio a Cadeia	-0,19	0,28	-0,12	0,55
Produtiva				
Serviços Institucionais	-0,39	0,27	-0,18	0,53
Infraestrutura	-0,44	0,27	0,41	0,54
Institucional				
Sócio-política e	-0,24	0,28	-0,73	0,54
Ambiental				
Organização e	-0,08	0,27	-1,38	0,53
Planejamento				
Qualidade e Controles	-0,11	0,28	-1,50	0,54
Sustentabilidade	0,01	0,27	-1,47	0,53
Econômico-				
Financeira				

Sendo constatada a normalidade de todas as variáveis em estudo, procedeu-se com o uso de estatística paramétrica<sup>4</sup> (Teste de correlação de Pearson, ANOVA e MANOVA) para a análise inferencial dos dados, cujos resultados serão apresentados logo em seguida da análise descritiva inicial na seção de resultados. Para os procedimentos estatísticos de análise dos dados foi utilizado o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 21.0.

### Análise Descritiva

A análise descritiva é um procedimento estatístico básico, empregado para sumarizar e descrever a amostra e as variáveis em estudo. A amostra é normalmente caracterizada em termos de porcentagem e frequência (número de casos), média e desvio padrão, como no caso da idade, e as variáveis de um estudo são frequentemente sumarizadas em termos de média,

<sup>4</sup> Estatística paramétrica é aquela que impõe alguns pressupostos, ainda que pequenas violações sejam normalmente aceitos. Os principais pressupostos que devem ser atendidos para que testes paramétricos possam ser usados são: Normalidade da distribuição, homogeneidade das variâncias, os dados devem ser coletados com escalas intervalar (escalas ordinais são geralmente aceitas) e os escores extremos devem ser retirados, porque eles distorcem as medidas de tendência central (média, mediana, e desvio padrão) (DANCEY; REIDY, 2006).

desvio padrão, valores mínimos e máximos, *skewness* e *Kurtosis*. Nesse estudo, os participantes foram caracterizados em termos de sexo, nível de escolaridade, estado civil e renda mensal. Também foi empregada estatística descritiva para sintetizar os motivos que levaram ao empreendedor a fazer parte de um empreendimento solidário e se ele seria membro da direção do empreendimento. Finalmente, esse tipo de estatística também foi empregado no presente estudo para descrever o perfil do empreendimento solidário (tipo, localização, zona de atuação, tipo de atividade desenvolvida, e destino dos produtos).

### **Análise Inferencial**

A análise estatística inferencial é o procedimento estatístico avançado que permite inferir características de uma dada população com base nos casos observados em uma amostra de indivíduos (BISQUERRA; SARRIERA; MARTÍNES, 2004). A estatística inferencial também permite testar hipóteses de diferenças entre grupos, de relação entre variáveis, ou de efeito de Variáveis Independentes (VIs) sobre Variáveis Dependentes (VDs), por exemplo, dentro de um nível de significância aceitável ( $p \leq 0,05$ ). Abaixo estão descritos os testes estatísticos realizados para atender aos três últimos objetivos específicos do presente estudo.

#### Teste de Correlação (*Pearson*)

O teste de correlação de Pearson é um procedimento estatístico bivariado, que permite identificar quando duas variáveis ou fatores estão correlacionados ou variam juntos, de forma sistemática (DANCEY; REIDY, 2006). Seus índices podem variar de -1,00 e +1,00, sendo que o número indica a força da relação ( $r$  na verdade indica o tamanho do efeito, e  $r^2$  indica a medida de variância extraída), enquanto o sinal indica a direção da relação entre as duas variáveis ou fatores (conjunto de variáveis). O sinal positivo indica uma correlação direta, isto é, que os escores das duas variáveis em questão variam na mesma direção (aumentam ou diminuem conjuntamente). Já o sinal negativo indica uma correlação inversa, ou seja, que enquanto os escores de uma variável aumentam, os da outra diminuem, ou vice versa (DANCEY; REIDY, 2006).

O coeficiente de correlação empregado neste estudo foi o  $r$  de *Pearson*, em função dos dados terem sido considerados normais, e foi adotado um nível de significância de 0,05 ou menor. Nesse estudo foi investigado se existia: a) correlação entre percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva dos empreendimentos e renda do empreendedor, b) percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão

Socioprodutiva e nível de escolaridade do empreendedor, c) percepção efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL e renda do empreendedor e, finalmente, d) percepção efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL e nível de escolaridade do empreendedor.

#### ANOVA (Análise de Variância)

A ANOVA é uma extensão mais complexa do teste-*t* de *student*, cuja utilidade é a de comparar as médias de escores entre três ou mais grupos ou condições (DANCEY; REIDY, 2006). Da mesma forma que o teste-*t*, a ANOVA pode ser independente ou pareada (relacionada). A ANOVA independente, que foi utilizada neste estudo, testou se existia alguma diferença significativa entre as sete cidades estudadas em termos de percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e de percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL. É possível também investigar o tamanho do efeito através do *eta* ao quadrado ( $\eta^2$ ), para precisar o quão grande a diferença entre os grupos é, sendo considerado pequeno o  $\eta^2$  entre 0,01 e até 0,06, médio entre 0,06 e 0,14 e grande para valores maiores que 0,14 (COHEN, 1988).

Além de identificar se existiriam diferenças entre os grupos, neste caso, cidades, também foi possível identificar onde estão localizadas essas diferenças, ou seja, entre quais grupos foram observadas as diferenças. Para realizar essa análise se emprega normalmente um teste *post hoc*. De modo geral, quando as variâncias são homogêneas (medidas pelo teste de *Levene*), é indicado que se use o teste *post hoc* de *Tukey* e quando as variâncias não são homogêneas é indicado que se use o teste de *Tamhane* (Dancey & Reidy, 2006). Nesse estudo optou-se pelo teste *post hoc* de *Tamhane* dado que as variâncias não foram homogêneas, conforme testado pelo teste de *Levene*. Nesse estudo, usando o teste de *Levene* concluiu-se que as variâncias foram diferentes em todos os grupos, uma vez que as significâncias associadas ao teste foram inferiores a 0,05.

#### MANOVA (Análise de Variância Multivariada)

A MANOVA é uma extensão da ANOVA. Na MANOVA é possível analisar o efeito de uma ou mais variáveis independentes sobre um conjunto de variáveis dependentes. A MANOVA é mais avançada do que a ANOVA porque permite, além de avaliar os efeitos de uma variável independente sobre diferentes variáveis dependentes separadamente, como faz a ANOVA, ela também permite investigar o efeito multivariado da VI sobre as VDs combinadas linearmente, ou seja, tomadas num conjunto (ou seja, as VDs são combinadas numa única



variável e então essa nova variável é usada como uma única variável na análise) (DANCEY; REIDY, 2007). Ainda no que diz respeito à análise multivariada, é possível obter o Eta Parcial ao Quadrado ( $\eta_p^2$ ) que normalmente é empregado para estimar o tamanho do efeito, sendo considerado pequeno o  $\eta_p^2$  entre 0,01 e até 0,06, médio entre 0,06 e 0,14 e grande para valores maiores que 0,14 (COHEN, 1988). O  $\eta_p^2$  também permite estimar a porcentagem de variância da(s) variável(is) dependentes explicada em função da variável independente.

Para que a MANOVA possa ser utilizada, as premissas de normalidade, linearidade e multicolineariedade, assim como a de matriz de homogeneidade de variância-covariância devem ser observadas, seguindo as recomendações de Tabachnick e Fidell (2001). O SPSS fornece quatro análises para MANOVA, a estatística de ROY, o Traço de HOTELLING, o Lambda de WILKS e o Traço de PILLAI. Quando os pressupostos forem atendidos deve ser utilizada estatística de ROY. Quando o pressuposto de Homogeneidade das Matrizes de Covariância for violado e os grupos forem de tamanhos iguais deve-se utilizar o Traço de PILLAI. Quando os pressupostos forem violados e os grupos forem de tamanhos diferentes, deve-se empregar o Lambda de WILKS (FIELD, 2009). Assim como a ANOVA, a MANOVA permite identificar se existe ou não diferença significativa entre os grupos, sendo necessários testes adicionais (*post hoc*) para localizar as diferenças.

No presente estudo, essas premissas não foram violadas no caso das análises dos efeitos da Zona de atuação e dos Destinos dos produtos sobre a percepção da efetividade Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, para as quais se utilizou a estatística de ROY. Para as demais análises onde as premissas de multicolineariedade, e de matriz de homogeneidade de variância-covariância não foram atendidas e o tamanho da amostra foram diferentes foi empregado o *Lambda* de WILKS. Finalmente, foi utilizado o teste *post hoc* de *Bonferroni*, quando as variâncias foram consideradas homogêneas e o teste de *Tamnhane*, quando não foram consideradas homogêneas, de acordo o teste de *Levene*.

Assim, nesse estudo, a MANOVA foi empregada para investigar os efeitos do tipo de empreendimento, zona de atuação, tipo de atividade desenvolvida e destino do produto, sobre a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e da Assistência técnica prestada pelo CESOL.

## 2.7 Garantias éticas aos participantes da pesquisa

O presente projeto não foi submetido ao Sistema CEP-CONEP, seguindo a resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que no Art. 1º dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, que define que **não deverão ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:**

I – pesquisa **de opinião pública com participantes não identificados;** (A resolução descreve como pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, **avaliação** ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante)

II – pesquisa que **utilize informações de acesso público,** nos termos da Lei no 12.5527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que **utilize informações de domínio público;**

V - pesquisa **com bancos de dados,** cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual.

Entretanto, seguindo as orientações da Resolução 466/2012, todos os sujeitos convidados a participar da pesquisa foram informados no TCLE que tinham liberdade de se recusar a participar e que, mesmo aceitando participar inicialmente, poderiam recusar-se a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo na sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que frequentam. Eles também foram informados que nenhum procedimento usado na pesquisa deveria oferecer riscos à sua integridade e dignidade. Adicionalmente, eles foram informados que o preenchimento do questionário seria anônimo, e que todas as informações coletadas, inclusive as por meio de entrevista, seriam estritamente confidenciais e que somente os pesquisadores teriam conhecimento das respostas. Adicionalmente, eles foram informados que não teriam nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada seria pago por sua participação. Também lhes foi assegurado que os resultados do estudo seriam divulgados para os participantes da pesquisa e na instituição onde os dados foram obtidos. A eles foram dados os contatos de telefone e e-mail da pesquisadora principal do Projeto, para que em caso de dúvida, pudessem se sentir à vontade para solicitar informações.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: alternativa ao modo de produção capitalista?**

#### **3.1 O Emprego e o Trabalho na Sociedade Capitalista**

O processo de globalização é caracterizado pela facilidade e velocidade das informações, ideias e conhecimentos, assim como pelo alargamento de fronteiras, circulação de mercadorias, inovações e tecnologias e hegemonia de empresas transnacionais detentoras do capital em todo o mundo. Para Sousa Santos (2005), o estágio de globalização atual é o que resultou do chamado Consenso de Washington<sup>5</sup> ocorrido no ano de 1989, que impôs ao mundo as regras do neoliberalismo. De acordo com Milton Santos (2000), no neoliberalismo o mercado, entendido apenas como empresas globais que agem para atender seus próprios interesses de lucro, assume o papel de ator privilegiado, enquanto o Estado é enfraquecido e afastado da condição de agente do equilíbrio social. Essa nova ordem econômica e social acentua as injustiças sociais e a exclusão de um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo (SOUSA SANTOS, 2002). De acordo com Monteiro (2009, p. 19 e 20):

Ao formidável avanço associado à expansão capitalista em nível global, traduzido no crescimento da riqueza produzida, não correspondeu, contudo, uma melhoria nas condições de exclusão da parcela da humanidade que pertence às regiões e etnias historicamente excluídas; ao contrário, assiste-se a um acirramento dessas diferenças, refletidas na exclusão social, na miséria, na exploração dos trabalhadores e no afastamento do Estado como agente do equilíbrio social e econômico.

Historicamente, o processo de intensificação da globalização teve início no contexto da evolução do cenário pós-segunda guerra, após o colapso da União Soviética e do leste europeu, quando da queda do regime socialista, e tem como marcos a crescente hegemonia norte-americana, a consolidação da União Europeia e a ascensão econômica da China. Esses adventos provocaram mudanças profundas no comportamento dos mercados e da economia, fortalecendo a expansão do capitalismo.

---

<sup>5</sup> Expressão utilizada por John Willianson para denominar um encontro ocorrido em Washington em meados de 1989, com o objetivo de adotar medidas para acelerar o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina.

Singer (2000, p.11) descreve a origem do capitalismo como:

Produção simples de mercadorias, negando-a ao separar a posse do uso dos meios de produção e distribuição [...]. É o modo de produção em que os meios de produção e distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias apropriadas privadamente.

Dessa forma, pode-se entender que os meios de produção e distribuição, assim como também o trabalho tornam-se o capital à medida que se concentram nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria de limita apenas à posse de sua capacidade individual de trabalho (SINGER, 2000).

O sistema capitalista, ao longo da sua trajetória, foi e continua sendo guiado por um modelo de produção-distribuição-consumo que, invariavelmente, reproduz-se a partir da concentração e da centralização do capital e, conseqüentemente, da desigual distribuição de renda e da riqueza. Marx (1996) já parecia antever que a dinâmica na relação capital-trabalho, que se iniciou após a revolução industrial, continuaria a persistir no século XIX e, mais intensamente, no século XX em sua forma neoliberal, após o Consenso de Washington.

A expansão da acumulação capitalista, impulsionada pela onda neoliberal e globalização da economia, trouxe modificações profundas na estrutura produtiva em níveis nacionais e mundiais, especialmente a partir dos efeitos da expansão da transnacionalização do capital, que foi acelerada a partir do século XX. Esse fenômeno foi fortalecido após a primeira grande guerra e consolidou-se depois do final da II Guerra Mundial com a expansão dos monopólios multinacionais, principalmente sob a liderança das empresas norte-americanas. Essa nova configuração produziu ressonâncias e mudanças nos campos econômico, social e político que viriam a caracterizar uma nova etapa do capitalismo, o “capitalismo monopolista”, alterando as relações entre os países centrais e periféricos, marcado pela transição da internacionalização da esfera da circulação de mercadorias à da esfera da produção (FURTADO, 1961; BENAKOUCHE, 1980; GONÇALVES, 2002; BRUM, 2005).

Furtado (1961) explica que a interação entre economias homogêneas-diversificadas (centrais) e heterogêneas-especializadas (periféricas) em um mesmo sistema de comércio internacional, reproduzia a desigualdade de ritmos de desenvolvimento. As economias assim classificadas (periféricas) estariam determinadas por três tendências: o desemprego da força de trabalho (excedente estrutural de mão-de-obra), o desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de troca.

Essa é, portanto, a estrutura que mantém os países periféricos presos em um tipo de armadilha que os tornam ainda mais dependentes enquanto o capital se acumula, principalmente

em decorrência do seu processo de concentração e centralização, materializado hoje pela transnacionalização do capital. Essa é a condição que define tais países como subdesenvolvidos e, como explica Furtado (1961, p. 191), o subdesenvolvimento é “um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas (...) um subproduto do desenvolvimento, uma estrutura historicamente determinada pela evolução do capitalismo europeu”.

Na era do capitalismo monopolista, os países centrais passam a influenciar diretamente o poder político sobre países dependentes, condicionando os governos através de pressões, ou seja, utilizando o poder econômico para orientar a escolha de governantes ou legisladores de modo que eles se comprometam a atender aos interesses e objetivos do grande capital. Além disso, há uma crescente vinculação entre o setor público e o empresarial, cujos favorecimentos recíprocos permitiriam ao grande capital influenciar os interesses do Estado, de tal modo que os objetivos do grande capital sejam assumidos pelo governo e tratados como se fossem de interesse nacional. Esse movimento estabelece condições desfavoráveis ao florescimento e desenvolvimento de pequenos negócios quando organizados isoladamente frente ao poder de escala das grandes firmas e, também, dificulta a sua penetração em vários setores e segmentos econômicos, ainda mais quando todos os esforços institucionais e legais de apoio político, financeiro e de infraestrutura são direcionados para atender quem monopoliza o mercado e o capital (BRUM, 2005).

É importante notar que os efeitos resultantes desse processo tiveram impactos importantes tanto para as formas de produção, em sua força reprodutiva, quanto para os trabalhadores em sua substância humana. Polanyi (2012, p.51) descreve que no coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um “progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns”. A produção de máquinas representa, segundo Polanyi (2012), a transformação da substância natural e humana da sociedade em mercadorias.

Chega-se então, a um momento onde as motivações individuais, determinadas pelo espírito competitivo, parecem guiar as relações interpessoais e tornam-se capazes de suplantar qualquer traço de reciprocidade, redistribuição e cooperativismo dentro da sociedade. O trabalhador é desefetivado; ele não se enxerga mais em seu trabalho e o produto do seu trabalho o é estranhado. Como pessoas independentes, e não mais cooperados, “os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital” (Marx, 1996, p.449).

Os efeitos danosos ao trabalhador não se encerram aqui; concretamente existe outra consequência traduzida no aumento do desemprego estrutural, isto é, no surgimento inevitável da massa de trabalhadores que não encontraram lugar nessa nova dinâmica entre o capital e o trabalho, onde a composição orgânica do capital é sempre alterada com o aumento do capital fixo mais que, proporcionalmente, ao capital variável. Surge assim, o exército industrial de reserva<sup>6</sup> que, se por um lado constitui-se como condição *sine qua non* para o processo de acumulação capitalista, por outro, é, também, uma das fontes de tensões internas próprias deste modo de produção.

Nesta perspectiva, Nun (2000) alertou para o surgimento de um contingente de trabalhadores que não são absorvíveis pelo capitalismo, que foi chamado por ele de “massa marginal”, que iria além do desemprego, conceito descolado da funcionalidade que o exército industrial de reserva, em sua forma flutuante, significa para o capitalismo; um contingente em que “a produção tão prontamente repele como volta a atrair” (MARX, 1996, p.). A massa marginal representa excedentes não funcionais de mão-de-obra.

Segundo Korosue e Guimarães (2012), as últimas décadas continuam a reforçar a teoria marxista ao presenciar um processo de transformação nas formas de produção e acumulação de capital, levando aos trabalhadores perdas de direitos trabalhistas, por meio da desregulamentação das leis, intensificação da precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego. Além disso, as metamorfoses nos processos de trabalho das empresas capitalistas articuladas à introdução de novas tecnologias provocou alterações no comportamento das indústrias e firmas que passaram a reformular suas decisões nos modos de investir, comprar, produzir e contratar a força de trabalho.

Neste contexto, o trabalho e o emprego na sociedade capitalista se configuram e (re) configuram na atual conjuntura política, econômica e social, desencadeando grande insegurança dos trabalhadores quanto à manutenção de seus postos de trabalho. O grande temor pelo desemprego envolve não apenas a sobrevivência concreta do trabalhador e de sua família, mas, também, tem implicações subjetivas para ele, uma vez que o reconhecimento social do indivíduo na sociedade se dá através da sua inserção no universo do trabalho. Dessa forma, a importância do trabalho na vida das pessoas não se dá apenas pelo seu caráter pragmático, mas, sobretudo pelo reconhecimento e valorização de suas subjetividades nas sociedades

---

<sup>6</sup>Conceito desenvolvido por Marx que corresponde à força de trabalho que excede as necessidades de produção e que para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantia do processo de acumulação de capital é necessário que parte da mão de obra ativa esteja permanentemente desempregada, pois dessa forma, segundo Marx, esse contingente de desempregados atua como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários (Marx, 1996).

contemporâneas (LIMA, 2013). Monteiro (2009) acrescenta ainda que o modo de produção capitalista trouxe dupla afetação ao trabalhador, haja vista que além de ameaçar sua empregabilidade e sobrevivência econômica, criou a falácia de que dependeria do esforço próprio do trabalhador a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, isto é, os mais esforçados e qualificados seriam reabsorvidos, como se a questão fosse meritocrática e individual, no lugar de socialmente determinada.

Ocorre que no sistema capitalista o que prepondera é a lógica da lucratividade, e, para essa lógica são exigidos padrões de referência calcados na competitividade, desconsiderando os diversos aspectos do desenvolvimento humano, pois, frente ao capital, os indivíduos são considerados como meios para produzir, o que reforça a exploração dos trabalhadores. Neste sistema, a competitividade se dá não só no meio empresarial, conforme ressalta Lima (2013), por meio da instabilidade dos mercados financeiros mundiais que privilegia as grandes potências empresariais, resultando no aumento da exploração e precarização do trabalho manifestada pelos empregos temporários, terceirizados e flexíveis. Aqui, a competitividade ocorre também entre a força de trabalho quando se exigem trabalhadores polivalentes multifuncionais e superqualificados na era informacional, desprezando aqueles que não possuem os atributos necessários, o que reforça a condição de subordinação, obrigando-os a “submeterem-se” para manterem seus empregos ou ainda viverem de empregos temporários (LIMA, 2013).

Antunes (2007) enfatiza que na sociedade capitalista o trabalho é degradado, já que este se torna uma mercadoria em vez de ser uma forma humana de realização. O lucro é quem dita as regras e alinha os trabalhadores para que se possa obter mais lucro com menor custo. Para que isso seja possível, aumentam-se as tarefas para aqueles que estão empregados e, ao mesmo tempo, reduzem-se os salários oferecidos no mercado, fortalecendo as relações de subordinação e submissão dos trabalhadores. Finalmente, perpetua-se a ideia de que os mais competentes e qualificados conseguirão as vagas de emprego, tornando o problema da empregabilidade uma questão individual, como já foi falado.

Como é possível observar, o sistema capitalista, ainda que hegemônico, pode ser responsabilizado por uma importante crise paradigmática no mundo contemporâneo, que envolve aspectos econômicos e sociais, de um lado, e aspectos éticos e morais, de outro. Diante desse cenário de alarmante crise econômica e social, marcado pelo elevado número de marginalizados do mercado de trabalho e de crise paradigmática dos valores preceituados pelo capital, como o individualismo, a meritocracia, o consumismo, o pragmatismo e o funcionalismo nas relações interpessoais e de trabalho, tem sido crescentes as discussões acerca

da necessidade de se pensar em formas alternativas de produção e distribuição, que promovam a emancipação do indivíduo e a inclusão social da massa marginal produzida pela economia capitalista globalizada. No âmago dessa nova lógica de economia está a preocupação em se estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária e de se alterar a relação entre capital, trabalho e renda, de modo que o homem passe ao centro do processo, no lugar da exacerbação e maximização de lucros que privilegiam uma minoria.

Seguindo esse raciocínio, é preciso apontar os efeitos danosos do capitalismo sobre os trabalhadores, mas também vislumbrar alternativas:

Considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização social do trabalho. Entretanto, o problema não é, absolutamente, criar novos homens, mas encontrar soluções que permitiriam por fim a desestruturação de um certo número deles pelo trabalho (DEJOURS, 1992, p. 139).

O autor complementa dizendo ainda que é necessário buscar outros modos de trabalhar, organizados de forma coletiva, de modo que os trabalhadores reconheçam e desenvolvam suas potencialidades e suas habilidades, sentindo-se inteiros e fazendo parte de um todo, de um coletivo maior, não só uma “célula de produção” (DEJOURS, 1992). Nesse contexto, emerge a temática da Economia Solidária como busca de soluções que sejam capazes de minimizar os efeitos adversos que o capitalismo gerou e tem gerado para as pessoas que foram excluídas do sistema, proporcionando a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida das mesmas.

## **3.2 Uma outra via: Economia Solidária**

### **3.2.1 Economia Solidária: Múltiplas abordagens**

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que a tendência é que ele seja visto como normal ou natural nas sociedades e que a economia de mercado seja cada vez mais competitiva. De acordo com Singer (2002, p. 8) “a apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores [...] estes acumulam vantagens e os perdedores desvantagens nas competições futuras”. O autor questiona o que acontece com empresários e empregados, por exemplo, de empresas que quebram? Empresários que falidos não possuem capital próprio, nem tão pouco crédito em bancos, bem como pretendentes a emprego que ficaram desempregados por longos períodos e que já não possuem a mesma chance de serem aceitos por diversos fatores como qualificação idade, experiência, etc. (SINGER, 2002). Dessa forma, pode-se perceber o



quanto são crescentes as desigualdades produzidas pelo capitalismo, como também a polarização entre os “ganhadores” e os “perdedores”, de acordo com os critérios desse sistema.

Pensar em uma sociedade em que a igualdade pudesse predominar entre seus membros, seria pensar em uma economia não competitiva, onde seus membros cooperassem entre si. Uma economia baseada na solidariedade, que só poderá ocorrer se esta for organizada igualitariamente por aqueles que se associam para produzir, comerciar, consumir e poupar.

Diversos autores tem se debruçado sobre estudos voltados exatamente para esse tipo de economia, alternativa à capitalista, ou seja, uma economia baseada na solidariedade. Dentre eles, destaca-se Paul Singer, considerado um dos principais autores brasileiros que aborda o conceito de economia solidária. Economia Solidária diz respeito a atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores, em que os mesmos se associem e pratiquem uma autogestão de seus empreendimentos e negócios (SINGER, 2002). De acordo com Singer, esse conceito casa o princípio da “unidade entre posse e uso” dos meios de produção e distribuição [...] com o “princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2000, p. 13). Ainda, de acordo com o mesmo autor, “é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo” [itálico do autor] (SINGER, 2000, p.13). Singer sistematizou a economia solidária distinguindo-a do modelo econômico tradicional e enfatizando que ela ocorre quando:

- Há posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que o usam para produzir;
- Há gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do número de cooperados;
- Por decisão em assembleia há repartição da receita líquida entre os cooperados;
- Há destinação do excedente anual, segundo critérios acertados entre todos;
- A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, e;
- As somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Um outro importante autor que costuma ser citado nos estudos sobre economia solidária é Euclides Mance (2000), que propõe a criação de um modelo alternativo ao mercado capitalista, em forma de redes interligadas e interdependentes, pautada nos princípios da cooperação e solidariedade e defende que:

A alternativa das redes de colaboração solidária baseia-se no trabalho em conjunto, mediante a interligação entre movimentos de consumo e produção por meio de mecanismos verticalizados de produção, ou seja, o encadeamento de células produtivas, em que o bem final produzido por uma serve de insumo demandado para outra (MANCE, 2000, p.39)

Isso quer dizer que as redes de colaboração solidária poderiam se retroalimentar através dos produtos próprios, desenvolvidos e disponibilizados, onde o consumo dos produtos que possuem a mesma qualidade que similares, independente do preço fossem consumidos pelos seus membros, promovendo assim o bem viver da coletividade. Esse bem viver poderia ser traduzido em termos de manutenção dos empregos, redução das jornadas de trabalho, preservação dos ecossistemas, por exemplo.

Lima (2013) discorre sobre a economia solidária como uma proposta de trabalho e de vida que visa transpor a lógica capitalista, diante das fragilidades que tal sistema apresenta, por meio do estabelecimento de relações solidárias e cooperativas, levando em conta a dimensão humana e considerando o contexto sócio ambiental. Assim, entende que devem ser consideradas outras formas de desenvolvimento econômico e social que vão além do modelo do trabalho assalariado. Nessa perspectiva, o desenvolvimento solidário é protagonizado por todos, sendo todos beneficiados e não apenas uma minoria.

Já Gaiger, defende que as iniciativas de economia solidária, mais especificamente denominadas por ele de empreendedorismo popular, é uma das formas mais ambiciosas e promissoras de organização de setores populares. Nessa modalidade de economia se criam alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, apoiados na autogestão, democracia interna, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, uma vez que o compromisso com o todo social é realizado através de práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador (GAIGER, 2004).

Alguns autores trazem uma abordagem antropológica da economia solidária. Nesta abordagem, os autores divergem das perspectivas puramente economicistas e levam em consideração outros aspectos do comportamento econômico. Dentre esses, pode-se destacar Karl Polanyi como um dos mais citados teóricos que identificou quatro importantes princípios que alimentam a pluralidade de um sistema não fundamentado exclusivamente no mercado. Segundo Polanyi (2012), apesar da economia mercantil constituir uma grande força e ser o modo de produção dominante, ela não elimina atividades que preexistam nem tão pouco representa a totalidade das economias contemporâneas. O que faltaria então? O reconhecimento e o fortalecimento da pluralidade econômica.

Os princípios identificados por Polanyi que alimentam a pluralidade da economia são: domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado. O princípio da domesticidade consiste em que toda produção para uso próprio seja da pessoa ou do grupo. Neste, produzir e armazenar visam ao atendimento das necessidades das pessoas e membros de um grupo. O princípio da reciprocidade diz respeito à relação estabelecida entre muitas pessoas através da troca de

natureza social. Assim, segundo Polanyi, a natureza social acaba por criar ou reforçar laços sociais. Ela está relacionada com a ajuda mútua, cooperação e solidariedade entre os membros de um determinado grupo que se estabelece devido à proximidade e à interação entre os atores. O retorno dessa troca necessariamente não precisa ser material, nem tão pouco imediato pode, por exemplo, ser recíproco em reconhecimento, respeito, estima diante de outros membros (POLANYI, 2012).

O princípio da redistribuição, por sua vez, supõe a centralização numa autoridade que se responsabiliza por parte de toda a produção do grupo. Fica a cargo dessa autoridade a responsabilidade de armazenamento de parte da produção para posterior redistribuição, onde o produto da atividade de cada um é partilhado com outras pessoas que vivem com ele, fruto das suas relações sociais. De acordo com Polanyi, em algumas tribos esse princípio implica na existência de um centro, onde a produção do grupo é armazenada para ser repartida de forma benéfica a todos. E, por fim, o autor identifica o princípio do mercado, que é baseado nas relações de permuta de compra e venda, da oferta e da demanda, funcionando por meio de trocas equivalentes (POLANYI, 2012). Esses princípios revelam importantes dimensões do pensamento econômico e permitem que a economia mostre uma pluralidade de formas, não reduzindo as atividades econômicas unicamente ao princípio mercantil, por meio de um mercado autorregulável que funciona apenas através da oferta e da procura.

A essa discussão sobre a pluralidade da economia soma-se também as discussões acerca das invisibilidades que a economia puramente mercantil pode provocar, citando, neste caso, a comparação ao modo capitalista de organizar a economia de Gibson-Graham (2003), quando o autor compara a economia real a um *iceberg*, em que somente o modo de produção capitalista fica visível, enquanto que são invisibilizadas outras formas de organização da vida material, como, por exemplo, a domesticidade, as relações reciprocidade, a cooperação, dentre outros.

Neste sentido, Hespanha e Santos (2016), trazem um alargamento epistemológico da economia quando salientam que há outras diferentes formas de se realizar trocas econômicas e que, dessa forma, as economias comunitárias vão muito mais além do que apenas o estabelecimento de comensurabilidades, remuneração do trabalho e distribuição de excedentes. A exemplo disso, os autores citam os clubes e feiras de troca, moedas complementares que na ausência do dinheiro são uma forma diferente de remunerar o trabalho, inclusive de voluntários. Outro exemplo que pode ser lembrado diz respeito à distribuição desigual de excedentes, que na economia solidária, por sua vez, fica a cargo dos grupos o poder de decisão, via autogestão,

redistribuindo recursos recolhidos coletivamente, de acordo com as necessidades específicas de seus membros, dentre outros (HESPANHA; SANTOS, 2016).

Um outro olhar acerca da economia solidária que merece referência é o de Boaventura de Sousa Santos. Segundo esse autor, a economia solidária emerge da necessidade de se buscar um novo modelo de convivência social, em que se privilegiem formas inovadoras de produção mais justas, solidárias e capazes de criar novos padrões de convivência humana. O autor, em consonância com os teóricos anteriores, também ressalta a importância de vínculos que vão além do econômico e que o êxito das alternativas de produção depende da inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo. Defende, ainda, que para que seja concretizado um desenvolvimento global, justo e sustentável, primeiro há de se pensar e agir em âmbito local, sem abrir mão às possíveis articulações a nível mundial (SOUSA SANTOS, 2002).

Também seguindo essa linha de raciocínio França Filho e Laville (2004) trazem uma abordagem sobre a economia solidária sob o ponto de vista de três dimensões: a social, a política e a econômica, corroborando o pensamento de Polanyi e os princípios por ele defendidos, contribuindo para a reconstrução de um pensamento, segundo esses autores, para além de uma economia de mercado. Sobre os princípios da reciprocidade e domesticidade, os autores descrevem que o caráter e a natureza da atividade econômica vão além do mercado e além do monetário, onde as relações de trocas podem ser entendidas por dimensões de solidariedade e economia familiar, denominando assim uma forma de economia não monetária (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004).

Já o princípio da redistribuição é adotado pelos autores como uma forma de economia não mercantil, onde o Estado é o encarregado de redistribuir os recursos provenientes dos impostos, por exemplo, destinados a prover as necessidades dos indivíduos. A esta natureza de troca, França Filho e Laville (2004) denominaram de trocas de natureza política, na qual a centralidade da autoridade está ligada ao princípio de redistribuição, que permite fazer essa relação (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). E, por fim, o princípio do mercado que traz a ideia da economia mercantil em que as relações são marcadas por permutas e equivalência monetária (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). França Filho e Laville (2004) destacam ainda que a economia solidária traz um enfoque que demonstra a necessidade de reconstruir bases de sociabilidade e de atividades que alimentem as relações entre grupos e pessoas em detrimento apenas das relações mercantis.

Finalmente, a economia solidária poderia ser entendida como uma forma de os trabalhadores satisfazerem suas necessidades econômicas e de existência sem sucumbirem ao mercado ou a lógica da competição (HESPANHA; NAMORADO, 2009). Assim descrita, a

economia solidária pode ser entendida como uma forma de resistência política à imposição do mercado global.

Percebe-se que a economia solidária pode ser compreendida a partir de diversas abordagens que suscitam múltiplas definições, o que a torna um conceito complexo, multifacetado e em constante construção. A análise dessas abordagens permite identificar que elas enfatizam diferentes experiências humanas relacionadas às distintas formas de economia solidárias que existem nas sociedades, umas considerando-a como atividade econômica que vai além do mercado e além do monetário, outras apresentando-a como uma alternativa nas relações de trabalho, emprego e renda, ou como alternativa de estilo de vida ou, ainda, como um novo modelo de convivência social. No entanto, também é possível identificar, como fruto do esforço de análise, algumas características comuns a todas as abordagens e definições apresentadas. É disso que será tratada a seção seguinte.

### 3.2.2 Economia Solidária: Princípios Fundamentais e Características Centrais

Como é possível constatar, vários conceitos estão incorporados nas múltiplas definições de Economia Solidária: cooperação, democracia, participação, autonomia, solidariedade e autogestão. Dois desses conceitos podem ser entendidos como seus princípios fundamentais: a autogestão e a solidariedade. Por meio do resgate histórico acerca dos primeiros movimentos de economia solidária no mundo, que será apresentado na sequência, pode-se entender a origem da prática da autogestão, com a tomada das fábricas por parte dos operários, e a consequente abolição da separação de funções entre donos, administradores e trabalhadores, diluindo o poder e a tomada de decisões entre eles. Nesse momento inicial, a autogestão surge como resposta às crises que avassalaram estados, instituições e empresas, afetando diretamente os empregos, o trabalho e a renda dos operários,

Assim, conforme observa Sousa Santos (2012), a autogestão não diz respeito à apenas uma forma de gestão, mas, sobretudo, a um processo que busca excluir a hierarquização das relações de trabalho, bem como as decisões autoritárias. É uma modalidade através da qual os parceiros do processo de trabalho se organizam com o intuito de alcançar resultados e que abrangem dimensões como: preocupação com a estabilidade e o crescimento da organização; a lógica do funcionamento da organização, da sua eficiência econômica, buscando maximizar esforços e reduzir os custos, sempre se preocupando com a qualidade do produto; a legitimidade junto aos grupos da comunidade, investidores, associados e consumidores e, por fim, a

continuidade da organização buscando satisfazer, da melhor maneira possível, os interesses dos empregados e clientes, sem comprometer o crescimento da organização (FIGUEIREDO, 2000).

De acordo com Singer (2004), a autogestão é a fórmula pela qual se introduz a democracia no mundo econômico e, através dela, os trabalhadores buscam gerir os empreendimentos econômicos solidários com a finalidade de que sejam atingidos os resultados econômicos, políticos e culturais, sendo compartilhado por todos os participantes sem distinção de idade, gênero, idade ou raça.

Já a solidariedade requer uma “formação de cultura solidária” em que sejam valorizadas dimensões como a ética, o diálogo, os espaços como famílias, os amigos, os colegas de trabalho, as organizações, dentre outros. (LIMA, 2013). Além disso, deve ser levado em consideração aspectos como a solidez da integração grupal, igualdade de situação e compromisso ou obrigação em que se encontram as pessoas que se solidarizam, sendo este vínculo interpessoal mediado pela reciprocidade, mutualidade e participação em um coletivo ou comunidade que constitui o grupo como algo forte, definido, existentes não pelo caráter ocasional, mas estável pela permanência da coesão solidária (LIMA, 2013).

De acordo com Lima (2013, p. 39), citando Razeto (2005), o princípio da solidariedade envolve a “partilha de sentimentos, opiniões, dificuldades, dores e propicia atuar de forma dependente, estabelecendo relações recíprocas entre as pessoas”. Singer (2003) arremata a afirmação explicando que, para aqueles que enfrentam os mesmos problemas, o melhor caminho para enfrentá-los e compreendê-los é uma nova forma de pensar e agir por meio da consciência grupal e por meio da cooperação, ao contrário de se optar pela estreiteza e pelo confinamento do seu eu individual. É, portanto, a ação solidária dos que se unem por possuírem o mesmo problema, por uma necessidade, buscando um benefício comum.

As principais características que balizam a economia solidária apoiam-se sobre formas plurais de trabalho e valorizam o saber local, a aprendizagem do trabalho humano, o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, sugerindo um modo diferente de produzir, vender, comprar e trocar sem destruir o meio ambiente e fortalecendo o grupo, onde cada um pensa no bem estar de todos e no próprio bem (LIMA, 2013). Sendo assim, pode-se destacar quatro principais características no conjunto de atividades e formas de organização da economia solidária, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 2 - Características da Economia Solidária

<b>Características Centrais</b>	<b>Definição</b>
<b>Cooperação</b>	Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
<b>Solidariedade</b>	Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
<b>Autogestão</b>	Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
<b>Atividade Econômica</b>	Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras.

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, pag. 12, 2006

### 3.2.3 Origens: Contexto Mundial, Brasileiro e Baiano

Um dos principais eventos históricos que transformaram radicalmente as organizações e relações humanas foi a revolução industrial. A revolução industrial é caracterizada pelo conjunto de mudanças que transformaram uma economia predominantemente agrícola e artesã na moderna sociedade industrializada (MAXIMIANO, 2002).

O capitalismo industrial provocou a difusão das máquinas e da organização fabril da produção, ocasionando o empobrecimento dos artesãos e trazendo precariedade no emprego. Foi marcado por uma grande exploração do trabalho nas fábricas, onde as crianças começavam a trabalhar tão logo pudessem ficar de pé e as jornadas de trabalho eram tão prolongadas que acabavam por causar a debilidade física e até a morte dos trabalhadores. Esse quadro de más condições de trabalho e remuneração agravaram a pobreza e permitiam que o sistema industrial em vigor tivesse facilidade para contratar e demitir (SINGER, 2002).

No contexto da revolução industrial, no final do século XVIII, surge na Europa a economia solidária, como alternativa aos vazios econômicos e sociais provocados pelo capitalismo industrial. Contudo foi na Grã-Bretanha, mais precisamente na Inglaterra, que ela tomou a forma mais nítida a partir do século XIX, como uma resposta ao agravamento da crise do trabalho e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de segurança

social (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Dessa forma, ela se constituiu como uma nova forma de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral emergindo como uma importante alternativa para a inclusão de trabalhadores no mercado de trabalho, dando uma nova oportunidade aos mesmos, através da autogestão (GAIGER, 2004).

Ainda na Inglaterra, industriais mais esclarecidos, como o britânico Robert Owen, passam a buscar novas formas de organização do trabalho e dos trabalhadores. A partir dessas novas ideias, surgem os primeiros sindicatos que passam a travar embates contra os capitalistas através de cooperativas operárias. Eis que o cooperativismo em seu berço dava os primeiros passos como modo de produção alternativo ao capitalismo. Tem-se, então, os primeiros registros da origem histórica da economia solidária, sendo essa fase inicial nomeada como “fase inicial do cooperativismo revolucionário” (SINGER, 2002).

Já na França, os primeiros movimentos do surgimento da economia solidária apontam para fatos no contexto da escassez do trabalho, levando a um cenário de exclusão, caracterizado pelo pós-guerra, bem como pelo agravamento da crise do Estado e do mercado que foram incapazes de regular as atividades econômicas e sociais. Ou seja, conforme explica França Filho e Laville (2002), o trabalho já não assegurava sua própria função reguladora e por outro lado as crises de legitimidade do Estado não davam conta de mantê-lo como agente da promoção social e organizador da economia, garantindo o bem-estar social e os serviços públicos básicos de proteção à população.

Os mesmos autores explicam ainda que a ideia da economia solidária na Europa tem origem com o surgimento dos primeiros empreendimentos associativistas e cooperativistas no século XIX, traduzido pela resistência popular por meio de um grande número de experiências solidárias que foram influenciadas pelo ideário de ajuda mútua de associação e cooperação (FRANÇA; FILHO; LAVILLE, 2002). Esta ideia de ajuda mútua por meio da associação e cooperação remonta desde o século XVIII com a revolução industrial, em resposta às novas perspectivas econômicas e industriais, onde prevaleceu o enriquecimento dos proprietários dos meios de produção em detrimento do empobrecimento da força produtiva.

Ao se fazer um resgate histórico sobre o capitalismo é possível notar que sempre existiram movimentos sociais dos trabalhadores que espontaneamente ou de forma organizada buscaram uma maneira de lutar e resistir aos moldes de concentração da renda e do poder. Essas origens históricas mostram que a economia solidária recupera essas lutas dos trabalhadores do início do século XIX, contra os avanços opressores do capitalismo industrial.

No Brasil, as origens da economia solidária datam do final do século XX, resultado de movimentos sociais à crise do desemprego em massa em 1981 e abertura do mercado interno



às importações na década de 90. O agravamento dessa crise abriu espaço para o surgimento de outras formas de organização do trabalho em consequência da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Devido a estes acontecimentos, cada vez mais um numeroso contingente de trabalhadores tiveram que buscar seus próprios meios de sobrevivência, através de muito esforço, criatividade e senso de oportunidade de produção econômica – na grande maioria das vezes, totalmente informais (SINGER, 2002; LEBOUTTE, 2005; LIMA, 2013).

Nos últimos anos, a economia solidária no Brasil tem se consolidado como uma alternativa de geração de trabalho e renda como resposta a favor da inclusão social, pois compreende atividades tanto econômicas como sociais e estão organizadas em forma de cooperativas, associações, clubes de troca, redes de produção, empresas autogestionárias, dentre outras formas de organização. Estas organizações realizam as mais diversas atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário sejam nos espaços rurais ou urbanos.

Atualmente, a economia solidária tem se articulado em todo o território brasileiro em vários fóruns locais e regionais e sofreu uma enorme expansão nas últimas décadas, contando tanto com empreendimentos solidários, como, também, com entidades de apoio que visam fortalecer o movimento de economia solidária. Para um melhor entendimento acerca dessa articulação no território brasileiro a Figura 4 reflete a abrangência, bem como a potencialidade da expansão contínua da economia solidária no Brasil.

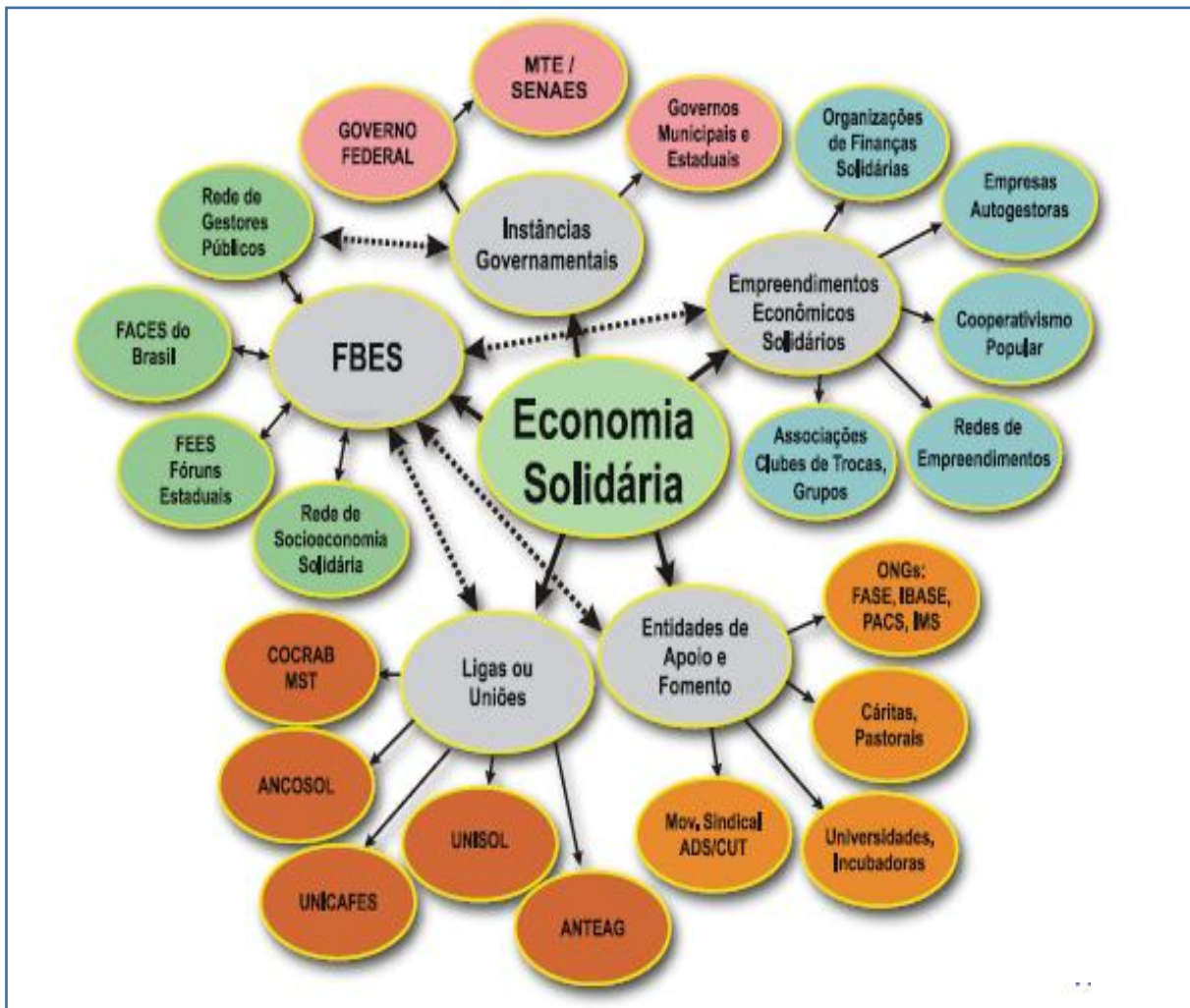


Figura 3- Atlas da Economia Solidária no Brasil  
Fonte: Brasil, SNAES, 2006

Os fóruns locais e regionais resultaram na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES que apoiado pelos governos municipais e estaduais desenvolvem Programas de Economia Solidária, promovendo o intercâmbio e o movimento dos gestores públicos no incentivo e troca de experiências fortalecendo as políticas públicas de economia solidária e os empreendimentos, além das entidades, ligas e movimentos de apoio. Esses programas recebem o suporte da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada em 2003, que promove o fortalecimento e a divulgação da economia solidária por meio de políticas integradas que visam a geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Para França Filho e Laville (2004) é importante ressaltar que no Brasil a economia solidária é bastante abrangente e diversificada, “além de variadas formas cooperativas, existem diversas modalidades de formas associativas, e outros tipos organizacionais como fundações e entidades de fomento, atuando em âmbitos muito diversos” (FRANÇA FILHO; LAVILLE,

2004, 166), o que pode ser identificado na figura apresentada pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil.

No estado da Bahia, o fomento à economia solidária tem se desenvolvido através Superintendência de Economia Solidária – SESOL, órgão da administração direta vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, através do Programa Bahia Solidária. Esse programa constitui o primeiro passo para a consolidação de uma política pública de economia solidária no Estado, por meio de ações voltadas para fortalecer os milhares de empreendimentos já existentes no Estado para estimular a criação de outros (SETRE, 2016).

### 3.2.4 Empreendimentos Econômicos Solidários<sup>7</sup> - EES

A antítese do próprio sistema capitalista baseia-se no surgimento de outras economias que negam os princípios desse sistema. Nesse sentido, a economia solidária vista como ideologia precisa se afirmar e consolidar na sociedade, e ganha força através de incentivos de políticas públicas e através de formas de organização popular socioeconômica. De acordo com Monteiro (2009, p.43) para que essa afirmação seja possível, a economia solidária:

[...] depende da atuação de várias formas organizativas, que sustentam a prática das atividades ou dão suporte material, institucional, político ou técnico a seu desenvolvimento e sustentação. A forma de organização solidária por excelência tem representação nos chamados EES – Empreendimentos Econômicos Solidários.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES possuem características específicas tanto na sua constituição, quanto (e principalmente) na sua forma de gestão. Tentando realçar uma definição acerca dos EES pode-se afirmar, conforme pontuou Gaiger (2003), que estes se organizam das mais variadas formas, como empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção, de caráter supra familiar e comunitário, podendo assumir diferentes formas.

---

<sup>7</sup> Antes de aprofundar os conceitos sobre empreendimentos econômicos solidários, é importante salientar que ao se citar termos como empreendedores, empreendedorismo e empreendimentos “solidários” neste estudo, não se quer abarcar os conceitos de empreendimentos de mercado, ou os conceitos de empreendimentos e negócios muitas vezes adotados, por exemplo, pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE ou pela área de administração tradicional. Quando utilizamos os termos “empreendimentos solidários” ou “empreendedores solidários”, os conceitos que determinam esse tipo de organização abarcam conceitos de organização e atividades socioprodutivas e assim também são tratados no universo da economia solidária como “empreendimentos” e “empreendedores” voltados a atividades produtivas, só que vinculados ao associativismo e ao cooperativismo

O autor complementa ainda afirmando que tais empreendimentos podem apresentar vantagens de desenvolvimento de várias maneiras: no sentido empresarial, na busca de obterem resultados positivos, através de ações planejadas, na busca de otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais, e, finalmente, no sentido solidário, através da cooperação entre os associados e a utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo (GAIGER, 2003). Como já foi dito, o caráter solidário é o principal fator de diferenciação desses empreendimentos em relação às demais empresas capitalistas, que se baseiam na posse privada dos meios de produção e organização assalariada do trabalho.

França Filho (2001) e França Filho e Laville (2004) estabelecem cinco características básicas dos empreendimentos solidários, a partir de um olhar sociológico e antropológico, a saber: pluralidade de princípios econômicos (no que diz respeito à natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade); autonomia institucional e a natureza das relações interinstitucionais (que refletiria sua independência em relação outras instituições, evitando formas de controle externo); democratização dos processos decisórios (envolvendo mecanismos de decisão coletivos, embasados na participação democrática dos seus associados); sociabilidade comunitário-pública (no que se refere ao padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir, com vistas a construir sociabilidade singular que mistura padrões comunitários com práticas profissionais) e finalidade multidimensional (envolvendo a dimensão econômica e as dimensões social, cultural, ecológica e/ou política). Outra característica dos empreendimentos é a inserção cidadã, uma vez que eles devem promover o respeito ao consumidor e ao meio ambiente e participação ativa na comunidade em que está inserido (AZEVEDO; BANDEIRA, 2003).

Assim, os EES podem ser definidos como iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, contribuindo para a emancipação do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (ARAÚJO; LIMA, 2010; SILVA, 2011).

Para França Filho (2006), os EES são organizações de primeiro nível, isto é representam o núcleo fundamental de auto-organização econômica. No segundo nível estão as entidades de apoio e fomento aos EES, sem fins lucrativos, como as universidades e movimentos populares

que atuam na assessoria qualificada para a criação, incubação, gestão e manutenção desses empreendimentos. E, finalmente, no terceiro nível, estão os fóruns e as redes de economia solidária, responsáveis pela expressão, articulação, fortalecimento e troca de experiências entre os EES, e entre os EES e as instituições públicas, como a SENAES, em nível federal, e a SESOL, em nível estadual.

Tecendo um resgate histórico, como já foi dito, o surgimento dos empreendimentos solidários, no Brasil, data a década de 90, em resposta à grave crise econômica sofrida nas décadas de 1980 e 1990 decorrente das práticas neoliberais. Nesse contexto de crise, além da abertura comercial e reestruturação produtiva, houve intensificação da desregulamentação das relações trabalhistas, por meio do enfraquecimento do poder das negociações dos sindicatos, o que gerou aumento nos índices de desemprego e informalidade: um crescente número de pessoas buscavam sobrevivência por conta própria e, assim, organizavam-se coletivamente em busca de geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas organizacionais solidárias (SINGER, 2004; VALENTIN, 2009).

De acordo com França Filho e Laville (2004), no universo dos da Economia solidária e dos EES brasileiros há alguns atores que conformam o campo, conforme mostra a Figura 5.

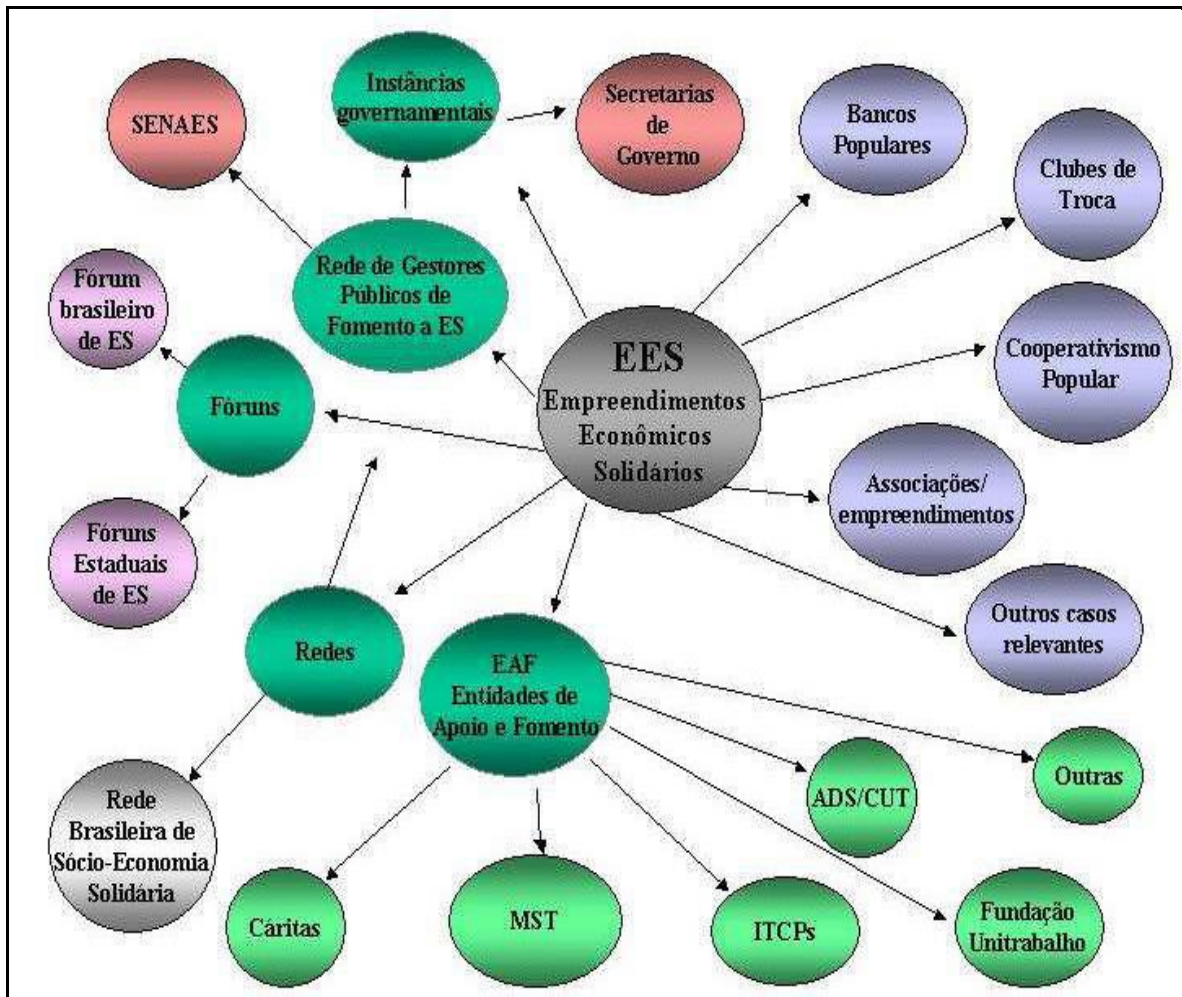


Figura 4 - Campo dos Empreendimentos Solidários no Brasil  
 Fonte: FRANÇA FILHO (2006c, p.63).

Como é possível observar, o campo é formado por organizações e pelas inter-relações entre seus múltiplos elementos, descritos a seguir:

- Em nível macro, destaca-se a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho além dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e redes como a Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária.
- As organizações de Finanças Solidárias como é o caso dos bancos populares de microcrédito e as cooperativas de crédito (apoiadas tanto pelo poder público quanto pelas ONGs, como é o caso do Bansol).
- Os Clubes de Troca, formados por empreendedores que utilizam moedas sociais, por exemplo.
- As Cooperativas Populares, que se distinguem do cooperativismo tradicional, uma vez que revelam uma dupla característica: inscrevem sua dinâmica numa perspectiva de desenvolvimento local e solidário e organizam-se em rede.

- O Associativismo, que de acordo com os autores são ainda quantitativamente inexpressivos, mas vem demonstrando qualidade de atuação de destaque, como é o caso da APAEB –Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente e ASMOCONP– Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (conhecida através de seu projeto Banco Palmas).
- As Organizações de apoio e fomento às iniciativas de Economia Solidária, como é o caso da Cáritas, MST, ITCs, Fundação Unitrabalho e ADS/CUT.

Para finalizar, A SENAES (2015) define os Empreendimentos Econômicos Solidários caracterizando-os como:

1. Organizações coletivas tais como cooperativas, associações, empresas autogestionárias, clubes de troca, grupos informais e de produção dentre outros;
2. Organizações de cunho permanente, ou seja, que não configurem práticas eventuais;
3. Organizações que podem dispor ou não de registro legal, sendo que deve prevalecer a existência real ou a vida real do empreendimento;
4. Organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens ou serviços, ou fundos de crédito (cooperativas de crédito ou fundos rotativos populares), atividades de comercialização como compra, venda, troca de insumos, produtos e serviços e consumo solidário;
5. Organizações econômicas singulares de diferentes graus ou níveis, ou organizações complexas como as redes de empreendimentos, centrais de associação ou de cooperativas, ou ainda complexos cooperativos.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

A erradicação da pobreza por meio da economia solidária é um processo que se auto alimenta à medida que a comunidade deixa de ser pobre e resignada e se torna consciente de seu potencial, que só se torna realidade se todos os membros juntarem seus empenhos e criatividade em um esforço contínuo e cada vez mais profícuo. É preciso que se saiba também que à medida que o desenvolvimento solidário avança, será menos difícil que as comunidades que por acaso ficaram para trás recuperem o atraso, pois o desenvolvimento local é contagioso, cada comunidade que se desenvolve oferece um mercado crescente às demais em um mesmo território.

(Paul Singer & Valmor Schiochet, 2014)

Este capítulo trata especificamente de descrever e contextualizar historicamente as Políticas Públicas para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Para um melhor entendimento, de início foi feito um apanhado sobre as Políticas Públicas de enfrentamento à pobreza, às desigualdades sociais e tratou-se dos impactos das Políticas Públicas Sociais como alternativas de minimização da exclusão social. Neste contexto, a Política Pública da Economia Solidária traz perspectivas e alternativas principalmente àqueles que foram excluídos do sistema produtivo devido às crises econômicas que assolaram e ainda assolam a população desprovida de oportunidades, emprego, renda educação, etc.

Discorreu-se também sobre as Políticas de Economia Solidária no Brasil, expondo seu surgimento, evolução, principais movimentos, como também as inter-relações com governo, instâncias governamentais, entidades, redes, secretarias, entre outros. Além disso, fez-se um percurso sobre os principais marcos legais de implantação da Política Pública de Economia Solidária no Estado da Bahia, e, em especial, como se desenvolve, se instrumentaliza e se operacionaliza a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, objeto central deste estudo.



#### **4.1 O Estado e as Políticas Públicas de enfrentamento a pobreza**

Ao assegurar a todos os cidadãos saúde, trabalho, renda, educação, previdência social, lazer e segurança, promovendo a garantia da igualdade e garantia de direitos sociais, o Estado o faz através da execução de políticas públicas. Na atualidade, entende-se que assegurar esses direitos sociais é papel e ação que cabe ao Estado, e desde a Antiguidade filósofos e pensadores refletiam sobre as tomadas de decisões políticas e sobre as obrigações de governantes e governados. Assim, as reflexões geravam em torno do estabelecimento dos direitos e deveres, tanto dos cidadãos governados, como daqueles que governavam, na época considerados detentores do conhecimento, bem como sobre o papel do Estado no que dizia respeito a fazer ou deixar de fazer algo para e pela sociedade. Posteriormente, com o passar dos séculos as perspectivas acerca do Estado vão se modificando em consequência do próprio desenvolvimento político das sociedades e do surgimento de novas formas de governos (TUDE, 2010).

Enquanto nos séculos XVIII e XIX o Estado tinha como principais funções a preservação da propriedade privada, a manutenção da segurança interna entre a população e a externa com a defesa das fronteiras, a partir do século XX, com o desenvolvimento da democracia, passa a ser exigido do Estado uma atuação mais diversificada, especialmente para dar conta de promover o estado de bem-estar social. Dessa forma, o Estado passa a ter um papel muito mais ligado aos problemas cotidianos da sociedade. Surgem, nesse contexto, as Políticas Públicas, com vistas a responder as principais demandas da sociedade (TUDE, 2010).

Em meados do mesmo século, nos EUA, o campo das políticas públicas tornou-se área do conhecimento e disciplina acadêmica, concentrando-se nas discussões voltadas sobre as ações dos governos, fugindo da tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área que concentrava seus esforços mais nas análises sobre o Estado e suas instituições, bem como sobre o papel do Estado e do governo como produtor de políticas públicas. A partir desse período se passa a dar ênfase nos estudos sobre as ações dos governos, nascendo como subárea da ciência política (SOUZA, 2006).

A literatura é bastante ampla e diversificada quanto aos conceitos e definições sobre políticas públicas e, por esse motivo, muitos autores convergem e divergem sobre uma definição que represente uma corrente de pensamento homogênea. Rua (2009), ao tentar conceituar políticas públicas, propõe que representam um conjunto de decisões e ações relativas à alocação de valores envolvendo bens públicos. Para melhor ilustrar sua definição, a autora propõe diferenciar a política pública e a decisão política:

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 2009, p. 19).

Neste contexto, a autora quer dizer que embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública, pois as políticas públicas são resultantes da atividade política e esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade.

Secchi (2010, p.2) define política pública como uma “diretriz elaborada para enfrentar um problema público” e complementa ainda que uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; ou seja, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Autores como Dias e Matos (2012) definem as políticas públicas como estratégias que são orientadas a resolução de problemas públicos com o intuito de alcançar maiores níveis de bem-estar social. Nesta mesma linha de raciocínio, Souza (2006), citando Mead (1995), a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz das grandes questões públicas e Laswell (1936), considerado um dos “pais” fundadores da área das políticas públicas, entende que se trata de um campo destinado a tomada de decisões e análises que implicam responder a questões como: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Outras definições (LYNN, 1980; DYE, 1984; PETERS, 1986) citados por Souza (2006), são referências no campo das políticas públicas e ressaltam o papel da política pública na solução de problemas. No entanto, a mesma autora destaca alguns críticos como Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985) que ponderam que tais definições são um pouco minimalistas, uma vez que não contemplam os aspectos conflituosos e os limites que cercam as decisões dos governos como, por exemplo, o embate em torno das ideais, o jogo de interesses, as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre governos e outras instituições e grupos sociais, por exemplo. Sobre esse aspecto, na literatura brasileira, encontramos discussões como a De Faria, (2003) e Teixeira (2002) que discorrem sobre os modelos tradicionais de interpretação e definições do campo das políticas públicas em relação à intermediação de interesses, pluralismo, corporativismo, participação de novos atores, alocação de recursos

públicos e desenvolvimento de ações do processo que envolve a formulação e implementação de políticas públicas que não podem ser entendidas com um processo simplista sem levar em consideração toda a sua complexificação.

Porém, conforme explica Souza (2006), é fato que as diferentes definições de políticas públicas assumem uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes. Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares e, por esse motivo, precisam explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Dessa forma, devem ser construídas nos campos da sociologia, da ciência política e da economia, uma vez que repercutem na economia e nas sociedades.

Na literatura alguns autores (AZEVEDO, 2003; SOUZA, 2006; RUA, 2009) discorrem que existem diferentes tipos de políticas públicas, mas uma das mais conhecidas tipologias foi desenvolvida por Theodor Lowi (1964; 1972). Lowi diz que para cada tipo de política pública, existirão diferentes formas de apoio, rejeição e disputas em torno de sua decisão; ou seja, uma política pública irá gerar, nos diversos grupos políticos, pontos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente, dependendo das divergências e convergências que alcançarão determinado resultado. Refere-se principalmente aos consensos e conflitos entre os diversos atores, envolvendo negociações e barganhas com o objetivo de maximizar os ganhos no processo de formulação e implementação e que, sendo assim, passam por arenas diferenciadas assumindo quatro formatos:

**Políticas Distributivas** – que estão relacionadas a decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. Atendem a demandas pontuais e segmentos específicos da sociedade como grupos de pessoas, regiões localidades, grupos sociais, dentre outros, através de bens ou serviços. Podem ser consideradas clientelistas (uma vez que muitos parlamentares aplicam tais políticas com o intuito de troca de futuros votos) ou não, assistencialistas ou não, relacionar-se ao exercício de direitos ou não. No Brasil é considerada a de maior tradição e exemplos de serviços e bens dessa política são implantação de hospitais, escolas, iluminação pública, construção de pontes, revitalização de áreas urbanas, programas como salário desemprego, bolsa família e outros.

**Políticas Redistributivas** – são as que alocam bens ou serviços a segmentos específicos da sociedade, mediante recursos extraídos de outros grupos específicos da sociedade. Estão

relacionadas à redistribuição de renda na forma de recursos, financiamentos e serviços públicos, mais conhecida como “Política Robin Hood”, pois a intenção é cobrar maiores taxas de quem tem mais para beneficiar a quem tem menos. Atingem um maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário, reforma agrária, distribuição de *royalties* do petróleo, etc. São as de mais difícil encaminhamento. Teoricamente essas políticas enfrentam grandes resistências para serem implantada e normalmente adotam-se formas mais brandas para se fazer a redistribuição, como por exemplo, realocação de verbas orçamentárias.

**Políticas Regulatórias** – são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. Essas políticas estabelecem obrigatoriedades, interdições e condições sob as quais devem ser realizadas algumas atividades ou proceder determinados comportamentos. Podem variar desde regulamentações mais simples e operacionais às mais complexas e de grande abrangência. Os custos e benefícios dessa política podem ser distribuídos equilibradamente, como também atender e privilegiar interesses restritos. Como exemplo pode-se citar a Legislação Trabalhista, Código de Trânsito, Código Florestal, Lei de Eficiência Energética, etc.

**Políticas Constitutivas** - que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. Essa tipologia de política estabelece como devem ser formuladas as demais políticas. Ex.: Regimento do Congresso Nacional e Casas Legislativas, Código Eleitoral, Constituição, Emendas Constitucionais, dentre outras.

No Brasil, a Constituição Federal garante direitos sociais a todos os cidadãos, mas para que tais direitos sejam efetivamente assegurados é necessário que sejam adotadas políticas públicas de “bem-estar” da sociedade. Estas políticas devem estar associadas ao desenvolvimento de ações na área de saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, dentre outras, visando contemplar a qualidade de vida das pessoas como um todo.

Ao se buscar fazer um resgate sobre a formulação de políticas públicas sociais no Brasil, identifica-se que tais políticas estão atreladas a várias redefinições do papel do Estado, bem como a natureza de suas relações com a sociedade. É preciso ainda considerar que a democracia

brasileira é um fato recente, permeado pelo golpe militar e pela ditadura, eventos que caracterizam uma “desigualdade de origem”, reforçando a não existência de pilares para uma democratização das oportunidades (OLIVEIRA, 2008; RIBEIRO, 2003).

A esse respeito, faz necessário citar ainda, de acordo com Ribeiro (2003, p.15), que o surgimento de uma sociedade mais justa deveria estar baseado na afirmação de que:

A sociedade igualitária não é uma sociedade em que todos são idênticos na maneira de ser, sem diferenças sociais, mas é uma sociedade na qual as oportunidades são distribuídas de maneira democrática. Assim quando falamos em igualdade, falamos em igualdade de direitos.

Neste contexto, é possível afirmar que a história brasileira, ao longo de séculos traz a marca da pobreza e da desigualdade social que desde a colonização foi tratada de forma meramente assistencialista, de acordo com Freitas (2005), através das ações de irmandades religiosas, sociedades de auxílio mútuo, Santas Casas de Misericórdia, dentre outras ações filantrópicas. Esse tratamento ocorreu, em especial, no período pós-escravidão, quando da inexistência de políticas de integração dos ex-escravos à sociedade, onde estes dispunham das piores remunerações e dos piores postos de trabalho e sem a menor proteção do Estado, não só as desigualdades econômicas, mas também as desvantagens educacionais e sociais e persiste ainda nos dias de hoje.

A partir da década de 1930, o Brasil começa a desenvolver as primeiras políticas sociais com o surgimento do moderno Estado Social, após a ascensão do Presidente Getúlio Vargas ao poder que denotou um Estado de caráter populista, com vistas a fortalecer mecanismos de mercado que podem ser exemplificadas pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e de uma legislação trabalhista e previdenciária que criavam novas formas de relação entre o capital e o trabalho. No entanto, mesmo com os novos mecanismos adotados, os sistemas buscavam o controle das classes operárias e visavam a preservação de um modelo de acumulação para a expansão industrial. A integração corporativista da Previdência Social no cenário político já era um meio de incentivo e fortalecimento dos mecanismos do mercado, facilitando, desse modo, a realização econômica do liberalismo no Brasil (FREITAS, 2005).

Entre os anos de 1930 e a década de 70, constituiu-se e consolidou-se institucionalmente, no Brasil, o Estado Social, período de constituição do “*Welfare State*”<sup>8</sup>. O papel do Estado é redefinido passando a responder pela superação das necessidades sociais a

---

<sup>8</sup> Denominação em inglês postulada nos anos de 1930, que significa “O Estado do Bem Estar”, que serve basicamente para designar o Estado Assistencial que garante padrões mínimos de saúde, educação, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

partir da criação de um sistema de proteção social. Pode-se destacar duas fases: 1930/1943 e 1964/1985, ambas efetivadas sob regimes autoritários, situação que parece referendar a tese das ações preventivas da elite e da busca de formas de legitimação via política social. No entanto, por ter um caráter redistributivo limitado em um ambiente de autoritarismo isolado da participação popular para a sistematização de programas sociais que fossem capazes de responder às verdadeiras necessidades da sociedade, obteve-se como resultado políticas sociais conservadoras que visavam minar o movimento dos trabalhadores, por meio de relações corporativistas com os sindicatos (FAGNANI, 1997; OLIVEIRA, 2008).

Os anos 80 foram marcados pelo fim do Estado Ditatorial, quando o Brasil passa então por um processo de redemocratização e com ele a conquista de direitos como os consolidados na Constituição (OLIVEIRA, 2008). Esse período foi marcado principalmente por um processo de alargamento da democracia, em que houve a criação de espaços públicos e uma crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com questões de políticas públicas.

A Constituição de 88 possibilitou à sociedade civil a participação na esfera pública, abrindo espaço para práticas participativas nas políticas públicas de áreas como saúde, educação, meio ambiente, etc. Pode-se afirmar que foi o marco formal da participação da sociedade e expansão da cidadania. No entanto, de acordo com Oliveira (2008), o Estado diminui sua atuação ligada aos bens e serviços de bem estar e passa a ser um agente regulador dos interesses de mercado, devido às pressões neoliberalistas. Mais uma vez, o desenvolvimento restringia-se a uma agenda calcada apenas no crescimento econômico.

Já nos anos 90, estabelece-se a descentralização político-administrativa impulsionada pelo federalismo e a forma de conceber o desenvolvimento de um país passa a trazer na agenda não só dimensões econômicas, mas também aspectos ligados a características sociais, culturais e políticas, evoluindo para uma visão baseada em um conceito de sustentabilidade e na qualidade de vida das pessoas. Essa agenda foi proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH. A partir dessa década passa-se a observar a formulação das políticas públicas também em nível local ou regional (VEIGA, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Com essas novas proposições, e já em meados desta década, com o sistema macroeconômico mais estabilizado, o sistema de políticas sociais passou a ser visto pelo viés positivo de sua contribuição para o desenvolvimento econômico. O Estado constituiu-se como promotor de programas públicos estimulando uma série de acontecimentos considerados mais positivos entre economia e política social com a participação direta dos cidadãos, passando a

gerar uma estratégia de desenvolvimento social baseada na universalidade, solidariedade, participação, igualdade de oportunidades, descentralização e associação com a sociedade civil. Grin (2013, p. 194), define melhor essa estratégia de desenvolvimento social adotada neste período dizendo que:

Os eixos estruturadores foram: reforma dos serviços sociais básicos públicos, melhoria na quantidade e qualidade das oportunidades de trabalho e obtenção de renda, ampliação das oportunidades de acesso a ativos produtivos como terra e crédito, iniciativas para aliviar, no curto prazo, a pobreza aguda e programas de melhora e transferência direta de renda.

Vale ressaltar que neste modelo de desenvolvimento nos anos 90, a perspectiva de ‘sociedade de bem-estar’, o Estado também passa a dividir responsabilidades sociais com outros autores como famílias, organizações sem fins lucrativos, ONGs, organizações filantrópicas e outros.

A partir dos anos 2000, a pobreza e a desigualdade são reduzidas continuamente, principalmente após o Plano Real, mesmo que segundo Grin (2013), não sendo o Plano Real objetivo de distribuição de renda, e sim de estabilidade econômica. No entanto, para as políticas redistributivas, este, gerou efeitos positivos, aumentando a capacidade do governo em planejar políticas públicas. Estratégias como Bolsa Escola (1998/2002) e Bolsa Família (2003) foram estratégias voltadas para os segmentos mais vulneráveis da população.

Atualmente, o Estado brasileiro divide a responsabilidade das políticas públicas entre três entes do governo: União, Estados e Municípios, o que tanto abre um leque de possibilidades, como também traz diversos entraves para implementação dessas políticas, a exemplo das dificuldades de coordenação por conta de má distribuição de recursos, de superposição de competências e de competição ou falta de diálogo entre os entes de governo, pouca cooperação entre os gestores públicos no que diz respeito aos investimentos a serem feitos em determinada área, dentre outros (OLIVEIRA, 2013).

Em se tratando de políticas públicas que visem garantir igualdade de oportunidades, melhor distribuição de renda, emprego, dentre outros, que visem garantir uma melhor seguridade social aos cidadãos, buscando o enfrentamento a pobreza e extrema pobreza, por meio de políticas redistributivas, destacam-se as políticas sociais, que abarcam um padrão protetivo. Entende-se que essas políticas apresentam um padrão protetivo porque, como explicam Silva e Silva (2010), o sistema capitalista que é baseado na expropriação e exploração do trabalhador e na repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais é responsável por instituir um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza.

Para Theodoro e Delgado (2003) as políticas sociais hoje se articulam e se compõem sob um conjunto de políticas, programas e ações em três grupos:

a) as que respondem pela garantia de direitos sociais básicos estruturados no aparelho de Estado, como Previdência Básica, SUS-Hospitalização-Consultas, Benefícios e Prestação Continuada da Loas e Seguro-Desemprego. São caracterizadas pelos direitos permanentes dos cidadãos independente dos governos, são protegidas de cortes orçamentários e são exercitadas por iniciativa do cidadão;

b) as que também respondem pela garantia dos direitos sociais previstos no ordenamento constitucional, mas que, diferentemente do primeiro grupo, dependem da iniciativa dos governos por meio de ações e programas temporais, como Programa de Reforma Agrária, Projetos Estruturantes do Programa Fome Zero, Ensino Fundamental- Fundef, Programa de Merenda-Escolar, etc. Seus recursos orçamentários em geral estão vinculados constitucionalmente, mas não estão protegidos dos cortes, como no grupo anterior, e;

c) as que correspondem a situações emergenciais e a projetos transitórios, referidos geralmente ao mandato do dirigente político, e que, em geral, atendem a uma ampla e difusa demanda social, ainda não estruturada no aparelho de Estado, como os que se encontram entre programas de renda mínima focalizados na linha de pobreza, problemas circunstanciais, grupos sociais excluídos, dos atendimentos previstos em “a” e “b” e, por último, como distorção, as ações assistencialistas e de clientelismo político. Este terceiro grupo não goza de recursos orçamentários vinculados ou “insusceptíveis a cortes orçamentários”.

Esses três agrupamentos expressam o desenho da política social, conjugando de forma diferenciada, o atendimento a direitos, a garantia de oportunidades e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social.

A partir do ano de 1990 o Brasil passou a contar com diversas políticas públicas sociais, muitas das quais existem até hoje, que priorizaram diversos grupos como famílias, infância, maternidade, idosos, adolescentes e, também, trabalhadores. Dentre essas políticas merece destaque as de transferência de renda, através de diversos programas e políticas que buscavam minimizar os altos índices de vulnerabilidade social, a exemplo do Plano de Combate à Pobreza e Miséria, o Programa Comunidade Solidária, Erradicação do Trabalho Infantil, o Fome Zero, Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Família, dentre outras, que visavam e ainda hoje visam combater a pobreza e extrema pobreza no país, articulados com políticas estruturantes como as de educação, saúde e trabalho.

Contudo, observa-se que apesar da melhoria em indicadores sociais importantes como a mortalidade infantil, índices de alfabetizados e de acesso ao ensino fundamental a partir dos



anos 1990, as políticas públicas sociais brasileiras ainda têm um grande desafio a enfrentar devido à magnitude da pobreza no Brasil, principalmente no que tange a distribuição de renda e riqueza, aos serviços sociais e essenciais que não são acessados por todos de forma igualitária, bem como às grandes diferenças na qualidade de serviços ofertados a diferentes classes sociais que acabam por reforçar e reproduzir a falta de oportunidades e as desigualdades sociais (CURRALERO, 2012).

Ainda a esse respeito a mesma autora explica que:

[...] a parcela mais pobre da população ainda encontra dificuldades em exercer seus direitos sociais constitucionalmente assegurados. Desse modo, observa-se que o Brasil, apesar de estar entre as maiores economias do mundo em termos do PIB, apresenta elevados níveis de desigualdades sociais, que são reproduzidos pelos serviços sociais ofertados no âmbito público e privado (CURRALERO, 2012, p.2).

Diante desse contexto, inúmeras políticas públicas sociais são pensadas, adotadas e implementadas na tentativa de minimizar os impactos negativos da extrema pobreza, da exclusão social, da falta de oportunidades, de postos de trabalho, emprego, renda, educação, entre outras, para as populações menos favorecidas. A esse respeito, cabe a reflexão de que muitas dessas políticas adotadas obedecem a um cunho muito mais compensatório do que de fato emancipatório, uma vez que o próprio Estado não é capaz de atender às demandas dos que estão excluídos, seja pelo sistema capitalista, seja pela política clientelista que reverbera no Brasil.

Sobre esse cenário, Silva (2003), em seus estudos sobre enfrentamento da pobreza no Brasil, afirma que as políticas públicas sociais brasileiras apresentam-se em um conjunto bastante amplo e variado, contudo, descontínuo e insuficientes e que têm assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza e que por esse motivo não são configuradas como estratégia global, apesar de que este cenário passou a se modificar a partir dos anos 2000. E complementa ainda que ao se fazer uma análise acerca das políticas de enfrentamento a pobreza no Brasil percebe-se que são necessárias políticas de caráter preventivo, e não só reparador, enfatizando que:

São políticas e programas que têm, até, incluído pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo. Contudo, é uma integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, mantidos na situação de mera reprodução. Pode-se ter, por conseguinte, uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres e permitindo o funcionamento da ordem com o controle social das políticas sociais (SILVA, 2008, p. 149).

Assim, diante do exposto, entende-se de que as políticas públicas sociais, mesmo as de caráter compensatório, são necessárias no sentido de minimizar as situações de pobreza e extrema pobreza, mas que sobretudo, este cenário precisa começar a ser repensado no sentido de integrar a sociedade de forma participativa e emancipatória no contexto social, econômico e político.

Enquanto essa realidade não se concretiza (políticas públicas sociais integrativas, participativas e emancipatórias), é fato, a necessidade das políticas compensatórias como forma de tentar diminuir os índices de vulnerabilidade e exclusão, através de programas que visem ampliar e fortalecer formas para reduzir desigualdades socioeconômicas e regionais, buscando, segundo Silva (2010), formular estratégias de enfrentamento a pobreza, através de uma agenda pública que busca políticas e programas de conteúdo compensatório, assistencial, distributivo e redistributivo.

Vale ressaltar que, neste atual momento (ano de 2018), vive-se um retrocesso quando se fala em Políticas Públicas Sociais no Brasil, uma vez que o Governo Temer aprovou a PEC 241/2016 – Proposta de Emenda Constitucional dos Gastos Públicos onde foram congelados por 20 anos despesas e investimentos nas áreas de saúde, educação e seguridade social. Esta PEC coloca em risco a proteção social adequada, principalmente aos mais pobres e vulneráveis que serão os mais prejudicados por décadas, pois a medida deixará os futuros governos de mãos atadas em relação a despesas e investimentos e adoção de políticas de cunho e proteção social. O cenário ainda parece mais desolador diante da eleição recente de um governo de extrema direita, que teve como promessa de campanha a criminalização dos movimentos sociais, à repressão a qualquer tipo de ativismo social e a ameaça aos direitos sociais e trabalhistas tão duramente conquistados.

A despeito de uma perspectiva bastante preocupante no cenário político brasileiro atual, é preciso continuar mantendo em mente que a consciência das Políticas Públicas de enfrentamento a pobreza no Brasil precisa ancorar-se no fato de que a pobreza e extrema pobreza são fenômenos de múltiplas dimensões e estão claramente relacionadas ao acesso precário aos serviços sociais básicos, como por exemplo, água, luz elétrica, saúde, moradia, saneamento, etc, bem como na baixa escolaridade, insegurança alimentar, nas formas precárias de inserção no mundo do trabalho, entre outras. Para que os índices que expressam essa vulnerabilidade sejam reduzidos será necessário, conforme explica Singer et. al (2014, p.425), “uma abordagem multidimensional em políticas intersetoriais, em que além do atendimento às necessidades imediatas, é necessário promover a ampliação das capacidades das pessoas”. Isso quer dizer, segundo o mesmo autor, que a efetividade desta abordagem só poderá se dar por

meio das ações de transferência de renda, da melhoria do acesso e da qualidade dos serviços públicos e pelas oportunidades de inclusão no mundo do trabalho, seja no emprego assalariado ou por meio do autoemprego individual ou coletivo, conforme ocorre no âmbito da Economia Solidária (SINGER, et.al, 2014).

#### **4.2 Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**

Conforme já referenciado em capítulo anterior, no Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980, devido à estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista quando os trabalhadores buscaram se organizar em resposta à crise social que se instalou nesta época.

Como o desemprego passou a assolar o país na década de 80, empreendimentos de esforço coletivo passam a ser criados, passando os trabalhadores a participarem e terem poder de decisão rompendo assim com a hierarquização dos espaços de trabalho. A economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais e, já na década seguinte, esses primeiros movimentos passam a ganhar visibilidade quando se inserem no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora que passam a ter um caráter emancipatório (FRANÇA FILHO, 2006; SCHIOCHET, 2009).

A agenda política no país foi sustentada em práticas econômicas concretas, ou seja, através de exemplos da prática econômica solidária, como por exemplo: trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e de autogestão; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços, em contraposição à subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas (SCHIOCHET, 2009).

A origem do projeto se deu através da Cáritas, uma entidade religiosa que visa promover a atuação social e que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Essa entidade é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB e esse projeto originário se deu por meio do PACS – Projetos Alternativos Comunitários. O PACS teve o objetivo de gerar trabalho e renda de forma

associada para moradores pobres em zonas urbanas e rurais. Uma segunda experiência iniciada também na década de 80, mas que efetivamente tomou corpo no ano de 1991 com a tomada da massa falida de empresas pelos trabalhadores, foi a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG (SINGER, 2004).

Além desses projetos originários, é possível citar o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que desde 1989 passou a promover atividades de agricultura cooperativa em seus assentamentos e criando também o Sistema Cooperativista dos Assentados. Somando-se a essas iniciativas, importante pontuar também a criação da rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, a partir de 1999, um projeto originário de dentro das universidades com o objetivo de incubar grupos para a formação de cooperativas ou produção associativa. As ITCPs se dedicam a organização da população de baixa renda em cooperativas de produção ou de trabalho, com apoio administrativo, jurídico, de formação política, pedagógica, entre outras (SINGER, 2004).

E, por fim, nos primeiros passos e movimentos a Agência de Desenvolvimento Comunitário – ADS – criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores – CUT – em parceria com a Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (1997), uma Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social e o Departamento Brasileiro Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese – também é vista como uma das iniciativas pioneiras de economia solidária criadas no Brasil (SINGER, 2004).

Importante ressaltar que as primeiras experiências de ações governamentais e de apoio à Economia Solidária foram dadas pelos municípios de Porto Alegre (RS), Belém (PA), Santo André (SP) e, posteriormente, em Recife (PE) e São Paulo (SP). Dentre esses municípios destaca-se como pioneiro o Rio Grande do Sul, sendo um dos primeiros a implementar políticas estaduais de Economia Solidária (PRAXEDES, 2012).

A partir de 2001, eventos importantes contribuem significativamente para o debate e a institucionalização de políticas voltadas à Economia Solidária: O Fórum Brasileiro de Economia Solidária –FBES, que culminou no I Fórum Social Mundial – FSM, palco de troca de experiências de políticas públicas de fomento à Economia Solidária tanto em municípios quanto em governos estaduais que visavam a tomada de decisão e encaminhamentos das propostas e demandas que estavam surgindo nesse campo em diversos setores. Além do Fórum, contribui também para fortalecer o movimento a Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES que tinha o objetivo de ser um espaço de debate dos governos, nas três esferas e

com diversos setores da sociedade civil brasileira, para elencar propostas de Economia Solidária através da elaboração de um Documento Base. Estes eventos tendiam a fortalecer o movimento de Economia Solidária, somar forças com os diversos movimentos sociais para diálogo e convergência de lutas pela construção de políticas públicas participando de sua elaboração e acompanhamento, para que fossem promovidos o direito ao trabalho associado e práticas de desenvolvimento sustentável, justo e solidário (SCHWENGBER, 2012).

Em 2003, o Estado brasileiro passa a reconhecer um grande processo de transformação social em curso, provocado pela crise do trabalho que vinha assolando o país desde a década de 80, (a partir de quando o receituário neoliberal passou a ser implantado na América Latina, inclusive no Brasil) situação na qual inúmeros postos de trabalho foram perdidos, acentuando o desemprego em massa, devido ao processo de desindustrialização e pela globalização. Toda essa crise afetava não só o Brasil, mas também outros países da América Latina.

Como defesa contra a exclusão social as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela administração participativa e democrática, dos empreendimentos que são os que constituem a economia solidária. Assim, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei, no então governo Lula, que criou o Ministério do Trabalho e Emprego –MTE que vinha com a missão de proteger os direitos dos assalariados. No entanto, os trabalhadores informais não figuravam a agenda de tal ministério, partindo daí o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, de responsabilidade do MTE, que passou a incluir o cooperativismo e o associativismo (SINGER, 2004).

Uma das principais missões da SENAES foi difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil fornecendo apoio político e material por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária- FBES, que incluía e consolidava as principais agências de economia solidária e a rede de gestores municipais e estaduais de economia solidária, bem como outras entidades e redes de empreendimentos. Através do FBES, houve a descentralização de atividades e fóruns estaduais de economia solidária passaram a ser organizados na maioria dos estados brasileiros, sendo implantado por meio da SENAES o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, combinando esforços no fomento e divulgação da economia solidária nos estados do Brasil (PRAXEDES, 2012).

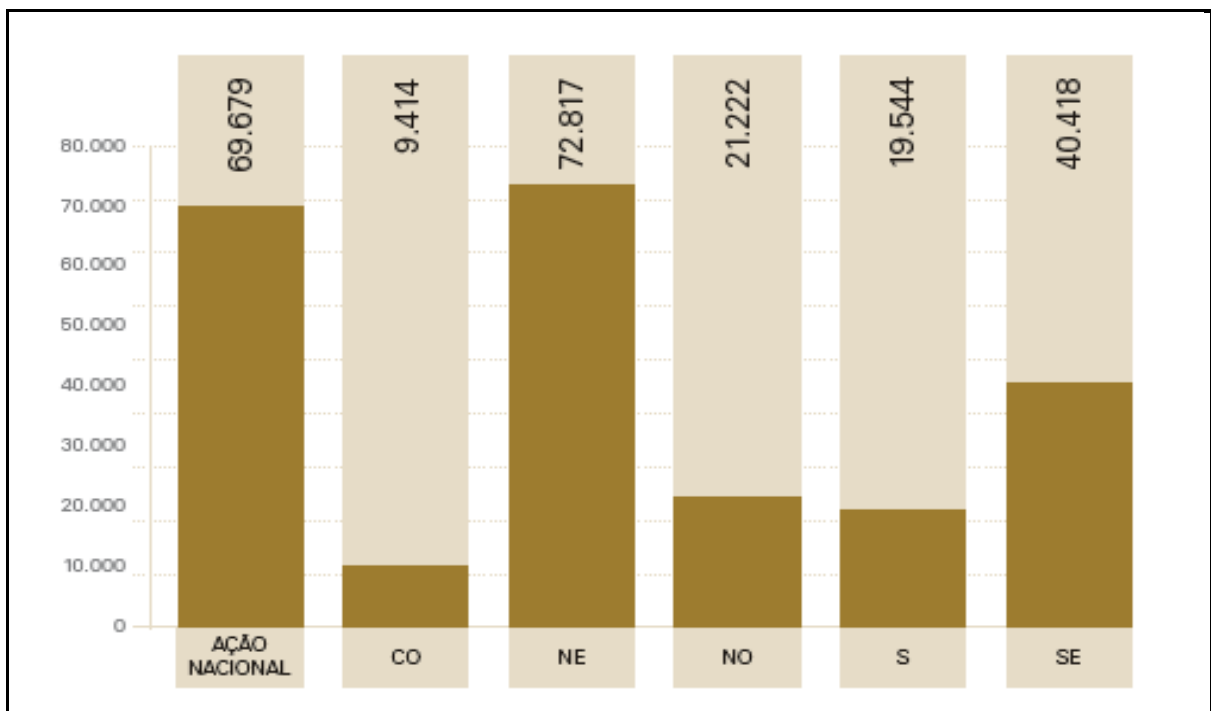
No ano de 2011, com o Plano Brasil sem Miséria na gestão da então presidenta Dilma Rousseff, a Política Nacional de Economia Solidária passou a compor as estratégias de inclusão produtiva, visando colaborar no esforço de erradicação da pobreza extrema. Dessa forma, ampliaram-se investimentos em ações de capacidade de auto-organização e autogestão de

grupos e comunidades vulneráveis fortalecendo e expandindo a economia solidária enquanto estratégia emancipatória (SINGER et. al, 2014).

As ações da política nacional de economia solidária vislumbraram inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, fomento às redes de cooperação solidária, fortalecimento de finanças solidárias, dentre outras e possibilitaram que os empreendimentos de economia solidária fortalecessem suas capacidades de geração de renda, através do trabalho associado, melhorando as condições de vida de seus participantes, bem como fomentaram a participação de novos empreendimentos e a inclusão de novas pessoas.

A comprovação em números da afirmação acima acerca da inclusão produtiva no Brasil fica evidenciada quando é demonstrado que 233.094 pessoas foram beneficiadas diretamente e 10.925 empreendimentos econômicos solidários foram fomentados e fortalecidos, gerando oportunidades de trabalho e renda (SINGER et.al, 2014,). A maior concentração de investimentos ocorreu na região nordeste, onde havia maior percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, de acordo o censo de 2010 e conforme apresenta a figura 5 a seguir:

Figura 5- Investimentos por região no país



Fonte: SINGER, et.al (2014)

O governo federal, por meio do Plano Brasil sem Miséria, ainda disponibilizou recursos cujas ações foram distribuídas em ações de finanças solidárias, ações voltadas para catadores de materiais recicláveis, ações integradas com os Estados e Municípios, sendo que muitos adotaram a própria política de economia solidária em consonância com a política de desenvolvimento territorial e local e ações de apoio a redes solidárias da seguinte forma:

Figura 6 - Investimentos em ações de Economia Solidária



Fonte: SINGER, et.al (2014)

Nos dias de hoje, com as atuais políticas de governo, a Economia Solidária vem se desenvolvendo mais a encargo dos Estados e Municípios, uma vez que o governo Federal extinguiu ministérios como MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolvia ações que também se articulavam com a Economia Solidária. Atualmente, poucas ou quase nenhuma são as ações que são identificadas no âmbito federal de fomento e incentivo a Economia Solidária e com os retrocessos e perdas da área social e trabalhista vive-se um momento de muitas incertezas. Além de todo esse cenário, uma das maiores perdas para o desenvolvimento da Economia Solidária foi a extinção da SENAES, (2016), que deixou de ser secretaria nacional e passou a ser uma subsecretaria do MTE, com redução significativa de recursos federais para o incentivo, desenvolvimento, apoio e fomento de empreendimentos solidários. A falta de uma Política Nacional de Economia Solidária e do suporte a Estados e Municípios compromete significativamente o desenvolvimento, a continuidade, fortalecimento e a esperança de crescimento de empreendimentos e pessoas que buscam um mundo mais justo e solidário com uma menor desigualdade social.

### 4.3 Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado da Bahia

Antes de discorrer sobre as Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado da Bahia é necessário entender como estão organizados e direcionados as ações e investimentos estaduais voltados ao desenvolvimento socioeconômico das regiões do Estado, prioritariamente definido por uma abordagem territorial.

A Política Territorial no Estado da Bahia teve por base a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais 2003, que quando implantada visava o processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia. Em 2007, o governo Jaques Wagner adotou-a como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia e os territórios rurais passaram a ser chamados de Territórios de Identidade que segundo a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, visa:

Identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. O Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar (SEPLAN, 2018, *on line*).

Assim, o processo de estruturação dos territórios envolve aspectos: culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, levando em consideração questões como os costumes, valores, religiosidade, características geográficas e ambientais, objetivos coletivos, cooperação em comunidade, produção e distribuição de renda, etc. Além disso, um outro conceito que está muito associado ao de território é o de pertencimento dos indivíduos, onde estes pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual seus símbolos, em múltiplos aspectos, estão atrelados àquele espaço geográfico (BAHIA, 2018).

A adoção dos Territórios de Identidade foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia, pois, não apenas revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado, mas, sobretudo, estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas, fazendo com que o governo planeje juntamente com a sociedade, respeitando organização espacial, pertencimento e seus vínculos e inter-relações (BAHIA, 2018).

Dessa forma, as demais políticas e programas desenvolvidos pelo e no Estado, bem como a destinação de recursos estão organizados e distribuídos tendo por base a Política de



Territórios de Identidade do Estado da Bahia, de acordo às necessidades e especificidades das comunidades e indivíduos assistidos.

Esclarecido como o Governo do Estado da Bahia desenvolve a estrutura de suas demais políticas e programas por meio da política pública territorial buscar-se-á agora, entender sobre a Política Pública de Economia Solidária no Estado.

No Estado da Bahia, de forma inovadora, no ano de 2007, foi criada a Superintendência de Economia Solidária – SESOL, como parte de uma manifestação encaminhada ao Fórum Baiano de Economia Solidária ao então governador eleito Jaques Wagner, solicitando a criação de uma esfera institucionalizada no Estado para assumir e implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária. A SESOL, então, vincula-se à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE e tem como foco potencializar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, geração de trabalho e renda e inclusão social. Este marco institucional da economia solidária na Bahia se deu através da criação da Lei 10.549/2006, que modifica e estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo (REIS, et.al, 2009).

Além da criação da SESOL, outros elementos também foram fundamentais para a construção, formulação e implementação da Política Estadual de Economia Solidária desenvolvida pelo governo da Bahia, como por exemplo: a Carta do Fórum que apresentava, entre outras reivindicações, ações relacionadas ao Marco Legal, à criação de Centros Públicos de Economia Solidária e à democratização do acesso a recursos públicos por meio do lançamento de editais. Também são documentos fundamentais para o fortalecimento dessa Política os anais da I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária e o Atlas de Economia Solidária e os anais das Plenárias Nacionais de Economia Solidária. Da mesma forma, foram relevantes as contribuições da SENAES, que já vinha desenvolvendo a política nacional de economia solidária, além de iniciativas de políticas públicas desenvolvidas no âmbito municipal e estadual, identificadas pela Rede de Gestores de Política Pública de Economia Solidária, a escuta da sociedade civil (empreendimentos, universidades, entidades de apoio e fomento) por intermédio de audiências, reuniões, grupos de trabalho, comitês gestores, reuniões do Conselho Estadual de Economia Solidária e Conselho Estadual de Cooperativismo (REIS;ALMEIDA FILHO, 2016).

Em dezembro de 2011, é criada a Lei 12.368/2011 que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. A lei, além dos termos e nomenclaturas utilizados para efeitos de definição, trata, em seu Art. 3º, da Política Estadual de fomento à Economia Solidária como

estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, bem como institui em seu Art. 4º (BAHIA, 2011) os instrumentos da política pública, a saber:

I formação e capacitação técnica e profissional em Economia Solidária, comércio justo e solidário, consumo consciente, gestão e operação de tecnologias sociais aplicadas aos processos econômico e social de que participam os atores da Economia Solidária;

II auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o justo e solidário;

III inclusão de conteúdo atinente à Economia Solidária de forma transversal e multidisciplinar nas atividades extracurriculares da rede estadual de ensino e seus respectivos projetos políticos pedagógicos nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

IV apoio técnico multidisciplinar para incubação, gestão e operação de Empreendimentos e Redes de Empreendimentos de Economia Solidária;

V utilização de bens, equipamentos e maquinários públicos, preferencialmente a título gratuito, na forma da legislação estadual;

VI criação e promoção de linhas de crédito específicas, microcrédito, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos Empreendimentos de Economia Solidária;

VII apoio à divulgação de princípios e práticas de economia solidária;

VIII apoio ao desenvolvimento de logísticas de produção, armazenamento e distribuição;

IX apoio à realização de eventos de economia solidária;

X apoio para divulgação e comercialização de bens produzidos e/ou consumidos em ambiente de economia solidária, mediante a instalação de centros de comércio e feiras;

XI incentivo à introdução de produtos e serviços da economia solidária no mercado interno e externo;

XII apoio para a criação de ambientes adequados à articulação política, ao fortalecimento da identidade e ao intercâmbio técnico, científico e cultural;

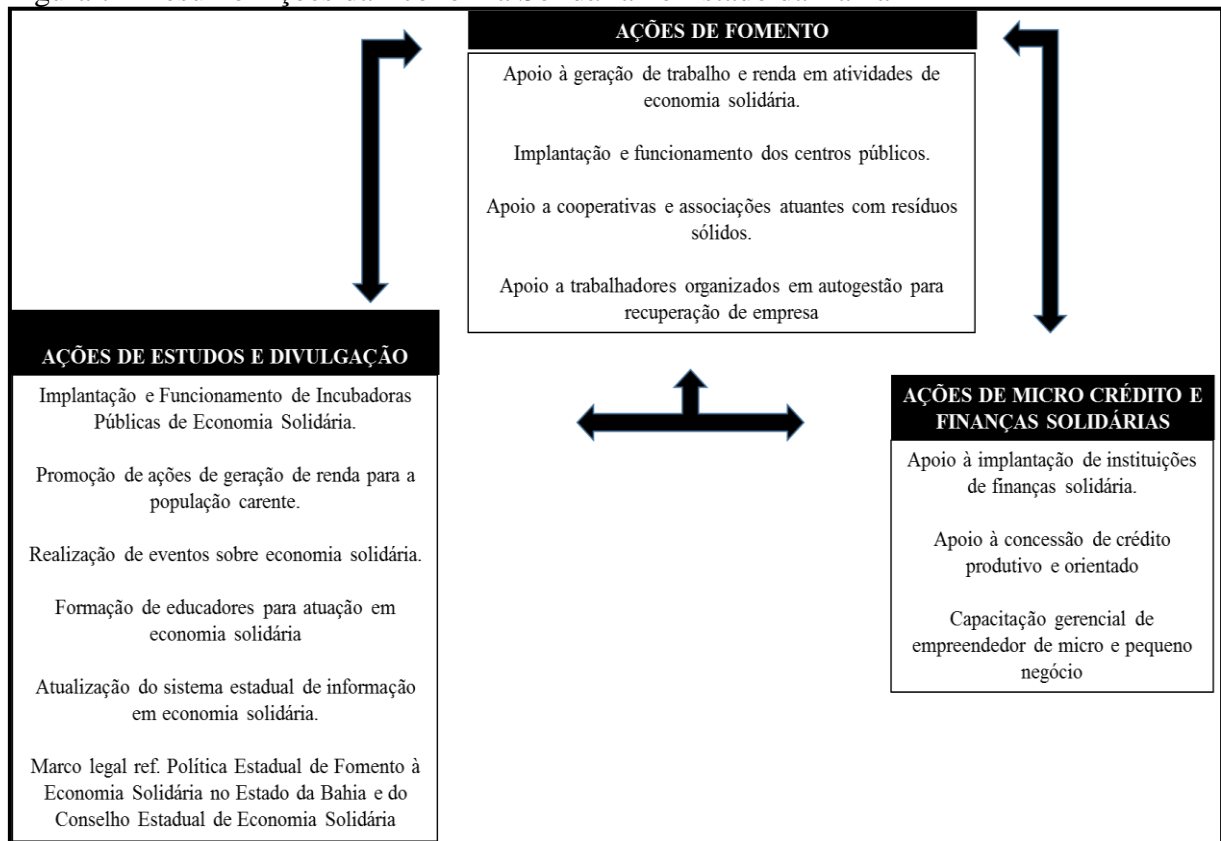
XIII convênios com entidades públicas e privadas;

XIV orientação técnica para constituição e registro de Empreendimentos de Economia Solidária;

XV fomento ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável, através do apoio à constituição de redes e cadeias solidárias de produção, de comercialização, de logística e de consumo solidários, o assessoramento técnico contínuo e sistemático à comercialização e à promoção do consumo responsável.

Para um melhor entendimento acerca das ações da Política Pública de Economia Solidária do Estado da Bahia a Figura 7 a seguir descreve-as de forma resumida:

Figura 7 - Resumo Ações da Economia Solidária no Estado da Bahia



Fonte: (REIS, et.al 2009)

A criação da SESOL trouxe para os empreendimentos da Bahia avanços importantes nos mais diversos aspectos, como, por exemplo, a estrutura da SETRE e da própria política estadual de economia solidária, que possibilitou a criação de outras legislações específicas, conforme explica Reis e Almeida Filho (2016). Decorreram dessa iniciativa a criação da Lei Estadual de Cooperativismo, o surgimento de instâncias de participação como o Conselho Estadual de Economia Solidária, a inserção da economia solidária no Plano Plurianual – PPA com programas e orçamento, além da articulação com outros órgãos do governo como: Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, a FAPESB, entre outros.

Com os marcos legais, a institucionalização do SESOL e a criação da lei que regulamenta as ações de fomento, apoio e incentivo à Economia Solidária foram instituídos diversos programas com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho, renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Um desses programas é o Programa Bahia Solidária, que atua em 13 territórios, promovendo o desenvolvimento local e territorial, através

de componentes estratégicos baseados em quatro eixos: 1) Assistência Técnica aos EES e suas Redes Territoriais; 2) Formação e difusão tecnológica para inclusão socioprodutiva; 3) Promoção, vendas e acesso ao mercado; e, 4) Acesso ao crédito e finanças solidárias (BAHIA, 2018).

Estes componentes estratégicos atuam através de políticas e programas como os Centros Públicos de economia solidária e suas redes territoriais, as Redes de Centros Vocacionais Tecnológicos, o CrediBahia (Programa de Microcrédito do Estado da Bahia) e o Prove (Promoção e Vendas da Economia Solidária) que tem como meta alcançar 40 mil famílias, 1.300 empreendimentos solidários e impactar 160 mil pessoas (BAHIA, 2018).

As ações do Programa Bahia Solidária estão relacionadas à: a) investimento e assistência técnica a empreendimentos solidários, articulando tais empreendimentos em redes de produção e comercialização com o apoio dos centros públicos; b) ações relativas à formação dos trabalhadores, gestores públicos e entidades de fomento e apoio incluindo as incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários; c) ações voltadas para o microcrédito e finanças solidárias através de programas de Microcrédito do Governo do Estado da Bahia CREDISOL e o CrediBahia, operacionalizados pela SETRE em parceria com o SEBRAE e Prefeituras Municipais com recursos originados do Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia (REIS, et.al, 2009).

No âmbito deste estudo e fazendo parte do Programa Bahia Solidária, discutir-se-á a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva operacionalizada através dos Centros Públicos de Economia Solidária objeto de reflexão e discussão a seguir.

#### **4.4 Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva**

Dentro das ações do Programa Bahia Solidária estabelece-se o Programa Vida Melhor do Governo do Estado, que visa instituir a Inclusão Socioprodutiva com a finalidade de incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza, mas com potencial laborativo, buscando à sua emancipação. Para o alcance dos objetivos do programa são desenvolvidas ações de assistência técnica, transferência de equipamentos e insumos produtivos, microcrédito assistido, articulação com as demais políticas de proteção e promoção social (MATOS, et. al, 2016).

A Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva tem por base o conhecimento e a valorização das potencialidades locais, a organização dos trabalhadores numa

perspectiva emancipatória visando resultados que compreendem a formação política, gerencial e técnica e o fomento de ações socioprodutivas geradoras de trabalho e renda que estejam voltadas para os grupos produtivos, a articulação entre diversos atores públicos e privados e a construção de outro modelo de desenvolvimento (MATOS, et.al, 2016). Suas principais ações têm como objetivo:

- a) Promover ações de assistência técnica socioprodutiva a grupos produtivos, empreendimentos, cooperativas e redes de economia solidária e popular;
- b) Promover nos territórios ações de convergência da assistência técnica com as demais ações e políticas de inclusão socioprodutiva;
- c) Coletar, atualizar, sistematizar e disponibilizar informações e dados referentes às ações de serviços de assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários;
- d) Promover espaços de difusão da política de assistência técnica e o intercâmbio com outras experiências correlatas;
- e) Promover ações que viabilizem espaços para a comercialização dos produtos da economia solidária;
- f) Desenvolver, apoiar e consolidar metodologias de assistência técnica socioprodutiva a grupos produtivos, empreendimentos, cooperativas e redes de economia solidária e popular;
- g) Monitorar e avaliar as ações de assistência técnica socioprodutiva a grupos produtivos, empreendimentos, cooperativas e redes de economia solidária e popular (BAHIA, 2018, s/p.)

Assim, a Política de Assistência Técnica visa motivar um desenvolvimento que ultrapasse as fronteiras de cada grupo, alcançando microrregiões, sobretudo por meio da constituição e fortalecimento das redes de produção, distribuição e consumo. Também busca gerar benefícios econômicos, sociais, culturais e solução de problemas, no âmbito do território.

Neste contexto, a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva se operacionaliza por meio de uma das frentes de atuação mais importantes do Programa Vida Melhor: a oferta de Assistência Técnica aos Empreendimentos Associativos Populares Solidários e às Redes de Economia Solidária e Comércio Justo Solidário, através da criação de Centros Públicos de Economia Solidária – CESOL, atendendo a uma das principais demandas do Fórum Baiano de Economia Solidária, baseado nas diretrizes da SENAES (REIS, et.al, 2009; MATOS, et.al, 2016).

Os Centros Públicos de Economia Solidária – CESOL são espaços multifuncionais que oferecem aos empreendimentos coletivos e solidários assistência técnica multidisciplinar em diversas áreas importantes, visando à sustentabilidade dos grupos. Essa assistência técnica é de cunho administrativo, comercial, produtivo, contábil e jurídico, além de atividades de formação e comercialização, espaço para eventos, atividades culturais, reuniões, fóruns e redes de economia solidária e articulação de ações de desenvolvimento local e territorial (REIS & ALMEIDA FILHO, 2016).

De acordo com Reis (2009, p. 24-25) os serviços e atividades desenvolvidas pelo CESOL se desenvolvem a partir de categorias organizadas conforme explica o quadro abaixo:

Quadro 3- Descrição Serviços/Atividades do CESOL

<b>Categorias</b>	<b>Descrição</b>
Comercialização	Em espaços solidários (lojas) os empreendimentos experimentarão as técnicas comerciais numa perspectiva de comércio justo e solidário e desenvolverão alternativas sustentáveis de estruturação do comércio, fazendo parte de um sistema estadual de comercialização integrado à agricultura familiar e compras públicas
Consultoria	Atuação de equipe multidisciplinar com profissionais atuando como instrutores/auxiliadores dos EES na gestão, legalização/formalização, desenvolvimento de produtos, criação de identidade visual, diagnóstico do empreendimento.
Tecnologias,	Promoção do uso e formação em tecnologias livres, além de formação no uso de softwares de gestão, controle, estoque, numa perspectiva de inclusão sociodigital em parceria com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da utilização da metodologia dos Centros Digitais de Cidadania.
Incubação	Incubação de redes de produção, comercialização e consumo incorporando EES; Acompanhamento e monitoramento das diversas incubadoras fomentadas e apoiadas pelo programa Bahia Solidária.
Crédito	Acesso ao crédito, através de programa de microcrédito do Estado da Bahia, o CrediBahia.
Articulação	Transversalidade das ações, competindo ao CESOL articulação com outros Entes do Estado, realizando ações complementares e integradas, possibilitando a ECOSOL alternativas concretas de desenvolvimento.

Fonte: REIS (2009, p. 24-25), adaptado pelo autor (a)

Em todo o Brasil, a criação dos Centros Públicos de Economia Solidária referencia-se nas experiências desenvolvidas pela SENAES, contudo a experiência da Bahia diferencia-se segundo Reis e Almeida Filho (2016) em dois aspectos principais: 1) abrangência de atendimento, estadual e territorial; e 2) execução por Contratos de Gestão – em que os CESOLs são geridos por entes privados sem fins lucrativos, selecionados por meio de editais e qualificados como Organizações Sociais – OS. Esse formato traz uma perspectiva inovadora de operacionalização da política pública de economia solidária com contratos de gestão, e busca alcançar um número maior de beneficiários e certa coesão metodológica, além de maior qualidade e efetividade no serviço prestado ao público.

Atualmente, o serviço de assistência técnica desenvolvido pelos CESOLs abrange aproximadamente 17 dos 27 territórios de identidade do Estado da Bahia, apoiando e assistindo diretamente 2.028 empreendimentos solidários, sendo deste total 876 rurais e 1.152 urbanos (BAHIA, 2018). Além disso, apoia também incubadoras, redes, fundos rotativos, reciclagem,

negócios de matriz africana, feiras, projetos produtivos voltados a grupos solidários, incluindo um público que historicamente tem sido excluído das políticas públicas, buscando desta forma fortalecer a sustentabilidade dos empreendimentos, formação, estruturação do processo produtivo, assistência técnica entre outros. Assim, a assistência técnica oferecida pelos Centros Públicos de Economia Solidária é considerada uma ação estruturante baseada no conhecimento e valorização de potencialidades locais, bem como potenciais da organização dos trabalhadores, visando á emancipação desses atores baseado na formação política, gerencial, técnica e de fomento às ações socioprodutivas.

Matos et al. (2016) explica que a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva desenvolvida através da metodologia CESOL, foi delineada devido a verificação da baixa sustentabilidade dos empreendimentos associativos no estado. Esta afirmação se ancora, segundo o autor, na mensuração de alta mortalidade dos micro e pequenos empreendimentos e baixa renda dos trabalhadores envolvidos em empreendimentos associativos. No âmbito da perspectiva da assistência técnica foram observados diversos fatores limitantes como: o baixo conhecimento acerca do contexto socioeconômico no qual está inserido; o baixo conhecimento acerca dos processos tecnológicos e gerenciais; o baixo acesso a ativos produtivos, subsídios e mercados; e a ausência de acompanhamento e monitoramento sistêmico até a emancipação definitiva do empreendimento. Dessa forma, as atividades e serviços desenvolvidos pelo CESOL visam, então, à reversão desses fatores limitantes.

Buscando um melhor entendimento sobre a metodologia CESOL em relação às atividades e serviços contratados Vasconcelos et al. (2017) descrevem que tais serviços dizem respeito ao: diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo territorial; oferta de oficinas temáticas de sensibilização e formação; estudo de viabilidade econômica – EVE dos empreendimentos solidários; prestação da assistência técnica gerencial; promoção do acesso a ativos produtivos; assistência técnica socioprodutiva; assistência técnica específica; orientação de acesso ao crédito; assistência técnica em comercialização; e o monitoramento da assistência socioprodutiva. Todos esses serviços estão mais bem explicados no quadro a seguir:

Quadro 4 - Serviços e atividades desenvolvidos pelo CESOL

(Continua)

Componente	Funções/Atribuições	Descrição
Componente Implantação	Instalação CESOL	Locação de imóvel ou Imóvel próprio por parte da Organização Social no Edital de Contratação
	Processos de Trabalho	Recrutamento e Seleção da equipe de trabalho; Capacitação da equipe de trabalho à metodologia de trabalho CESOL, sendo esta qualificação ofertada pela SETRE para que sejam atendidos os padrões específicos para cumprimento desta atividade; Instalar sistemas informatizados.
Componente Operacional	Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Realizar estudo do contexto social, econômico e produtivo local/territorial, para que o centro público possa atuar de forma mais consistente no sentido de incrementar atividades de maior potencial de desenvolvimento na região.
		Identificar preliminarmente empreendimentos associativos na área de abrangência, através de diversas fontes: SIES, SETRE, CadÚnico, etc.
	Oficinas Temáticas (Sensibilização)	Mobilizar empreendimentos associativos da área de abrangência e apresentar o CESOL e o serviço de assistência técnica.
		Realizar oficinas de aprofundamento de conhecimentos de temas escolhidos pelos beneficiários; discutir temas de interesse em comum; construção de parceria com o CESOL
		Planejar atuação do CESOL no Território, através da identificação dos empreendimentos e de suas necessidades nas oficinas, atendendo critérios como: inscrição no CadÚnico, os já atendidos por outras políticas públicas assegurando a convergência de investimentos e os constituídos por povos e comunidades tradicionais.
	Estudo de Viabilidade Econômica – EVE	Elaborar agenda de trabalho nos empreendimentos para realizar o Estudo de Viabilidade Econômica, através da realização de encontros de trabalhos com os empreendimentos e estabelecer rotinas de trabalho para a construção do EVE
Sistematizar informações para acompanhamento dos resultados efetivos da assistência técnica, utilizando como base a melhoria e evolução da atividade econômica e dos trabalhadores.		
Elaborar planos de ação de acordo as necessidades dos empreendimentos com cronograma de atividades, prazos e conteúdos específicos para superação das necessidades.		



Quadro 4 - Serviços e atividades desenvolvidos pelo CESOL

(Conclusão)

Componente	Funções/Atribuições	Descrição	
Componente Operacional	Assistência Técnica Gerencial	Definir e providenciar os instrumentos necessários à formação nas seguintes dimensões: gestão da produção, gestão administrativo-financeira, gestão comercial e jurídica, garantindo a organização do grupo, seus processos de trabalho, delineamento de competências, atribuições de cada um dos membros do empreendimento, tomada de decisão, constituição formal do empreendimento, etc. Os conteúdos deverão ser desenvolvidos com cada um dos grupos nas esferas de gestão e especificadas no plano de Ação, podendo a metodologia ser utilizada com mais de um grupo por meio de oficinas se as vantagens do aprendizado atingir mais de um empreendimento.	
	Prover acesso a ativos produtivos	Definir a demanda dos empreendimentos por ativos produtivos indispensáveis ao alcance da sustentabilidade dos empreendimentos, em termos de quantificação de equipamentos e insumos necessários ao seu melhor desempenho, aumento de produtividade e condições de trabalho de seus integrantes.	
	Assistência Técnica Socioprodutiva	Acompanhar as rotinas dos empreendimentos, através de visitas técnicas, contribuindo para uma melhor execução das atividades produtivas com informações e sugestões. Esse acompanhamento se dá ao longo do tempo com o funcionamento do cotidiano e proposições de ajustes necessários.	
	Assistência técnica Específica	Prover capacitação técnica específica dos empreendimentos, por meio da contratação de consultoria para diversos segmentos econômicos.	
	Orientação de Acesso ao Crédito	Prover orientação de acesso ao crédito ao empreendimento, identificando as necessidades de recursos e observando e estudando seguramente a decisão de acesso ao crédito.	
	Assistência Técnica em Comercialização	Fomentar, planejar e organizar Redes de Economia Solidária e de Comércio Justo e Solidário, incentivando assim as potencialidades, estruturação, sustentabilidade e troca de saberes dos empreendimentos para que a comercialização ganhe amplitude. As redes de comercialização funcionam como instâncias estratégicas de desenvolvimento territorial. Assessorar na criação de mecanismos para inserção mercadológica de acordo o segmento econômico, providenciando divulgação de produtos e serviços, buscando a garantia de sua comercialização no mercado.	
	Monitoramento da Assistência Socioprodutiva		Cadastrar perfil dos empreendimentos e de suas famílias
			Sistematizar informações acerca dos empreendimentos no decorrer do tempo e das intervenções realizadas, para verificação da efetividade das ações e evolução dos indicadores.

Fonte: VASCONCELOS (2017), adaptado pelo autor(a)

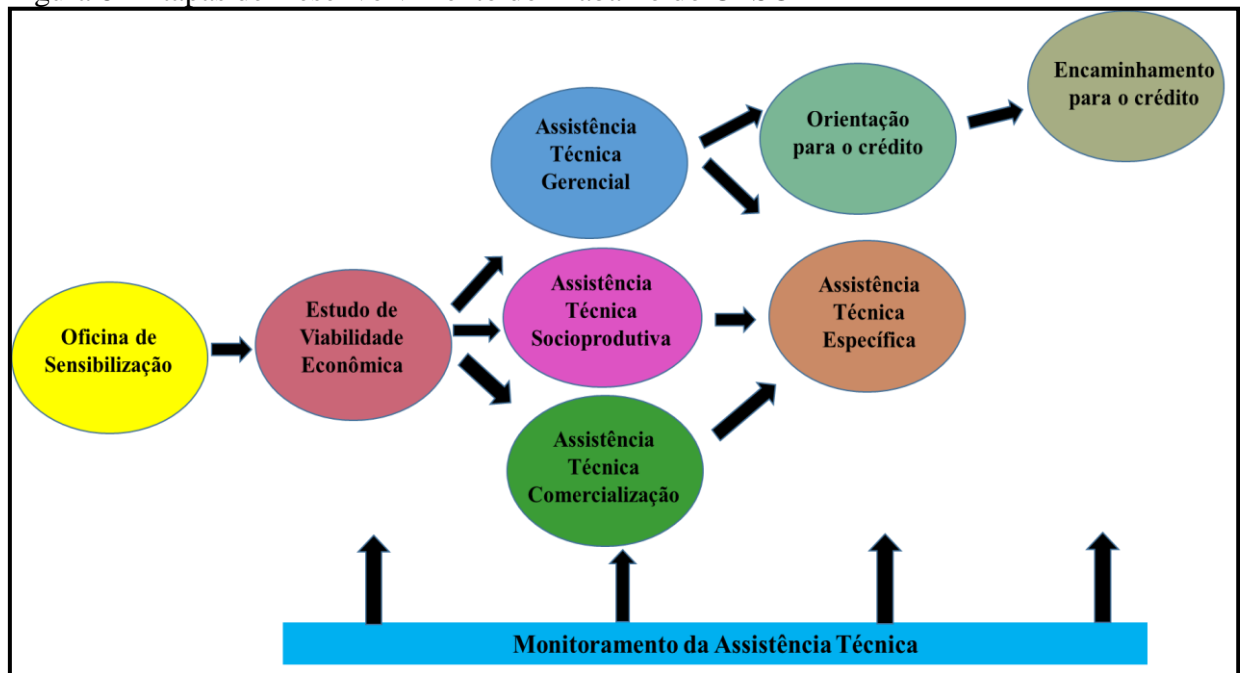
De acordo com os Editais de chamada da Secretaria de Trabalho Emprego e Renda, hoje em dia, o serviço de assistência técnica atribuído aos CESOLs lida com características curriculares que perpassam a construção processual: Primeiro, em uma fase inicial, existirão as oficinas de sensibilização que tem como objetivo mobilizar os empreendimentos associativos da área de abrangência, aprofundar conhecimentos em temáticas escolhidas pelos atores dos empreendimentos, bem como esclarecer sobre os princípios e pilares que balizam atividades produtivas dentro da área de economia solidária e aproximar os empreendimentos da equipe do CESOL; Na sequência dessas oficinas são realizados os Estudos de Viabilidade Econômica – EVE para que a Assistência Técnica seja efetiva no acompanhamento, evolução e resultado das atividades dos grupos atendidos. Para isso, são elaborados Planos de Ação a partir da identificação das necessidades dos empreendimentos associativos, populares e solidários.

Após essas duas etapas os empreendimentos passam para a fase de Assistência Técnica Socioprodutiva que visa acompanhar as rotinas dos empreendimentos através de visitas técnicas que contribuem para uma melhor execução de suas atividades produtivas. A partir dessa etapa, os empreendimentos passam a ter apoio de uma Assistência Técnica Específica, por meio de capacitação técnica, através de consultorias para os diversos segmentos econômicos os quais atuam os empreendimentos solidários. Essa primeira fase, por meio dessas etapas, é considerada como atividades tronco, pois são comuns a todos os empreendimentos da carteira e são consideradas atividades estruturantes da ação pública. Com elas realizadas, busca-se a garantia e as condições de execução das outras fases;

Na segunda fase, busca-se uma linearidade sequencial, considerando que há um percurso para se alcançar a sustentabilidade, ampliando o leque de serviços, os quais enfrentem desafios especialmente no campo gerencial-comercial. Dessa maneira, a proposição é de que se constitua um “currículo móvel” (BAHIA, 2018) no qual haja um tronco comum de áreas de atendimento com Estudos de Viabilidade Econômica – EVE, plano de ação, formação técnico-gerencial - para todos os empreendimentos já acolhidos na carteira ativa; os demais eixos serão movimentados conforme perfil do empreendimento e as demandas explicitadas no plano de ação. Este traçado possibilita a intervenção eficaz, pontual e especializada sobre a situação-problema identificada, incidindo sobre variáveis que impactam na sustentabilidade do empreendimento em grau de maior complexidade. Todo esse processo é constantemente monitorado pela Assistência Técnica – CESOL.

Este modelo é didático e deve ser mantido, com os devidos ajustes, para aqueles empreendimentos que ingressem na carteira ativa de atendimento dos CESOLs, conforme demonstra a seguir a Figura 8:

Figura 8 - Etapas de Desenvolvimento do Trabalho do CESOL



Fonte: BAHIA (2018)

Por fim, conforme já explicitado, os CESOLs são os dispositivos que instrumentalizam e operacionalizam a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva da Economia Solidária no Estado da Bahia. Para isso, estruturam-se através dos contratos de gestão com Organizações Sociais em parceria com o Estado e sociedade civil organizada por meio da busca e garantia competente de serviços e atividades concernentes à assistência técnica aos empreendimentos associativos, visando fortalecê-los e dar-lhes sustentabilidade, além de buscar emponderar os empreendimentos e os atores sociais envolvidos com as práticas de economia solidária nos territórios. Além disso, esses Centros buscam ampliar objetivos, diferentemente dos proclamados pela lógica de mercado, abordando a economia solidária em uma perspectiva de estratégia de desenvolvimento e de busca de equidade social, para além da acumulação de riquezas e do lucro por si, reconhecendo a necessidade de inserir a população excluída da sociedade nas rotinas de produção. A busca por condições de trabalho e geração de renda mais igualitária por parte dessa população excluída do mercado convencional somente é possível a partir de metodologias que valorizem habilidades e competências diversas apresentadas pelos indivíduos, e que promovam uma inclusão social digna, que resgate o trabalho como suporte identitário. Dessa forma, a economia solidária representa um novo contexto laboral baseado no trabalho associativo e cooperado, permeado pela construção e produção de práticas que valorizam a autonomia e a solidariedade, constituindo pessoas e uma comunidade de aprendizagem no trabalho.

#### **4.5 Conceitos e Significados do Termo “Efetividade” no contexto do objeto desse estudo**

Esta seção trata do termo “efetividade” da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária. Para que isso seja possível é necessário perpassar pelos conceitos básicos de avaliação de políticas públicas e programas governamentais, bem como pelos termos conceituais de eficiência, eficácia e efetividade.

A avaliação, de forma geral, tornou-se um instrumento indispensável para o conhecimento e para o processo de tomada de decisão, seja na esfera privada ou na esfera pública. A viabilidade de objetivos e projetos, reformulação de propostas, programas e atividades dependem intrinsecamente da avaliação. Neste sentido, ela se mostra como um importante mecanismo de gestão, capaz de fornecer as informações e os subsídios necessários para a tomada de decisões de administradores, gestores públicos formuladores e implementadores de programas, uma vez que permitem verificar o que está acontecendo, de modo a realizar os ajustes necessários, otimizando tempo e recursos. Thoenig (2000, p.54) a define como “um meio de aperfeiçoar a capacidade de aprender como conduzir mudanças bem-sucedidas e definir resultados alcançáveis nos campos da eficiência e eficácia públicas”.

Comumente, conforme explica Faria (1999), a avaliação das políticas públicas tornou-se fundamental para o sucesso da gestão. Ela procura basicamente investigar como os programas funcionam observando suas etapas, mecanismos, processos, conexões e estratégias para o alcance dos resultados. Procura verificar o funcionamento e a gestão do programa, bem como o processo de implementação das ações e os mecanismos de execução, observando em que medida o programa que está sendo desenvolvido está em conformidade com o planejado. A preocupação centraliza-se em responder se a população-alvo está sendo atendida de acordo com as metas, se o cronograma está sendo cumprido e se os recursos estão sendo alocados com eficiência. Neste contexto, a avaliação está voltada para os aspectos de eficiência e eficácia.

Cotta (1998) traduz o conceito de eficiência como aquele que está relacionado aos resultados e aos custos envolvidos em um projeto ou programa. Ou seja, é a maneira pela qual se alcança o melhor resultado possível com a utilização do menor custo envolvido. Já a eficácia, vai buscar a adequação do que foi planejado com o que está sendo executado, priorizando o “fazer certo as coisas” (Faria, 1999). Diz respeito a fazer o que deve ser feito como, por exemplo: cumprir as metas, alcançar os objetivos, atentar aos prazos e entregar os resultados primando pela maneira certa de realizar as atividades.

E por fim, mas não menos importante, o conceito acerca da efetividade, que trata a correspondência entre os objetivos traçados e os resultados atingidos, ou seja, os resultados

finais chamados de *ex-post*, em que se avalia a efetividade da ação implementada, averiguando o alcance das metas de médio e longo prazo (FARIA, 1999). Em outras palavras a efetividade em termos mais abrangentes da política, avalia os impactos do programa em termos econômico, político e social com o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos assistidos.

Esse estudo tem como foco principal a percepção dos atores sociais assistidos pela política pública quanto à efetividade da mesma em relação ao crescimento e desenvolvimento de seus empreendimentos e negócios solidários, bem como a efetividade dos serviços prestados pela assistência técnica prestada pelo CESOL, isto é, se eles têm contribuído e/ou melhorado indicadores de gestão dos empreendimentos, como por exemplo: melhoria em termos de organização, controles, sustentabilidade econômica, procedimentos de trabalho, etc. Como já foi frisado anteriormente, busca-se entender como essas pessoas avaliam avaliam/percebem/indicam índices de satisfação quanto às ações desenvolvidas pelo Governo do Estado em relação à Política Pública desenvolvida e como avaliam, especificamente, o trabalho do CESOL na prestação de serviços relacionados a assistência técnica. Dessa forma, não se busca aqui realizar avaliação, em termos de eficácia e eficiência da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, nem tão pouco da Política Pública de Economia Solidária. Não irá ser avaliado a política pública sob o enfoque da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle social sobre a efetividade do Estado, mas sim, de como os atores assistidos pela política estudada percebem condições de melhoria de seus empreendimentos, bem como a melhoria das condições de qualidade de vida de suas famílias e de suas comunidades. Trata-se dos olhares desses empreendedores sobre efeitos a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em relação ao que ela propõe e de como os atores envolvidos conseguem enxergá-la em termos de efetividade, ou seja, se os impactos para suas vidas trazem resultados positivos ou não.

#### **4.6 Estudos sobre a Efetividade das Políticas Públicas de Economia Solidária**

Esta seção resulta de um esforço de revisão bibliográfica de pesquisas, especialmente do âmbito nacional, que tivessem objetivos semelhantes aos traçados para o presente estudo. Vale destacar, de antemão, que não foram encontrados na literatura trabalhos que avaliassem a efetividade de políticas públicas de economia solidária sob a perspectiva dos atores sociais, o que torna o presente trabalho, como já foi dito, de certa forma, inédito. Por outro lado, a limitação de estudos na área dificulta a posterior discussão de resultados. Diante dessa

limitação, optou-se por selecionar alguns estudos e experiências nacionais que abordassem a questão da efetividade de Políticas Públicas de Economia Solidária, sob o aspecto institucional. Dessa forma, as reflexões advindas desses estudos serão muito mais voltadas para as limitações e desafios encontrados para a implementação efetiva de programas e empreendimentos solidários no Brasil, no nordeste e na Bahia, de acordo com a análise do pesquisador, tendo como base a pesquisa documental e entrevistas realizadas com atores sociais vinculados aos empreendimentos solidários. Finalmente, é importante pontuar que as pesquisas encontradas foram todas de natureza qualitativa.

Em um estudo sobre os Avanços e Limites da Política Pública de Economia Solidária do programa municipal de incubagem de empreendimentos no município de Londrina-PR, através de entrevistas diretas com coordenadores e gerentes de inclusão produtiva do município e professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Rede de Apoio à comercialização de produtos da socioeconomia, Borinelli et al. (2001) destaca que o município de Londrina garantiu avanços para a institucionalização de uma Política Pública de Economia Solidária Municipal, através da promulgação da Legislação Municipal específica que normatiza o assunto, da criação de cooperativas de produção, da criação do Centro Público de Economia Solidária e através do atendimento a um maior número de empreendimentos solidários.

Contudo, o autor realça que o processo de incubagem desse projeto chamado Programa Municipal de Economia Solidária apresenta diversas limitações, principalmente no que diz respeito à baixa normalização e publicização do processo de incubagem, quadro de assessoria econômica e de gestão qualificada, bem como parcerias mais consistentes, o que acaba por provocar consequências como a baixa formalização e baixa sustentabilidade econômica dos EES (BORINELLI, 2011).

Além disso, o autor destaca ainda que os integrantes dos grupos que compõem a Economia Solidária em Londrina possuem uma extrema precariedade quanto à formação em gestão, amadorismo quanto ao planejamento de mercados e produtos, gestão estratégica e econômica, entre outras limitações. Tais limitações leva o projeto de incubagem a assumir uma perspectiva muito mais assistencial, ocasionando uma relação de co-dependência entre incubadora e o Programa Municipal de Economia Solidária e os empreendimentos solidários, apesar do esforço por parte da Política Pública de Economia Solidária no Município em prestar assistência aos membros dos empreendimentos até que estes possam desenvolver-se autonomamente (BORINELLI, 2011).

Também estudando o contexto de Londrina, Nishimura (2005), ao pesquisar seis grupos Geração de Trabalho e Renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária, identificou

como principal avanço das Políticas Públicas de Economia Solidária o crescente interesse do Estado Brasileiro em propor a Economia Solidária como alternativa de enfrentamento aos altos índices de desemprego encontrados no país, apesar de ao mesmo tempo, trazer consigo uma dificuldade, que é a baixa adesão do Poder Público na esfera estatal à Economia Solidária como Política Pública (NISHIMURA, 2005). Especificamente, a autora, concluiu que os grupos de geração de trabalho e renda vinculados à economia solidária passaram a valorizar suas capacidades produtivas, os princípios de solidariedade e as relações interpessoais, instalaram a articulação em redes, reconheceram os princípios e diretrizes da economia solidária e expressaram estes princípios por meio da capacitação e apoio do poder público, dentre outros aspectos. Finalmente, para a autora, a construção da Política Pública de Economia Solidária Municipal foi efetiva na medida em que trouxe novas perspectivas na área de trabalho e renda e possibilitou: uma alternativa contra o desemprego, a oportunidade de desenvolver capacidades, habilidades, criatividade e valorização do trabalho, a adequação do processo de trabalho ao cotidiano de cada participante, trocas de conhecimentos e experiências entre os grupos, a articulação de pessoas que viviam em situação de exclusão social e o reconhecimento do potencial da comunidade para sustentar suas atividades de trabalho e renda. Além disso, também tornou possível a valorização do apoio do poder público em ações que promovam a autonomia e a emancipação popular e a presença de valores centrais para a economia solidária, como troca, apoio mútuo, solidariedade, etc. (NISHIMURA, 2005).

Já Santos (2013) analisou as Políticas Públicas de incentivo a Economia Solidária em Vitória da Conquista – Bahia, com o objetivo de verificar se os empreendimentos econômicos solidários locais teriam contribuído efetivamente para a inclusão e autonomia dos empreendedores sociais. Ele constatou que as políticas públicas de economia solidária têm respondido de maneira parcial aos anseios dos empreendedores sociais, principalmente através da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva do Estado da Bahia, por meio do trabalho do CESOL local, que tem desenvolvido diversas comunidades. Entretanto, a partir de entrevistas com os empreendedores e coordenadores, realizadas nas visitas aos empreendimentos pesquisados, a autora identificou uma dificuldade relevante relativa às ações do poder público que estaria dificultando a expansão dos empreendimentos solidários: o excesso de burocracia e a política em questão estariam inviabilizando o atendimento das especificidades das atividades desenvolvidas. Assim, a autora conclui que é fundamental o acompanhamento, por parte do setor responsável, das necessidades individuais de cada empreendimento, bem como levar em consideração seu ramo de atividade, além de diminuir a

burocratização, para que seja possível o desenvolvimento dos empreendimentos solidários daquele município.

Também na região nordeste, Mota (2009) conduziu um estudo sobre a efetividade da Política Pública de Apoio a Economia Solidária do Governo Federal a partir da experiência do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), que foi desenvolvido em cerca de 120 comunidades de 45 municípios cearenses. Fazendo uso de uma metodologia participativa, animação e mobilização da rede de empreendimentos solidários, a pesquisa demonstrou que apesar de não ter sido possível constatar a efetividade em termos de resultados quantitativos acerca de valores econômicos e geração de renda, foi possível obter informações que indicaram que a experiência abriu caminhos para novas relações e ressignificações de gênero, novas relações do homem com a natureza, resgate de culturas tradicionais e construção e redefinição de identidades. Para o autor, no entanto, muitas são as dificuldades e obstáculos a serem transpostos para que o PAPPS se efetive como uma política pública e, neste aspecto, órgãos governamentais e representações dos movimentos sociais envolvidos no programa estão atentos e trabalhando neste sentido (MOTA, 2009).

Outra pesquisa desenvolvida por Natividade (2011) sobre Gestão de Política Pública de Geração de Trabalho e Renda, através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares teve como objetivo entender como funciona a gestão da política de geração de trabalho e renda coordenada pela SENAES, buscando dentre seus diversos objetivos específicos identificar os limites e desafios impostos à gestão da Pronic com a finalidade de avaliar a efetividade de tal programa. Constatou-se que o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares representa uma importante estratégia de apoio à constituição e ao fortalecimento de novos espaços de organização do trabalho, embora, de acordo com a autora, para que o programa se consolide efetivamente enquanto uma política pública, o Pronic precisa, antes, ser instituído pelo Governo Federal como uma política pública clara e concreta e não somente como uma soma de ações de ‘boa vontade’ de vários ministérios e financiadores.

É importante registrar que os resultados dessas pesquisas, de maneira geral, indicam que grande parte dos desafios e limitações que os empreendimentos econômicos solidários enfrentam, independente das experiências citadas, estão intimamente ligados à natureza desses empreendimentos, que acabam tendo que se desenvolver em um terreno que é capitalista e que, no caso das suas realidades, é completamente adverso às suas condições de operação. É o que Gaiger (2007) chama de debilidade estrutural dos EES, que se caracteriza em condições precárias de vida dos atores sociais ligados a essas atividades, à sua baixa formação escolar, profissional, às suas dificuldades de comercialização, baixa capacidade de gestão, dificuldade



de capitalização dos empreendimentos e de atendimento dos direitos trabalhistas básicos a seus membros. Essas debilidades estruturais impactam o reconhecimento desses empreendimentos no mercado, reduzem sua capacidade de gerar excedentes que possam garantir uma autonomia econômica e, conseqüentemente, retribuir seus ganhos aos trabalhadores e, finalmente, diminuem a possibilidade dos EES tornarem-se grupos coesos e com o quadro de sócios qualificados (GAIGER, 2007).

## **5 GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Aborda-se neste capítulo a importância da gestão e profissionalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários como fonte de crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade de tais tipos negócios. Para isso, foram levados em consideração os aspectos singulares aos empreendimentos que atuam na Economia Solidária, enfatizando seus princípios e características fundamentais e no caso da gestão de organizações não esquecendo a solidariedade e a autogestão que os difere dos demais empreendimentos considerados capitalistas e tradicionais.

Assim, para que se pudesse entender os aspectos que circundam a gestão dos EES, foi necessário realizar um estudo acerca da Administração como Ciência, suas principais escolas e abordagens e os contextos, formas, modelos e ferramentas de gestão existentes na área capazes de auxiliar as organizações no planejamento, organização, direção e controles de suas atividades. Por fim, abordou-se as principais limitações e potencialidades dos EES em aderir ou não a ferramentas e modelos de gestão da administração tradicional de forma que tais modelos e ferramentas possam de alguma forma levar aos EES contribuições para que eles possam sobreviver no mercado competitivo.

### **5.1 Peculiaridades da Economia Solidária: autogestão e solidariedade**

A gestão dos empreendimentos capitalistas está constituída sob a prerrogativa do capital, onde o poder dos trabalhadores está limitado apenas a execução das tarefas que lhe são atribuídas. Diferentemente, a gestão dos empreendimentos solidários defende e atua sob uma outra ótica de gestão justamente porque leva em conta singularidades próprias ao seu tipo de atividade produtiva. Portanto, ao se abordar a questão da gestão dos empreendimentos solidários algumas peculiaridades a este tipo empreendimento devem ser levadas em consideração, uma vez que a economia solidária traz consigo aspectos plurais da economia que

não apenas o mercantil. Sendo assim, dois aspectos peculiares a esses tipos de empreendimentos, a autogestão e a solidariedade, serão objetos de estudo nesta seção para que sirvam de base posteriormente no entendimento sobre as formas de gestão e de profissionalização de empreendimentos solidários.

Retomando aspectos já citados em capítulos anteriores, a economia solidária está ancorada em pilares e características como: a cooperação, a solidariedade, a autogestão e à própria atividade econômica, em que valores e o ‘pensar’ coletivos servem de base para fortalecer os grupos. A autogestão é uma das peculiaridades da economia solidária extremamente discutida, pois essa forma de gerir o empreendimento é a principal característica que a difere das demais formas de gestão capitalistas. Ao se buscar o significado da palavra autogestão no dicionário Aurélio (FERREIRA, 2011, p.119), esta é definida sucintamente como: “gestão de uma empresa pelos próprios trabalhadores”. Ato de administrar por si mesmo, quando pensamos individualmente. Administração por consenso, quando pensamos coletivamente (INFORMAL, 2011) A origem do vocábulo, dependendo do contexto em que ele está sendo discutido pode levar a diversos conceitos desde os filosóficos, como também os sociais políticos e econômicos.

Dentro do universo da Economia Solidária, resgatando seus primeiros movimentos e a sua origem pode-se entender como a tomada das fábricas e organismos por parte dos operários em que foram abolidas a separação de funções entre donos, administradores e trabalhadores e onde o poder foi diluído entre eles, fazendo com que todos participassem do processo de tomada de decisão. Dessa forma, a autogestão surge muito mais como um modelo de gestão alternativa, que passa a fazer parte das práticas sociais e políticas que antes eram balizadas na exploração dos trabalhadores e na alienação e desigualdades de classes.

Para Singer (2005, p.138) “a autogestão é a fórmula de introduzir a democracia no mundo econômico”, pois de acordo com o autor é através da democracia que os trabalhadores buscam gerir seus empreendimentos, compartilhando com todos os resultados, desde os econômicos, como também os políticos e culturais, os valores e saberes, sem distinção de gênero, idade ou raça. A economia solidária portanto, defende a autogestão porque entende que o conjunto daqueles que trabalham na empresa pode, democraticamente, geri-la, sem que haja divisão entre aqueles que tudo podem e aqueles que somente cumprem as tarefas em troca de salário, principalmente no que diz respeito às decisões e rumos dos empreendimentos, das atividades produtivas e das relações com clientes e fornecedores (SINGER, 2005).

O processo da autogestão oferece ao trabalho um outro sentido que não se restringe apenas ao sustento, a necessidade e o lucro. Ele promove novas práticas e uma ética baseada

em outros valores que permitem maior flexibilidade nas relações. Cada trabalhador é considerado como peça chave neste processo, ou melhor, o trabalhador torna-se o centro do processo produtivo e da gestão, pois envolve a sua participação sobre os objetivos e regras que balizam o trabalho e sobre seus resultados, buscando alavancar o desenvolvimento de todos e de cada um (LIMA, 2013).

No entanto, seguindo essa linha argumentativa, Lima (2013), reforça que a implantação da cultura autogestionária não costuma ser tão fácil. Demanda tempo e amadurecimento, uma vez que muitos trabalhadores que passam a fazer parte dos empreendimentos solidários, trazem consigo suas histórias de vida e a marca muito forte do modelo de trabalho assalariado. Ao coletivizar-se o trabalhador é requisitado a resgatar sua singularidade, abrindo-se para manifestações subjetivas que caracterizam cada ser como único, deixando expressar seus contornos aparentes e vivos em seus afazeres diários, portanto é um processo de construção.

Considerando aspectos da prática diária da autogestão entende-se que: a) no empreendimento, não existe empregado e patrão, ninguém manda mais do que o outro e todos têm espaço e oportunidade de dizer o que pensam e o que querem. Todos são sócios cooperados do empreendimento e conseqüentemente donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho; b) quando existe algum problema para ser resolvido ou quando se decide sobre o que fazer com alguma sobra da renda, todos têm o direito e o dever de dar sua opinião e seu voto; c) todos os participantes do empreendimento se interessam por sua organização, fazem questão de participar das decisões que precisam ser tomadas e comprometem-se com o que o coletivo decide; d) e por fim, para organizar seu trabalho, cada empreendimento realiza reuniões para conversar sobre as propostas de cada um e, depois, decide sobre o que irão fazer, quem vai fazer e como deve ser feito. Alguns trabalhadores precisam assumir a tarefa de coordenação, para que as decisões se transformem em realidade (KOZEN, 2006).

Da mesma forma que a autogestão, o outro aspecto peculiar à economia solidária, a solidariedade, também requer um processo de construção e de formação de uma cultura solidária e que deve ser orientada na solidez da interação grupal, sendo o relacionamento mediado por um vínculo de mutualidade, reciprocidade e participação em um coletivo ou comunidade, buscando a intensidade da união mútua que é o que define o grupo como algo forte, determinando que sua existência não é algo ocasional, mas estável e permanente da coesão solidária. Este tipo de comportamento envolve partilha de sentimentos, opiniões, dificuldades, dores, propiciando uma atuação baseada nas relações recíprocas em que há uma vinculação entre as pessoas, ocorrendo um processo bilateral (LIMA, 2013).

Gaiger & Côrrea (2001), abordam o aspecto da solidariedade nos empreendimentos solidários como; a valores e práticas de mutualidade, compromisso social e gratuidade, no âmbito interno e externo do empreendimento, que podem ser traduzidos por indicadores tais como práticas de convivência e ajuda mútua, práticas de inter cooperação, dispositivos de amparo aos membros do empreendimento, coletivização do processo produtivo, inexistência de divisão social do trabalho, engajamento comunitário e participação em movimentos sociais.

Nas palavras de Kozen (2006) a solidariedade na economia solidária diz respeito a todos apoiarem as atividades do empreendimento e colaboram uns com os outros na execução das suas tarefas, mesmo que haja tarefas diferentes, todos devem conhecer as tarefas de todos, pois o bom desempenho e o bem-estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos; Outro aspecto é que mulheres e homens têm as mesmas capacidades e possuem os mesmos direitos e deveres. Imprescindível também que para os trabalhadores, é importante que a comunidade e os outros empreendimentos econômicos solidários também se desenvolvam e reconheçam a importância da solidariedade, devendo os integrantes preocuparem-se com o empreendimento e priorizarem seus resultados, mas principalmente participarem de reuniões, encontros e conversas com pessoas de outros grupos solidários, atuando em diferentes espaços de articulação da economia solidária.

Dessa forma, a solidariedade dos que enfrentam os mesmos problemas é o melhor caminho para que cada um tenha uma melhor compreensão e os enfrente, não na sua individualidade, mas numa forma nova de pensar e agir por meio da consciência do grupo e sob a forma de cooperação. É a ação solidária daqueles que se unem por possuírem o mesmo problema, as mesmas necessidades e que buscam um benefício em comum. Quando estes trabalhadores estão unidos pela solidariedade eles obtêm maior conhecimento à sua disposição de maneira que apresentam uma maior probabilidade de sucesso.

Após o entendimento da autogestão e da solidariedade como peculiaridades básicas dos empreendimentos solidários é necessário entender sobre as definições, os conceitos, os contextos e as formas de gestão empresarial, pois posteriormente tais informações servirão de apoio para a adoção de determinadas ferramentas de gestão para os empreendimentos solidários, observando é claro, as peculiaridades que acompanham esses tipos de empreendimentos. É disso que tratará a próxima seção.

## 5.2 Definição, contexto e formas de gestão na área de administração

O termo gestão e administração confundem-se e mutualizam-se em definição e conceitos de diversos autores da área de administração. A palavra é originada do latim “*administratione*” e de acordo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2011), significa gerência, direção; O ato de administrar ou gerenciar negócios, pessoas ou recursos com o objetivo de alcançar metas definidas. A origem das letras iniciais *AD* significam: “direção, tendência para” e *minister* “subordinação ou obediência” (CHIAVENTATO, 2003). A administração é uma área do ramo das ciências sociais e se caracteriza pela prática de um conjunto de princípios, normas e funções dentro das organizações, sejam elas públicas, privadas, mistas ou de outros tipos. Já a gestão de acordo a etimologia da palavra (GROPPO, 2006), vem do latim *gestios* e significa ação de dirigir.

Definidos os termos e as origens das palavras, percebe-se a mutualidade e a confluência dos dois termos, entendendo então, que onde existir uma instituição, empresa ou ainda uma entidade social de pessoas a ser gerida ou administrada com objetivos e esforços comuns ou de crescimento, privadas com ou sem fins lucrativos, solidárias ou coletivas a gestão por meio do gerenciamento e da administração de todos os recursos disponíveis se farão necessárias, através da coordenação, do direcionamento, da organização, do processo de tomada de decisão e do planejamento de atividades que possam levar a organização a um determinado fim, ao alcance de resultados e objetivos desejados.

Isto ocorre porque, todas as pessoas nascem, crescem, vivem, aprendem, trabalham, se divertem, são tratadas e morrem dentro de organizações, o que dá a entender que existem uma diversidade de organizações tanto em tamanhos, como em características, objetivos e estruturas diferentes. A exemplo disso, sob o prisma da Administração, é possível comparar a família a uma das primeiras organizações da qual um indivíduo faz parte, onde são constituídos e cultivados hábitos, costumes, valores, etc. Essa comparação pode ir mais além assemelhando-se relações de hierarquia (pai, mãe, filhos), objetivos comuns, rotinas diárias, estabelecimento de regras, ajuda mútua (trabalho em equipe), entre outras.

Conforme já citado, existe uma enorme diversidade de organizações, dentre às diferenças existentes em cada uma delas estão as organizações com fins lucrativos, também chamadas de empresas e as organizações sem fins lucrativos como o Exército, a Igreja, Serviços Públicos, Entidades de Filantropia e as ONGs. Todas elas precisam de uma condução de atividades de forma racional, ficando a cargo da administração todo o planejamento, organização, direção e controle das atividades de uma empresa, seja ela lucrativa ou não, dando

origem então, ao campo do conhecimento humano que estuda a administração das organizações, mais conhecido como Teoria Geral da Administração – TGA.

Sobre este aspecto Chiavenato (2003) reforça que a TGA estuda a administração das organizações e empresas do ponto de vista da interação e da interdependência entre: tarefas, estruturas, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade e que o comportamento desses componentes é sistêmico e complexo, onde cada um influencia e é influenciado, dependendo do ambiente e do contexto a que estão inseridos.

O surgimento da gestão das organizações remonta ao período da revolução industrial, onde se buscou respostas, meios e soluções para problemas que não existiam antes com o trabalho artesão. Neste período, utilizando-se de métodos para resolver tais problemas, principalmente nas fábricas, deu-se início a Ciência da Administração, com os principais postulados de Frederick Taylor. A partir dos estudos de Taylor, diversas Escolas e Teorias da Administração foram surgindo e aprimorando-se com o intuito de atender a administração de negócios, entidades e organizações. Seguindo os estudos de Taylor, Fayol (1841-1925) vem trazer suas contribuições por meio das funções administrativas, nas quais todo gestor precisaria desenvolver habilidades para executar as atividades de gestão de uma organização, que mais tarde foram resumidas em: Planejamento, Organização, Direção e Controle. Essas atividades segundo Fayol são cíclicas e vão se retroalimentando formando o que ele deu nome de processo de gestão.

Assim, cada conteúdo de estudo da administração varia de acordo com a orientação da teoria ou escola abordada fornecendo uma visão ampla, comparativa e crítica de cada escola ou teoria. O quadro abaixo apresenta as principais abordagens das Escolas e Teorias Administrativas:

Quadro 5- Principais abordagens e Escolas da Administração

(Continua)

Abordagem	Teoria	Enfoques
Clássica	Administração Científica	A ênfase era dada às tarefas e o principal enfoque era a racionalização do trabalho no nível operacional.
	Teoria Clássica da Administração	Ênfase dada na estrutura. Enfoque na organização formal e nos princípios gerais da administração
Humanística	Teoria das Relações Humanas	Ênfase dada nas pessoas. Enfoque na organização informal e em aspectos como: liderança, motivação, comunicação e dinâmicas de grupo.

Quadro 5- Principais abordagens e Escolas da Administração

(Conclusão)

Abordagem	Teoria	Enfoques
Neoclássica	Teoria Neoclássica	Ênfase na estrutura. Enfoque nas funções do administrador e na departamentalização
Estruturalista	Teoria da Burocracia	Ênfase na estrutura. Enfoque na organização formal burocrática e na racionalidade organizacional.
	Teoria Estruturalista	Ênfase na estrutura. Enfoque na organização formal e informal. Análise intra-organizacional e interorganizacional.
Comportamental	Teoria Comportamental	Ênfase nas pessoas. Enfoque nos estilos de administração, na Teoria das decisões e na integração de objetivos organizacionais e individuais
	Teoria do Desenvolvimento Organizacional	Ênfase nas pessoas. Enfoque na mudança organizacional planejada. A abordagem da organização como sistema aberto.
Sistêmica	Teoria dos Sistemas	Ênfase no ambiente. Abordagem da organização como sistema aberto. Análise intra-organizacional e análise ambiental.
Contingencial	Teoria da Contingência	Ênfase na Tecnologia. Enfoque na tecnologia. Abordagem da organização de forma contingente, de acordo o contexto as organizações precisam se adaptarem para sobreviverem e crescerem

Fonte: (CHIAVENATO, 2003; MAXIMIANO, 2002), adaptado pela autor (a)

De acordo com o quadro acima, se fosse organizado um resumo acerca da gestão das organizações, pensado por meio das abordagens e escolas da administração ter-se-ia: a Escola Clássica, Neoclássica, Burocrática e Estruturalista em que se destacam os estudos de Taylor, Fayol, Henry Ford e Max Weber como a era da racionalização do trabalho, da sistematização de atividades, da produção em massa, com forte ênfase na hierarquia, no comando e no controle (MAXIMIANO, 2002; CHIAVENATO, 2003). Uma era onde há a separação entre os que planejam e controlam, daqueles que executam; ou seja, a separação daqueles que “pensam” daqueles que apenas executavam o trabalho operário. Os trabalhadores estavam portanto, submetidos a uma subordinação, em que recebiam incentivos monetários pela boa execução das tarefas e em compensação a esta subordinação.



A partir da Escola das Relações Humanas reconhece-se a instituição de grupos informais dentro das fábricas alicerçados na satisfação do trabalho, quando se originam os estudos sobre motivação humana no trabalho e da Abordagem Comportamental que vem trazer as influências acerca da liderança e seus estilos nas organizações. Neste contexto, o trabalhador passa a ser visto como um incansável processador de informações e tomador de decisões, de acordo com o ambiente que o rodeia a respeito de todos os seus atos cotidianos e corriqueiros, já abarcando aqui também a Abordagem Sistêmica.

E por fim, a Abordagem Contingencial que tem como enfoque a tecnologia a partir da qual as pessoas passam a ser vistas nas organizações dotadas de fatores como cognições, percepções e valores que influenciam a sua motivação para contribuir. Assim, tudo passa a ser visto como muito relativo e contingente, não existindo portanto, verdades absolutas. Ou seja, na abordagem contingencial fatores externos como ambiente, culturas, técnicas administrativas, relações funcionais interagem com a organização podendo influenciar de forma positiva nos resultados. Por exemplo: fatores como ambiente e tecnologia são fundamentais para o equilíbrio e ponderação dentro das organizações, podendo tais aspectos atuarem como oportunidade ou restrições que influenciam a estrutura e os processos internos da organização e que tais fatores devem ser constantemente identificados, especificados e reformulados para uma administração equilibrada e de acordo com seu objetivo alcançado.

Como já ficou claro, a gestão das organizações sejam elas privadas, públicas, com fins lucrativos ou não, é um fenômeno universal no mundo. Cada organização requer o alcance de objetivos nos mais diversos cenários: coordenação de atividades, processos de tomadas de decisões, condução de pessoas, alocação de recursos, desenvolvimento de produtos e serviços, primazia da qualidade, relação com clientes e fornecedores, vendas, etc. Para isso, são necessárias técnicas e ferramentas que possam auxiliar na gestão levando também em consideração outras áreas do conhecimento como direito, contabilidade, psicologia, matemática, estatística, sociologia, informática entre outras (CHIAVENATO, 2003).

Um dos grandes desafios das últimas décadas, tem sido a capacidade e a competência diária que as organizações têm de enfrentar e se adaptar para uma nova postura e uma nova proposta nos estilos gerenciais. Essas novas emergências tanto em modelos estruturais quanto tecnológicos exigem mudanças e o conhecimento de novos paradigmas que possam atender às novas demandas e estilos organizacionais, por meio da adoção de métodos, técnicas, instrumentos, atitudes e comportamentos necessários ao eclético e diverso mundo organizacional, estando preparado inclusive para as mais novas e diversas formas de organizações e de organização do trabalho.

Para Cordeiro e Riberio (2002) gerir na atualidade envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes das de antes. O dia-a-dia de um gestor envolve atualmente diferentes entradas em uma realidade complexa a saber: a) Interdisciplinaridade - os processos de negócio envolvem equipes de diferentes áreas, perfis profissionais e linguagens; b) Complexidade - as situações carregam cada vez um número maior de variáveis; c) Exiguidade - o processo decisório está cada vez mais espremido em janelas curtas de tempo, e os prazos de ação/reação são cada vez mais exíguos; d) Multiculturalidade - o gestor está exposto a situações de trabalho com elementos externos ao seu ambiente nativo, e, por conseguinte com outras culturas: clientes, fornecedores, parceiros, terceiros, equipes de outras unidades organizacionais, inclusive do estrangeiro; e) Inovação - tanto as formas de gestão, quanto a tecnologia da informação e da comunicação, estão a oferecer constantemente novas oportunidades e ameaças; e, f) Competitividade - o ambiente de mercado é cada vez mais competitivo, não só em relação aos competidores tradicionais, mas principalmente pelos novos entrantes e produtos substitutos.

Quando se fala em ambiente de negócios, este se apresenta com uma enorme gama de oportunidades e desafios e para que os negócios sejam efetivos é necessário que as empresas independente dos ramos de atividade que exercem estejam atentas ao mercado e constantemente devem buscar novas formas de gestão. Entre as várias propostas pode-se citar algumas formas e modelos como: A Gestão Estratégica, que trata da necessidade de a empresa estar permanentemente em sintonia com seu ambiente competitivo; a Gestão Participativa, relacionada ao aumento da autonomia, do comprometimento e da participação, visando fornecer respostas rápidas às demandas ambientais; a Gestão Holística, que representa um passo além da Teoria dos Sistemas<sup>9</sup>, visualizando o executivo e a empresa como parte de um todo que se influencia mutuamente; e, a Gestão Empreendedora, que diz respeito à busca da transformação de planos e sonhos em realidade (CORDEIRO; RIBEIRO, 2002).

Além das várias formas de gestão e independente do perfil ou do tipo de negócio, nos dias de hoje há um conjunto de ferramentas de gestão capazes de atender e facilitar o desempenho, desenvolvimento, a organização e a sustentabilidade dos negócios. Essas ferramentas visam poupar tempo, recursos, auxiliar no processo de tomada de decisões, organizar atividades, atender às demandas relacionadas a gestão de pessoal, fornecer dados

---

<sup>9</sup> Nesta Teoria as organizações são vistas como sistemas abertos que apresentam relações de intercâmbio com o ambiente por meio de inúmeras entradas e saídas que se retroalimentam. Denota portanto, um conjunto de elementos interdependentes e interagentes ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado (CHIAVENATO, 2003).

sobre clientes e sobre o mercado, auxiliar no cálculo de preço de produtos e serviços, trabalhar os processos de qualidade, entre outras necessidades empresariais.

Em suma, conforme explica Maximiano (2002) administrar, gerir, são atividades consideradas como fator principal de desenvolvimento e a administração constituiu-se como “ferramenta” básica que torna capacitadas as organizações a gerar resultados, bem como produzir o desenvolvimento econômico e social. Para isso, é necessário que as organizações busquem avaliar o desempenho de seus processos organizacionais com a finalidade tanto de crescimento quanto de sobrevivência em longo prazo, de modo que a gestão possa ser melhorada de forma contínua.

### **5.3 Potencialidades e Limitações do uso de Ferramentas de Gestão para Empreendimentos Solidários**

Diante do que já foi referenciado sobre economia solidária e de como se organizam os empreendimentos deste segmento, entende-se que os empreendimentos econômicos solidários apresentam peculiaridades bastante específicas em relação aos demais empreendimentos ou empresas do mercado, principalmente no que diz respeito aos aspectos da gestão democrática, solidariedade e participação o que pode ser considerado como as principais diferenças das características de outras organizações como as empresas com fins lucrativos, públicas, filantrópicas, ONGs e outras. Sobre este enfoque França Filho (2004) define que existem diversas formas organizacionais com os diferentes modos de gestão que se relacionam com diferentes espaços: o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil, logo, cada modo de gestão é específico à forma organizacional da qual a organização faz parte, sendo a gestão de tais empreendimentos classificada como privada, pública e/ou social.

É preciso também não esquecer e entender a dinâmica acerca da gestão de empreendimentos econômicos solidários e se é possível a utilização de ferramentas de gestão da administração em tais empreendimentos, levando sempre em consideração as características e princípios fundamentais desses empreendimentos já referenciados no capítulo III sobre Economia Solidária (SINGER, 2000;2002; GAIGER, 2004; SOUSA SANTOS, 2002; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; HESPANHA; SANTOS, 2016), que se baseiam principalmente na gestão democrática, na pluralidade de princípios econômicos, em uma nova racionalidade e na coletividade e solidariedade comunitária.

Então como pensar a gestão de empreendimentos da economia solidária? O fato é que a literatura ainda é muito tímida quando se trata sobre a gestão de empreendimentos de economia

solidária, pois muitas das ações gerenciais da área de administração não atendem de forma satisfatória à toda problemática dessas organizações. São poucos os estudos voltados ao aspecto da dimensão técnica da gestão de empreendimentos econômicos solidários e segundo França Filho (2004) isso ocorre porque os autores da área de administração voltaram seus estudos sobre a gestão e técnicas de empresas cujo objetivo é meramente o econômico, esquecendo-se portanto, das particularidades das organizações que atuam na área social, concebendo-as com os mesmos princípios e instrumentos aplicados às organizações públicas e privadas tradicionais.

Entende-se portanto que os métodos e ferramentas tradicionais da administração de empresas capitalistas não são suficientes ou não atendem completamente as necessidades e características dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, pode-se dizer que tais empreendimentos convivem em um mesmo contexto, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários precisam sobreviver no mercado e dessa forma, o cenário que se apresenta para esses empreendimentos também é o capitalista. É o cenário da concorrência, da competitividade, da busca por clientes, do melhor preço de fornecedor, do produto que traz uma boa embalagem, uma boa apresentação, que traz qualidade, dentre outros atributos. É necessário portanto, que os empreendimentos da economia solidária também estejam preparados para ganharem seu espaço no mercado, que eles possam alcançar sustentabilidade e possam permanecer ativos gerando a inclusão, o trabalho e a renda tão necessários à sobrevivência das famílias que atuam neste tipo de empreendimento.

Gaiger (2004) defende que apesar dos empreendimentos econômicos solidários diferenciarem-se dos empreendimentos capitalistas tradicionais, eles estão sujeitos aos efeitos da lógica e às regras de acumulação capitalista, uma vez que são expostos a base técnica do capitalismo para serem competitivos e sobreviverem, sendo levados a enfrentarem tensionamentos tanto da lógica solidária quanto da capitalista. Tal fato, segundo o autor, leva a maioria deles a atuarem em situações precárias, enfrentando dificuldades na gestão, na comercialização, no acesso aos recursos financeiros e conhecimentos tecnológicos.

Sobre esse aspecto Rutkowski (2008, p. 2) discorre que:

[...] os empreendimentos econômicos solidários padeçam dos mesmos problemas que as micro e as pequenas empresas: além de dificuldades de gestão, há deficiências na comercialização dos produtos e dos serviços e de acesso a crédito para investimentos e mesmo capital de giro. Atuando no mercado capitalista, entende-se que estes empreendimentos, assim como as demais empresas, deveriam lidar com estratégias competitivas a fim de aumentar a capacidade de relacionamento e o poder de barganha com clientes, concorrentes, e fornecedores, para sobreviver. (RUTKOWSKI, 2008, p. 2)

Dessa forma, pode-se concluir que os problemas dos EES se assemelham, ou quase são da mesma natureza dos problemas das empresas privadas com fins lucrativos, contudo, não há como de uma forma simplória transferir os instrumentos e ferramentas utilizados nessas empresas para os EES, pois os valores e princípios e formas de organização que norteiam a Economia Solidária reconhece outras formas plurais de constituição e organização do trabalho que não são levados em consideração pelas empresas tradicionais (RUTKOWSKI et. al 2002).

De acordo com Andion (2005), algumas das limitações para a gestão de organizações solidárias se dão por conta de que tais organizações atuam em três esferas: o campo social, o econômico e o político e ao mesmo tempo assumem funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas. Todas essas peculiaridades, segundo a autora, limita a aplicação de modelos de gestão pré-determinados.

Dentro deste contexto, a mesma autora em seus estudos sobre modelos de gestão para organizações solidárias baseada nos estudos de Jürgen Habermas, Karl Polanyi e Edgar Morin, sugere uma interdisciplinaridade para a gestão, levando em consideração quatro dimensões interdependentes:

**Dimensão social** - ligada à interação das pessoas dentro da organização, baseada na Teoria da Ação Comunicativa. Habermas (1989 apud).

**Dimensão econômica** - ligada às formas de gestão de recursos financeiros e não financeiros utilizados pelas organizações, em que é definido que existem outras fontes de regulação da economia além do mercado; Polanyi (1975)

**Dimensão ecológica** - ligada as relações da organização com o meio ambiente externo, sob a perspectiva complementariedade entre as noções de autonomia e dependência, em que se considera as múltiplas inter-relações das organizações com a comunidade local, Morin (1983), e por fim;

**Dimensão organizacional e técnica** - ligada aos aspectos do funcionamento interno das organizações e seus impactos sobre os indivíduos, em que cada sistema social possui formas particulares de concepção dos seus processos organizacionais.

Um outro aspecto acerca das dificuldades de gestão dos EES, reside no que tange a não separação entre propriedade e controle, uma vez que acaba por existir um conflito de papéis entre ser o “dono”, o que lhe confere determinados benefícios e ser o “gerente”, o que implica no controle de gastos e administração de dívidas do negócio. Isso passa a ser um problema na medida em que os atores que fazem parte do empreendimento solidário exercem as funções de proprietário, cliente e fornecedor, adotando diferentes relações comerciais e econômicas que

exigem diferentes posturas (BARREIROS et al, 2005; OLIVEIRA, 2003). Além disso, um outro problema concentra-se na questão da falta de consciência e educação sobre negócios solidários e coletivos, seja no processo de criação, seja na entrada de novos atores, de forma que fique claro a forma organizacional desse tipo de empreendimento, seus objetivos e de como eles funcionam (PEREIRA; RIGO, 2006).

Complementando ainda sobre as dificuldades para gestão de EES, Oliveira (2003), enumera ainda: a) a falta de cooperação entre os empreendimentos solidários quanto a suas atividades e seus negócios, o que o autor denomina como inter cooperação; b) a falta de modelos adequados de gestão ou a aplicação de modelos muito centralizados; e c) a falta de habilidade em saber lidar com a concorrência, o que o autor atribui neste caso, à falta de profissionalização da gestão para que esses empreendimentos possam se manter no mercado.

Além disso, partindo da premissa de que “somos oriundos” de uma sociedade industrial, onde se predominou um modelo taylorista-fordista, em que a mão-de-obra especialmente possuíam pouca escolaridade e estavam acostumados à subordinação, a gestão dos EES enfrentam ainda: falta de competências adequadas dos seus empreendedores, essencialmente para lidar com conhecimentos, tecnologias, técnicas gerenciais, método de desenvolvimento de produtos, marketing, comercialização, dentre outros, principalmente porque a maioria dos atores que fazem parte desses empreendimentos são justamente, os que foram excluídos desta mesma sociedade capitalista e possuem baixa escolaridade.

Sabe-se que devido a diversos fatores intrínsecos ligados à própria dinâmica dos EES, a exemplo dos tensionamentos das lógicas solidárias e capitalistas suporte das políticas públicas, acesso ao crédito, conhecimento e tecnologias, profissionalização, dentre outras, estes não possuem instrumentos apropriados à consolidação de formas solidárias e eficientes de produzir a riqueza. No entanto, não há ainda na literatura uma concordância de como organizar um EES, conforme apresenta Rutkowski (2008), quando discorre que não há, uma ciência administrativa e econômica em formas produtivas ótimas, voltadas para este fim, sendo desta forma, necessária a busca de soluções tanto de governança, como gestão e produção que permitam aos EES que respondam a seus problemas, da mesma forma que se fez para os empreendimentos capitalistas tradicionais, através de métodos, técnicas e instrumentos capazes de promover a eficiência, ou seja, a sobrevivência e a prosperidade, sob novos patamares, destes empreendimentos. A autora reforça ainda que:

Um dos passos necessários é se aprofundar a discussão teórica para tal construção. A partir do reconhecimento da economia como um processo social, o qual precisa ser avaliado a partir de uma visão plural, discute-se a necessidade de desenvolvimento de

uma tecnologia social adequada aos EES, em particular, uma tecnologia de gestão e técnicas de produção apropriadas à manutenção e ao fortalecimento da autogestão e de processos de produção centrados no trabalho coletivo e cooperativo (RUTKOWSKI, 2008, p.4).

Enquanto esse aprofundamento não acontece, tem-se apenas a certeza da necessidade de uma melhor gestão e profissionalização desses empreendimentos para que eles possam estar pelo menos em condições favoráveis de lidar com o mercado, uma vez que conforme explica Andion (2005, p. 96) “os imperativos da concorrência e os critérios definidos pelos financiadores exigem cada vez mais que as organizações do tipo comunitário se profissionalizem e isto se torna condição da sua perenidade”.

Neste contexto, é possível então entender que as ferramentas e os instrumentos de gestão da administração mesmo não sendo apropriadas às peculiaridades dos EES, mas que por hora é o que se tem de concreto, devem ser observadas, analisadas e estudadas com o intuito de se obter pelo menos um ponto de partida, e que devidamente adaptadas às singularidades dos empreendimentos solidários possam contribuir de maneira favorável à gestão e profissionalização dessas organizações, no sentido de torná-las mais competitivas. Afinal, o mercado, ou seja, os clientes, desejam produtos cada vez mais bem desenvolvidos, com uma boa apresentação, embalagem, qualidade e as organizações solidárias precisam estar atentas à economia de tempo, recursos, marketing e propaganda, negociação com fornecedores, tanto para atender a sua clientela quanto para não sucumbirem a lógica da concorrência a qual estão submetidas.

Portanto ferramentas de gestão como o planejamento, a organização, controles (custos, materiais, econômico-financeiro), processos e procedimentos de trabalho, comercialização, negociação, qualidade, otimização de tempo, tomada de decisão, entre outras, são de extrema necessidade de adoção para que as atividades possam ser bem desempenhadas e para que se possa obter bons resultados em todo e qualquer negócio e isso vale também para os empreendimentos solidários.

Atualmente, esse processo da gestão em muitos territórios se dão por meio das políticas públicas voltadas à economia solidária e tem se concretizado através da assessoria técnica, geralmente oferecidas pelos centros públicos de economia solidária como forma de minimizar os impactos negativos da falta de gestão e preparo dos empreendedores solidários para a sustentabilidade dos seus empreendimentos, nas diversas áreas necessárias ao bom desenvolvimento e o bom desempenho dos EES. São preciosas contribuições para atores que ainda não possuem o devido preparo para lidar com a administração de seus empreendimentos.

## 6 RESULTADOS

Análise Descritiva

### Caracterização sociodemográfica dos atores sociais ligados aos empreendimentos solidários do Território de Identidade Baixo Sul Rede Mata Atlântica

Tabela 4- Caracterização Sociodemográfica dos Empreendedores da Economia Solidária

(Continua)

<b>Sexo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Masculino	22	27,5%
Feminino	58	72,5%
Total	80	100%
<b>Renda Média Mensal</b>		
Até 1 salário mínimo	54	67,5%
Mais de 1 e até 2 salários mínimos	18	22,5%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	1	1,3%
Acima de 4 salários mínimos	1	1,3%
Total	74	92,5%
Não Informado	6	7,5%
Total	80	100%



Tabela 4- Caracterização Sociodemográfica dos Empreendedores da Economia Solidária

(Conclusão)

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Primeiras Séries do Ensino Fundamental (1ª a 4ª)	10	12,5%
Últimas Séries do Ensino Fundamental (5ª a 8ª)	18	22,5%
Ensino Médio/Técnico incompleto	13	16,3%
Ensino Médio/Técnico completo	24	30%
Ensino Superior incompleto	4	5%
Ensino Superior Completo	5	6,3%
Pós Graduação completo	2	2,5%
Não alfabetizado	1	1,3%
Total	77	96,3%
Não Informado	3	3,8%
Total	80	100%
<b>Estado Civil</b>		
Casado	31	38,8%
Solteiro	32	40%
Viúvo	2	2,5%
Divorciado/Separado	5	6,3%
Convivem juntos	9	11,3%
Total	79	98,8%
Não informado	1	1,3%
Total	80	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

A Tabela 4, descreve a caracterização sociodemográfica dos atores sociais ligados aos empreendimentos solidários da Rede Mata Atlântica no Território Baixo da Sul da Bahia. Como é possível perceber, os empreendimentos na sua grande maioria são compostos por mulheres, contando com um percentual de 72,5%, enquanto que apenas 27,5% dos pesquisados são homens. Em relação ao percentual de renda média mensal observa-se que um pouco mais de dois terços dos participantes percebem uma renda de até um salário mínimo.

Quanto à distribuição por nível de escolaridade destacam-se os percentuais de 30% para atores que completaram o nível médio ou técnico, 22,5% possuem as últimas séries do ensino fundamental (de 5ª a 8ª série), 16,3% não chegaram a completar o nível médio e 12,5% possuem apenas as primeiras séries do ensino fundamental (1ª a 4ª série).

Em relação ao estado civil dos atores que atuam com empreendimentos solidários os percentuais que mais demonstraram expressividade foram 38,8% de atores que são casados, 40% solteiros e 11,3% que convivem juntos.

**Mapeamento dos tipos de empreendimentos solidários no território Baixo Sul da Bahia Rede Mata atlântica, no que diz respeito à zona de atuação, localização, papel do entrevistado no empreendimento, forma de organização e destino dos produtos**

O mapeamento que caracterizou os empreendimentos solidários da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul foi feito através de dados colhidos em campo durante a pesquisa, não constando, portanto, dados e informações de origem secundária.

Tabela 5- Caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia

<b>Zona Atuação do Empreendimento</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Rural	61	76,3%
Urbana	10	12,5%
Rural e Urbana	9	11,3%
Total	80	100%
<b>Localização do Empreendimento</b>		
Camamu	8	10%
Igrapiúna	8	10%
Ituberá	8	10%
Nilo Peçanha	10	12,5%
Taperoá	6	7,5%
Valença	31	38,8%
Presidente Tancredo Neves	9	11,3%
Total	80	100%
<b>Membro de Direção</b>		
Sim	28	35%
Não	52	65%
Total	80	100%
<b>Forma de Organização</b>		
Cooperativa	14	17,5%
Associação	65	81,3%
Outro	1	1,3%
Total	80	100%

Dados da Pesquisa, 2108

De acordo com a Tabela 5, pode-se identificar que a maioria dos EES da Rede Mata Atlântica, ou seja, 76,3% concentram a sua atuação na Zona Rural, enquanto que apenas 12,5% disseram atuar na Zona Urbana e 11,3% indicaram que atuam na Zona Urbana e Rural. Em relação à localização dos empreendimentos, ou seja, em quais municípios eles estão distribuídos, de acordo com a tabela percebe-se que o município de Valença lidera com maior número de empreendimentos com 38,8%, seguidos pelos municípios de Nilo Peçanha com 12,5%, Presidente Tancredo Neves com 11,3%, os municípios de Camamu, Igrapiúna e Ituberá que possuem 10% e Taperoá com o menor percentual, 7,5%.

A pesquisa buscou entrevistar não só os membros de direção dos EES da Rede para que fosse possível obter opiniões dos diferentes atores envolvidos nos empreendimentos solidários, evitando concentrar-se apenas naqueles membros que ocupavam cargos diretivos. Os resultados indicaram que 65% dos pesquisados fazem parte de empreendimentos solidários, mas não são membros da direção do empreendimento, ou seja, não ocupam cargos na presidência das associações ou cooperativas, nem cargos da secretaria e tesouraria. 35% dos entrevistados fazem parte da direção do empreendimento ocupando um dos cargos que compõem a diretoria.

Quanto à distribuição por forma de organização dos empreendimentos, pôde-se constatar que a maior parte (81,3%) são associações. As cooperativas apresentam um percentual bem menos expressivo (17%). Finalmente, entre os categorizados outros encontrou-se apenas um caso (1,3%), identificado como uma agência de intermediação para comercialização em especial para produção de borracha da seringueira.

**Identificação, no contexto da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócio Produtiva do Estado da Bahia, as ações de incentivo e apoio técnico à produção, comercialização e consumo de produtos gerados por empreendimentos solidários.**

As ações e incentivos desenvolvidos pela Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva (BAHIA, 2018), estão descritas a seguir:

- Promover assistência técnica socioprodutiva a grupos produtivos, empreendimentos, cooperativas e redes de economia solidária e popular;
- Promover ações nos territórios de convergência da assistência técnica com as demais ações e políticas de inclusão socioprodutiva;
- Coletar, atualizar, sistematizar e disponibilizar informações e dados referentes às ações de serviços de assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários;

- Promover espaços de difusão da política de assistência técnica e o intercâmbio com outras experiências correlatas;
- Promover ações que viabilizem espaços para a comercialização dos produtos da economia solidária;
- Desenvolver, apoiar e consolidar metodologias de assistência técnica socioprodutiva a grupos produtivos, empreendimentos, cooperativas e redes de economia solidária e popular;
- Monitorar e avaliar as ações de assistência técnica socioprodutiva a grupos produtivos, empreendimentos, cooperativas e redes de economia solidária e popular.

### **Avaliação da efetividade da Política de Assistência Técnica para a gestão e profissionalização dos empreendimentos.**

Inicialmente, foi verificada a estatística descritiva das variáveis através do mínimo e máximo, da média e do desvio-padrão, cujos resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6- Valores mínimos e máximos, Média e desvio-padrão das dimensões de efetividade da Política de Assistência Técnica para a Gestão e Profissionalização dos empreendimentos

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Dimensão				
Apoio à Cadeia Produtiva	5	24	15,85	3,89
Serviços Institucionais	5	20	13,15	3,72
Infraestrutura Institucional	5	25	15,34	3,77
Sócio-Política e Ambiental	5	25	15,26	5,14

Dados da Pesquisa, 2018

Como é possível observar na Tabela 6, em relação ao grau de satisfação dos pesquisados acerca das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado para apoio, fomento e incentivo da Gestão e Profissionalização dos EES, por meio da Política Pública de Assistência Técnica, os resultados indicaram um certo equilíbrio nas médias dos escores de satisfação. Em geral, as

maiores médias foram para a dimensão Apoio a Cadeia Produtiva (15,85), seguidos de quase as mesmas médias para as dimensões de Infraestrutura Institucional (15,34) e dimensão Sócio-Política e Ambiental (15,26) indicando que os atores sociais entrevistados sentem-se satisfeitos com ações desenvolvidas por essa política pública do Governo do Estado no que diz respeito a essas três dimensões, considerando que a escala tem cinco itens, e que no máximo o participante poderia pontuar 25 nessa escala. A média para a dimensão de Serviços Institucionais foi um pouco inferior (13,15), indicando que os atores envolvidos com os empreendimentos solidários do território tendem a se considerar mais insatisfeitos ou apenas razoavelmente satisfeitos em relação ao apoio, fomento e incentivo dado pelo governo do Estado em termos de serviços institucionais. Além disso, como se pode observar, foi nessa dimensão que o escore máximo obtido (20) não atingiu a pontuação máxima da escala (25).

Para um melhor entendimento a Tabela 7 abaixo apresenta a distribuição das avaliações em percentuais, apresentando as variáveis/indicadores de cada dimensão:

Tabela 7- Distribuição dos percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das ações do Governo do Estado em Relação à Política de Assistência Técnica para Gestão e Profissionalização dos EES.

(Continua)

Dimensão	Indicadores	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Razoavelmente satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Apoio a Cadeia Produtiva	Fabricação dos produtos dos empreendimentos da Rede	11,3%	11,3%	46,3%	22,5%	8,8%
	Incentivos na comercialização de produtos	7,6%	8,9%	45,6%	29,1%	8,9%
	Fortalecimento dos empreendimentos para comercialização	5%	11,3%	46,3%	27,5%	10%
	Informação e acesso às linhas de crédito	5,1%	19%	41,8%	21,5%	12,7%
	Incentivo para participação em compras governamentais	11,7%	18,2%	40,3%	15,6%	14,3%
	<b>Percentual de Satisfação Médio</b>		<b>8,14%</b>	<b>13,74%</b>	<b>44,06%</b>	<b>23,24%</b>

Tabela 7- Distribuição dos percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das ações do Governo do Estado em Relação à Política de Assistência Técnica para Gestão e Profissionalização dos EES.

(Continuação)

Dimensão	Indicadores	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Razoavelmente satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Serviços Institucionais	Incentivo ao acesso a informações comerciais (potenciais fornecedores e clientes)	11,3%	30%	42,5%	15%	1,3%
	Apoio ao acesso a informações comerciais (preço matéria-prima, insumos para produção)	13,8%	28,8%	52,5%	5%	0%
	Apoio a compras comerciais de forma coletiva	15%	28,8%	40%	15%	1,3%
	Ações voltadas a assessoria de marketing e divulgação para comercialização	13,8%	25,0%	46,3%	13,8%	1,3%
	Incentivo à implantação e fornecimento de tecnologias	15,2%	30,4%	27,8%	15,2%	11,4%
	<b>Percentual de Satisfação Médio</b>	<b>13,82%</b>	<b>29%</b>	<b>41,82%</b>	<b>13%</b>	<b>3,06%</b>
Infraestrutura Institucional	Ações desenvolvidas para incremento, desenvolvimento e planejamento de Políticas de Economia Solidária	5,1%	10,3%	48,7%	25,6%	10,3%
	Apoio na implementação de espaços coletivos para comercialização	7,6%	16,5%	38%	13,9%	24,1%
	Apoio na implementação de espaços culturais e recreativos para as famílias	27,5%	26,3%	31,3%	8,8%	6,3%
	Apoio na promoção de feiras solidárias para os empreendimentos da Rede	6,3%	16,3%	36,3%	27,5%	13,8%
	Apoio no desenvolvimento de negócios de base solidária	7,5%	18,8%	38,8%	25%	10%
	<b>Percentual de Satisfação Médio</b>	<b>10,80%</b>	<b>17,64%</b>	<b>38,62%</b>	<b>20,16%</b>	<b>12,90%</b>

Tabela 7- Distribuição dos percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das ações do Governo do Estado em Relação à Política de Assistência Técnica para Gestão e Profissionalização dos EES.

(Conclusão)

Dimensão	Indicadores	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Razoavelmente satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Sócio-Política e Ambiental	Assistência prestada na orientação de informações sobre a composição dos produtos	8,8%	25%	43,8%	16,3%	6,3%
	Assistência prestada na garantia dos produtos serem de origem social	7,5%	28,8%	35%	23,8%	5%
	Ações de conscientização com a preocupação ambiental na produção	10 %	25%	28,8%	20%	16,3%
	Incentivos na assistência e cuidado na oferta de produtos orgânicos	9,1%	18,2%	32,5%	19,5%	20,8%
	Apoio na conscientização na prática de menores preços e custos em relação ao mercado	14,5%	17,1%	25%	32,9%	10,5%
<b>Percentual de Satisfação Médio</b>		<b>9,98%</b>	<b>23%</b>	<b>33,02%</b>	<b>22,5%</b>	<b>11,78%</b>

Dados da Pesquisa, 2018

A Tabela 7 está construída de acordo com cada dimensão e os indicadores que compuseram cada uma dessas dimensões. Para cada dimensão tem-se calculado o percentual de satisfação médio indicados pelos pesquisados quanto à sua satisfação em relação a cada indicador. Por exemplo, identifica-se que em relação a cada dimensão há um percentual médio na opção de resposta Razoavelmente Satisfeito, que varia entre 30% e 44%. Se considerarmos o somatório de percentuais que se concentraram na avaliação positiva da política pública (razoavelmente satisfeito, satisfeito e muito satisfeito), notamos que 78,24% dos entrevistados avaliam como efetiva a política pública no que diz respeito à dimensão Apoio a Cadeia Produtiva, 71,68% no que diz respeito à dimensão Infraestrutura Institucional e, finalmente, 67,3% fazem essa mesma avaliação positiva no que se refere a efetividade da política pública para a dimensão Sócio-Política e Ambiental. Ou seja, para quase todas as dimensões, os entrevistados avaliaram de forma bastante favorável às ações que o governo desenvolve para fornecer incentivos, apoio e fomento para que os empreendedores ligados às atividades solidárias possam desenvolver, gerir e profissionalizarem seus empreendimentos. Por outro lado, um percentual um pouco menor de empreendedores (57,88%) avaliam como efetiva a política pública no que se refere aos Serviços Institucionais. No entanto, a percepção da

efetividade Política Pública de Assistência Técnica no que diz respeito a essa dimensão mesmo que mais baixa em termos de serviços institucionais, ainda pode ser considerada favorável.

**Avaliação da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL para o desenvolvimento de seus empreendimentos, na percepção dos atores.**

Para atender a esse objetivo específico, também foi verificada a estatística descritiva das variáveis através do mínimo e máximo, da média e do desvio-padrão, cujos resultados são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8- Valores mínimos e máximos, Média e desvio-padrão das dimensões de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Dimensão				
Organização e	5	25	14,26	7,21
Planejamento				
Qualidade e	10	50	27,93	14,52
Controles				
Sustentabilidade	5	25	14,01	7,44
Econômico- financeira				

Dados da Pesquisa, 2018

Como é possível observar na Tabela 8, foi avaliado também o grau de satisfação dos pesquisados em relação à Política de Assistência Técnica no que tange aos serviços de assistência prestados pelo CESOL para a melhoria, desenvolvimento, gestão e profissionalização dos empreendimentos solidários. Nesta análise, observou-se que a dimensão relativa à qualidade e controles apontou a maior média de escores em relação às demais dimensões (27,93), mas isso se deve ao fato de a escala usada para medir essa dimensão contar de 10 itens, com a possibilidade de o entrevistado pontuar no máximo 50 pontos. Por outro lado, as dimensões Organização e Planejamento e Sustentabilidade Econômico-financeira apresentaram médias muito próximas, de 14,26 e 14,01, respectivamente, e foram medidas com escalas de apenas 5 itens cada, com possibilidade de pontuação máxima de 25 pontos. Abaixo,



está demonstrado em percentuais a distribuição das avaliações dos atores em relação aos serviços de assistência prestada pelo CESOL.

Tabela 9- Distribuição dos Percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das dos serviços prestados pelo CESOL para o desenvolvimento dos empreendimentos na avaliação dos atores.

(Continua)

Dimensão	Indicadores	Não contribuiu em nada	Contribuiu muito pouco	Contribuiu pouco	Contribuiu o necessário	Contribuiu muito
Organização e Planejamento	Divisão e organização de tarefas e rotinas das pessoas que trabalham no negócio	33,8%	7,5%	25%	18,8%	15%
	Determinação de atividades e responsabilidades (quem faz o quê, quando, como e onde)	31,3%	7,5%	18,8%	20%	22,5%
	Organização e otimização de espaços e dos processos de produção	31,3%	5%	27,5%	20%	16,3%
	Melhorias ocorridas no negócio (compromisso e entendimento com as atividades do dia-a-dia por parte das pessoas que trabalham)	31,3%	6,3%	27,5%	17,5%	17,5%
	Processo de planejamento do negócio	33,8%	5%	22,5%	16,3%	22,5%
	<b>Percentual de Satisfação Médio</b>		<b>32,3%</b>	<b>6,26%</b>	<b>24%</b>	<b>18,52%</b>
Qualidade e Controles	Qualidade do trabalho na produção	35%	2,5%	21,3%	21,3%	20%
	Economia de tempo, materiais e insumos na produção	36,3%	3,8%	25,0%	21,3%	13,8%
	Organização interna das atividades	32,9%	6,3%	26,6%	19%	15,2%
	Avaliação do trabalho do CESOL de maneira geral	33,8%	5%	23,8%	20%	17,5%
	Organização da documentação do empreendimento	35%	2,5%	28,8%	15%	18,8%
	Controles do negócio (verificação do que foi planejado e do que está sendo executado)	33,8%	2,5%	23,8%	17,5%	22,5%
	Controle de falhas, correção e prevenção	33,8%	2,5%	22,5%	23,8%	17,5%
	Controle básico de entradas e saídas de insumos, materiais e produtos para a produção e desenvolvimento do negócio	35,4%	5,1%	20,3%	22,8%	16,5%
	Controle e acompanhamento da comercialização de produtos	34,2%	3,8%	22,8%	19%	20,3%
	Qualidade dos produtos ou serviços	35,4%	1,3%	21,5%	25,3%	16,5%
<b>Percentual de Satisfação Médio</b>		<b>35%</b>	<b>3,53%</b>	<b>23,64%</b>	<b>20,5%</b>	<b>17,86%</b>

Tabela 9- Distribuição dos Percentuais de Satisfação Médio acerca da efetividade das dos serviços prestados pelo CESOL para o desenvolvimento dos empreendimentos na avaliação dos atores.

(Conclusão)

Dimensão	Indicadores	Não contribuiu em nada	Contribuiu muito pouco	Contribuiu pouco	Contribuiu o necessário	Contribuiu muito
Sustentabilidade Econômico-financeira	Organização e controle de custos, receitas e despesas (fluxo de caixa)	33,8%	8,8%	22,5%	17,5%	17,5%
	Orientações acerca das relações com negociação e compras com fornecedores	38,8%	7,5%	18,8%	16,3%	18,8%
	Aumento das vendas do empreendimento	33,8%	5%	18,8%	22,5%	20%
	Redução dos custos do empreendimento	35%	1,3%	20%	20%	23,8%
	Distribuição dos resultados financeiros com os associados/cooperados	37,5%	8,8%	17,5%	18,8%	17,5%
	<b>Percentual de Satisfação Médio</b>		<b>35,78%</b>	<b>6,28%</b>	<b>19,52%</b>	<b>19,02%</b>

Dados da Pesquisa, 2018

A Tabela 9 apresenta cada uma das dimensões medidas, juntamente com os indicadores que compuseram cada uma dessas dimensões. Para cada item ou indicador da dimensão tem-se calculado o percentual de satisfação indicados pelos atores sociais envolvidos com os EES da Rede Mata Atlântica em relação à assistência prestada pelo CESOL. Ou seja, a tabela permite observar como os pesquisados percebem a efetividade dos serviços e da assistência técnica prestados pelo centro público para o crescimento e desenvolvimento de seus empreendimentos em termos de organização e planejamento, qualidade e controles e sustentabilidade econômico-financeira, sendo que suas repostas poderiam variar desde “não contribuiu em nada” até “contribuiu muito”. Os resultados demonstraram que na dimensão Organização e Planejamento os percentuais de “Não contribuiu em nada, Contribui muito pouco e Contribuiu pouco” somam 62,56%. Os resultados da dimensão Qualidade e Controles somam 62,17% e, finalmente, os relativo à Sustentabilidade Econômico-financeira somam 61,58%.

## Análise Inferencial

**Existe correlação entre renda mensal e nível de escolaridade do empreendedor e o modo como ele avalia a efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL?**

Os resultados das análises de correlações são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10- Correlações entre as dimensões relativas percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e as dimensões relativas à percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL e Renda e escolaridade do empreendimento.

	Renda mensal do empreendedor	do Nível de escolaridade do empreendedor
Apoio à Cadeia Produtiva	r = 0,064 p = 0,60	r = -0,055 p = 0,65
Serviços Institucionais	r = -0,099 P = 0,40	r = -0,63 p = 0,59
Infraestrutura Institucional	r = 0,030 p = 0,80	r = -0,201* p = 0,09
Sócio-política e Ambiental	r = 0,090 p = 0,46	r = 0,171 p = 0,115
Organização e Planejamento	r = 0,164 p = 0,16	r = 0,034 p = 0,77
Qualidade e Controles	r = 0,176 p = 0,14	r = 0,029 p = 0,81
Sustentabilidade Econômico Financeira	r = 0,171 p = 0,14	r = 0,089 p = 0,44

\*  $p \leq 0,10$  representa uma tendência de correlação. Dados da Pesquisa, 2018

Como é possível observar na tabela 10, nenhuma correlação significativa foi observada entre nenhuma das variáveis estudadas (dado ao fato de que o valor de p foi superior a 0,05 em todas as análises). Entretanto, pôde ser observada uma tendência de correlação ( $p \leq 0,10$ ), entre

a variável “Infraestrutura Institucional” e nível de escolaridade do empreendedor, sendo que essa tendência de relação foi inversa, isto é, quanto menor é o nível de escolaridade do empreendedor, mais ele percebe como efetiva a política pública no que diz respeito à existência de infraestrutura pública para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas nos territórios. Quando se fala que há tendência de correlação se assume que essa tendência poderia ser confirmada se o tamanho da amostra fosse maior, mas que para o tamanho atual da amostra a correlação permanece não significativa.

### **O fato de o empreendimento ser do tipo Cooperativa ou Associação tem efeito sobre o modo como os empreendedores solidários avaliam a efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva?**

Na análise multivariada verificou-se que a variável “Tipo de empreendimento” não teve efeito significativo [ $F(4,65) = 1,150$ ,  $p = 0,34$ ; Wilks’ Lambda = 0,934], sobre a percepção de efetividade dessa política pública, considerando todas as suas dimensões em conjunto ou combinadamente. Também não foram verificados efeitos significativos dessa variável sobre nenhuma dimensão isolada, nas análises univariadas subsequentes, conforme mostra a Tabela 11.

Tabela 11- Análise comparativa da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em função do Tipo de Empreendimento/Forma de Organização.

	Cooperativa	Associação	<i>F</i>	<i>p</i>
	<i>M ± DP</i>	<i>M ± DP</i>		
Apoio à Cadeia Produtiva	13,90 ± 4,28	16,15 ± 3,89	2,99	0,09*
Serviços Institucionais	12,36 ± 4,74	13,27 ± 3,61	0,53	0,47
Infraestrutura Institucional	14,09 ± 5,73	15,52 ± 3,25	1,37	0,24
Sociopolítica e Ambiental	14,82 ± 4,19	15,30 ± 5,27	0,07	0,78

\*  $p \leq 10$  = tendência de efeito. Dados da Pesquisa, 2018

No entanto é possível observar uma tendência de efeito univariado, do tipo de empreendimento sobre a dimensão “Apoio à Cadeia produtiva” o que nos permite pensar que caso o tamanho da amostra fosse maior esse efeito teria sido confirmado. Especificamente essa tendência de efeito pode ser observada se considerarmos que a média da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em termos de

apoio à cadeia produtiva foi menor entre os empreendedores que trabalhavam em Cooperativa do que entre os que trabalhavam em Associação, conforme mostra a Tabela 11.

**O fato de o empreendimento ser do tipo Cooperativa ou Associação tem efeito sobre o modo como os empreendedores solidários avaliam a efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL?**

Na análise multivariada verificou-se que a variável “Tipo de empreendimento” não teve efeito significativo [ $F(3,72) = 0,456, p = 0,71$ ; Wilks’ Lambda = 0,981] sobre a percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, considerando todas as suas dimensões em conjunto. Também não foram verificados efeitos dessa variável sobre nenhuma dimensão isolada nas análises univariadas subsequentes, conforme mostra a Tabela 12.

Tabela 12- Análise comparativa da percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL em função do Tipo do Empreendimento/Forma de Organização

		Cooperativa	Associação	<i>F</i>	<i>p</i>
		<i>M ± DP</i>	<i>M ± DP</i>		
Organização	e	13,21 ± 6,15	14,10 ± 7,42	0,171	0,68
Planejamento					
Qualidade e Controles		27,71 ± 13,10	27,98 ± 14,92	0,004	0,95
Sustentabilidade		14,00 ± 7,47	13,72 ± 7,58	0,015	0,90
Econômico Financeira					

Dados da Pesquisa, 2018

**A Zona de Atuação do Empreendimento (se atua na zona rural, urbana, ou ao mesmo tempo na zona rural e urbana) tem efeitos sobre a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva?**

Os resultados da análise descritiva e MANOVA por Zona de Atuação do Empreendimento (rural, urbana e rural e urbana) estão apresentados na Tabela 13. Na análise multivariada verificou-se que essa variável teve efeito significativo [ $F(4,65) = 3,260, p \leq 0,05$ ; Maior Raiz de Roy = 0,201,  $\eta_p^2 = 0,167$ ], sobre a percepção de efetividade dessa política pública, considerando todas as suas dimensões. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o efeito foi de tamanho

grande e que 16,7% da variância nos escores obtidos na escala que mediu percepção da efetividade dessa política pública é explicado pela zona de atuação do empreendimento. Além disso, na análise univariada subsequente foi verificado que a zona de atuação do empreendimento exerceu efeito significativo sobre a dimensão “Serviços Institucionais” [ $F(2,67) = 4,06$ ;  $p \leq 0,05$ ;  $\eta_p^2 = 0,108$ ]. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o efeito é de tamanho moderado e que 10,8% da variância encontrada na dimensão “Serviços Institucionais” pode ser explicada em função da Zona de atuação do empreendimento.

Tabela 13 - Análise comparativa da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em função da Zona de Atuação do Empreendimento

	Rural $M \pm DP$	Urbana $M \pm DP$	Rural e Urbana $M \pm DP$	$F$	$\eta_p^2$
Apoio à Cadeia Produtiva	15,81 $\pm$ 4,24	14,57 $\pm$ 3,10	16,67 $\pm$ 3,16	0,53	0,016
Serviços Institucionais	13,24 $\pm$ 3,67	9,86 $\pm$ 4,34	15,00 $\pm$ 2,64	4,06*	0,108
Infraestrutura Institucional	15,35 $\pm$ 4,04	15,14 $\pm$ 2,27	15,11 $\pm$ 2,89	0,02	0,001
Sociopolítica e Ambiental	15,53 $\pm$ 5,62	13,57 $\pm$ 3,46	14,67 $\pm$ 4,30	0,48	0,014

\*  $p \leq 0,05$ . Dados da Pesquisa, 2018

O teste *pos hoc* de Bonferroni (dado que as variâncias entre os grupos foram consideradas homogêneas) indicaram que a diferença significativa em termos de percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para o apoio aos Serviços Institucionais estavam entre os empreendimentos que atuavam na zona urbana e na zona rural e urbana, sendo que o que atuavam tanto na zona rural e urbana como na zona rural avaliaram como mais efetiva essa política do que os empreendedores que atuavam somente na zona urbana.

### A Zona de Atuação do Empreendimento tem efeitos sobre a percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL?

Os resultados da análise descritiva e MANOVA por Zona de Atuação do Empreendimento (rural, urbana e rural e urbana) estão apresentados na Tabela 14. Na análise multivariada verificou-se que essa variável exerceu efeito significativo [ $F(6,142) = 3,197, p \leq 0,01$ ; Wilks' Lambda = 0,776,  $\eta_p^2 = 0,119$ ] sobre a percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, considerando todas as suas dimensões em conjunto. Por outro lado, na análise univariada subsequente foi verificado que a zona de atuação do empreendimento não teve efeito significativo sobre nenhuma das dimensões isoladas relacionadas à percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL (Organização e Planejamento, Qualidade e Controles e Sustentabilidade Econômico Financeira), conforme mostra a Tabela 14.

Tabela 14- Análise comparativa da percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL em função da Zona de Atuação do Empreendimento

	Rural	Urbana	Rural e Urbana	<i>F</i>	$\eta_p^2$	P
	<i>M ± DP</i>	<i>M ± DP</i>	<i>M ± DP</i>			
Organização e Planejamento	13,67 ± 7,24	17,00 ± 7,12	12,37 ± 6,57	1,05	0,028	0,35
Qualidade e Controles	27,74 ± 14,90	31,77 ± 13,25	25,00 ± 13,81	0,48	0,013	0,63
Sustentabilidade Econômico Financeira	14,27 ± 8,04	13,22 ± 5,40	10,75 ± 4,86	0,80	0,021	0,45

Dados da Pesquisa, 2018

**O Tipo de Atividade desenvolvida (artesanato, cozinha produtiva, agricultura familiar, outras atividades, múltiplas atividades) pelo empreendimento tem efeito sobre a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva?**

Os resultados da análise descritiva e MANOVA por Tipo de Atividade desenvolvida estão apresentados na Tabela 15. Na análise multivariada verificou-se que essa variável teve efeito significativo [ $F(16,190) = 2,383, p \leq 0,01$ ; Wilks' Lambda = 0,572,  $\eta_p^2 = 0,130$ ], sobre a percepção de efetividade dessa política pública, considerando todas as suas dimensões. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o efeito foi de tamanho médio e que 13% da variância nos escores obtidos na escala que mediu percepção da efetividade dessa política pública é explicado em função do tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento. Além disso, na análise univariada subsequente foi verificado que o tipo de atividade desenvolvida do empreendimento exerceu efeito significativo sobre a dimensão “Infraestrutura Institucional” [ $F(4,65) = 5,88; p \leq 0,01; \eta_p^2 = 0,266$ ]. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o efeito é de tamanho grande e que 26,6% da variância encontrada na dimensão “Infraestrutura Institucional” pode ser explicada em função do tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento.



Tabela 15- Análise comparativa da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em função do Tipo de Atividade desenvolvida pelo Empreendimento

	Artesanato <i>M ± DP</i>	Cozinha Produtiva <i>M ± DP</i>	Agricultura Familiar <i>M ± DP</i>	Outras Atividades	Múltiplas Atividades	<i>F</i>	$\eta_p^2$
Apoio à Cadeia Produtiva	15,80± 3,42	15,87± 2,23	15,43± 4,50	12,40 ± 06,02	16,58 ± 3,63	1,26	0,072
Serviços Institucionais	14,80± 3,11	13,37± 2,06	13,38± 4,12	9,60 ± 4,98	13,19 ± 3,67	1,39	0,079
Infraestrutura Institucional	14,80 ± 3,11	18,12 ± 1,88	14,24 ± 3,87	10,00 ± 2,34	16,22 ± 3,27	5,88*	0,266
Sociopolítica e Ambiental	14,40 ± 4,67	18,12 ± 1,64	15,24 ± 6,06	13,00 ± 4,47	14,97 ± 5,49	0,87	0,051

\*  $p \leq 0,01$ . Dados da Pesquisa, 2018

O teste *pos hoc* de Bonferroni (dado que as variâncias entre os grupos foram consideradas homogêneas) indicaram que a diferença significativa em termos de percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para o apoio à Infraestrutura Institucional estavam entre os empreendimentos que desenvolviam atividade de cozinha produtiva e outras atividades (como por exemplo, beneficiamento de mandioca, produção da farinha, beiju, goma, tapioca, etc) e os que desenvolviam múltiplas atividades (por exemplo, artesanato, agricultura familiar) e outras atividades.

### **O Tipo de Atividade desenvolvida pelo empreendimento tem efeito sobre a percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL?**

Na análise multivariada verificou-se que a variável “Tipo de Atividade” não teve efeito significativo [ $F(12,182) = 0,968, p = 0,48$ ; Wilks’ Lambda = 0,850] sobre a percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, considerando todas as suas dimensões em conjunto. Também não foram verificados efeitos dessa variável sobre nenhuma dimensão isolada nas análises univariadas subsequentes, conforme mostra a Tabela 16.

Tabela 16- Análise comparativa da percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL em função do Tipo de Atividade desenvolvida pelo Empreendimento

	Artesanato	Cozinha	Agricultura	Outras	Múltiplas	<i>F</i>	$\eta_p^2$	<i>p</i>
	<i>M ± DP</i>	Produtiva	Familiar	Atvidades	Atvidades			
		<i>M ± DP</i>	<i>M ± DP</i>					
Organização e Planejamento	12,86 ± 7,40	19,37 ± 4,40	12 ± 6,74	13,86 ± 7,20	14,09 ± 7,60	1,63	0,084	0,176
Qualidade e Controles	25,86 ± 15,64	38,62 ± 8,94	23,71 ± 14,04	26,14 ± 12,86	28,84 ± 15,29	1,68	0,086	0,164
Sustentabilidade Econômico Financeira	11,43 ± 6,60	18,12 ± 5,54	11,81 ± 7,04	13,57 ± 8,83	14,51 ± 7,92	1,30	0,068	0,278

\*  $p \leq 0,01$

Dados da Pesquisa, 2018

**O Destino do Produto (se comercializado em feiras livres, fornecidos para órgãos públicos, direto ao consumidor ou para atravessadores, se comercializado em loja mantida pelo grupo ou rede, se destinado a agroindústria ou se tem múltiplos destinos) tem efeito sobre a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva?**

Os resultados da análise descritiva e MANOVA por Destino do Produto estão apresentados na Tabela 17. Na análise multivariada verificou-se que essa variável teve efeito significativo [ $F(4,65) = 5,98$ ;  $p \leq 0,01$ ; Maior Raiz de Roy = 0,368,  $\eta_p^2 = 0,269$ ], sobre a percepção de efetividade dessa política pública, considerando todas as suas dimensões. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o efeito foi de tamanho grande e que 26,9% da variância nos escores obtidos na escala que mediu percepção da efetividade dessa política pública é explicado em função do destino do produto produzido pelo empreendimento. Além disso, na análise univariada subsequente foi verificado que o destino dos produtos do empreendimento exerceu efeito significativo sobre a dimensão “Apoio à Cadeia Produtiva” [ $F(4,65) = 4,99$ ;  $p \leq 0,01$ ;  $\eta_p^2 = 0,235$ ], “Serviço Institucional” [ $F(4,65) = 3,28$ ;  $p \leq 0,05$ ;  $\eta_p^2 = 0,168$ ] e “Infraestrutura Institucional” [ $F(4,65) = 5,07$ ;  $p \leq 0,01$ ;  $\eta_p^2 = 0,238$ ]. Os valores de  $\eta_p^2$  indicam que o efeito é de tamanho grande para as três variáveis. Além disso, indicam que 23,5% da variância encontrada na dimensão “Cadeia Produtiva”, 16,8% da variância encontrada na dimensão “Serviço Institucional” e 23,8% da variância encontrada na dimensão “Infraestrutura Institucional” podem ser explicadas em função do Destino do Produto.

Tabela 17- Análise comparativa da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva em função do Destino do Produto

	Comercializado em feiras livres <i>M ± DP</i>	Fornecido para órgãos públicos, direto ao consumidor ou para atravessadores <i>M ± DP</i>	Comercializado em loja mantida pelo grupo ou rede <i>M ± DP</i>	Destinado a fornecer à agroindústria <i>M ± DP</i>	Múltiplos destinos <i>M ± DP</i>	<i>F</i>	$\eta_p^2$
Apoio à Cadeia Produtiva	13,00 ± 1,90	16,00 ± 6,56	15,00 ± 2,34	9,67 ± 1,53	16,89 ± 4,00	4,99**	0,235
Serviços Institucionais	11,82 ± 2,09	14,00 ± 4,00	13,20 ± 2,39	6,67 ± 1,15	13,77 ± 3,92	3,28*	0,168
Infraestrutura Institucional	13,36 ± 2,06	12,67 ± 4,16	18,00 ± 4,53	9,33 ± 0,58	16,00 ± 3,49	5,07**	0,238
Sociopolítica e Ambiental	13,18 ± 4,31	16,67 ± 2,89	16,80 ± 5,21	10,00 ± 0,00	15,77 ± 5,55	1,48	0,084

\*  $p \leq 0,05$ . Dados da Pesquisa, 2018\*\*  $p \leq 0,01$

**O Destino do Produto (se comercializado em feiras livres, fornecidos para órgãos públicos, direto ao consumidor ou para atravessadores, se comercializado em loja mantida pelo grupo ou rede, se destinado a agroindústria ou se tem múltiplos destinos) tem efeito sobre a percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL?**

Os resultados da análise descritiva e MANOVA por Destino do Produto estão apresentados na Tabela 18. Na análise multivariada verificou-se que essa variável teve efeito significativo [ $F(12,182) = 1,86, p \leq 0,05$ ; Wilks' Lambda = 0,738,  $\eta_p^2 = 0,096$ ] sobre a efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, considerando todas as suas dimensões em conjunto. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o efeito foi de tamanho médio e que 9,6% da variância nos escores obtidos na escala que mediu percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL é explicado em função do destino do produto produzido pelo empreendimento. Na análise univariada subsequente foi verificado que a variável Destino do Produto exerceu efeito significativo sobre as dimensões “Organização e Planejamento” [ $F(4,71) = 3,12; p \leq 0,05; \eta_p^2 = 0,149$ ] e sobre “Qualidade e Controles” [ $F(4,71) = 1,48; p \leq 0,05; \eta_p^2 = 0,127$ ]. O valor de  $\eta_p^2$  indica que o tamanho do efeito foi grande para a dimensão “Organização e Planejamento” e médio para a dimensão “Qualidade e Controles”. Além disso, o  $\eta_p^2$  permite afirmar que 14,9% da variância da dimensão “Organização e Planejamento” e 12,7% da variância em “Qualidade e Controles” são explicadas em função do destino do produto.

Tabela 18- Análise comparativa da percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL em função do Destino do Produto

		Comercializado em feiras livres <i>M ± DP</i>	Fornecido para órgãos públicos, direto ao consumidor ou para atravessadores <i>M ± DP</i>	Comercializado em loja mantida pelo grupo ou rede <i>M ± DP</i>	Destinado a fornecer à agroindústria <i>M ± DP</i>	Múltiplos destinos <i>M ± DP</i>	<i>F</i>	$\eta_p^2$
Organização e Planejamento	e	9,15 ± 5,81	21,00 ± 3,46	13,40 ± 8,76	10,60 ± 5,18	15,14 ± 7,05	3,12*	0,149
Qualidade e Controles	e	17,69 ± 10,72	35,33 ± 10,69	27,00 ± 18,49	23,60 ± 13,22	30,68 ± 14,39	2,57*	0,127
Sustentabilidade Econômico Financeira		9,46 ± 6,54	16,67 ± 9,71	13,80 ± 9,65	12,80 ± 8,32	14,82 ± 7,22	1,48	0,077

\*  $p \leq 0,05$ . Dados da Pesquisa

## Os municípios diferem entre si no que diz respeito à percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva?

A Tabela 19 apresenta a frequência, os escores médios, desvio padrão, valores mínimos e máximos para cada dimensão, por cidade.

Tabela 19: Número de casos, Média, Desvio Padrão e valores mínimos e máximos para cada dimensão de percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva por cidade.

(Continua)

		N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Apoio a Cadeia Produtiva	Camamu	7	16,00	6,56	5,00	20,00
	Igrapiúna	6	12,17	3,31	8,00	17,00
	Ituberá	8	16,62	3,29	12,00	20,00
	Nilo Peçanha	10	15,30	2,94	10,00	19,00
	Taperoá	6	12,83	1,72	11,00	15,00
	Valença	29	16,24	3,66	11,00	24,00
	Presid. Tancredo Neves	9	18,89	1,96	17,00	23,00
	Total	75	15,85	3,89	5,00	24,00
Serviços Institucionais	Camamu	8	14,62	6,14	5,00	20,00
	Igrapiúna	8	10,25	3,24	6,00	15,00
	Ituberá	7	11,14	6,04	5,00	20,00
	Nilo Peçanha	10	13,70	1,89	10,00	17,00
	Taperoá	6	12,67	2,06	10,00	15,00
	Valença	31	13,26	3,16	8,00	19,00
	Presid. Tancredo Neves	9	15,33	1,22	13,00	17,00
	Total	79	13,15	3,72	5,00	20,00
Infraestrutura Institucional	Camamu	8	14,62	6,43	5,00	22,00
	Igrapiúna	8	11,50	2,20	9,00	15,00
	Ituberá	7	15,85	3,24	11,00	20,00
	Nilo Peçanha	9	14,56	4,95	8,00	25,00
	Taperoá	6	13,33	1,63	11,00	15,00
	Valença	30	16,40	2,76	10,00	20,00
	Presid. Tancredo Neves	9	17,56	1,94	15,00	21,00
	Total	77	15,34	3,77	5,00	25,00



Tabela 19: Número de casos, Média, Desvio Padrão e valores mínimos e máximos para cada dimensão de percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva por cidade.

		(Conclusão)				
		N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Sociopolítica e Ambiental	Camamu	8	16,37	7,11	5,00	22,00
	Igrapiúna	6	10,67	1,03	10,00	12,00
	Ituberá	7	13,86	5,61	6,00	21,00
	Nilo Peçanha	9	14,89	3,82	8,00	23,00
	Taperoá	6	11,83	3,31	7,00	15,00
	Valença	31	15,77	5,28	5,00	25,00
	Presid. Tancredo Neves	9	19,33	2,40	17,00	24,00
	Total	76	15,263	5,13905	5,00	25,00

Dados da Pesquisa, 2018

A comparação entre grupos de cidades revelou diferenças significativas nos escores de três dimensões da política pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, a saber: “Apoio a Cadeia Produtiva” [ $F_{\text{apoio}}(6,68) = 2,96; p < 0,05; \eta^2 = 0,207$ ] e “Infraestrutura Institucional” [ $F_{\text{infra}}(6,70) = 3,19; p < 0,01; \eta^2 = 0,215$ ] e na dimensão “Sociopolítica e Ambiental” [ $F_{\text{socio}}(6,69) = 2,73; p < 0,05; \eta^2 = 0,192$ ]. Os Tamanhos do efeito associado a essa diferença foram grandes para todas as três dimensões, conforme indicam os valores de  $\eta^2$  (COHEN, 1988). Além disso, o  $\eta^2$  também indica que 21,5% da variância dos escores relativos à “Infraestrutura Institucional”, 20,7% dos escores relativos à “Apoio a Cadeia Produtiva” e 19,2% dos relativos à dimensão “Sociopolítica e Ambiental” podem ser explicados em função do município onde se localiza o empreendimento solidário. Por outro lado, não foram encontradas diferenças significativas entre as cidades no que diz respeito à dimensão “Serviços Institucionais”, ainda que o nível de significância relacionado a diferenças entre os grupos foi de 0,06, ou seja, muito próximo ao ponto de corte que é 0,05. Isso sugere que se a amostra fosse maior, seria possível que essa diferença entre cidades também fosse observada.

O teste *post hoc* de Tamnhane permitiu identificar que as diferenças estatisticamente significativas em termos de percepção da efetividade dessa política pública para o “Apoio à Cadeia Produtiva” ocorreu entre as cidade de Taperoá e Presidente Tancredo Neves. Ou seja, os empreendedores do município de Taperoá perceberam como menos efetiva a Política de Assistência Técnica no que diz respeito ao apoio, incentivo e investimentos na Cadeia Produtiva (investimentos do poder público nas cadeias produtivas; acordos de comercialização

da produção; acesso a linhas de crédito; compras governamentais) dos seus empreendimentos solidários ( $M = 12,83$ ;  $DP = 1,72$ ) do que os empreendedores do município de Presidente Tancredo Neves ( $M = 18,89$ ;  $DP = 1,96$ ).

No que diz respeito às diferenças significativas relativas à percepção de apoio da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva à “Infraestrutura Institucional”, as diferenças foram encontradas entre as cidades de Igrapiúna e Valença, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves e entre Taperoá e Presidente Tancredo. Ou seja, em Igrapiúna ( $M = 11,50$ ;  $DP = 2,20$ ) os empreendedores solidários avaliaram como menos efetiva essa política para oferecer incentivo em termos de infraestrutura institucional (espaços culturais e recreativos; Secretarias municipais de apoio ao desenvolvimento de negócios de base solidária; espaços coletivos para comercialização) disponível aos empreendimentos se comparados aos empreendedores de Valença ( $M = 16,40$ ;  $DP = 2,76$ ) e de Presidente Tancredo Neves ( $M = 17,55$ ;  $DP = 1,94$ ). Por outro lado, os empreendedores de Presidente Tancredo Neves ( $M = 17,55$ ;  $DP = 1,94$ ) avaliaram como mais efetiva essa política no que diz respeito aos incentivos e investimentos em termos de infraestrutura institucional para os empreendimentos solidários do que os empreendedores do município de Taperoá ( $M = 13,33$ ;  $DP = 1,63$ ).

Finalmente, no que diz respeito à dimensão sociopolítica e ambiental, as diferenças localizaram-se entre as cidades de Igrapiúna e Valença, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves, e Taperoá e Presidente Tancredo Neves. Os empreendedores da cidade de Igrapiúna ( $M = 10,67$ ;  $DP = 1,03$ ) avaliaram como menos efetiva a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva no que diz respeito ao apoio de questões sociopolíticas e ambientais (relaciona-se com a especificação dos produtos, oferta de produtos orgânicos, práticas de menores preços e preocupação ambiental no processo produtivo) do que os empreendedores dos municípios de Valença ( $M = 15,77$ ;  $DP = 5,27$ ) e Presidente Tancredo Neves ( $M = 19,33$ ;  $DP = 2,40$ ). Além disso, os empreendedores solidários desse último município também avaliaram mais positivamente ( $M = 19,33$ ;  $DP = 2,40$ ) essa política pública no que diz respeito ao incentivo que dá para seus empreendimentos no que diz respeito a questões sociopolíticas e ambientais se comparado aos empreendedores de Taperoá ( $M = 11,83$ ;  $DP = 3,31$ ).

### **Os municípios diferem entre si no que diz respeito à percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL?**

A Tabela 20 apresenta a frequência, os escores médios, desvio padrão, valores mínimos e máximos para cada dimensão, por cidade.

Tabela 2 - Número de casos, Média, Desvio Padrão e valores mínimos e máximos para cada dimensão de percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, por cidade

		N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Organização e Planejamento	Camamu	8	16,50	8,02	5,00	24,00
	Igrapiúna	8	10,62	4,78	5,00	15,00
	Ituberá	8	20,87	3,18	15,00	25,00
	Nilo Peçanha	10	14,10	7,06	5,00	25,00
	Taperoá	6	8,33	5,16	5,00	15,00
	Valença	31	12,64	7,79	5,00	25,00
	Presid. Tancredo Neves	9	19,33	,87	18,00	21,00
	Total	80	14,26	7,21	5,00	25,00
Qualidade e Controles	Camamu	7	32,00	15,38	10,00	45,00
	Igrapiúna	8	23,25	11,61	10,00	40,00
	Ituberá	7	40,57	5,53	31,00	48,00
	Nilo Peçanha	9	26,67	14,25	10,00	48,00
	Taperoá	6	16,67	10,33	10,00	30,00
	Valença	30	25,20	16,41	10,00	50,00
	Presid. Tancredo Neves	9	37,00	4,50	30,00	42,00
	Total	76	27,93	14,52	10,00	50,00
Sustent. Econômico-Financeira	Camamu	8	16,75	7,36	5,00	22,00
	Igrapiúna	8	12,00	6,95	5,00	25,00
	Ituberá	8	16,62	4,21	11,00	22,00
	Nilo Peçanha	10	12,20	6,91	5,00	25,00
	Taperoá	6	8,33	5,16	5,00	15,00
	Valença	31	13,35	8,67	5,00	25,00
	Presid. Tancredo Neves	9	19,11	3,55	15,00	23,00
	Total	80	14,01	7,44	5,00	25,00

Dados da Pesquisa, 2018

Para comparar se existiriam diferenças entre as cidades no que diz respeito às dimensões de percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL foi realizado o teste ANOVA. Foram encontradas diferenças significativas para duas das três dimensões avaliadas, a saber: “Organização e Planejamento” [ $F_{org} (6,73) = 4,01; p < 0,01; \eta^2 = 0,248$ ] e “Qualidade e Controles” [ $F_{qual} (6,69) = 2,86; p < 0,05; \eta^2 = 0,199$ ]. Os Tamanhos do efeito associado a essa diferença foram grandes para as duas dimensões, conforme indicam os valores de  $\eta^2$  (COHEN, 1988). Além disso, o  $\eta^2$  também indica que 24,8% da variância dos escores relativos

ao “Organização e Planejamento e 19,9% dos escores relativos à “Qualidade e Controles” podem ser explicados em função do município onde se localiza o empreendimento solidário. Não foram encontradas diferenças significativas entre as cidades em relação a dimensão “Sustentabilidade econômico-financeira”, ainda que o nível de significância relacionado a diferenças entre os grupos foi de 0,07, ou seja, também muito próximo ao ponto de corte que é 0,05, fato que nos permite pensar que essa diferença poderia se confirmar caso a amostra fosse um pouco maior.

O teste *post hoc* de Tamnhane permitiu identificar que as diferenças significativas em termos de como o empreendedor avaliou a efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL para a “Organização e Planejamento” de seu empreendimento solidário estiveram entre as cidades de Igrapiúna e Ituberá, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves, Ituberá e Taperoá, Ituberá e Valença e entre Valença e Presidente Tancredo Neves. Isso significa que os empreendedores do município de Igrapiúna ( $M = 10,62$ ;  $DP = 4,78$ ) avaliaram a Assistência Técnica prestada pelo CESOL menos efetiva para melhorar a qualidade da organização e do planejamento de seu empreendimento solidário do que os empreendedores dos municípios de Ituberá ( $M = 20,87$ ,  $DP = 3,18$ ) e Presidente Tancredo Neves ( $M = 19,33$ ;  $DP = 0,87$ ). Os empreendedores de Ituberá ( $M = 20,87$ ,  $DP = 3,18$ ), por sua vez, avaliaram mais positivamente a assistência técnica prestada pelo CESOL para a organização e do planejamento dos empreendimentos do que os empreendedores de Taperoá ( $M = 8,33$ ;  $DP = 5,16$ ) e de Valença ( $M = 12,64$ ;  $DP = 7,79$ ). Finalmente, os empreendedores de Presidente Tancredo Neves ( $M = 19,33$ ;  $DP = 0,87$ ) avaliaram mais positivamente o apoio dessa assistência técnica para a organização e do planejamento dos empreendimentos do que os empreendedores de Valença ( $M = 12,64$ ;  $DP = 7,79$ ). Já no que diz respeito à percepção de efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL para a “Qualidade e Controles” dos empreendimentos solidários, as diferenças foram observadas entre as cidades de Ituberá e Taperoá, Ituberá e Valença, e Presidente Tancredo Neves e Valença. Mais uma vez os empreendedores de Ituberá ( $M = 40,57$ ;  $DP = 5,53$ ) avaliaram como mais efetiva a assistência técnica prestada pelo CESOL se comparados aos empreendedores dos municípios de Taperoá ( $M = 16,67$ ;  $DP = 10,33$ ) e Valença ( $M = 25,20$ ;  $DP = 16,41$ ).

## 7 DISCUSSÕES

Esse estudo teve como objetivo central investigar a efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para a gestão e profissionalização dos empreendimentos solidários do Território de Identidade Baixo Sul da Rede Mata Atlântica, de acordo com a percepção dos atores sociais vinculados a esses empreendimentos. Para tanto, buscou, inicialmente, caracterizar sociodemograficamente os atores sociais ligados aos empreendimentos solidários desse território e mapear os tipos de empreendimentos, levando em consideração a localização, área de atuação, forma de organização e destino dos produtos. Como parte dos objetivos específicos, também se buscou identificar, no contexto da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócio Produtiva do Estado da Bahia, as ações de incentivo e apoio técnico à produção, comercialização e consumo de produtos gerados por empreendimentos solidários, além de avaliar, na percepção dos atores, a efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL para o desenvolvimento de seus empreendimentos em termos de organização, controles, sustentabilidade econômico-financeira, processos e procedimentos de trabalho, otimização de tempo, recursos materiais, financeiros, custos, qualidade (indicadores de gestão).

Também, objetivou-se investigar as múltiplas correlações entre as variáveis em estudo, especificamente se haveria relação entre: a) percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva dos empreendimentos e renda do empreendedor, b) percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e nível de escolaridade do empreendedor, c) percepção efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL e renda do empreendedor e, finalmente, d) percepção efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL e nível de escolaridade do empreendedor.

Ainda como parte dos objetivos específicos, objetivou-se encontrar diferenças significativas entre as sete cidades participantes no que diz respeito à percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL. Finalmente, buscou-se investigar se haveria efeitos

significativos do tipo de empreendimento, zona de atuação, tipo de atividade desenvolvida e destino do produto, sobre a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL. Neste capítulo, os resultados apresentados no capítulo anterior serão discutidos, segundo a lógica de organização de cada um dos objetivos específicos estabelecidos nesse estudo.

### **Caracterização sociodemográfica dos atores sociais ligados aos empreendimentos solidários do Território de Identidade Baixo Sul Rede Mata Atlântica**

Na análise descritiva dos dados sobre a caracterização sociodemográfica dos atores sociais ligados aos empreendimentos solidários, conforme foi apresentado na Tabela 4, merece destaque para discussão duas constatações importantes:

I- Há uma expressiva participação das mulheres nas atividades associativas e cooperadas. Neste contexto, podemos afirmar que a participação das mulheres nos empreendimentos ligados a economia solidária tem merecido destaque, como aponta Culti, (2004), sobre a expressividade inclusive, das mulheres líderes neste campo, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos que acaba por desconstruir a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. No caso da Economia Solidária, ela funciona como crítica a Economia Capitalista apropriando-se da desigualdade da remuneração em vista do sexo. Em um estudo sobre mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos<sup>10</sup>, a autora descreve que ao se ampliar o olhar sobre a economia solidária levando em consideração as relações de gênero, percebe-se a grande participação das mulheres, em atividades e empreendimentos urbanos chegando a 51% no total dos 131 empreendimentos pesquisados (CULTI, 2004).

A mesma autora cita ainda dados de pesquisas conduzidas fora do Brasil, como a experiência em Bangladesh no ano de 1976, quando da criação do Banco *Grameen* de priorização do microcrédito na qual se destacou a força e a liderança das mulheres, ficando a experiência mundialmente conhecida e que serviu de modelo para outros países. Outra pesquisa ilustrada pela autora acerca da participação da mulher na economia solidária se deu no Estado do Paraná, na Associação dos Artesãos de Maringá, em que, dos 120 artesãos que compunham

---

<sup>10</sup> Estudo que utilizou informações tiradas de um Banco de Dados do Projeto que envolveu a Rede de ITCPs e UNITRABALHO no ano de 2001, que tinha como objetivo principal, sistematizar Metodologia de Incubação da Rede.

a associação, 73 eram mulheres, ou seja, as mulheres representavam 61% dos membros (CULTI, 2004).

Não foram encontrados dados atuais acerca da participação das mulheres nos empreendimentos do Território Baixo Sul da Bahia, nem tão pouco do percentual de ocupação das mesmas em cargos de direção dos empreendimentos solidários. No entanto, de fato, cada vez mais percebe-se a participação das mulheres no desenvolvimento dessas atividades e esse dado tem se expressado desde o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia ocorrido em Brasília em 2004, onde dos 2.500 participantes, 57% eram mulheres, de acordo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2004), bem como através dos dados apontados pelo SIES (2013), em que são divulgadas a participação de mulheres sócias (1.481), superavam a de homens (1.293). Outro dado importante fornecido pelo SIES (2013) é que, desde essa época, o número de mulheres que ocupavam funções de direção ou coordenação do empreendimento já se fazia bastante significativo no território estudado, pois dos 46 empreendimentos cadastrados no SIES (2013), a média de mulheres que ocupavam funções na direção e coordenação destes era de 48 mulheres.

Há que se notar que nas últimas décadas, um significativo número de mulheres se inseriu no mercado de trabalho, resultado das transformações econômicas e, também, culturais, uma vez que o trabalho feminino restringia-se aos cuidados com o lar e educação dos filhos. Assim, diante de tais transformações, muitas mulheres passaram a ser também provedoras financeiras de seus lares, apesar das inúmeras desigualdades ainda enfrentadas por elas. Pode-se pensar que, após o surgimento da Economia Solidária como uma alternativa voltada àqueles e àquelas que ficaram excluídos do sistema produtivo capitalista, a possibilidade de reinserção de tais indivíduos, vítimas do desemprego, subemprego e da falta de renda para atender suas necessidades básicas, passa a se efetivar cada vez mais. Hespanha e Namorado (2009), a esse respeito, entendem que a economia solidária pode ser entendida como uma forma de os trabalhadores e trabalhadoras satisfazerem suas necessidades econômicas e de existência sem sucumbirem ao mercado ou a lógica da competição, podendo assim, ser entendida como uma forma de resistência política à imposição do mercado global. Neste contexto desponta também a participação da mulher que tem protagonizado iniciativas e experiências solidárias e construído caminhos que as tem tornado sujeitos políticos, participativos e empoderados, resignificando seus papéis na superação da exclusão e a invisibilidade social.

No entanto, não podemos nos furtar de refletir que apesar da inserção produtiva das mulheres no mercado e também nas atividades solidárias, elas ainda enfrentam muitos obstáculos, principalmente os relacionados à questão de gênero diante de uma sociedade

predominantemente machista. Mesmo nas iniciativas solidárias e com a expressiva participação delas, e a despeito de muitas vezes serem responsáveis pelo sustento e renda familiar derivada do trabalho associativo, as mulheres ainda representam menor número em alguns EES, em especial nas cooperativas, conforme aponta pesquisa realizada por Bonumá (2015). Segundo essa autora, as cooperativas ainda carregam um traço de predominância masculina quanto à participação e nos EES as mulheres também representam menores postos de lideranças. Outro aspecto destacado na pesquisa de Bonumá (2015) é que as mulheres trabalhadoras da economia solidária também enfrentam dificuldades como: cuidados com os filhos menores e demais dependentes no horário de trabalho, o que as leva a recorrer a redes informais de parentesco, vizinhança ou amizade para ajudá-las, pois muitas não têm acesso a creches ou escolas; a maioria não obtém colaboração dos maridos ou companheiros nas tarefas domésticas e muitas vezes são obrigadas a realizar saídas paliativas para atender ao trabalho do cuidado com a casa e com os filhos, etc. Tais episódios revelam a diferença de posição entre homens e mulheres também na economia solidária, o que pode ser entendido como expressão da divisão sexual do trabalho na nossa sociedade acarretando desigualdades de condições em detrimento das mulheres.

II – No que diz respeito ao nível de escolaridade dos participantes, ao observarmos a Tabela 4 notamos que a soma dos percentuais dos que não chegaram a concluir o ensino fundamental e médio, chega a 51,3% e apenas 6,3% tem nível superior, o que nos leva a constatar uma baixa escolaridade entre os participantes. Alguns pesquisadores têm feito referência à baixa escolaridade dos empreendedores solidários no Brasil (ABRAHIM et al., 2008; RUTKOWSKI, 2008; ARAÚJO; CASTRO, 2016). Esses autores, em geral, realizam uma reflexão acerca dos desafios que esses empreendedores enfrentam, dada a parca escolaridade, para se capacitarem tecnicamente como futuros empreendedores solidários, com a ajuda de assessorias promovidas pelas entidades técnicas. Rutkowski (2008) fala, por exemplo, que esses trabalhadores, que receberam pouca educação formal, são normalmente preparados para ser mão de obra de uma sociedade industrial, ou seja, para receberem ordens, para não pensarem e planejarem, e para atuarem como peça da engenharia produtiva, dentro do modelo Taylorista-Fordista de produção. Dessa forma, a baixa escolaridade aliada a essa história de formação profissional os torna pouco competentes para se tornarem empreendedores. Para o autor, citando Castro (2003), essas limitações precisam ser superadas por meio da capacitação profissional e assessoria técnica que os ensinaria a lidar com técnicas gerenciais, com tecnologias de produção, e com métodos de desenvolvimento de produtos, comercialização e, até, marketing.



Vale lembrar, que além da baixa escolaridade, é pertinente a reflexão acerca da qualidade da escolaridade básica. A esse respeito, os resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para o Estado da Bahia no ano de 2017, indicam problemas sérios de qualidade da educação básica no Estado, com uma nota média de 3.0. A projeção era de 4.3 e a média do país foi de 3.8. De fato, a Bahia obteve o pior índice de ensino médio do país. No Território Baixo Sul da Bahia os resultados ainda foram piores, apresentando uma média de 2.5 (MEC/INEP, 2017). Tal fato permite inferir que o Estado enfrentará desafios enormes quanto à empregabilidade dessa massa de trabalhadores no futuro.

A formação escolar para a população é de fundamental importância, uma vez que é através da educação que os indivíduos podem buscar melhorias na sua qualidade de vida, como também o pleno exercício da cidadania. Indicadores de renda mensal também estão associados ao grau de escolaridade dos trabalhadores, uma vez que quanto maior a escolaridade, maiores são as chances e oportunidades de emprego e melhores condições de salário e renda.

Um dos pilares da Economia Solidária é fomentar a educação e qualificação daqueles que desenvolvem atividades associativas e cooperadas solidárias. Esta afirmação pode ser confirmada, inclusive, pela legislação que regulamenta as Políticas Públicas da Economia Solidária no Estado da Bahia, conforme descreve o capítulo sobre Políticas Públicas de Economia Solidária no Estado (capítulo IV deste estudo), em seu Art. 4º da Lei 12.368/2011, que institui como instrumento da Política a formação como também a qualificação profissional e a capacitação técnica, neste caso, em Economia Solidária para atores sociais que desenvolvem atividades solidárias.

Os resultados apontados tanto acerca dos índices do IDEB para o Território estudado, quanto para os dados indicados na pesquisa em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, indicam que há uma necessidade, por parte das ações governamentais aliadas à Política de Economia Solidária do Estado da Bahia, de buscar promover o incentivo e desenvolvimento dos atores do Território por meio do ingresso, permanência e conclusão da formação escolar básica, uma vez que este também é um dos pré-requisitos necessários para que os atores sociais ligados aos empreendimentos solidários possam gerir e desenvolver melhor suas atividades e empreendimentos.

## **Mapeamento dos tipos de empreendimentos solidários no território Baixo Sul da Bahia Rede Mata atlântica**

De acordo a Tabela 5, a maioria (76,3%) dos empreendimentos solidários atuam na Zona Rural dos municípios que fazem parte do Território e da Rede. Esse resultado é corroborado por Silva e Kappes (2016), que, num Mapeamento feito com 19.708 Empreendimentos solidários em todo o país, concluiu que esses empreendimentos têm como área de atuação principal a zona rural (54%). Esse dado reflete a vinculação desses empreendimentos à Agricultura Familiar, conforme informações colhidas no campo, ressaltando que alguns desses também atuam explorando vários tipos de atividades produtivas como: cozinha produtiva, pesca, beneficiamento de mandioca, entre outros. Constatase, neste caso, a ocorrência daquilo que tem despertado atenção nas unidades rurais que é a diversificação das atividades produtivas, o que é conhecido por pluriatividade.

A atividade de Agricultura Familiar é predominante no território estudado e é também uma atividade que faz parte da maioria dos empreendimentos da Rede, onde estão localizados diversos assentamentos e comunidades quilombolas. Além disso, pôde-se perceber que essa atividade, na maioria dos empreendimentos pesquisados, está ligada aos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo Federal, extinto no Governo Temer e rebaixado a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, o que representou uma mudança nas prioridades. Assim, deixando de existir o Ministério, a medida afeta diretamente as políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Ou seja, tais empreendimentos dependem dos programas PAA e PNAE e contam com a parceria das prefeituras na busca de recursos para incrementarem a renda e para comercializarem seus produtos. Tal dependência, como podemos deduzir, tem dupla face: se por um lado é bastante promissora, pois dessa forma os agricultores familiares são beneficiados por uma fonte de recursos quando da comercialização da sua produção, por outro lado, a dependência de tais programas para efeito de comercializar a produção traz efeitos negativos, uma vez que, qualquer interrupção do programa ou crises políticas podem comprometer a regularidade das aquisições e, com isso, a entrada de recursos financeiros aos agricultores e empreendimentos solidários da agricultura familiar.

Outro aspecto que merece atenção no mapeamento dos empreendimentos da Rede é que grande parte (81,3%), são constituídos por associações, conforme apontado na Tabela 5 o que reflete uma dependência ainda maior dos programas do PAA e PNAE. Apesar das associações

serem formalizadas, ou seja, legalizadas, já que essa é uma necessidade para se ter acesso a recursos públicos e aos programas governamentais, as cooperativas, por sua vez, de acordo com a pesquisa, demonstraram ter uma maior organização, autonomia, rede de contatos de potenciais compradores para comercializar os produtos, além de serem formalizadas. Isso significa que as cooperativas podem fornecer para redes varejistas e atacadistas, entre outras, o que amplia o campo de comercialização. Além disso, muitas delas têm a possibilidade de fornecer notas fiscais, o que para a maioria dos clientes é uma condição necessária. No caso das associações, em decorrência da sua própria forma constitutiva, a impossibilidade de emissão da nota fiscal ainda é um dos principais fatores limitantes à comercialização (BORINELI et al., 2011)

Outra informação bastante relevante em relação às associações dos mais diversos tipos de atividades foi a observação de que muitos dos associados não demonstravam envolvimento com as atividades das associações. Ou seja, muitos não conheciam informações básicas sobre as ações desenvolvidas pelo governo em termos das políticas voltadas a apoiar os empreendimentos solidários, ficando essa informação muito mais centralizada no corpo diretivo do empreendimento (presidente, secretários, tesoureiros, etc), e muitas vezes tais informações eram usadas como instrumento de “promoção” para alguns desses membros de direção, como se os incentivos, recursos, equipamentos, materiais adquiridos, entre outros, através dos programas e políticas de fomento à economia solidária tivessem sido disponibilizados por conta do “prestígio” de parte desses membros da direção. Essa estratégia, em alguns casos, tinha inclusive, intenções de uso político para exercer possíveis cargos públicos, como por exemplo, um possível cargo de vereador(a). Nestes casos, os associados sequer tinham informações sobre as políticas desenvolvidas para fomentar, apoiar e incentivar as atividades solidárias por parte de Políticas Públicas voltadas para este fim, o que reflete não só a posse da informação por parte de membros da direção dos empreendimentos, mas também uma deficiência na divulgação de tais políticas para associados e população em geral por parte do governo do estado.

A esse respeito, vale ressaltar que uma das propostas da Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva, intercambiada com demais ações da Política de Economia Solidária, programas, desenvolvimento de ações da SETRE e do SESOL, (conforme explicitado no capítulo referente às Políticas Públicas de Economia Solidária do Estado da Bahia dessa dissertação), é difundir a informação, promover a comunicação pública e divulgar amplamente as políticas públicas no campo da Economia Solidária, seja através de emissoras de TV e rádios, como também por meios de audiovisuais e auxílio de redes sociais e impressos (BAHIA,2018). No caso, das informações encontradas na pesquisa, conforme citado acima, confirma-se a

deficiência da difusão da informação e da comunicação pública pelos setores competentes responsáveis, neste caso, a SETRE e o SESOL.

### **Ações de incentivo e apoio técnico à produção, comercialização e consumo de produtos gerados por empreendimentos solidários no contexto da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócio Produtiva do Estado da Bahia**

A Política pública de Economia Solidária no Estado da Bahia entende a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, conforme já citado na Lei 12.368/2011, em Capítulo destinado às políticas públicas de Economia Solidária neste trabalho. No que diz respeito às ações de incentivo e apoio técnico à produção, comercialização e consumo de produtos gerados por empreendimentos solidários, no contexto da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, foi possível constatar, por meio da pesquisa documental, que o governo do Estado da Bahia, através da Política Pública de Economia Solidária desenvolve através da SETRE diversas ações de estudos e divulgação sobre a própria política, ações de fomento de geração de trabalho e renda e ações voltadas ao microcrédito e finanças solidárias. Essas ações são realizadas por meio de programas ligados ao SESOL, que tem por finalidade planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia solidária e ao cooperativismo.

As ações de fomento são desenvolvidas através do Programa Bahia Solidária por meio de quatro componentes Estratégicos. São eles: Assistência Técnica aos Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes Territoriais, Formação e Difusão Tecnológica para a inclusão socioprodutiva, promoção, vendas e acesso ao mercado e Acesso ao Crédito e Finanças Solidárias (BAHIA, 2018).

A Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, por meio dos Centros Públicos – CESOL's, além de desenvolver atividades de assistência técnica, consultoria e orientação aos EES, no sentido de promover o crescimento e desenvolvimento dos empreendimentos, tanto em termos voltados ao mercado, como também na organização interna dos negócios solidários, trabalha diretamente ligada ao Programa Bahia Solidária, fornecendo também informações, orientações e direcionamento aos EES para que eles possam ter acesso aos demais programas e políticas voltadas aos negócios solidários. São exemplos desses programas e políticas: acesso a crédito e microcrédito pelo CrediBahia, acesso a moeda social por meio dos Bancos Comunitários e a Fundos Rotativos Solidários; acesso a inovação e

fomento através de editais voltados a apoio a Empreendimentos de Matriz Africana, Mulheres Rurais, Reciclagem, Redes de Economia Solidária e Comércio Justo; e, acesso a Oficinas de Formação (BAHIA, 2018). O objetivo dessa política é fazer com que os atores envolvidos com as atividades solidárias sejam protagonistas e executores da Política Pública de Economia Solidária, não sendo apenas meros espectadores.

Dessa forma, o CESOL, por meio da Política Pública de Assistência Técnica, operacionaliza as ações de incentivo e apoio técnico à produção, comercialização e consumo de produtos gerados pelos empreendimentos solidários, através dos serviços que presta aos empreendimentos, buscando articular tanto a assistência operacional para o bom desempenho, desenvolvimento, crescimento e monitoramento do empreendimento, como articulá-los às necessidades que podem ser supridas pelos demais programas e políticas disponibilizados pelo governo.

### **Percepção dos atores envolvidos nos empreendimentos solidários da rede Mata Atlântica acerca da efetividade da Política de Assistência Técnica para a gestão e profissionalização dos empreendimentos**

Voltando-se para um dos objetivos centrais dessa pesquisa, as tabelas 6 e 7 (valores mínimos, máximos, média e desvio-padrão) e (Média dos Percentuais de Satisfação Médio), respectivamente, que apresentam resultados acerca da efetividade da Política de Assistência Técnica para gestão e profissionalização dos empreendimentos solidários na opinião dos atores sociais, apontaram de maneira geral um alto nível de satisfação dos atores em relação às ações que o governo do estado tem desenvolvido para apoiar, desenvolver, fomentar e incentivar os empreendimentos solidários. Estas avaliações de percepção de efetividade ou de satisfação foram apontados através de variáveis distribuídas em dimensões e por meio de escala Likert de 5 pontos que foram consideradas confiáveis, de acordo com o coeficiente de alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) apresentados nas Tabelas 1 e 2.

De acordo os resultados, os participantes disseram, em linhas gerais, estar satisfeitos com as ações que o governo do Estado vem desenvolvendo por meio da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para a gestão e profissionalização de seus empreendimentos, mas essa satisfação diz respeito mais às dimensões “Apoio a Cadeia Produtiva”(que diz respeito às ações do Governo do Estado ao fomento, apoio e incentivo na fabricação e comercialização de produtos, fortalecimento dos empreendimentos para comercialização, informação ao acesso às linhas de crédito, incentivo a participação de compras

governamentais), “Infraestrutura Institucional” (que são as ações desenvolvidas para incremento, desenvolvimento e planejamento de Políticas de Economia Solidária, implementação de espaços coletivos para comercialização, implementação de espaços culturais e recreativos para as famílias, apoio e promoção de feiras solidárias e desenvolvimento de negócios de base solidária) e “Sócio-Política e Ambiental”(refere-se à assistência prestada na orientação sobre informações na composição dos produtos, garantia de produtos de origem social, preocupação com a questão ambiental na produção, cuidado na oferta de produtos orgânicos e conscientização de práticas de menores preços e preço justo em relação ao mercado)

A média de satisfação para a dimensão “Serviços Institucionais” (que diz respeito a acesso a informações comerciais tanto para potenciais fornecedores como clientes, acesso a informações de preços de matéria-prima e insumos para produção, apoio para compras coletivas garantindo menor preço e melhor compra para todos os empreendimentos e grupos, ações voltadas para marketing e divulgação para comercialização e implantação e fornecimento de tecnologias) foi a mais baixa das quatro dimensões investigadas. Se olharmos a tabela 7 por outro ângulo, ou seja, pelo ângulo da insatisfação, podemos constatar, no somatório dos percentuais de insatisfação (“Muito Insatisfeito” e “Insatisfeito”) que a dimensão que gerou mais insatisfação foi exatamente a “Serviços Institucionais” (42,82%), seguida da “Sociopolítica Ambiental”, “Infraestrutura Institucional” e de “Apoio a Cadeia Produtiva”. No entanto, como já foi dito, a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica no que diz respeito a essa dimensão, mesmo que tenha sido mais baixa se comparada às demais dimensões, ainda pode ser considerada favorável, uma vez que 57,18% avaliaram como “Razoavelmente Satisfeito, Satisfeito e Muito Satisfeito”. Assim, a partir desse resultado pode-se entender que os atores sociais avaliam positivamente a efetividade das ações do governo do Estado, ou seja, avaliam como efetiva a Política de Assistência Técnica para o atendimento de suas necessidades e das necessidades de seus empreendimentos.

Ainda que não existam, dentro do nosso conhecimento, estudos que tenham investigado a percepção de empreendedores solidários no que diz respeito à efetividade dessa Política Pública em particular, alguns estudos de natureza qualitativa têm investigado a efetividade de políticas públicas de economia solidária a partir de entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos. Mota (2009), por exemplo, em sua dissertação de mestrado, objetivou, analisar a concepção, a pertinência e a efetividade da política pública de apoio a projetos produtivos solidários, implantados na região nordeste do Brasil. O autor concluiu que apesar de não ter observado efetividade do Programa de apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) do ponto de vista econômico e de geração de renda, em virtude do fato de a experiência estudada

ter tido implantação recente, o Programa se apresentou como uma espaço importante para a reconfiguração de aspectos subjetivos dos atores envolvidos, principalmente no que diz respeito ao resgate da autoestima, da autodeterminação e da esperança, assim como da mudança de perspectiva dos participantes com relação as suas capacidades de organizações e ações coletivas, ou seja, do empoderamento dos sujeitos. Para o autor (MOTA, 2009, p.72) “Este empoderamento se expressa nas reivindicações junto ao poder público, no acesso às políticas públicas as quais não se restringem à obtenção de crédito para a produção, mas também ao acesso à infraestrutura física e social, como energia elétrica, cisternas e banheiros etc”. Além disso, foi observado que o programa possibilitou novas relações de gênero, na medida em que as mulheres passaram a assumir uma papel mais ativo na sua comunidade.

Numa outra pesquisa de mestrado, Natividade (2011) buscou investigar como funcionava a gestão da política de geração de trabalho e renda que é coordenada pela SENAES, por meio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Pronic). Dentre seus objetivos específicos estava o de identificar os limites e desafios impostos à gestão do Pronic como forma de avaliar a efetividade desse programa. Para isso, a pesquisadora entrevistou um conjunto de atores-chaves (membros da Secretaria Nacional de Economia Solidária, membros do comitê gestor do Pronic, e membros das incubadoras de cooperativas populares financiadas pelo programas envolvidos na gestão do Pronic). Ela concluiu que apesar dos esforços por parte da SENAES em conduzir a política dentro de proposições sociais, verificou-se a falta de articulação e comprometimentos por parte de alguns financiadores do programa, o que acabava por comprometer a sua efetividade. A autora também conclui que apesar de o Pronic se apresentar como uma alternativa interessante de gestão pública, ela se mostra ainda bastante frágil e limitada, pois enfrenta grandes desafios, que comprometem sua sustentação e efetividade. Esses desafios dizem respeito: à necessidade de incorporação da participação dos principais interessados, à falta de equilíbrio entre as dimensões econômico-financeira e sociopolítica da gestão, à necessidade de maior articulação com entidades nacionais de economia solidária como FBES e o CNES e, finalmente, à escassez de fontes estáveis e seguras de recursos. Para a autora, tais desafios representam os maiores impasses no sentido dessa política pública se tornar efetiva.

Nishimura (2005), por sua vez, ao investigar grupos Geração de Trabalho e Renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária conclui que a Política Pública de Economia Solidária Municipal tem sido efetiva na medida em que trouxe novas perspectivas na área de trabalho e renda apresenta-se como uma alternativa contra o desemprego. Além disso, deu a oportunidade de desenvolver capacidades, habilidades, criatividade e valorização do trabalho,

permitiu a adequação do processo de trabalho ao cotidiano de cada participante, permite trocas de conhecimentos e experiências entre os grupos, e possibilitou a articulação de pessoas que viviam em situação de exclusão social e o reconhecimento do potencial da comunidade para sustentar suas atividades de trabalho e renda. Finalmente, essa política também permitiu a promoção da autonomia e da emancipação popular e promoveu a presença de valores centrais para a economia solidária, como troca, apoio mútuo, solidariedade, etc.

Finalmente, Santos (2013) ao estudar os empreendimentos solidários em Vitória da Conquista – Bahia constatou que as políticas públicas de economia solidária têm atendido maneira parcial aos anseios dos empreendedores sociais, principalmente através da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva do Estado da Bahia, por meio do trabalho do CESOL local. A principal limitação apontada, a partir de entrevistas com os empreendedores e coordenadores, foi o excesso de burocracia e a falta de atendimento às especificidades das atividades desenvolvidas. A autora conclui que seria fundamental levar em consideração, por parte do setor responsável, o ramo de atividade, além de diminuir a burocratização, para que seja possível o desenvolvimento dos empreendimentos solidários daquele município.

Apesar de terem sido constatados níveis de satisfação positivos em relação à Política pública aqui estudada, vale ressaltar que ao longo do processo de aplicação dos questionários e escalas foi possível constatar também insatisfação dos empreendedores do presente estudo no que diz respeito à aplicação de recursos e apoio de determinados setores. A exemplo disso pode-se citar:

a) As queixas em relação aos empreendedores solidários ligados às atividades de artesanato quanto à extinção da Fundação Mauá, principal órgão de suporte ao artesanato solidário baiano; b) Reivindicação de recursos e incentivos para as atividades de Agricultura Familiar no Território, que é a região onde concentra-se os maiores empreendimentos do agronegócio do Estado; c) Reivindicação de incentivos voltados principalmente a aquisição de equipamentos que pudessem aumentar a escala de produção dos empreendimentos ligados a cozinha produtiva; d) e Reivindicação relativa à infraestrutura e incentivos para que a comercialização também possa ser feita por meio da troca de produtos nos demais territórios baianos, favorecendo assim a divulgação dos produtos da região em outras regiões da Bahia, entre outras ações.

Diante do exposto, avalia-se que apesar das propostas da Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e das políticas e programas do governo do estado estarem voltadas ao incremento e fomento da Economia Solidária [e mesmo estabelecendo premissas de



conexões com outras esferas e setores do próprio governo, conforme estabelece tanto a legislação que regulamenta a economia solidária no estado (BAHIA/SETRE, 2018), quanto com o que estabelece a legislação que norteia a prática e divisão dos territórios de identidade (BAHIA/SEPLAN, 2018), valorizando dessa forma o intercâmbio com outras experiências], muito ainda precisa ser feito e melhorado para que na percepção de quem é assistido por tais políticas e programas eles possam ser mais bem avaliados, incidindo assim em maiores níveis de satisfação para este público-alvo.

### **Percepção dos atores envolvidos nos empreendimentos solidários da rede Mata Atlântica acerca da efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL**

As Tabelas 8 e 9 apresentam os escores e resultados acerca da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, no sentido de desenvolver os empreendimentos solidários nas perspectivas dos atores sociais. Aqui também os níveis de satisfação e avaliações foram apontados por meio de variáveis/indicadores distribuídos em dimensões, através de escala de Likert de 5 pontos, sendo que as escalas também foram consideradas confiáveis, por meio do alfa de Cronbach ( $\alpha$ ) apresentados nas tabelas 1 e 2.

Os resultados indicaram (Tabela 9) que se considerarmos todas as dimensões estudadas, em média 62,10% dos entrevistados apresentaram uma avaliação negativa para a assistência técnica prestada pelo CESOL, contra um percentual em torno de apenas 38% de avaliação positiva. Dessa forma, podemos concluir que os empreendedores solidários esperavam uma assistência mais efetiva por parte do centro público junto a seus negócios e atividades para que pudessem perceber um melhor desenvolvimento e crescimento de seus empreendimentos.

A percepção de pouca efetividade ou insatisfação em relação à assistência técnica prestada pode ser explicada em virtude do fato de parte dos entrevistados, ao responderem o questionário, apontarem que o CESOL do Território estudado prestou uma assistência técnica precária, muitas vezes condicionadas à visitas esporádicas e algumas poucas palestras (principalmente nos municípios de Camamu, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha). Na opinião dos entrevistados, o que eles entendiam como assistência técnica seria um acompanhamento de forma mais presente e contínua por parte do CESOL, no sentido de orientar, desenvolver oficinas, treinar, qualificar, e prestar consultorias que realmente pudessem atender às necessidades e demandas tanto dos atores quanto dos empreendimentos.

Araújo e Castro (2016) realizaram uma pesquisa com o objetivo analisar as características e peculiaridades da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e

Solidários de Osasco (IPEPS), buscando identificar os desafios que os dos empreendedores sociais nela incubados enfrentavam para consolidar seus empreendimentos. A IPEPS apresenta finalidades semelhantes ao CESOL, foco de análise da presente pesquisa, como as de oferecer auxílio na capacitação técnica, tecnológica e profissional dos empreendimentos solidários da região, fornecendo-lhes assessorias nas áreas de gestão financeira, contábil, econômica e jurídica e também prestando apoio no acesso a linhas de créditos e políticas de investimentos sociais. Os autores concluíram que os desafios mais citados pelos incubados são: dificuldades financeiras, dificuldades para ter acesso ao crédito e a financiamentos, dificuldades relativas ao valor dos alugueis para manter seus negócios, dificuldades para regularizar o seu empreendimento, urgência de gerar renda para garantir a sobrevivência do negócio e das pessoas, falta de tempo para participar de reuniões, comissões e treinamentos oferecidos, dificuldades de assimilação da cultura dos valores e cultura da economia solidária por parte dos empreendedores, baixa escolaridade dos empreendedores, competitividade com os empreendimentos capitalistas e vulnerabilidade social/pessoal, por parte de alguns empreendedores.

Souza et al. (2014), por sua vez, conduziram um estudo com 14 empreendedores solidários de cinco organizações solidárias na cidade de Belo Horizonte – MG e região metropolitana. Um dos empreendimentos entrevistados tinha como atividade principal a confecção de produtos de artesanato e os demais trabalhavam com a coleta e a separação de produtos recicláveis. Ainda que esse estudo não objetivasse avaliar a percepção dos empreendedores sobre uma Assessoria técnica específica, seu objetivo era o de analisar os principais desafios enfrentados pelos Empreendimentos Solidários, a partir da percepção dos empreendedores. Eles concluíram que na percepção dos empreendedores solidários suas maiores dificuldades encontravam-se na alta rotatividade da força de trabalho, nos problemas de gestão enfrentados, no que diz respeito aspectos gerenciais e de formação técnica da diretoria, dificuldades no que concerne à utilização de informações financeiras e contábeis e dificuldades relativas à formalização dos empreendimentos. No mesmo estudo o autor faz referência ainda que as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos solidários se dão por conta da falta de planejamento efetivo, ausência da perspectiva de crescimento e controle dos recursos materiais e humanos, além da obtenção de informação úteis e da capacitação técnica e profissional para se lidar com essas informações (SOUZA, et. al, 2014).

A importância de uma assistência técnica de boa qualidade é defendida pelos participantes desse estudo e é corroborada por vários autores (RUTKOWSKI, 2008; BORINELLI 2011; CASTRO, 2003). Borinelli (2011), por exemplo, em seu estudo conduzido

em Londrina concluiu que os integrantes dos grupos que compõem a Economia Solidária apresentam deficiência técnicas variadas, especialmente quanto à formação em gestão, ao amadorismo no que diz respeito ao planejamento de mercados e produtos e também gestão estratégica e econômica. Para o autor, tais limitações dão ao projeto de incubagem um caráter muito mais assistencial, levando a uma relação de co-dependência entre incubadora e o Programa Municipal de Economia Solidária e os empreendimentos solidários, a despeito do esforço por parte da Política Pública de Economia Solidária no Município em prestar assistência técnica aos membros dos empreendimentos. Castro (2003), ao tratar das dificuldades enfrentadas pelos empreendedores solidários, especialmente decorrentes de sua parca escolaridade, defende que essas limitações precisam ser superadas por meio da capacitação profissional e assessoria técnica voltadas para o ensino de técnicas gerenciais, tecnologias de produção, e métodos de desenvolvimento de produtos, comercialização, incluindo marketing.

É importante ressaltar, no entanto, que apesar de uma avaliação insatisfatória ter sido constatada, de forma geral, em relação ao trabalho realizado pelo CESOL, foi também possível observar avaliações de satisfação positivas pontuais em alguns aspectos do trabalho do centro público, conforme poderá se constatar no decorrer das discussões deste estudo.

### **Relações entre renda, escolaridade do empreendedor e percepção da efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL**

No que diz respeito às análises correlacionais entre renda mensal e nível de escolaridade do empreendedor e o modo como ele avalia a efetividade da Política de Assistência Técnica de Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL, a tabela 10, não demonstrou nenhuma correlação estatisticamente significativa entre as variáveis estudadas, a um nível de significância de  $p \leq 0,05$ . No entanto, a um nível de significância de  $p \leq 0,10$ , foi possível observar uma tendência de correlação entre a variável “Infraestrutura Institucional” e “nível de escolaridade do empreendedor”, estabelecida de forma inversa. Assumindo que o nível de escolaridade e acúmulo de conhecimento interfere na percepção da realidade, algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar tal relação.

A dimensão de “Infraestrutura Institucional” diz respeito às ações que o governo do estado desenvolve para incrementar e desenvolver as Políticas de Economia Solidária e desenvolver negócios desta base, implementar espaços coletivos e promoção de feiras para os empreendedores comercializarem seus produtos e implementar espaços culturais e recreativos

para as famílias que lidam com negócios de base solidária. A percepção da efetividade dessas ações se deu de forma que quanto mais baixo o nível de escolaridade, maior a probabilidade de avaliar como mais efetiva a dimensão em questão. Por outro lado, e complementarmente, aqueles que apresentaram mais escolaridade e, por conseguinte maior acesso à informação, tiveram um maior nível de crítica, talvez ancorado numa melhor percepção acerca da compreensão da realidade, como também um melhor entendimento sobre as funções de espaços sociais, econômicos e culturais, fazendo dessa forma uma avaliação mais apurada sobre a efetividade da Política e da Assistência do CESOL.

Aqui se supõe que a baixa escolaridade pode estar limitando a compreensão da complexidade das questões que envolvem as ações ligadas a uma política pública, bem como a compreensão dos contextos onde a política pública é aplicada, e como essas ações devem ser desenvolvidas. Mais uma vez a questão da educação emergindo como fator preponderante para que os indivíduos possam ter melhores níveis de percepção, entendimento e compreensão da realidade que os cercam e de como essa realidade se processa dentro dos contextos, situações e experiências vivenciadas por eles. Pode-se aqui, inclusive, retomar as discussões sobre o mapeamento dos empreendimentos da rede, quando foi observado o pouco envolvimento dos associados com as atividades ligadas às associações, em que refletiram a falta de informação e entendimento sobre as ações desenvolvidas pela política que os assistem, bem como sobre a importância de ações governamentais aliadas à Política de Economia Solidária do Estado da Bahia, que promovam o ingresso, permanência e conclusão da formação escolar básica dos empreendedores solidários, como um pré-requisito necessário ao desenvolvimento de suas atividades e de seus empreendimentos.

### **Efeitos do tipo de empreendimento sobre a percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL**

No que concerne aos efeitos do tipo de empreendimento (se cooperativa ou associação) sobre a percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL não foram encontrados resultados estatisticamente significativos, conforme apresentam as Tabelas 11 e 12.

Contudo, observou-se uma tendência de efeito sobre a dimensão “Apoio a Cadeia Productiva”. Como foi dito no capítulo de Resultados, quando se encontra uma tendência, pode-se inferir que essa tendência, ao que tudo indica, poderia ser confirmada caso o estudo tivesse

contado com uma amostra maior. Assim, os empreendimentos organizados em Cooperativas tenderam a avaliar como menos efetiva as ações e incentivos da Política em relação a essa dimensão. A explicação para essa tendência pode estar ligada a questão de que as Cooperativas, na sua maior parte, estão mais bem organizadas do que as Associações no Território e na Rede estudados. Elas, na sua maioria, possuem uma estrutura maior para atuarem comercial e produtivamente, possuem também uma maior abrangência comercial e, dessa forma, os empreendedores avaliam a Política pouco efetiva no sentido de fornecer e oferecer subsídios, incentivos e investimentos de forma a atender as suas reais necessidades. Por exemplo: um determinado incentivo de comercialização que muitas vezes atende a uma Associação, que, em geral, é composta por um menor número de associados, muitas vezes não consegue atender a uma Cooperativa, justamente por esta ter uma abrangência maior para comercializar e já obter potenciais clientes frente à sua rede de contatos.

Deduz-se daí os empreendedores ligados a este tipo de empreendimento acabaram avaliando como menos efetivas determinadas ações da Política, haja vista que carecem de maiores investimentos para que possam crescer e se desenvolver cada vez mais. Um dos pontos citados nesta questão pelos empreendedores solidários a esse respeito foi a pouca efetividade percebida em relação aos incentivos oferecidos para que eles pudessem participar de compras governamentais, para além dos programas dos PAA e PNAE, por exemplo, no caso de agricultores familiares. Os entrevistados entenderam que o apoio das ações para que os empreendimentos solidários participassem das compras governamentais deveriam ser mais bem fomentados e incentivados para que eles pudessem ter acesso aos editais de chamada e de licitações, por exemplo, da mesma forma que outras empresas também têm acesso.

### **Efeitos da zona de atuação do de empreendimento sobre a percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL**

Na análise sobre a percepção da efetividade da política pública de acordo a zona de atuação do empreendimento, notou-se que houve efeito significativo, conforme apresenta a Tabela 13. Esse efeito foi observado considerando a totalidade de dimensões, ou seja, a forma como os atores sociais avaliam ou percebem a efetividade das ações da Política Pública estudada, pode ser explicado em virtude da zona onde o empreendimento atua, seja na zona rural, urbana ou aqueles que atuam na zona rural e urbana. Especificamente, em torno de 17% da percepção de efetividade da política pública como um todo pode ser explicado pela zona de

atuação do empreendimento. Nesta linha de raciocínio, observou-se que em relação às dimensões estudadas a de “Serviços Institucionais”, foi onde encontrou-se o efeito mais significativo em função da zona de atuação. Vale destacar que os valores médios de percepção de efetividade dessa dimensão foram mais baixos que de todas as demais dimensões, indicando que, em linha gerais, os participantes a avaliaram negativamente, especialmente, os empreendedores que têm empreendimentos na zona urbana. Em outras palavras, significa dizer que o efeito significativo da zona de atuação sobre a percepção da efetividade dessa política pública pode ser explicado pelo fato de os empreendedores que mantêm negócios na zona urbana avaliarem como muito ruim as ações que o governo do estado desenvolve para incrementar e desenvolver as Políticas de Economia Solidária que propiciem o desenvolvimento de seus negócios, no que diz respeito as ações que abrangem ações acerca do incentivo ao acesso a informações comerciais tanto para potenciais fornecedores como clientes, acesso a informações em relação ao preço de matéria-prima e insumos de produção, apoio para compras de forma coletiva, ações de marketing e divulgação para comercialização e implantação de tecnologias (dimensão “Serviços Institucionais”). Para os atores entrevistados que têm empreendimentos que atuam na zona rural estes, percebem de forma mais positiva a efetividade das ações da política estudada do que aqueles que atuam somente na zona urbana, mas ainda sua satisfação é relativamente baixa (apresentaram média 13,24 de um total possível de 25,00) e o mesmo raciocínio pode ser aplicado aos empreendimentos que atuam ao mesmo tempo da zona rural e urbana.

Para os atores, o Governo do Estado nunca fomentou ou ofereceu suporte em relação a marketing de seus empreendimentos e produtos, nunca desenvolveu ações que pudessem subsidiar informações que favorecesse aos empreendedores melhores condições na compra de insumos e matéria-prima, principalmente de forma coletiva, de maneira que proporcionasse ganhos aos empreendimentos, pois uma vez que se comprasse os insumos juntos poderiam obter um melhor preço com o fornecedor e por fim, o apoio ao acesso a tecnologias sejam de produção, seja através de computadores que pudessem trazer uma melhor organização aos empreendimentos, dificilmente foi subsidiado aos empreendimentos.

Quanto à percepção da efetividade dos serviços de assistência técnica prestadas pelo CESOL (Tabela 14), em função da zona de atuação do empreendimento, verificou-se que há efeito multivariado significativo, ou seja, o modo com todas as dimensões, em conjunto, da assistência técnica prestada pelo centro público são avaliadas pelos empreendedores variam significativamente a depender de onde o empreendimento está localizado, ainda que não tenha sido possível observar efeitos das dimensões separadamente, provavelmente em virtude dos

tamanhos dos grupos. De fato, em torno de 12% da percepção de efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL pode ser explicada em função da zona de atuação dos empreendimentos. Se observamos as médias das percepções de efetividade por zona de atuação, notaremos que, apesar de não terem sido encontrados efeitos estatisticamente significativos, as médias mais altas são da dimensão “Qualidade e Controles”(dimensão relacionada a qualidade na produção, controle e economia de tempo, recursos e materiais, acompanhamento do planejamento, correções e falhas, entrada e saída de insumos e materiais, acompanhamento da comercialização) e “Organização e Planejamento”(relacionada a divisão e organização de tarefas e rotinas das pessoas do negócio, determinação de atividades e responsabilidades, otimização de tempo e espaços, processo de planejamento do negócio) para os empreendimentos da zona urbana e “Sustentabilidade econômico financeira”(relacionada a organização e controle de custos, receitas e despesas, orientação de compras de fornecedores, aumento das vendas, redução de custos, distribuição de resultados financeiros entre os associados)para os empreendimentos da zona rural. Isso pode ser explicado porque os grupos da zona urbana, em especial os grupos de Cozinha Produtiva e Artesanato, revelaram durante a pesquisa que a assistência técnica prestada pelo CESOL contribuiu de forma significativa para que eles observassem critérios de qualidade na produção, estabelecessem padrões para os produtos (em tamanho, sabor, peso, etc), pudessem acompanhar melhor as atividades no dia-a-dia, economizando tempo, materiais e outros recursos, estabelecessem controles no acompanhamento da comercialização dos produtos, além de estarem atentos à documentação do empreendimento. Esses grupos passaram além de ter um controle maior sobre seus negócio, passaram a planejar melhor suas atividades.

Já os grupos da zona rural obtiveram uma percepção positiva acerca da assistência técnica prestada pelo CESOL, voltada à dimensão de “Sustentabilidade econômico financeira”, por terem obtido segundo os entrevistados, a partir desse acompanhamento um maior alavancamento nas vendas e maiores informações principalmente acerca da distribuição dos resultados financeiros.

### **Efeitos do tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento sobre a percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL**

No que concerne aos resultados sobre os efeitos do tipo de atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, conforme aponta a Tabela 15, sobre a percepção das ações da política

pública estudada, foram observados efeitos significativos quando considerado o conjunto de todas as dimensões. Ou seja, dependendo do tipo de atividade que os empreendedores desenvolvem os empreendedores variam suas percepções. De fato 13% da variação em percepção é explicada pelo tipo de atividade. Além disso, foi possível constatar um efeito univariado, ou seja, foi possível identificar de uma dimensão em especial produzia efeitos significativos. A análise das dimensões de forma separada também demonstrou um efeito significativo sobre a dimensão “Infraestrutura Institucional” de valor expressivo (aproximadamente 27%), principalmente entre as atividades de cozinha produtiva (produção de bolos, biscoitos, pamonhas, beiju, doces, licores, etc) e outras atividades como beneficiamento da mandioca (produção de farinha, gomas, beiju, etc) e pesca, e entre os grupos que desenvolvem múltiplas atividades (como, agricultura familiar, artesanato, cozinha produtiva, etc) e o grupo de outras atividades.

Esse resultado significativo pode ser explicado em função da importância da comercialização para as unidades socioprodutivas. As atividades de cozinha produtiva e múltiplas atividades avaliaram de forma mais positiva, ou seja, como mais efetiva as ações do centro público, especialmente a dimensão “Infraestrutura Institucionais”, porque essa dimensão diz respeito à criação de espaços destinados a comercialização de produtos, neste caso, as feiras semanais em espaço reservado para os empreendimentos solidários cadastrados na rede, em especial no município de Valença (onde estão localizados a maior quantidade de empreendimentos solidários da Rede). Nessas feiras predominam a comercialização de produtos da agricultura familiar e da cozinha produtiva, de acordo com os entrevistados. Além disso, a promoção de feiras solidárias em diversos eventos durante o ano e nas mais diversas cidades do Estado, onde os empreendedores de vários territórios expõem e vendem seus produtos, propagando suas atividades produtivas, divulgando os pontos fortes de produção, de atividades produtivas de cada território e alavancando as vendas é um outro fator importante na avaliação dos empreendedores solidários que está relacionado a essa dimensão.

Outro aspecto importante que também contribui sobremaneira na avaliação da percepção dos atores sociais de maneira mais efetiva para esta dimensão está intimamente ligada a comercialização. Trata-se da implantação do espaço solidário, loja onde os empreendedores da Rede Mata Atlântica comercializam seus produtos, incentivado e fomentado pela política estudada e vista como uma das ações que trazem para os empreendimentos solidários resultados positivos, uma vez que é uma forma que os empreendedores têm para levar seus produtos ao consumidor.



Estas constatações também podem ser observados na Tabela 7, através dos percentuais dispostos na dimensão “Infraestrutura Institucional”, nas variáveis “apoio a promoção de feiras solidárias” e “apoio na implementação de espaços coletivos de comercialização” em que o somatório dos percentuais de satisfação que vão do razoavelmente satisfeito, satisfeito e muito satisfeito ultrapassam a casa dos 70%.

Já os empreendimentos ligados ao beneficiamento da mandioca (produção de farinha, beiju, gomas) e da pesca dependem de outros espaços e outros meios para comercializar, como por exemplo, intermediários, fornecimento para frigoríficos, restaurantes, redes de supermercados, entre outros, não dependendo tanto da loja e do espaço coletivo reservado à feira semanal, o que faz com que os empreendedores desses tipos de atividades não levem tanto em consideração tais espaços para comercializarem e conseqüentemente desenvolverem trabalho e obterem renda.

Finalmente, ainda no que se refere aos efeitos do tipo de atividade desenvolvida pelo empreendimento sobre a percepção da efetividade dos atores sociais, mas, desta vez, em relação aos serviços e assistência técnica prestada pelo CESOL, não foram observadas resultados significativas. Isso significa que a avaliação positiva ou negativa dada pelo empreendedores às ações do CESOL independem do tipo de atividade desenvolvida em seus empreendimentos. No entanto, apesar de não terem sido encontrados efeitos significativos, observa-se, de modo geral, que os empreendedores que atuam com cozinha produtiva tendem a avaliar mais positivamente a assistência técnica prestada pelo CESOL em todas as suas dimensões. Tal resultado pode ser explicado pelo fato deste tipo de empreendimento dispor de espaços coletivos para comercialização, contar com feiras solidárias que são realizadas por meio de eventos no Estado e que tem um apoio preponderante dos centros públicos, dispor também da organização de espaço de comercialização semanal (feira), que também conta com o apoio do CESOL e, por fim, contar com a própria assistência técnica prestada pelo centro público, a qual, segundo os entrevistados desta categoria, promoveu uma mudança significativa nos controles de produção, de comercialização, redução de custos e desperdícios, organização e controle de entradas e saídas de recursos financeiros e de insumos, preocupação com a qualidade em relação ao padrão de sabor e tamanho do produto, cálculo de preço de venda, cuidado com a embalagem e apresentação do produto, entre outros fatores e ferramentas que os empreendedores e os empreendimentos passaram a obter após o acompanhamento do CESOL.

## **Efeitos do destino do produto sobre a percepção de efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e da Assistência Técnica prestada pelo CESOL**

No que se refere aos efeitos do destino do produto sobre a percepção da política pública, a Tabela 17 mostra resultados significativos, tanto quando a política foi considerada em sua totalidade, quanto quando foram analisados efeitos específicos sobre cada dimensão, sendo que foram encontrados efeitos univariados significativos sobre as dimensões “Apoio a Cadeia Produtiva”, “Serviços Institucionais” e “Infraestrutura Institucional”. De acordo com as análises, quase 27% da variação em percepção da efetividade da política pública como um todo se deve à variável destino do produto.

Se forem observados os escores médios das dimensões analisadas de forma individual, por destino dos produtos, constatar-se-á que quatro grupos de destino: a) comercializado em feiras livres; b) fornecido para órgãos públicos, direto ao consumidor e atravessadores; c) comercializado em loja mantido pelo grupo ou rede; e, d) múltiplos destinos, avaliaram como mais efetiva a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva do que o grupo destinado a fornecer a agroindústria. Neste sentido, a justificativa encontra-se no fato de que os empreendedores deste último grupo citado têm certa independência em relação à comercialização do seu produto, que é a borracha da seringueira, cujo destino é negociado diretamente com agroindústria da região. Esses empreendedores estão organizados em cooperativas e podem ser considerados mais independentes em relação a determinadas ações da política, por não necessitarem dos espaços solidários, da participação das feiras e dos eventos, dentre outros, apesar de estarem cadastrados na Rede. Outro exemplo a ser citado são os dos agricultores familiares, que além de comercializarem em feiras e na loja mantida pela Rede, também são beneficiados pelos programas PAA e PNAE que, de toda forma, estão agregados à Política de Economia Solidária e a Política Territorial, atendendo as prerrogativas de difusão e intercâmbio com demais políticas e experiências correlatas, o que já não ocorre com os empreendimentos que destinam seus produtos para a agroindústria da borracha.

O fator comercialização é bastante citado aqui nestes casos devido à grande importância que os empreendedores solidários se referirem a ele, uma vez que na sua grande maioria, necessitam de ações e incentivos para que possam comercializar seus produtos, gerando dessa forma inclusão produtiva, trabalho e renda. A importância da comercialização no âmbito da economia solidária é bastante significativa para os atores envolvidos com esse tipo de atividade, haja vista essa ser, muitas vezes, a única forma de troca da qual os grupos dependem ou

percebem. No entanto, é importante ressaltar que outras formas de trocas podem ser contempladas e até encorajadas dentro dos preceitos da economia solidária, visando com que os empreendimentos não privilegiem exclusivamente a comercialização via mercado/troca/dinheiro.

Neste contexto, podemos citar inclusive, dentro da realidade da Rede Mata Atlântica, cujos empreendimentos são cadastrados em rede, autores como o Luís Inácio Gaiger (2004) e Euclides Mance (2000) que descrevem as iniciativas de economia solidária voltadas a formas mais ambiciosas de organização dos setores populares, em que sejam levados em consideração os aspectos de igualitarismo, democracia e cooperação, por meio das alternativas de redes de cooperação, onde possam os empreendimentos estar interligados entre movimentos de consumo e de produção e não somente a troca monetária, conforme já apresentado no capítulo III deste estudo.

Parece pertinente aqui também, para referenciar neste contexto, as discussões empreendidas por Polanyi (2012) acerca dos princípios que alimentam a pluralidade da economia, baseados nos princípios de domesticidade, reciprocidade e redistribuição, e não só o mercado e as considerações de Santos e Hespanha (2016), sobre o alargamento epistemológico da economia quando propõem outras formas de realizar trocas econômicas, como por exemplo, as economias comunitárias, os clubes de troca, as moedas complementares e outras formas de se remunerar o trabalho.

Finalmente, no que diz respeito às análises dos efeitos do destino do produto sobre a percepção de efetividade das ações do CESOL, os resultados da Tabela 18 apresentam resultados estatisticamente significativos tanto multivariados (quando todas as dimensões são tomadas num único conjunto) e univariados. Tomada todas as dimensões em conjunto, observou-se que em torno de 10% da variação de percepção se deu em função do modo como o produto é comercializado (seu destino). Já se forem consideradas as dimensões separadamente, observou-se efeitos significativos sobre “Organização e Planejamento” e Qualidade e Controles”. Se observarmos as médias de escores obtidas nessas dimensões por grupo de destino a) comercializado em feiras livres; b) fornecido para órgãos públicos, direto ao consumidor e atravessadores; c) comercializado em loja mantido pelo grupo ou rede; d) fornece para agroindústria e, e) múltiplos destinos notaremos que tanto para a dimensão “Organização e Planejamento” como para a dimensão “Qualidade e Controles” a maior média foi alcançada para aqueles empreendimentos cujos produtos são fornecidos para órgãos públicos, direto ao consumidor ou para atravessadores ou quando o produto tem múltiplos

destinos, enquanto as menores médias foram para os empreendimentos que comercializam seus produtos em feiras livres ou os destinam à agroindústria.

Tal disparidade pode ser explicada ao consideramos que este grupo (grupo que comercializa em feiras livres) é composto, na sua grande maioria, por agricultores familiares e foi um dos grupos que mais criticaram a assistência técnica do CESOL durante as entrevistas, tanto para periodicidade de visitas, quanto para as ações realizadas pelo centro público, principalmente no município de Camamu. Já o grupo da agroindústria, é explicado por motivo já exposto sobre cooperativa que possui certa independência comercial (onde a cooperativa comercializa com agroindústria da região, uma vez que o produto é a borracha da seringueira) e, conseqüentemente, das ações desenvolvidas pelo centro público e pelas ações da política, pois não dependem, por exemplo, de espaços coletivos de comercialização, dos espaços das feiras semanais, nem da participação dos eventos (Feiras e Eventos no Estado), conforme os demais empreendimentos.

Já a avaliação positiva da efetividade do trabalho e da assistência técnica prestada pelo CESOL, especialmente nessas duas dimensões (“Organização e Planejamento” e “Qualidade e Controles”), pelos grupos que fornecem seus produtos para órgãos públicos, direto ao consumidor ou para atravessadores ou quando o produto tem múltiplos destinos pode ser devido ao fato de que muitos desses grupos passaram a ter um melhor desempenho do negócio e das atividades quando buscaram organizar por exemplo, seus cadastros frente a programas como PAA e o PNAE, organizaram novas formas de abordagem para conquista de clientes, desde as entregas de porta em porta como forma de personalizar o atendimento até a divulgação da oferta de seus produtos por meio inclusive das Redes Sociais, sendo todas essas orientações oferecidas pelo centro público. Todas as mudanças empreendidas estiveram ligadas à percepção da necessidade de uma maior organização, planejamento, controles e busca da qualidade de produtos e serviços. Vale destacar que os grupos que avaliaram mais positivamente as ações do CESOL frequentemente fizeram referências as palestras realizadas, as oficinas de gestão e qualificação dos empreendedores, as orientações quanto à organização de atividades, documentação e tarefas, a assessoria sobre os controles sobre a qualidade dos produtos e serviços, dos insumos, das entradas e saídas de materiais, dentre outros. Para esses empreendimentos tal assessoria permitiu uma melhoria e desenvolvimento das atividades produtivas e do empreendimento de maneira geral.

Neste sentido, é importante salientar que conforme já referenciado sobre economia solidária (Cap. III), e considerando o modo como se organizam os empreendimentos deste segmento, entende-se que os empreendimentos econômicos solidários apresentam

peculiaridades bastante específicas em relação aos demais empreendimentos ou empresas do mercado, principalmente no que diz respeito aos aspectos da gestão democrática, solidariedade e participação, o que pode ser considerado como as principais diferenças das características de outras organizações (Cap. V- seção 5.3). Podemos reforçar, então, os conceitos de França Filho (2004) acerca da importância da gestão nos empreendimentos que desenvolvem atividades solidárias, que são definidos sob diversas formas organizacionais, com os diferentes modos de gestão e que se relacionam com diferentes espaços: o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil. Logo, cada modo de gestão é específico à forma organizacional da qual a organização faz parte, sendo a gestão de tais empreendimentos classificada como privada, pública e/ou social. Desta forma, a assistência do CESOL voltada a atender o desenvolvimento e crescimento dos empreendimentos em termos de orientações e acompanhamento sobre rotinas, tarefas, produtividade, planejamento, responsabilidades, qualidade de produtos, economia de insumos, materiais e de tempo, controle de falhas, correções e da comercialização, dentre outros, corrobora as discussões acerca da necessidade dos empreendimentos ligados a economia solidária adotarem ferramentas que possam contribuir para uma melhor gestão desses empreendimentos, como também para melhores resultados sejam financeiros, sejam na produção, nas relações entre os participantes como também nas relações com os clientes e com a sociedade.

### **Análise comparativa dos sete municípios que compõem a rede Mata Atlântica levando em consideração a percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva**

No que diz respeito às comparações entre os sete municípios estudados, conforme apresentação dos resultados acerca da percepção da efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva na Tabela 19, observou-se que há diferenças significativas nas dimensões: “Apoio a Cadeia Produtiva”, “Infraestrutura Institucional”, “Sociopolítica e Ambiental”. Na dimensão Apoio a Cadeia Produtiva as diferenças se deram entre os municípios de Taperoá e Presidente Tancredo Neves. Nesta dimensão estão concentrados investimentos do poder público nas cadeias produtivas, acordos de comercialização da produção, acesso a linhas de crédito e compras governamentais. Os empreendedores de Taperoá perceberam como menos efetiva a política voltada a estas questões, e isso pode ser explicado por ser este o município cadastrado na Rede Mata Atlântica que apresentou maior número de pesquisados que demonstraram estarem mais alheios a todo e

qualquer tipo de informação sobre a Política Pública de Economia Solidária, bem como sobre a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva. Muitos empreendedores entrevistados informaram estarem cadastrados na Rede, mas que há algum tempo não atuavam nas atividades produtivas das associações e grupos solidários rotineiramente. Para eles, é como se as ações não funcionassem para os empreendimentos dos quais faziam parte. Alguns atores que faziam parte dos empreendimentos tinham, inclusive, encontrado outras fontes de renda com os chamados “bicos” ou com ocupações no mercado informal. Outra informação importante sobre a situação dos empreendimentos solidários no município de Taperoá é que pelo menos uma Associação cadastrada na Rede encontrava-se inativa. A Associação existe formalmente, mas atualmente não desenvolve atividade produtiva. No total, dentre os municípios do território pesquisado e cadastrados na Rede, Taperoá consta apenas com uma Cooperativa e duas Associações e, neste caso, uma sem atividade produtiva. Os empreendedores solidários entrevistados alegaram muita dificuldade em atuar e permanecer em negócio e atividades deste tipo e que, muitas vezes, a renda não atendia as suas necessidades básicas. Por isso, muitos deles tenderam a buscar outras atividades, trabalho e fonte de renda para sustento de suas famílias. Quando surge alguma ação governamental, recursos e/ou programas em que eles podem inserir-se e desenvolver atividades produtivas ligadas à economia solidária e, conseqüentemente, obter renda, como essas associações já existem formalmente, eles retornam aproveitando a oportunidade.

Já no município de Tancredo Neves, apesar do panorama apresentado, os entrevistados avaliaram a efetividade da Política de maneira mais satisfatória. Tancredo Neves possui quatro Associações cadastradas na Rede Mata Atlântica apenas, no entanto, na sede do município há uma grande cooperativa (que não pertence à rede), que tem apresentado um excelente desempenho. Alguns empreendedores solidários cadastrados nas Associações da Rede desenvolvem atividades também voltadas a esta grande cooperativa, sendo que alguns fornecem inclusive seus produtos e, desta forma, a maioria dos empreendedores solidários das associações cadastradas na Rede consegue perceber, pela experiência dessa grande cooperativa, que o trabalho associativo e cooperado pode gerar bons frutos.

Nesse sentido, pode-se retomar aqui os conceitos trazidos pelo autor Boaventura de Sousa Santos (2002), e citados no capítulo III, em que o autor explica que a economia solidária emerge da necessidade de se buscar novos modelos de convivência social, em que possam ser privilegiadas formas mais inovadoras de produção que, além de serem mais justas e solidárias possam ser capazes de criar novos padrões de convivência humana, levando em consideração vínculos que extrapolem o econômico, buscando o êxito de alternativas, como por exemplo,

redes de colaboração e de apoio mútuo. Dessa forma, um dos motivos que podem ter contribuído para uma percepção e uma avaliação mais efetiva da Política estudada pode ser justamente essa proximidade com empreendimentos similares que apresentam experiências muito positivas.

Quanto às diferenças significativas apontadas pelos resultados da pesquisa em relação à dimensão “Infraestrutura Institucional” (conforme já citado esta dimensão abarca ações voltadas para desenvolvimento, incremento e planejamento de políticas de economia solidária, apoio na implementação de espaços coletivos para comercialização, bem como culturais e recreativos, promoção de feiras solidárias e desenvolvimento de negócios de base solidária) os municípios identificados como distintos foram Igrapiúna e Valença, Igrapiúna e Presidente Tancredo Neves e Taperoá e Tancredo Neves. Entre Tancredo Neves e Taperoá, seja para as dimensões de “Infraestrutura Institucional”, seja para a dimensão “Sociopolítica e Ambiental” (que trata da assistência na orientação e informações sobre composição dos produtos, na garantia do produto de origem social, conscientização ambiental na produção, oferta de produtos orgânicos, prática de menores preços e preço justo), pode-se replicar a mesma análise feita sobre a dimensão “Apoio a Cadeia Produtiva”. Com já foi discutido, as características, problemas e limitações encontrados no município de Taperoá podem explicar a percepção de seus empreendedores solidários no sentido de avaliar a política como menos efetiva do que as dos empreendedores de Presidente Tancredo Neves.

Já nos municípios de Igrapiúna e Valença, e Igrapiúna e Tancredo Neves, a explicação se dá por meio de um importante fator que de certa forma atende muito mais os municípios de Valença e Presidente Tancredo Neves do que os demais municípios da Rede: A presença da loja do Cesol que atende aos empreendedores solidários cadastrados na Rede, denominada de Espaço Solidário, fomentada pelas ações da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e organizada e assessorada pelo CESOL, fica localizada no município de Valença. Assim, os empreendedores de Igrapiúna, durante as entrevistas informaram que o comércio de seus produtos neste espaço tornava-se muitas vezes dispendioso para os empreendimentos, devido à distância, locomoção e transporte das mercadorias e produtos. Outro ponto é que a produção oriunda da agricultura familiar para ser comercializada neste espaço tornava-se extremamente inviável, uma vez que muitos dos produtos não teriam a qualidade desejada pelo cliente após tempo de viagem e transporte.

Assim, apesar de reconhecerem as ações de incentivo e apoio em se ter um espaço solidário para comercialização de produtos dos empreendimentos, no caso de municípios mais distantes esse espaço não atendia aos seus empreendimentos. Além desse aspecto, os

pesquisados ainda avaliaram como pouco efetivo ou praticamente nada efetivo o apoio e incentivos voltados a espaços culturais e recreativos (informaram não haver e nunca sequer ter havido tais espaços). Também julgaram pouco efetivo os incentivos das secretarias municipais para apoiar os negócios de base solidária. Segundo os empreendedores o município pouco ou quase nunca se envolve em programas e políticas voltadas a atividades da economia solidária, ficando a desejar e a não atender as necessidades de quem é assistido pela política neste aspecto.

É importante ressaltar que o município de Tancredo Neves também fica distante do Espaço Solidário localizado no município de Valença, contudo parte de sua produção voltada à cozinha produtiva como beiju, licores, doces, biscoitos, entre outros chegam até a loja solidária para serem comercializados. São produtos que possuem uma facilidade maior no transporte. Além desse fator, um dos técnicos do CESOL reside no município de Tancredo Neves, o que por muitas vezes facilita o intercâmbio entre o Espaço Solidário e os empreendedores do município bem como o trânsito de informações e transporte.

As análises comparativas entre os municípios que compõem a Rede Mata Atlântica no que diz respeito à percepção da efetividade da Assistência Técnica prestada pelo CESOL (Tabela 20) no Território Baixo Sul por parte dos empreendedores solidários, também mostraram diferenças estatisticamente significativas para as dimensões “Organização e Planejamento” e “Qualidade e Controles”, e essas diferenças localizaram-se entre os municípios de Igrapiúna e Ituberá, Igrapiúna e Tancredo Neves, Ituberá e Taperoá, Ituberá e Valença e Valença e Tancredo Neves.

Conforme já discutido, as avaliações mais negativas acerca da efetividade da política em Taperoá se deram em função de alguns aspectos muito peculiares aos empreendimentos solidários deste município (atividades produtivas não realizadas tão rotineiramente, busca por outras fontes de renda, falta de informações das ações do poder público, presença do empreendimento solidário muito mais de maneira formal do que produtiva, entre outras). Tais particularidades também podem justificar o fato de os empreendedores desse município considerar pouco efetivas as atividades de assistência técnica prestada pelo CESOL do território, especificamente no que diz respeito às dimensões de “Organização e Planejamento” e “Qualidades e Controles”. Tais dimensões referem-se as ações sobre orientação na divisão e organização das tarefas e rotinas das pessoas que trabalham no empreendimento, determinação de atividades e responsabilidades, otimização de espaços, processo de planejamento do negócio para a dimensão de “Organização e Planejamento” e na dimensão de “Qualidade e Controles”, que diz respeito a qualidade do trabalho na produção, economia de materiais, insumos e recursos, organização interna das atividades, controles de planejamento, falhas, prevenção e



correção, controles de entradas e saídas de produtos, insumos, materiais, acompanhamento da produção e qualidade de produtos e serviços para o consumidor).

Da mesma forma, os empreendedores do município de Igrapiúna avaliaram a Assistência Técnica prestada pelo CESOL em relação a “Organização e Planejamento”, bem como “Qualidade e Controles” menos efetiva para a melhoria da qualidade dos seus empreendimentos do que os municípios de Ituberá e Tancredo Neves. De fato, na percepção dos participantes de Igrapiúna, conforme já discutido na parte de avaliação da efetividade dos serviços prestados pelo CESOL para desenvolvimento dos empreendimentos solidários as atividades de assistência e acompanhamento deveriam ser regulares e que o CESOL apenas realizou algumas palestras informativas sobre assuntos voltados à organização de tarefas e de alguns aspectos sobre planejamento da produção na dimensão avaliada, o que não configura atividade de assistência, mas simplesmente de fornecimento de informações. Já os empreendimentos solidários no município de Ituberá e Tancredo Neves, informaram que o centro público ofereceu todo o suporte necessário, bem como acompanhamento e assistência técnica especializada para o bom desempenho das atividades e dos empreendimentos. Além disso, propiciou condições no sentido de organizar melhor os empreendimentos, fornecer assistência em relação à divisão de tarefas, organização de espaços, qualidade dos produtos, movimentos de entradas e saídas de insumos, produtos e recursos, o que demonstra uma melhor avaliação por parte do trabalho do CESOL. Um fator importante que pode explicar a avaliação mais positiva por parte dos municípios de Tancredo e Ituberá em termos de assistência técnica recebida é que nestes municípios residiam técnicos do CESOL, o que, por muitas vezes, apresentou como um elemento de facilitação para a interlocução e comunicação entre atores e técnicos até mesmo em encontros informais, segundo informações dos empreendedores. Tal proximidade pode ter contribuído para uma melhor avaliação da assistência técnica prestada pelo CESOL aos empreendimentos solidários dos quais esses atores faziam parte.

A percepção da efetividade do centro público no município de Valença obteve uma avaliação menor que os municípios de Ituberá e Tancredo Neves, o que pode ser explicado da seguinte forma: a) A maioria dos técnicos do centro público não residiam no município de Valença, o que muitas vezes dificultava a comunicação entre técnicos e empreendimentos; b) Valença é considerada na região como uma cidade pólo (de serviços e comércio), próxima aos demais municípios cadastrados na Rede e, por esses motivos, foi escolhida como sede de implantação do Espaço Solidário; c) A Assistência Técnica em Valença por sua vez, realizada através do CESOL, era feita periodicamente, em calendário pré-definido, os técnicos iam até o município da Rede e prestavam suporte e acompanhamento aos empreendimentos, mas

através de uma espécie de calendário para atendimento ou conforme a disponibilidade do empreendedor estar na cidade no mesmo dia que o técnico do CESOL, o que segundo os entrevistados muitas vezes não supria as necessidades de todos; e, d) Em vista do número de empreendedores e empreendimentos a serem atendidos, após a abertura do Espaço Solidário, a assistência, segundo os atores, tornou-se ainda mais precária em virtude de que os técnicos do CESOL passaram a administrar o Espaço Solidário, o que tomou ainda mais tempo aos técnicos, pois estes, tinham que dividir o tempo entre as questões do espaço e o acompanhamento dos empreendimentos.

Por fim, durante o processo de assistência técnica o período de vigência do contrato da organização social que mantinha o centro público venceu com a SETRE não sendo renovado, deixando o centro público de existir de direito no território. Apesar disso, para que os empreendedores solidários não ficassem totalmente descobertos, os técnicos do CESOL continuaram prestando assistência voluntária aos empreendimentos, contudo de forma ainda mais precária, o que comprometeu a assistência, principalmente aos municípios que não possuíam técnicos residentes no município, que era o caso de Valença. Tal fato pode ter comprometido a avaliação dos atores sociais desse município em relação ao trabalho do CESOL que é a instrumentalização da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva.

Em relação a estes aspectos sobre a assistência técnica prestada pelo CESOL é importante destacar que os mesmos estão intimamente ligados ao processo de gestão das organizações, e neste estudo há capítulo dedicado a discussão desses fatores (Cap. V). De acordo com um dos autores mais citados na área de administração sobre gestão das organizações, Idalberto Chiavenato, a gestão das organizações sejam elas privadas, públicas, com fins lucrativos ou não, capitalistas ou solidárias é um fenômeno universal no mundo e para que cada organização alcance os objetivos desejados nos mais diversos cenários, quer seja coordenação de atividades, processos de tomadas de decisões, condução de pessoas, alocação de recursos, desenvolvimento de produtos e serviços, primazia da qualidade, relação com clientes e fornecedores, vendas, etc, são necessárias técnicas e ferramentas que possam auxiliar na gestão levando também em consideração outras áreas do conhecimento como direito, contabilidade, psicologia, matemática, informática, entre outras (CHIAVENATO, 2003). É claro que no caso dos empreendimentos solidários essas ferramentas e técnicas devem ser adaptadas às peculiaridades desses empreendimentos

Dessa forma, à medida que o CESOL prestou assistência aos empreendimentos (em especial nos municípios que o avaliaram positivamente) estes, passaram a utilizar ferramentas

principalmente voltadas para uma melhor organização e desenvolvimento de atividades internas, e do negócio como um todo, buscando estabelecer uma melhor qualidade para os produtos, melhor desempenho, correção de falhas e desperdícios, entre outras ações, o que corrobora ao pensamento de Chiavenato, quando diz ser necessário a adoção de ferramentas que possam contribuir para um melhor desempenho de todo e qualquer empreendimento.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o campo da Economia Solidária evoluiu e continua evoluindo, expressando diversas formas de organização econômica, seja na prestação de serviços, como também na produção, nas finanças, na comercialização, no consumo, levando em consideração aspectos ligados a auto-organização socioeconômica e política como, também, com a contribuição e participação do Estado através da implementação de políticas públicas nesta área. Neste contexto, tem se percebido a importância das políticas públicas em especial às voltadas à Economia Solidária, por ser esta considerada um importante vetor de desenvolvimento social integrador, que busca atuar na melhoria de condições sociais afetadas pela exclusão, pobreza, desigualdade, desemprego, especialmente nas populações mais vulneráveis, tentando minimizar os impactos do modelo vigente e hegemônico do capitalismo.

Dessa forma, entender e avaliar essas políticas é de fundamental importância para que o poder público possa ter um parâmetro sobre a efetividade de suas ações, embora estabelecer estudos e avaliações das Políticas Públicas de Economia Solidária apenas sob o enfoque do gasto público e da efetividade do Estado não responde à determinadas questões e necessidades de quem é assistido por essas políticas. É preciso se levar em consideração o olhar dos atores sociais assistidos e beneficiados pelas ações dos programas e políticas adotados e implementados para determinados fins.

Assim, retomando os propósitos deste trabalho, e, buscando entender o “olhar” dos empreendedores envolvidos com atividades voltadas à Economia Solidária no Território Baixo Sul da Bahia, a pesquisa investigou a percepção dos atores sociais deste território em relação à efetividade da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária, no Estado da Bahia, na Rede Mata Atlântica, para a gestão e profissionalização de seus empreendimentos, levando em consideração aspectos socioeconômicos dos atores, perfil dos empreendimentos quanto a localização, formas de organização, destino dos produtos e áreas de atuação. Também foram observadas as ações do Governo do Estado em relação a dimensões de apoio a cadeia produtiva, infraestrutura e serviços institucionais e aspectos socioambientais,

além da percepção dos atores em relação ao trabalho desenvolvido pelo CESOL, principal dispositivo de instrumentalização da política estudada.

Através da aplicação de questionários aos entrevistados e por meio de análises estatísticas descritivas e inferenciais foi possível identificar os níveis de satisfação e a percepção dos atores pesquisados em relação à Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, de como eles percebem as ações que o Governo do Estado desenvolve em relação aos empreendimentos solidários da Rede, da operacionalização desta Política através do trabalho do centro público de economia solidária – CESOL, demonstrando também suas percepções em relação à assistência técnica prestada por esse dispositivo para o crescimento, desenvolvimento, gestão e profissionalização de seus empreendimentos.

Os dados iniciais do estudo, sobretudo os secundários apontados pelo IBGE, demonstram que o Território Baixo Sul da Bahia é um território carente e com altos índices de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Carente de níveis de escolaridade básica, postos de trabalho no mercado formal, níveis de qualificação profissional da população entre outros. Por sua vez, os sete municípios que abrigam os empreendimentos que compõe a Rede Mata Atlântica também não fogem à regra dos dados apontados em níveis de vulnerabilidade.

Os dados de campo da pesquisa acerca da percepção dos atores sociais envolvidos com atividades e empreendimentos solidários na Rede estudada, demonstraram que a Política de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva promovida pelo Estado é de suma importância para que eles, os atores sociais, estejam inseridos em atividades produtivas, gerando emprego e renda para seu sustento e sustento das famílias envolvidas com as atividades associativas, cooperadas e solidárias. Todavia, os atores percebem que a efetividade de algumas ações da política podem ser melhor desenvolvidas e trabalhadas de modo que possam atender às necessidades de seus empreendimentos em termos de gestão, profissionalização, comercialização e sustentabilidade dos empreendimentos solidários.

As informações colhidas, de maneira geral, apontam que em algumas dimensões, como “Apoio a Cadeia Produtiva”, “Infraestrutura Institucional” e “Sociopolítica e Ambiental”, os índices de satisfação em relação a efetividade das ações são mais satisfatórios, e essa avaliação na maior parte das vezes ocorreu devido aos incentivos oferecidos pelo Governo do Estado, principalmente no que dizia respeito à comercialização, sendo apontado como principais vetores o Espaço Solidário, os espaços destinados às Feiras Semanais (em especial aos empreendedores do município de Valença-Ba) e aos Eventos e Feiras Solidárias realizadas em parceria com a SETRE e os Centros Públicos – CESOL’s na capital e no interior do Estado para comercialização e divulgação dos seus produtos.

Todavia, as percepções da efetividade das ações da política, inclusive para as mesmas dimensões, sofreram variações entre os municípios e grupos pesquisados. Assim, o que muitas vezes atendia a determinados empreendimentos solidários, os quais avaliavam positivamente as ações, já não atendiam a outros empreendimentos de municípios e grupos diferentes. Um exemplo disso pode ser observado no grupo de Agricultores Familiares de municípios (Camamu, Igrapiúna, Taperoá) que estavam distantes da localização do Espaço Solidário para comercialização, os quais também as Feiras Solidárias na capital e no interior do Estado não atendiam a comercialização de seus produtos, uma vez que muitos de seus produtos são oriundos da agricultura familiar (frutas, legumes, hortaliças, etc), não sendo produtos segundo eles, que possam fazer parte desse tipo de Feira-Evento. Para estes atores os investimentos e apoio na produção, acesso ao crédito e apoio na aquisição de equipamentos atenderiam melhor às suas necessidades.

Através das análises dos dados da pesquisa, foi possível constatar que apesar do Governo do Estado desenvolver ações que incentivem, fomentem e apoiem as iniciativas solidárias, sobretudo através da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, uma vez que a operacionalização dessa política visa fortalecer esses empreendimentos, os atores sociais a percebem, em determinadas situações, de forma mais efetiva, e em outras situações como menos efetivas. Uma das dimensões que apresentou menor índice de satisfação em relação a efetividade da política pública foi a de “Serviços Institucionais”, isso porque a maioria dos pesquisados disseram desconhecer ações de incentivo para implementação de espaços culturais e recreativos para empreendedores e suas famílias, ações voltadas ao acesso de informações comerciais que pudesse contribuir para que eles tivessem acesso a potenciais clientes e fornecedores, condições de melhores preços na compra de insumos e matérias-primas, incentivo para divulgação de seus produtos, fornecimento de tecnologias e assessoria de marketing. Importa dizer que a distinção destas percepções ocorreram em função do grupo de atividade as quais eles desenvolvem e de acordo ao município onde estão localizados, o que nos faz refletir que apesar de estarem inseridos em um Território de Identidade único e em uma mesma Rede Solidária de Empreendimentos, as realidades locais precisam ser observadas.

Quanto às percepções em relação à efetividade da assistência técnica prestada pelo CESOL do Território, os dados apontaram níveis de satisfação positivos principalmente para as dimensões de “Organização e Planejamento” e “Qualidades e Controles”. Os entrevistados apontaram que a assistência do CESOL, nestas dimensões em especial, contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de seus empreendimentos, bem como melhoraram as suas

capacidades de gestão, uma vez que eles obtiveram informações necessárias para que as atividades fossem desenvolvidas de maneira organizada, planejada, sem desperdícios, com menores custos, atribuindo responsabilidades, observando a qualidade dos produtos, o cuidado com a embalagem e os padrões de tamanho e sabor, garantindo também maior e melhor produtividade como também uma melhor relação entre os pares. Essas avaliações se deram com maior frequência nos grupos de cozinha produtiva e artesanato.

Contudo, também foram apontados avaliações negativas acerca do trabalho desenvolvido pelo CESOL. Essas percepções também variaram de acordo a atividade desenvolvida pelo empreendimento ou grupo do qual os atores faziam parte e do município onde estavam localizados. As informações colhidas mostraram que a depender de onde o empreendimento estava localizado a assistência técnica foi mais efetiva, principalmente quando neste município residiam técnicos do CESOL. Já nos municípios e zonas de atuação mais distantes, a exemplo da rural, a avaliação do CESOL foi feita de forma negativa e os atores inclusive apontaram a diferença entre a “assistência técnica” e “visitas esporádicas e palestras”. Essas avaliações se deram especialmente entre grupos que atuavam na zona rural e agricultores familiares.

Dessa forma, é possível perceber que o centro público, principal dispositivo da operacionalização da política pública, não conseguiu atender na opinião dos entrevistados, de forma efetivamente positiva a todos os empreendimentos solidários da Rede no Território, de maneira que atendesse às necessidades do empreendedor e consequentemente do EES. No entanto, não se pode deixar de apontar que no caso do CESOL do território estudado, o contrato da organização social expirou ficando o território descoberto de assistência técnica especializada de 2016 a 2018. Ao ser interrompida a continuidade das atividades e das ações da política deixando os atores e empreendimentos desassistidos, pode ter havido comprometimento do desenvolvimento e do crescimento dos grupos solidários. Há que se ter um melhor planejamento das ações do Governo no chamamento de editais em relação a renovação ou novas contratações das organizações sociais que atuam na instrumentalização da política pública que está sendo executada.

É importante destacar que o trabalho do CESOL na assistência técnica aos EES da Rede é de grande importância, pois é através dessa assistência que os empreendimentos podem buscar melhores formas de gerir o trabalho, as relações, as atividades produtivas, entendendo os requisitos básicos para que o negócio solidário possa adotar as melhores ferramentas de controle e de gestão de acordo as suas necessidades e peculiaridades para que mantenham crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade.

De maneira geral, a constatação que se pode fazer de acordo com os resultados alcançados nessa pesquisa é que, apesar da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva estar implantada, atendendo aos territórios de identidade do Estado, e no caso do estudo a Rede Mata Atlântica no Baixo Sul, que mesmo diante de todos os programas a que a própria política está articulada e da transversalidade com as demais políticas públicas e demais setores do Estado, ainda assim, os atores que são assistidos por tal política não conseguem perceber de forma totalmente efetiva as ações voltadas ao atendimento de suas necessidades. Para eles, a política existe e os atendem, mas ainda é necessário a observação das realidades de cada território, das comunidades e dos diversos grupos e atividades produtivas para que as necessidades possam realmente serem supridas.

Por outro lado, há por parte do Estado, uma deficiência na divulgação das ações e dos programas da tal política estudada para os atores sociais assistidos. Durante a pesquisa observou-se que muitos dos empreendedores solidários não tinham conhecimento sobre muitas das ações, apoio e incentivos oferecidos pela política estudada, ficando a informação de posse apenas das lideranças e dirigentes das associações e cooperativas, quando o ideal seria que todos os assistidos tivessem acesso a todas as informações, e aqui, conseqüentemente, deve entrar o trabalho do CESOL junto aos atores.

Abrem-se parênteses também, neste caso, para inferir que a falta de recursos e a descontinuidade dos serviços prestados pelos centros públicos (CESOLs) são fatores que muito comprometem o bom desempenho dos grupos solidários, como também a avaliação e o índice de satisfação dos atores sociais ligados a estas atividades.

Um outro dado importante a ser destacado é a percepção de que SETRE e SESOL precisam estar mais bem articuladas no sentido de buscar entender as reais necessidades dos grupos e dos atores solidários nos territórios, bem como estar munidos de informações que facilitem o desenvolvimento de ações que possam contribuir para o crescimento desses empreendimentos. A título de exemplo dessa última deficiência, durante essa pesquisa, ao se recorrer ao SESOL e a SETRE com a finalidade de obtenção de dados básicos sobre empreendimentos como, por exemplo, tipos de empreendimentos, zona de atuação, produtos comercializados, quantidade de empreendimentos em todo o território estudado, tanto a Superintendência quanto a Secretaria disseram não dispor de tais informações, o que nos leva a inferir sobre dois aspectos: a) há falta de dados e informações importantes que possam ajudar no desenvolvimento de ações voltadas para as políticas aplicadas ou, b) há falta de interesse e resistência em fornecer tais informações para que estudos como esse possam ser desenvolvidos e publicados de forma crítica e, dessa forma, possam apontar uma imagem negativa em relação



ao desempenho e às obrigações do Estado frente a esses grupos produtivos. Durante a pesquisa percebeu-se, também, que havia uma preocupação muito maior do CESOL com o preenchimento dos formulários, relatórios e com as metas estipuladas pela SESOL a serem alcançadas do que de fato com a qualidade dos serviços prestados e das ações desenvolvidas para atores e empreendimentos solidários.

Por apresentar, um cunho muito mais compensatório do que emancipatório, no sentido da minimização das vulnerabilidades e exclusão social, da busca pela geração de trabalho e renda em decorrência da falta de emprego formal no mercado e das regras ditadas pela hegemonia do capital, falta à Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva, através do trabalho do CESOL, gerido pela SETRE e pelo SESOL, trabalharem de forma efetiva para oferecer aos EES e aos atores sociais ligados as atividades solidárias, continuidade das ações e incentivos ofertados pela própria política. Serão necessários maiores esforços em qualificação e preparo aos empreendedores solidários para que estes possam adotar ferramentas administrativas adequadas às suas realidades de negócios e de atividades produtivas, fomentando o desenvolvimento e o fortalecimento desses empreendimentos. O reconhecimento destas questões e a sua superação possibilitará que mais adiante os EES possam ter sustentabilidade e autonomia, estejam profissionalizados, atuando no mercado e totalmente emancipados e, dessa forma, então, possamos dizer que a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva tem um viés emancipatório para quem é assistido por ela.

Dentre as limitações encontradas no decorrer da pesquisa podemos citar os dados do SIES, cujo banco dados foi atualizado até o ano de 2013, o que impediu a obtenção de um panorama acerca dos EES mais recente do Território de Identidade estudado. Da mesma forma, quando buscou-se informações sobre os empreendimentos do Território no banco de dados da SETRE, o qual não se encontra em domínio público, através do CadCidadão, obteve-se uma resposta negativa por parte dos responsáveis quando solicitado, pois tal sistema não dispunha de mecanismos de filtragem de informações. Além disso, o centro público do Território de Identidade não dispunha de relatórios nem documentos que pudesse ser disponibilizadas informações sobre o Território e os EES da Rede, sendo dessa forma, as informações fornecidas por meio de relatos dos ex-técnicos do CESOL, uma vez que na época da coleta de dados da pesquisa não havia centro público vinculado contratualmente com o governo do Estado na região.

Futuras pesquisas podem avançar no estudo sobre as Políticas Públicas de Economia Solidária e sobretudo, na Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva,

através do olhar dos atores assistidos por tais políticas, visando entender as necessidades de quem vivencia as realidades e contextos de vida e de atividades produtivas solidárias, bem como das dificuldades enfrentadas pelos EES para sobreviverem e conquistarem seu espaço perante os clientes, o mercado, como também a busca pelo entendimento de como se dão os vínculos e as relações sociais entre esses pares.

Durante a pesquisa foram identificadas ainda outras possibilidades de aprofundamento do estudo da temática da Economia Solidária, ao se constatar por exemplo, a participação considerável de mulheres que fazem parte dos EES do Território Baixo Sul da Bahia, na Rede Mata Atlântica, apontando para a necessidade de um novo olhar ao se investigar sobre políticas públicas que incentivem e fomentem esses empreendimentos, cuja participação feminina se destaca, como também, a possibilidade de se pesquisar sobre a participação e o protagonismo das mulheres frente ao trabalho associativo e cooperado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHIM, G.S. et. al. As Estratégias dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar do Baixo Tocantins na Comercialização do Açaí Orgânico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. A INTEGRAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS COM A ABORDAGEM DA MANUFATURA SUSTENTÁVEL, 28.2008, Rio de Janeiro. **Anais...** RJ: ENEPEG, 2008.
- ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, V.9, n. 1, jan/mar. 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17546/a-gestao-no-campo-da-economia-solidaria--particularidades-e-desafios>>.
- ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista de Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 79-86, abr. 1996.
- \_\_\_\_\_, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ARAÚJO, V. M; LIMA, I. B. Capitalismo global e economia solidária: debates e desafios. In: CONGRESSO SOBER, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/478.pdf>> Acesso em 31 out. 2016.
- ARAUJO, C. R. M. de, CASTRO J. G. S. Desafios Enfrentados pelos Empreendedores Sociais da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco (IPEPS) para Consolidar seus Empreendimentos. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, V.18, n.2, p.59-91, 2016.
- AZEVEDO, A.B.N. Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL. BAHIA, 09, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003.
- AZEVEDO, S. Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In. Orlando Alves dos Santos Júnior et. al (Org.) **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais**. Rio de Janeiro. Fase: 2003.
- BAHIA, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). **Perfil sintético Território de Identidade Baixo Sul**, 2015.
- BAHIA, SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**. Vol.2, 2016.
- BAHIA, SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO RENDA E ESPORTES (SETRE). Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/>>. Acesso em: 02.ago.2017.
- BAHIA, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO (SEPLAN). Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>> Acesso em: 11.ago.2018.

BAHIA, **Lei nº 12.368/2011**. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/>>. Acesso em: 08.dez.2017.

BAHIA, SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE (SETRE). **Edital de Seleção nº 006/2018**. Assistência Técnica e Extensão Urbana para em Empreendimentos Associativos, através da implantação/gestão de Centro Público de Economia Solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/>>. Acesso em: 20.08.18.

BARREIROS, R. F. et. al. **Caracterização da Natureza do Processo Decisório em Nível Estratégico nas Cooperativas Agroindustriais do Estado do Paraná**. Disponível em:<<http://sites.poli.usp.br/.../Organização%20do%20Trabalho/COOPERATIVAS%20DE%20OUTRA...>> Acesso em: 27.Ago.2018.

BENAKOUCHE, R. A Transnacionalização do Capital. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 79–90, 1980.

BISQUERRA, R., SARRIERRA, J. Chen. & Martínez, F. **Introdução a Estatística: Enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Tradução F. Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BONUMÁ, H. **As Mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**.2015. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BORINELLI, et. al. Considerações sobre as políticas públicas de apoio à economia solidária em Londrina: o desafio da comercialização. **Serviço Social em Revista**, Londrina, Vol.2, n.12, 2010.

BORINELLI, B. et.al. Avanços e Limites da Política Pública de Economia Solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina – Paraná. ENCONTRO DA ANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

BRANDALISE, L. T.; BERTOLINI, G. R. F. Instrumentos de medição de percepção e comportamento – uma revisão. **Revista de Ciência Empresarial**. UNIPAR, Umuarama, v. 14, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2013.

BRASIL Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010. Brasília, SENAES/MTE, 2012.

BRASIL, Ministério do Turismo. BRASIL. Mapa do turismo brasileiro. Brasília: MT, 2009. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Mapa\\_novembro\\_2009.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Mapa_novembro_2009.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. New York: The Guilford Press, 2006.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis: Ijuí: Vozes, FIDENE, 2005.

CATTANI, Antônio David. Trabalho e autonomia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARRION, R. da S. M. e GARAY, Â. B. S. Organizações privadas sem fins lucrativos: as empresas do GIFE/RS. **Análise**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.203- 220, 2000. Disponível em: [http://volpi.ea.ufrgs.br/teses\\_e\\_dissertacoes/td/002948.pdf](http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/002948.pdf) Acesso em: 26/05/2017.

CASTRO, F.B., Diversificação de produtos e competitividade: o caso de uma pequena indústria de autogestão. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ. 2003.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COHEN, J. **Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences**. New York, NY: Routledge Academic, 1998.

CORDEIRO, J.V.B.M.de; RIBEIRO, R.V. Gestão da Empresa. In: COLEÇÃO GESTÃO EMPRESARIAL. Curitiba: FAE Business School, 2002.

COSTA, P. de A. **Um Diagnóstico da Gestão praticada em iniciativas de Economia Solidária e os seus desafios gerenciais**: estudo de caso do município de Cachoeirinha. 2003. 120f. Dissertação (Mestrado em Administração – Escola de Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

COTTA, T.C. Metodologia de avaliação de programas sociais: análise de resultados e de impactos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, a. 49, n. 2. p.105-126, abr./jun. 1998.

CULTI, M.N. Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos. IN. CONGRESSO EUROPEU, 4, 2004. Bratislava-República Eslovaca **Anais...** Bratislava-República Eslovaca: CEISAL de Latino americanistas, 2004.

CURRALERO, C. R. B. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil**: uma análise a partir do Programa Bolsa Família. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2012.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia** (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE FARIA, C.A. P. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, nº. 51, 2003.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5ª Ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: Ago/2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, nº 08, jun 1997. Disponível em:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br>> Acesso em: 19 de fev.2018.

FARIA, R. M. Avaliação de programas sociais – evoluções e tendências. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

FERREIRA, A. B. H. de. **Aurélio**: dicionário de língua portuguesa. 2 Ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO, R. de M. **Dicionário Prático de Cooperativismo**. Belo Horizonte. Mandamentos, 2000.

FRANÇA FILHO, G. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, ano III, n. 5, 2001.

\_\_\_\_\_. A economia popular e solidária no Brasil. In: França Filho, G., Laville, J.L.; Magnen, J.P.; Medeiros, A. (Org.). **Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional**. Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006.

\_\_\_\_\_. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan.-jun. 2007.

FRANÇA FILHO, G.C; LAVILLE, J.L. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREITAS, M.R.L.de. Desenvolvimento e Políticas Sociais no Brasil: considerações sobre as tendências de universalização e de focalização. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2, 2005. **Anais...** Cascavel, Unioeste, 2005.

FURTADO, C. M. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L.I; CORRÊA, A.S. da. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, vol. 47, n. 1, jan-abr, 2011.

GEORGE, D. & MALLERY, P. (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference. 11.0 update* (4th ed.). Boston: Allyn & Bacon.

GIBSON-GRAHAM, J K. 2003. **A diverse economy**: rethinking economy and economic representation, <http://www.communityeconomies.org/papers.php>. Disponível em: <http://ssc.wisc.edu>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

GRIN, E.J. Regime de Bem-estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v.18, n.63 jul/dez 2013.

GROPPO, L. A. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas (SP): Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HESPANHA, P.; NAMORADO, R. Os desafios da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v.84, p. 3-5, 2009

HESPANHA, P; SANTOS, L. L. DOS. O nome e a coisa: sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da economia solidária em Portugal. **Revista de Economia Solidária**. As relações entre Economia Solidária e o Estado. Jun/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. Estimativas de População, 2014. Disponível em: <[http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2014](http://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014)>. Acesso em Set.2016.

KONZEN, J.I. **Saiba mais sobre Economia Solidária**. Porto Alegre: CAMP, 2006.

KOROSUE, A.; GUIMARAES, V.N. Autogestão e Relações de Trabalho: transformações ou manutenção das condições precárias do trabalho no capitalismo. In: PITAGUARI, S.O et.al. **(Org)**. A Sustentabilidade da Economia Solidária: Contribuições multidisciplinares. Londrina, 2012.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. de. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEBOUTTE, P. **Economia Popular Solidária: um processo em pleno desenvolvimento**. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (Orgs). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

LIMA, M.I.R. **Economia Solidária e Vínculos**. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. Ed. 2. Vol. 2. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1991.

MANCE, E.A.A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo II (capítulos XIII a XXV)**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1996.

MATOS, et. al. Inovação na Gestão Pública Baiana: Análise do processo de implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL). **Revista NAU Social**. V. 6, n. 10, 2016.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2002.

MONTEIRO, P. C. **A economia solidária como política pública: desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência baiana**. 2009. 152f. (Dissertação de Mestrado – Escola de Administração). Universidade Federal da Bahia, 2009.

MOTA, J.R.D. **Políticas Públicas e economia solidária: Avaliação do Projeto sementes da solidariedade**. 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

MOURA, M. S. S. de; MEIRA, L. Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários. **Revista Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI/ Governo da Bahia, v.12, n.1, p.77-84, jun, 2002. Disponível em:< <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/desafios-da-gesto-de-empresendimentos-solidrios.pdf>>

NATIVIDADE, E. A. **Gestão de política pública de geração de renda e trabalho: Análise do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas populares**. Dissertação de Mestrado (mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Mg, 2011

NISHIMURA, S.R. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina**. 2005. 187 f. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, 2005.

NUN, J. O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal. **Revista Novos Estudos**, n. 56, p. 43–62, 2000.



OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de Gestão das Cooperativas**: Uma abordagem prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, M.M.V.de. **Políticas Públicas e Economia Solidária**: uma análise da parceria entre o poder público municipal e as iniciativas populares solidárias de Vitória da Conquista Bahia. 2008. 213f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

OLIVEIRA, H. H. de. **Os Entraves para implementação de políticas públicas no Brasil**. Disponível em:<<http://www.congressoemfoco.com.br>> Acesso em: 13.mar.2018.

PRATTA, E. M. & SANTOS, M. A. dos. Família e Adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.12, n.2, p.247-276, maio/ago. 2007.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. In Édi A. Benini, et.al. (**Org.**). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos de políticas públicas de Economia Solidária**. V.2, 1ª Ed. Outras Expressões: São Paulo, 2012.

PEREIRA, J.R.; RIGO, A. S. **Cooperativas de trabalho em Minas Gerais: organização do trabalho**. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/.../Organização%20do%20Trabalho/COOPERATIVAS%20DE%20>> Acesso em: 10.Ago.2018.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REIS et. al. O Centro Público e as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária. In. Pedro Claudio Cunha Bocayuva e Ana Paula de Moura Varanda (**Org.**) **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. 1ª Ed. Fase: IPPUR, URFJ. Rio de Janeiro, 2009.

REIS, T.A.; FILHO, M.B.A.de Institucionalização e Instrumentos da Política de Economia Solidária: Reflexões à luz da experiência da Bahia. In: **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**. v.1; n.1; jul-dez 2016.

RIBEIRO, L.C.Q. República Democracia e Reforma Social. In: Orlando Alves dos Santos Júnior et.al (**Org.**). **Políticas Públicas e Gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselhos municipais**. Rio de Janeiro: Fases, 2003.

RICIARDI, L.; LEMOS, R. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTR, 2000.

RUA, M. G.das. **Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.

RUTKOWSKI, J. et.al. Interação Engenharia de Produção e comunidade: uma proposta metodológica. **Revista Científica eletrônica de Engenharia da Produção**. Vol. 3, n.1, ABEPRO. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em:<<http://producaoonline.org.br/rpo/article/view/608>>. Acesso em: 22.Ago.2018.

\_\_\_\_\_, J. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: como garantir? In. Encontro Nacional de Engenharia da Produção: A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável, 28, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro, ENEPEG, 2008.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995

\_\_\_\_\_, B de S. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, J. H. dos. Recuperação de empresas por meio da Autogestão. In: PINTIGUARI, O.S. et.al. A Sustentabilidade da Economia Solidária. Londrina: UEL, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, J.B. Políticas Públicas de Economia Solidária: uma análise da experiência em Vitória da Conquista, Bahia. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n, p. 135-153, 13, 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHWENGBER, A. O Estado da Arte das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: uma análise qualitativa dessa construção. In. Édi A. Benini, et.al. (**Org.**) Gestão Pública e Sociedade: fundamentos de políticas públicas de Economia Solidária. V.2, 1ª Ed. Outras Expressões: São Paulo, 2012.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. IN. ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. IPEA, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDARIA – SNAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005**. Brasília: MTE, SNAES, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SNAES). 2015. Orientações para organizações parceiras da economia solidária. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br>> Acesso em: 10 jan.18.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, PAUL & SOUZA, ANDRÉ R. de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. São Paulo. **Revista de Estudos Avançados**, número 51, 2004.

\_\_\_\_\_, P. **A Economia Solidária no Governo Federal**. IPEA, Ago 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para a economia solidária no Brasil. In: LIANZA, S; ADDOR, F.(Orgs). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_ et. al. Economia Solidária e os Desafios da Superação da Pobreza Extrema no Plano Brasil sem Miséria. In. Tereza Campello, Tiago Falcão e Patrícia Vieira Costa (Org). O Brasil sem Miséria. 1ª Ed. Brasília, 2014.

SILVA, O. M. da. A política pública de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v.7, n. 2, 2003.

SILVA, O. M. da. **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. O. da S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.13, n.2, p.155- 163, jul/dez, 2010.

SILVA, D. N; KAPPES S. A. Economia Solidária, Informalidade e Direitos Trabalhistas. **Mercado de Trabalho**, v. 61. P. 89-96, 2016.

SILVA JÚNIOR, J.T. **Gestão, Fato associativo e Economia Solidária: A experiência da ASMOCONP/ Banco Palmas**. 2005. 98f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidaria: Avanços, Desafios e Perspectivas. **Revista Diálogo**, v. 18, p. 53-76, 2011.

SOUSA SANTOS, B.D. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. O Futuro do FSM: o trabalho da tradução. **Revista Democracia Viva**, n. 25, janeiro/fevereiro - 2005.

SOUZA, A. C; ALEXANDRE, N.M.C; GUIRARDELLO, E. B. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 6, n.3, :649-659, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: um revisão da literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, Ano 08, nº 16, jul/dez 2006. Disponível em [Http:// < www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>](http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16) Acesso em: 16.02.2018.

SOUZA, A.A.de. et.al. Os Desafios Enfrentados Pelos Empreendimentos Solidários: Um Estudo Na Região Metropolitana De Belo Horizonte – Mg. Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 08, 2014. **Anais...** Goania, EGEPE, 2014.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**, (4a ed), Needham Heights, MA: Allyn and Bacon, 2001.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas>. Acesso em: 21/06/2011.

THEODORO, M.; DELGADO, G. Políticas sociais: universalização ou focalização - subsídios para debate. IN: **POLÍTICAS SOCIAIS: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE**. Brasília: IPEA, Agosto/2003.

THOENIG, J-C. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70. abr./jun. 2000.

TUDE, J. M. Conceitos Gerais de Políticas Pública. In: Tude, j. m., Ferro, de S, F. P. (**Org.**) **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

TURATO, E. R. Métodos qualitativo e quantitativos na área da saúde: Definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.3, 507-14, 2005.

VALETIN, I.V.L. Confiança, Economia Solidária no Brasil e a Construção de Novos Mundos in: **Revista de Economia Solidária**. Edição ACEESA, dezembro de 2009.

VASCONCELOS, et. al. Potencialidades e Limitações na Execução dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no Estado da Bahia: novos formatos organizacionais. In. Medson Janer da Silva, Danielle Guimarães Silva Coiado, Willis Neiva Pires (**Org.**) **Território de Irecê – Limitações e Perspectivas de Desenvolvimento com Sustentabilidade**. V.1. FAE. Irecê-Ba, 2017.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro. Garamond, 2005.

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

*Este questionário é um instrumento de pesquisa destinado a colher informações para fins unicamente científicos e é garantido o total sigilo das informações aqui contidas. A pesquisa tem como tema a "Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócio produtiva: um olhar dos empreendedores da Economia Solidária da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia".*

*As respostas devem compreender uma avaliação feita no período de atividade do centro público (CESOL) de 2015 a 2016*

## Perfil dos Empreendimentos - Formas de Organização

### 1. O senhor (a) é membro da direção do empreendimento?

1. SIM  2. NÃO

### 2. Tipo do Empreendimento

1. Cooperativa  2. Associação  3. Grupo informal  
 4. Outro: Especificar

### 3. Em que cidade seu empreendimento está localizado?

1. Camamu  2. Igrapiúna  
 3. Ituberá  4. Nilo Peçanha  
 5. Taperoá  6. Valença  
 7. Presidente Tancredo Neves

### 4. A zona de atuação do seu empreendimento é?

1. Rural  2. Urbana

### 5. Qual atividade é desenvolvida pelo seu empreendimento? (Marque quantas desejar)

1. Artesanato (fibra, tecido, madeira, piaçava, etc)  
 2. Cozinha produtiva (bolos, pamonhas, sequilhos, doces, etc)  
 3. Produção agricultura familiar (hortaliças, etc)  
 4. Beneficiamento mandioca (beiju, farinha, tapioca, goma, etc)  
 5. Outros Especificar:

### 6. Como é feita a comercialização de produtos ou serviços? Marcar as principais

1. Comercializado em feiras livres nos municípios  
 2. Fornecimento para lojas, supermercados e hipermercados locais e/ou regionais  
 3. Fornecimento para Órgãos Públicos (escolas, hospitais, creches, etc)  
 4. Fornecimento para Restaurantes locais e/ou regionais  
 5. Comercializado em loja mantido pelo grupo ou Rede  
 6. Comercializado direta ao consumidor final (de porta em porta)  
 7. Fornecimento para intermediários (atravessadores)

## Caracterização Sócio Demográfica

### 7. Sexo

1. Masculino  2. Feminino

### 8. Indique seu grau de escolaridade

1. Primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)  
 2. Últimas séries do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)  
 3. Ensino Médio/Técnico incompleto  
 4. Ensino médio/Técnico completo  
 5. Ensino superior incompleto  
 6. Ensino superior completo  
 7. Pós-Graduação incompleto  
 8. Pós-Graduação completo

### 9. Indique a sua renda média mensal

1. Até 1 salário mínimo  
 2. Mais de 1 e até 2 salários mínimos  
 3. Mais de 2 e até 3 salários mínimos  
 4. Mais de 3 e até 4 salários mínimos  
 5. Acima de 4 salários mínimos

### 10. Indique seu Estado Civil atual

1. Casado  
 2. Solteiro  
 3. Viúvo  
 4. Divorciado/separado judicialmente  
 5. Convivem juntos/união estável

### 11. O que te motivou a fazer parte de um empreendimento de Economia Solidária? (Marque quantas desejar)

1. Alternativa ao desemprego  
 2. Necessidade em promover o sustento de sua família  
 3. Para complementar a renda  
 4. Escolha pelo ideal de um tipo de vida, valores e princípios solidários  
 5. Motivado por questão social, filantrópica ou religiosa  
 6. Incentivo de política pública

Para as questões a seguir como você avalia o papel do Governo do Estado em relação aos investimentos, incentivos e apoio a:

**12. Fabricação dos produtos dos empreendimentos solidários da Rede?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**13. Ao incentivo na comercialização dos produtos dos empreendimentos da Rede?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**14. Fortalecimento dos empreendimentos da Rede para comercialização dos produtos para o consumidor final, permitindo maiores ganhos?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**15. Em relação a informação e ao acesso dos empreendimentos às linhas de crédito?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**16. Incentivos fornecidos voltados aos empreendimentos para participarem de compras governamentais**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**17. Incentivos em relação a seu acesso a informações comerciais como por exemplo: fornecedores e potenciais clientes?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**18. Apoio em relação a seu acesso a informações comerciais como por exemplo preço de matéria-prima e insumos para produção?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**19. E em relação a compras comerciais para os empreendimentos da rede de forma coletiva, garantindo assim um melhor preço, uma vez que comprando em maior escala a negociação de preços torna-se mais vantajosa?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisf eito  
 5. Muito Satisfeito

**20. As ações voltadas para assessoria de marketing e divulgação para comercialização de produtos e serviços?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**21. E os incentivos em relação a implantação e fornecimento de novas tecnologias para os empreendimentos solidários? (Essas tecnologias diz respeito a incentivos a aquisição de máquinas, equipamentos, computadores e novas formas de manejo para a produção.**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**22. As ações e incentivos desenvolvidas no que diz respeito ao incremento, desenvolvimento e planejamento de Políticas de Economia Solidária?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**23. O apoio dado em relação a organização e implementação de espaços coletivos para comercialização?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**24. O apoio dado em relação a organização e implementação de espaços culturais e recreativos para desenvolvimento de atividades das famílias ligadas aos empreendimentos solidários da Rede?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**25. Em relação as ações na promoção de feiras solidárias com a participação dos empreendimentos da Rede?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**26. As ações e incentivos desenvolvidas em relação ao apoio e desenvolvimento de negócios de base solidária?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**27. Aos incentivos e ações oferecidos em relação a assistência prestada no sentido de orientar e incentivar que os produtos obtenham informações sobre sua composição e especificação?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**28. Sua avaliação a respeito dos incentivos oferecidos em relação a assistência prestada na informação e garantia fornecida de ser o produto ou serviço de origem social?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**29. As ações desenvolvidas conscientizar os empreendimentos solidários quanto da preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços? Como você avalia?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**30. E quanto aos incentivos oferecidos em relação ao cuidado na oferta de produtos orgânicos e livres de agrotóxicos?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

**31. As ações, apoio e incentivos em relação a conscientização da prática de menores preços ou menores custos por parte dos empreendimentos solidários em relação ao mercado?**

1. Muito Insatisfeito       2. Insatisfeito  
 3. Razoavelmente Satisfeito       4. Satisfeito  
 5. Muito Satisfeito

## AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO EMPREENDIMENTO EM RELAÇÃO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CESOL.

*Para as questões a seguir como você avalia a Assistência Técnica prestada pelo CESOL e as contribuições para o desenvolvimento do seu negócio em relação a:*

**32. Divisão das tarefas e organização de rotinas das pessoas que trabalham no seu negócio?**

1. Não contribuiu em nada       2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco       4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**33. Determinação de atividades e responsabilidade (quem faz o quê, quando, como e onde)**

1. Não contribuiu em nada       2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco       4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**34. Organização e otimização de espaços e dos processos de produção**

1. Não contribuiu em nada       2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco       4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**35. Melhorias ocorridas em seu negócio em relação ao nível de compromisso e entendimento com as atividades desenvolvidas no dia-a-dia de trabalho por parte das pessoas que trabalham no empreendimento**

1. Não contribuiu em nada       2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco       4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**36. O processo de planejamento do seu negócio**

1. Não contribuiu em nada       2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco       4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**37. Em relação a qualidade do trabalho na produção**

1. Não contribuiu em nada       2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco       4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**38. Quanto a economia de tempo, materiais e insumos**

1. Não melhorou nada       2. Melhorou muito pouco  
 3. Melhorou pouco       4. Melhorou razoavelmente  
 5. Melhorou muito

**39. Quanto a organização interna das atividades**

1. Não melhorou nada       2. Melhorou muito pouco  
 3. Melhorou pouco       4. Melhorou razoavelmente  
 5. Melhorou muito

**40. De uma maneira geral, depois do CESOL você avalia que seu empreendimento...**

1. Não melhorou nada       2. Melhorou muito pouco  
 3. Melhorou pouco       4. Melhorou razoavelmente  
 5. Melhorou muito

**41. Quanto a organização da documentação do empreendimento**

1. Não melhorou nada       2. Melhorou muito pouco  
 3. Melhorou pouco       4. Melhorou razoavelmente  
 5. Melhorou muito

**42. Em relação aos controles no seu negócio, como por exemplo, verificar se o que foi planejado está sendo executado**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**43. Quanto ao controle das falhas, correção e prevenção delas**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**44. Em relação aos controles básicos de entrada e saída de insumos, materiais e produtos para a produção e desenvolvimento do seu negócio**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**45. E quando se fala em controle e acompanhamento da comercialização dos seus produtos**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**46. Em relação a qualidade dos produtos ou serviços**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**47. No que diz respeito a organização do controle de custos, receitas e despesas (fluxo de caixa)**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**48. E a respeito das orientações acerca das relações com negociação e compras com fornecedores**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**49. Em relação ao aumento das vendas do empreendimento**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**50. Em relação a redução dos custos do empreendimento**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito

**51. Quanto a distribuição dos resultados financeiros com os associados/cooperados**

1. Não contribuiu em nada     2. Contribuiu muito pouco  
 3. Contribuiu pouco             4. Contribuiu o necessário  
 5. Contribuiu muito



## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAR DA PESQUISA

Você está sendo convidado a participar de uma Pesquisa que tem como tema a “*Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócioprodutiva: um olhar dos empreendedores da Economia Solidária da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia*”. O principal objetivo dessa pesquisa é entender o que os empreendedores solidários pensam sobre a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva para a gestão e profissionalização de seus empreendimentos e sobre a assistência técnica prestada pelo CESOL. Ao aceitar participar voluntariamente desse estudo, será pedido que você preencha três questionários: o primeiro sobre suas informações pessoais e de seu empreendimento, mas que **NÃO** deverá conter seu nome, o segundo sobre a Política Pública em questão e o terceiro sobre os CESOL. O tempo estimado para o preenchimento dos questionários é de 30 minutos. Além disso, lembramos que **NÃO** existe respostas certas ou erradas nos questionários que visam conhecer sua visão sobre a Política Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva e sobre a Assistência Técnica do CESOL, por isso solicitamos que você seja o mais **sincero possível** ao respondê-las.

Ao preencher os questionários todas as suas respostas serão mantidas em absoluto **sigilo**, de modo que **somente os pesquisadores** terão acesso a elas, e **sua identidade e privacidade** serão **preservadas**, uma vez que você não precisará se identificar em nenhum momento que fornecê-las. Além disso, você tem plena liberdade de se recusar a responder aos questionários. De fato, mesmo aceitando participar, pode recusar-se a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal. Finalmente, você não terá nenhum tipo de despesa ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi impresso em frente e verso, em duas vias iguais, e uma delas ficará com você. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (XX) XXXX ou do e-mail xxxxxxxx, da pesquisadora responsável. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma voluntária para participar desta pesquisa.

---

Adriana Vilas Bôas Borge

**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Tendo em vista as explicações constantes nesse termo, eu, de forma voluntária e esclarecida, afirmo que compreendi do que se trata e aceito participar da pesquisa intitulada ***“Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Sócioprodutiva: um olhar dos empreendedores da Economia Solidária da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia”***.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

*Assinatura do Participante da Pesquisa*